

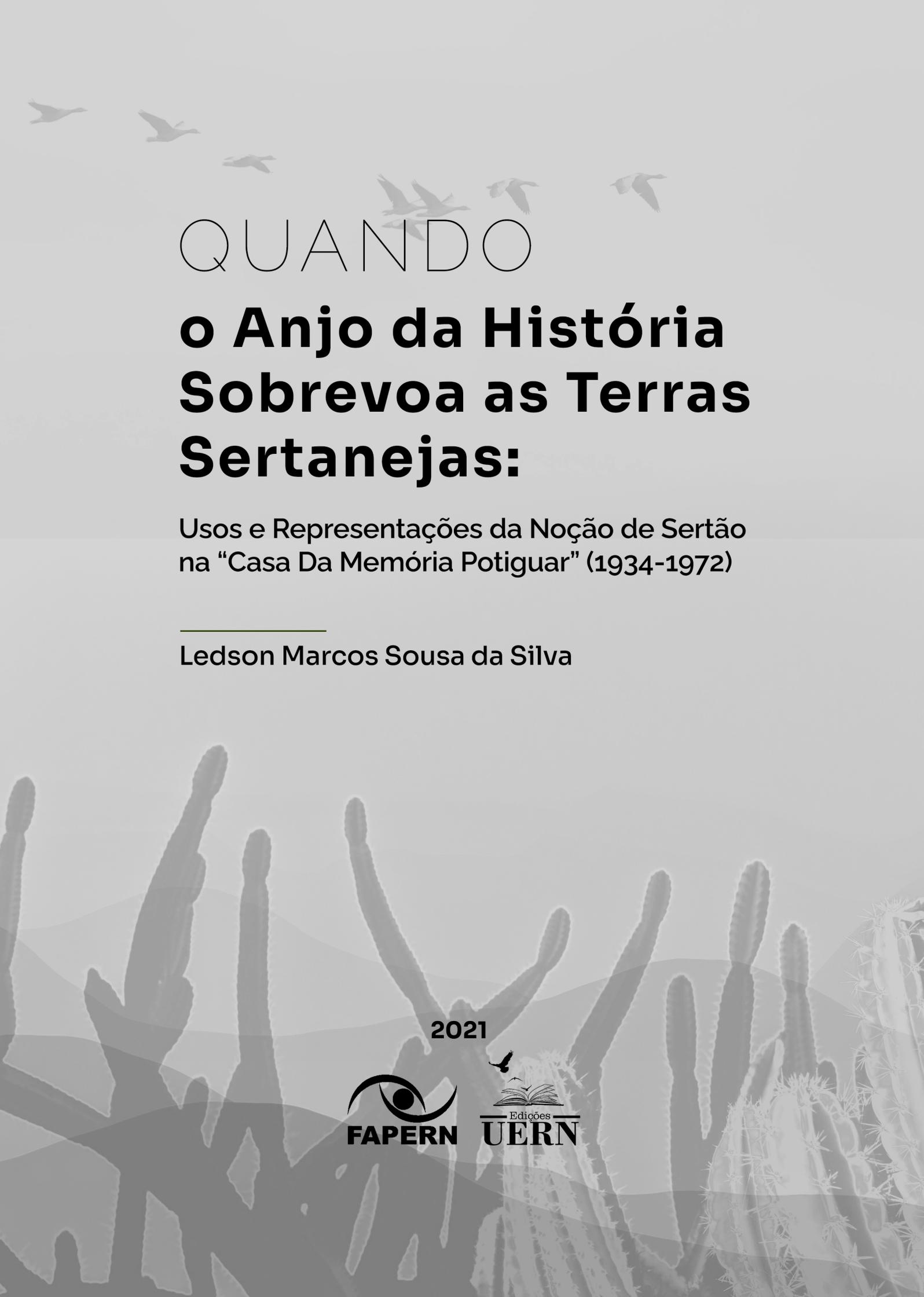
QUANDO

o Anjo da História Sobrevoa as Terras Sertanejas:

Usos e Representações da Noção de Sertão
na “Casa Da Memória Potiguar” (1934-1972)

Ledson Marcos Sousa da Silva



The background features a stylized, monochromatic illustration of a landscape. In the foreground, several tall, columnar cacti with spines are silhouetted against a light background. In the upper portion, several birds are shown in flight, scattered across the sky. The overall aesthetic is clean and minimalist, using a grayscale palette.

QUANDO

o Anjo da História Sobrevoa as Terras Sertanejas:

Usos e Representações da Noção de Sertão
na “Casa Da Memória Potiguar” (1934-1972)

Ledson Marcos Sousa da Silva

2021



Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

UERN

Reitora

Cicília Raquel Maia Leite

Vice-Reitor

Francisco Dantas de Medeiros Neto

Diretora de Sistema Integrado de Bibliotecas

Jocelânia Marinho Maia de Oliveira

Chefe da Editora Universitária – EDUERN

Francisco Fabiano de Freitas Mendes



Conselho Editorial das Edições UERN

José Elesbão de Almeida

Isabela Pinheiro Cavalcanti Lima

Kalidia Felipe de Lima Costa

Regina Célia Pereira Marques

Maria José Costa Fernandes

José Cezinaldo Rocha Bessa

Diagramação

Gabriela Mabel Alves Vieira

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

Catálogo da Publicação na Fonte.

Silva, Ledson Marcos Sousa da.

Quando o Anjo da História Sobrevoa as Terras Sertanejas [recurso eletrônico]: usos e representações da noção de sertão na “ Casa da Memória Potiguar” (1934-1972). / Ledson Marcos Sousa da Silva - Mossoró, RN: Edições UERN: 2022.

205 p.

ISBN: 978-85-7621-340-6.

1. História norte-rio-grandense. 2. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). 3. Sertão - historiografia norte-rio-grandense.. I. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. II. Título.

UERN/BC

CDD 981.32

Bibliotecário: Jocelania Marinho Maia de Oliveira CRB 15 / 319

Editora Filiada á



Meus amigos e minhas amigas,

O Programa de Divulgação e Popularização da Produção Científica, Tecnológica e de Inovação para o Desenvolvimento Social e Econômico do Rio Grande do Norte, pelo qual foi possível a edição de todas essas publicações digitais, faz parte de uma plêiade de ações que a Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Norte (FAPERN), em parceria, nesse caso, com a Fundação Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (FUERN), vem realizando a partir do nosso Governo.

Sempre é bom lembrar que o investimento em ciência auxilia e enriquece o desenvolvimento de qualquer Estado e de qualquer país. Sempre é bom lembrar ainda que inovação e pesquisa científica e tecnológica são, na realidade, bens públicos que têm apoio legal, uma vez que estão garantidos nos artigos 218 e 219 da nossa Constituição.

Por essa razão, desde que assumimos o Governo do Rio Grande do Norte, não medimos esforços para garantir o funcionamento da FAPERN. Para tanto, tomamos uma série de medidas que tornaram possível oferecer reais condições de trabalho. Inclusive, atendendo a uma necessidade real da instituição, viabilizamos e solicitamos servidores de diversos outros órgãos para compor a equipe técnica.

Uma vez composto o capital humano, chegara o momento também de pensar no capital de investimentos. Portanto, é a primeira vez que a FAPERN, desde sua criação, em 2003, tem, de fato, autonomia financeira. E isso está ocorrendo agora por meio da disponibilização de recursos do PROEDI, gerenciados pelo FUNDET, que garantem apoio ao desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação (CTI) em todo o território do Rio Grande do Norte.

Acreditando que o fortalecimento da pesquisa científica é totalmente perpassado pelo bom relacionamento com as Instituições de Ensino Superior (IES), restabelecemos o diálogo com as quatro IES públicas do nosso Estado: UERN, UFRN, UFERSA e IFRN. Além disso, estimulamos que diversos órgãos do Governo fizessem e façam convênios com a FAPERN, de forma a favorecer o desenvolvimento social e econômico a partir da Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI) no Rio Grande do Norte.

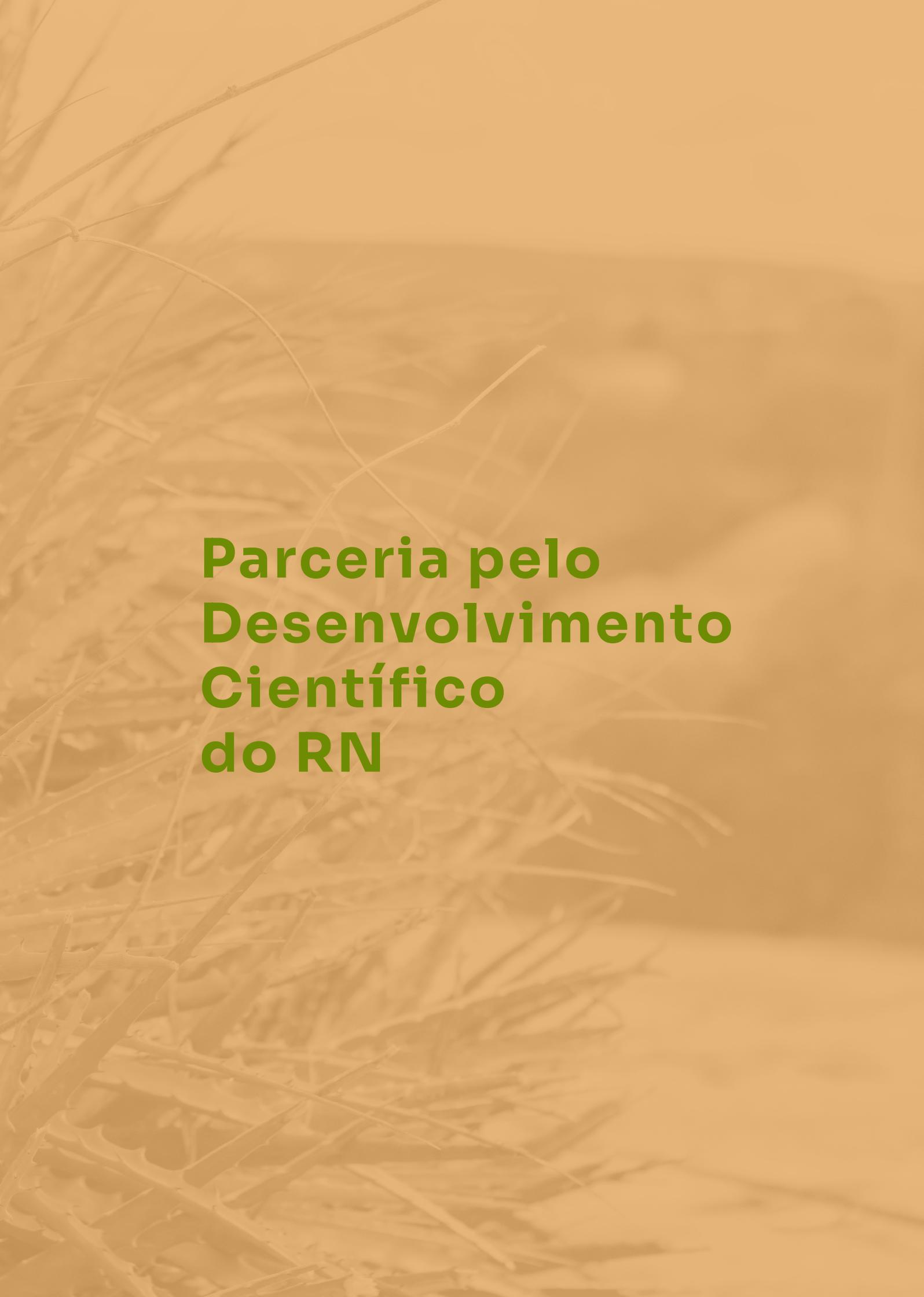
Por fim, esta publicação que chega até o leitor faz parte de uma série de medidas que se coadunam com o pensamento – e ações – de que os investimentos em educação, ciência e tecnologia são investimentos que geram frutos e constroem um presente, além, claro, de contribuir para alicerçar um futuro mais justo e mais inclusivo para todos e todas!

Boa leitura e bons aprendizados!



Fátima Bezerra

Governadora do Rio Grande do Norte



**Parceria pelo
Desenvolvimento
Científico
do RN**

A Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Norte (FAPERN) e a Fundação Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (FUERN) sentem-se honradas pela parceria firmada em prol do desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação. A publicação deste livro eletrônico (*e-book*) é fruto do esforço conjunto das duas instituições, que, em setembro de 2020, assinaram o Convênio 05/2020–FAPERN/FUERN, que, dentre seus objetivos, prevê a publicação de quase 200 e-books. Uma ação estratégica como fomento de divulgação científica e de popularização da ciência.

Esse convênio também contempla a tradução de *sites* de Programas de Pós-Graduação (PPGs) das Instituições de Ensino Superior do Estado para outros idiomas, apoio a periódicos científicos e outras ações para divulgação, popularização e internacionalização do conhecimento científico produzido no Rio Grande do Norte. Ao final, a FAPERN terá investido R\$ 100.000,00 (cem mil reais) oriundos do Fundo Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNDET), captados via Programa de Estímulo ao Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Norte (PROEDI), programa aprovado em dezembro de 2019 pela Assembleia Legislativa na forma da Lei 10.640, sancionada pela governadora, professora Fátima Bezerra.

Na publicação dos *e-books*, estudantes de cursos de graduação da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) são responsáveis pelo planejamento visual e diagramação das obras. A seleção dos bolsistas ficou a cargo da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE/UERN).

Foram 41 obras submetidas em sete (07) editais, 38 delas serão lançadas. Os editais abrangeram diferentes temáticas assim distribuídas: no Edital 17/2020 - FAPERN, os autores/organizadores puderam inscrever as obras resultantes de suas pesquisas de mestrado e doutorado defendidas junto aos PPGs de todas as Instituições de Ciência, Tecnologia e Inovação (ICTIs) do Rio Grande do Norte, bem como coletâneas que foram resultados de trabalhos dos grupos de pesquisa nelas sediados.

No Edital nº 18/2021 - FAPERN, realizou-se a chamada para a publicação de *e-books* sobre o tema “Turismo para o desenvolvimento do Rio Grande do Norte”. No Edital nº 19/2021 - FAPERN, foi inscrita a chamada para a publicação de *e-books* sobre o tema “Educação para a cidadania e para o desenvolvimento do Rio Grande do Norte: relatos de ações exitosas”. No Edital nº 20/2021 - FAPERN, foi realizada a chamada para a publicação de *e-books* sobre o tema «Saúde Pública, desenvolvimento social e cidadania no Rio Grande do Norte: relatos de ações exitosas”. O Edital nº 21/2021 - FAPERN trouxe a chamada para a publicação de *e-books* sobre o tema “Segurança pública, desenvolvimento

social e cidadania no Rio Grande do Norte: relatos de ações exitosas”. O Edital nº 22/2021 - FAPERN apresentou a chamada para a publicação de e-books sobre o tema “Pesquisas sobre o Bicentenário da Independência do Brasil (1822-2022): desdobramentos para o desenvolvimento social e/ou econômico do RN”. O Edital nº 23/2021 – FAPERN realizou a chamada para a publicação de *e-books* sobre o tema “Pesquisas sobre o Centenário da Semana de Arte Moderna (1992-2022) desdobramentos para o desenvolvimento social e/ou econômico do RN”.

Com essa parceria, a FAPERN e a FUERN unem esforços para o desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Norte, acreditando na força da pesquisa científica, tecnológica e de inovação que emana das instituições potiguaras, reforçando a compreensão de que o conhecimento é transformador da realidade social.

Agradecemos a cada autor(a) que dedicou seu esforço na concretização das publicações e a cada leitor(a) que nelas tem a oportunidade de ampliar seu conhecimento, objetivo final do compartilhamento de estudos e pesquisas.



*Maria Lúcia
Pessoa Sampaio*

Diretora-Presidente da FAPERN

*Cicília Raquel
Maia Leite*

Presidente da FUERN



*À minha mãe, Rita,
por todo o apoio e amor.*



Não posso deixar de registrar minha gratidão àqueles e àquelas que estiveram ao meu lado nesse contexto tão árduo, não importa o meio de comunicação, presencialmente ou não. Todas elas fazem parte dessa pesquisa, dado que fazem parte da minha vida.

Agradeço a Evandro Santos pela ajuda no mundo acadêmico. Tem toda minha admiração e respeito.

À Patrícia e a Leomar, amigos a quem eu sempre recorria nos dias difíceis, nos tempos de medo e angústia. Os poucos encontros presenciais que tivemos nesses anos ainda assim eram marcantes e eu conseguia extrair dali o verdadeiro significado de apoio mútuo, do cuidado do outro e o cuidado de si, do fortalecimento de laços de quem tem certeza que nunca vão ser quebrados.

A Matheus Sousa, pela grande amizade ao longo de tantos anos e que, mesmo sem participar do mundo acadêmico, provocava-me com seus questionamentos de uma pessoa curiosa, de uma pessoa que queria contribuir de alguma forma. Saiba que contribuiu e muito.

A Dikson Almeida e Johnnys Alencar, companheiros de jornada acadêmica. A produção de artigos em conjunto, as viagens, a camaradagem, a organização de eventos, tudo foi muito crucial nesse momento de travessia.

À Elisa, minha irmã, a Fabio, meu pai e especialmente à Rita, minha mãe, por todo apoio, suporte, carinho, amor e preocupação, por me ver horas e dias trancado no quarto e, mesmo assim, proporcionou-me cuidados e afetos, tornando mais leve a minha ansiedade com a finalização deste trabalho.

Apresentação



O presente livro investiga os usos da noção de sertão nos textos publicados na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, entre os anos de 1934 a 1972. Discute os escritos de homens como Eloy Castriciano de Souza, Nestor dos Santos Lima, José Augusto Bezerra de Medeiros e Luís da Câmara Cascudo, no intuito de enxergar diferentes concepções, contextos e, assim, os usos da noção.

SUMÁRIO

Introdução	14
-------------------	-----------

Capítulo 1

IHGRN como Manifestação do Campo Intelectual	19
--	----

1.1	Teatralização do poder.....	23
1.2	O portão de entrada.....	31
1.3	Forjando um homem: o que fazer (simbolicamente) após a morte?.....	36
1.3.1	O exemplo.....	38
1.3.2	Linearidade.....	41
1.3.3	Passado e presente, o morto e o vivo.....	42
1.4	Sobre valores: norteadores éticos.....	46
1.5	Campo intelectual, poder e produção de saberes.....	51
1.6	Diversidade de representações.....	56

Capítulo 2

Mal-Estar no Sertão: Superação e Poder	64
--	----

2.1	O sertão de tempos passados.....	68
2.2	O sujeito e seu objeto: teleologia do pesquisador.....	79
2.3	O sertão como objeto de reflexão: pensar o outro na história dos sertões.....	86
2.4	Costurando o sertão com a seca: a luta contra a natureza.....	92
2.5	A retórica da superação.....	108
2.5.1	Amaro Cavalcanti: a figura do sertanejo intelectual.....	110
2.5.2	O caso de Juvenal Lamartine.....	118

Capítulo 3

Sertões, Seridó e as Letras: Sertanejo e o Tempo	125
3.1 Obra para mais de anos: a imagem do homem telúrico.....	127
3.2 Sob o signo de Saturno.....	130
3.3 José Augusto e Meira e Sá: políticos e progresso.....	151
3.4 Poder e tempo processo.....	164
3.5 Câmara Cascudo: quando os sentidos e a escrita revelam os sertões para Clio.	172
3.5.1 Peculiaridades: a dicotomia mítica sertão/sertanejo em movimento.....	173
3.5.2 Elogio ao sertanejo.....	180

Conclusão

187

Referências Bibliográficas

189

Introdução

Costumo estudar a escrita da história brasileira. Aquilo que é chamado de historiografia. O *lôcus* no qual se concentrava meu esforço girava em torno do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Contudo, o estudo sobre institutos históricos me levou para outra possibilidade. Com interesse em entender o jogo pelo poder através da escrita da história, dirigi-me às redes de intelectuais do Rio Grande do Norte. Resolvi, portanto, operar uma análise mais específica no que toca à escrita da história do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN), tendo como mote as inquietações sobre representações do *sertão* e seus usos políticos nos textos publicados por este grêmio.

Essa trilha deu margem para discutir os sertões neste último instituto. Porque esta investigação constrói as condições para que se enxergue as referências historiográficas dos intelectuais e/ou pesquisadores potiguares. Sendo assim, cabe voltar às experiências, concepções políticas, sociais e históricas que formulam as noções de sertão na historiografia norte-rio-grandense.

Qual é a faceta (ou quais são as facetas) atribuída(s) ao sertão quando o foco vai em direção às publicações dos Institutos Históricos e Geográficos? Em outras palavras, de que maneira as representações do sertão são forjadas e inseridas na escrita dos historiadores? Perguntas neste sentido motivaram-me a pesquisar a historiografia potiguar, especificamente no que diz respeito aos trabalhos elaborados pelos sócios do Instituto ou, como também é nomeada, a *Casa da Memória potiguar*.

Passo, portanto, pela historiografia dos membros do IHGRN propriamente, além de examinar obras publicadas individualmente, ou seja, para além da Revista, uma produção dos membros que é externa ao instituto.

Os textos da instituição potiguar selecionados para esta análise são de autoria, em sua maioria, de José Augusto, Nestor Santos Lima, Eloy de Souza e Luís da Câmara Cascudo. Eles vão permitir que se analise representações do conceito de sertão elaboradas por referências historiográficas assentadas em uma rede de sociabilidade, a qual se manifesta na Casa da Memória, haja vista que são sócios reconhecidos e, da mesma forma, levam o nome da instituição para diversos espaços sociais, como será apresentado nas discussões à frente.

Presumo, previamente, que a existência de distintos usos da noção de sertão, na escrita da história do Instituto, é influenciada por jogos de poder, por interesses políticos, sociais e estritamente simbólicos. Jogos de poder que pairam sobre o conceito de *sertão*; sendo assim uma peça-chave sobre seu entendimento. Então, isto quer dizer que se poderia pensar a sociedade,

temporalidades e espacialidades a partir dos escritos daqueles que se comprometem a escrever a história. Diante disso, vou averiguar a Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (RIHGRN) tentando narrar os elementos necessários dessa historiografia para problematizar os usos, quem sabe abusos, das representações da ideia de sertão.

Trata-se, enfim, de criticar as relações entre imagem e o discurso, de examinar o conteúdo que urde o tecido entre as palavras e as coisas, de relacionar as condições de emergência dentro daquele universo ou campo. As práticas do discurso são um aglomerado de regras históricas, delimitadas pelo tempo e espaço, que representam situações emergentes do discurso. Direciono minha atenção aos personagens, ao tema, às palavras, contextos, acontecimentos e demais elementos narráveis, considerando as margens históricas e suas condições de emergência diante daquele ambiente textual, porque elas me levam às representações, aos laços sociais de um coletivo, às tramas de determinada sociabilidade que constroem e reproduzem um conteúdo discursivo-imagético, com a intenção de constituir uma *verdade* sobre o passado. Essa perspectiva permite transitar entre diferentes escalas de observação de um objeto, neste caso, a noção de sertão.

O Instituto potiguar reflete em demasia as características da produção historiográfica do IHGB, fundado em 1838, na sede do Império, no Rio de Janeiro. Não à toa, há uma semelhança radical quanto aos Estatutos, as seções de publicação e objetivos de cada instituição. O IHGRN, por sua vez, foi fundado, em 1902, com o intuito político e governamental de colher, organizar e sistematizar os documentos que dizem respeito à história e à geografia do Rio Grande do Norte (RN).

Em um jogo completamente político na disputa de limites territoriais com o Ceará, o governo norte-rio-grandense forneceu respaldo para a criação do sodalício que colaborasse no debate sobre as fronteiras (COSTA, 2017). Assim, foi montado o grêmio que funciona até hoje, na capital, Natal. Para além da arenga territorial, que promoveu em abundância o tema da espacialidade em publicações na revista durante a primeira década de funcionamento, o periódico do Instituto também consagrou lugar para outras seções, como a história da imprensa potiguar, comemorações, biografias e necrologias.

Não vou focar em um único ator histórico, pois o grêmio potiguar aglutina vários pesquisadores da história, escritores do Estado, de variadas localizações e isso pode contar de forma positiva para o trabalho, já que se abre portas para um olhar sobre o coletivo, que é também heterogêneo, pelo menos no que tange as experiências dos diversos sujeitos. Ou seja, a ideia é explorar essa diversidade, realizando um exame geral dos usos da historiografia. As distâncias, distinções regionais e acadêmicas podem favorecer o estudo. Por exemplo, Luis

da Câmara Cascudo é natural de Natal, já Manuel Dantas, fundador do Instituto, é natural de Caicó, enquanto Antônio Mello e Souza advém do município de Nísia Floresta. Fora o fato de membros advindos de outras regiões como o Rio de Janeiro e a Paraíba, como Veríssimo Toledo Piza e Francisco de Salles Meira e Sá, respectivamente. Isso significa uma experiência enriquecedora sobre a pesquisa histórica, porque ela não está regularizada por apenas sujeitos oriundos do litoral potiguar ou de um único espaço geográfico exclusivo.

O primeiro capítulo toca no aspecto de uma visão do IHGRN como campo intelectual. Baseando-se na teoria sociológica de Pierre Bourdieu, lanço a ideia de que o instituto potiguar se caracteriza como uma excelente peça de representação de um espaço de poder, do campo intelectual. Utilizo o conceito *campo social* do sociólogo francês para investigar os atos interessados, aqueles que se manifestam, geralmente, como desinteressados, sem a pretensão de manifestar a vontade própria, isto é, o desejo particular do sujeito. O argumento nesta parte indica que o trabalho historiográfico cravado no seio da revista, neste recorte proposto, apresenta-se na forma de uma teatralização do poder. O IHGRN nos moldes de um palco. Em outras palavras, a utilização do olhar sociológico viabiliza examinar a elaboração de atividades que visam conservar certa imagética do intelectual potiguar, o fortalecimento de uma memória política, e um saber-poder perpetrado pela confusão do âmbito político e intelectual. Neste capítulo, o objetivo é, portanto, desnudar os usos sociais que a revista oferece aos homens de letras e da política, na intenção de manter jogos de poder.

No segundo capítulo, eu começo a tratar especificamente dos usos das representações do sertão. Após passar pelas bases do campo intelectual e apontar como funcionam os esquemas de reconhecimento, de reforço de uma memória sobre os espaços e indivíduos, sigo em direção aos usos de representação. Baseando-se, sobremaneira, nos escritos de sócios como Eloy de Souza e Nestor Lima, analiso seus textos dialogando com o viés psicanalítico (CERTEAU, 2011b; GAY, 1989). Neste capítulo, apresento a ideia de um *mal-estar no sertão*. Inspiração direta do trabalho de Sigmund Freud, ao falar do mal-estar na civilização. Entendo que o sertão se torna desconcertante, neste contexto, para o intelectual norte-rio-grandense (FREUD, 2011). O mundo sertanejo e o sujeito que ali habita ganham o estatuto de algo a ser resolvido. Se o mal-estar na civilização indica uma espécie de sofrimento constante do sujeito que busca a toda hora a sua felicidade (e vale lembrar que cada momento tem seu mal-estar), pode-se entender que o sertão provoca a infelicidade da elite política potiguar, de um conjunto de homens colocados em postos administrativos para lidar com o espaço público. O sertão desarmoniza o universo político-intelectual. É um espaço particular caracterizado como entrave à região, ao Estado, ao poder. Quando relacionado mormente à seca, considero que o sertão é representado como um problema primário para os homens da política. Em outras palavras, é o sertão sendo moldado por esse discurso-imagem, por uma dada figuração de problema, o sertanejo e seu mundo

“problemático”. Essa é uma das frequentes facetas que o sertão adquire e, assim, questiono: de que maneira é construída essa imagem no que tange as narrativas perpetradas entre os sócios do coletivo potiguar? O discurso das secas é apresentado e divulgado *no*, e para além *do*, IHGRN. Obras como *Calvário das Secas*, de Eloy de Souza, vão ajudar nesta análise, pois o autor constrói um sertão pautado nessa noção apresentada. Portanto, coloco à mesa um debate recente a respeito dos estudos sobre o sertão, onde se configura discursiva e imagetivamente uma noção de sertão problemático, isto é, que precisa ser superado, transformado; noção esta encontrada no grêmio através de determinados sócios. Meu ponto é sustentar, aqui, que se constrói até mesmo uma retórica da superação, onde as letras seriam o caminho propulsor para sobressair a este sertão-problema, que atravanca o desenvolvimento do sertão, como está colocado nas fontes.

No terceiro capítulo, busco analisar um segundo uso do conceito de sertão. Este caminho me leva a examinar o sertão do Seridó, construído discursivamente como palco de uma legitimação política, emancipadora, uma construção simbólica, arquitetada no diálogo do âmbito político e intelectual.¹ A principal personagem neste palco de narrativas é José Augusto Bezerra de Medeiros, que publica seus escritos não apenas no IHGRN, mas também em obras particulares, de forma que advoga, em um jogo de distâncias, a independência do sertanejo seridoense e suas raízes dos grandes homens daquele universo, dos intelectuais do sertão potiguar. Junto a este discurso da grandeza, há também a conjugação de diversas temporalidades nessa tessitura de narrativas.

A variável do tempo histórico neste momento é crucial, pois essa emancipação que retorna como ponto de apoio à figura do intelectual sertanejo também tem respaldo num enlace de passado, presente e futuro. Argumento que há encontros e desencontros de tempos. Variáveis que tocam em temporalidades baseadas nas correlações entre espaços interioranos e o Estado/nação; um tempo mais particular, do sertanejo, e o tempo mais geral, que envolve o todo, no qual o sertão se encaixaria. Esse jogo de distâncias sustenta-se nos escritos em prol de um Seridó legítimo, emancipado e reconhecido.

1 O Seridó divide-se em duas microrregiões, localizando-se na parte centro-meridional do Rio Grande do Norte, e na porção centro-setentrional da Paraíba, também denominadas, respectivamente, em Seridó Ocidental e Seridó Oriental. Ou seja, o Seridó constitui os sertões de ambos os Estados. E no Rio Grande do Norte, particularmente, o referencial do Seridó emprega uma identidade espacial muito forte, junto com elementos histórico, social e cultural. A cidade de Caicó, justamente o berço de José Augusto, encontra-se no seio do sertão seridoense, por isso levou em consideração a importância desse espaço para esta pesquisa e a análise das relações sociais de Augusto.

Caberia a pergunta: esse processo de distanciamento/aproximação entre o sertão e o país ocorre apenas por que agora se está falando de um Instituto estadual? As diferentes distâncias entre o todo e o particular acontece devido ao processo de construção do Estado Nacional - contexto da Era Vargas que me refiro - ter influenciado a escrita robustecendo as perspectivas nacionalista e regionalista? São questões a considerar. O que está em jogo é o caráter dessa escrita, onde o sertão surge quer como berço dos intelectuais, quer como experiência de tempo para os sócios do IHGRN. Para isso, opto por destacar os estudos de Reinhart Koselleck no que diz respeito aos *estratos do tempo* (KOSELLECK, 2014). Uma perspectiva que proporciona entender o tempo não apenas como uma coisa só, concreta, linear ou cíclica, mas sim irregular, aleatória, onde o pesquisador, levando em conta essas noções, possa ter em mente a multiplicidade de experiências que o tempo histórico (ou tempos históricos) carrega(m).

A partir desses incômodos, enxergo que as reflexões em torno da RIHGRN têm muito a contribuir com os estudos sobre as representações do sertão na historiografia potiguar. Neste livro, portanto, tento colaborar com as discussões da área de história dos sertões, no sentido de promover o debate sobre as histórias que o universo sertanejo carrega e que pode fazer pensar sobre os aspectos e usos de determinadas noções, como é o caso da ideia de sertão. Sendo assim, seleciono para o elenco dessa investigação a perspectiva historiográfica, sociológica e psicanalítica, de maneira a abrir horizontes de compreensão e uma nova economia discursiva que leva uma crítica para as representações do sertão geralmente associado às visões tradicionais da seca, do interior, da fome, dos retirantes e do que as elites conseguiram enxergar, propriamente. Quero apontar para os sertões que sofreram cristalizações, no intuito de mostrar os problemas, jogos de poder, interesses, os entraves lógicos e generalizações que existem nesses discursos. Está delimitado o percurso desta viagem.

Capítulo 1

IHGRN como Manifestação do Campo Intelectual



As histórias importam. Muitas histórias importam. As histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar.

Chimamanda Adichie,
(O perigo de uma história única)

Para encaminhar a análise da noção de *sertão* dentro das cadeias narrativas do IHGRN, reservo, inicialmente, um momento a considerar as estruturas do embasamento teórico seletivo nesta pesquisa, começando pelo conceito de *campo*. Julgo-o acessível e acolhedor aos questionamentos semeados ao longo do trabalho, considerando indispensável a teoria sociológica na contribuição desta pesquisa. Em outras palavras, abro um espaço para interligação de conhecimentos na busca de identificar os espectros sociais que rondam as fontes, atribuindo maior alcance do processo investigativo e historiográfico.

É exigência, por assim dizer, que se faça apresentar minimamente o conceito de *campo* do sociólogo francês Pierre Bourdieu, de quem tomo emprestado tal recurso teórico. Este entendimento teórico – além das devidas noções paralelas ao trabalho do investigador citado, como a ideia de capital simbólico – corresponde à minha compreensão durante este primeiro capítulo.

A primeira ideia para compreender bem a mecânica dos *campos sociais* é entendê-lo como um jogo. Este é o termo que Bourdieu utiliza em suas obras, com frequência, ao tratar de sua teoria social. Praticamente desenhando os pilares das relações sociais, ele insiste nesta expressão. Por definição, jogos têm regras, disputa e, logo, jogadores. Adversários, então, lutando para conquistar prêmios disponibilizados, conferidos e consagrados por cada campo. O caminho até o troféu não é ofertado a todos. O campo, portanto, apresenta-se como um espaço de relações sociais ocupado por agentes e seus respectivos interesses. Sobre o conceito de campo, Bourdieu coloca:

Um campo (...) define-se entre outras coisas definindo paradas em jogo e interesses específicos, que são irreduzíveis às paradas em jogo e aos interesses próprios de outros campos (não se pode fazer correr um filósofo com as paradas em jogo dos geógrafos) e que não são percebidos por alguém que não tenha sido construído para entrar nesse campo (cada categoria de interesses implica indiferença perante outros interesses, outros investimentos, assim votados a serem percebidos como absurdos, isentados, ou sublimes, desinteressados). Para que um campo funcione, é necessário que haja paradas em jogo e pessoas prontas a jogar esse jogo, dotadas do habitus que implica o conhecimento e o reconhecimento das leis imanentes do jogo, das paradas em jogo, etc (BOURDIEU, 2003, p. 120).

À primeira vista pode parecer árduo essa conceituação, mas vale continuar tentando esclarecer. Os campos possuem suas próprias lógicas, valores e prêmios. Até o comportamento altera-se com base no espaço social que determinado indivíduo pertence (BOURDIEU, 1996). Portanto, não é difícil imaginar, a título de exemplo, um historiador se sentindo estranho em um edifício da bolsa de valores. Ele vem de um campo social bastante diferente daquele. Assim como é de se supor o estranhamento de um economista em algum arquivo documental. São

mundos sociais bem distintos. Qualquer campo aponta sua porta de entrada, esclarecendo regras e deixando claro rapidamente quem são os jogadores dominantes. Estes últimos declaram quais são as normas para aqueles que pretendem adentrar no jogo de determinado campo social. Traduzidas na forma de estatutos, artigos de concessão, termos de entrada, as normas para adentrar no campo são expostas seja qual for a situação.

A análise sociológica, que é a de Bourdieu, emerge para provocar a ruína de ilusões biográficas e sociais, promovidas por instituições ou por obras singulares - e isto é o que mais me interessa. Ora, esta investigação “opera uma ruptura radical com a imagem profundamente complacente da existência humana defendida por aqueles que, a qualquer preço, desejam pensar-se como ‘os mais insubstituíveis dos seres’” (BOURDIEU, 1996, p. 11). Ou seja, estou lidando com um pensamento com claro intuito de desnudar aparências socialmente construídas, imagens purificadas de indivíduos e coletivos das suas mazelas e interesses. O prestígio, singular e coletivamente convertido em meta, desejo, objetivo, arrola-se no horizonte de expectativa desses homens. Glória, poder, uma história consagrada entre pares, enfim, tudo isso facilmente encaixa-se como interesse, a busca incansável de pessoas dentro dos espaços sociais. Assim, os mecanismos operadores dessa construção – que é histórica e social – são levados como alvo da crítica tipicamente sociológica, aqui, orientadora de nossa problematização.

Ainda no diálogo com a sociologia, é preciso deixar claro uma questão importante. No campo intelectual, aquele que assume a responsabilidade de falar em representações do mundo acaba ficando seus pés no âmbito do diálogo político. Em outros termos, o indivíduo que elabora discursos na intenção de falar sobre objetos ou ações da vida humana, está se inserindo em um duplo jogo: o jogo dos próprios intelectuais e o jogo político. Quer dizer, tecer narrativas para tentar dar conta do mundo da vida é fazer discursos que envolvam o humano e, portanto, trata-se de colocar à mesa representações e ideias que são disputadas socialmente (BOURDIEU, 2003). Pierre Bourdieu complementa:

(...) a produção das representações do mundo social, que é uma dimensão fundamental da luta política, é um quase-monopólio dos intelectuais: a luta pelas classificações sociais é uma dimensão capital da luta de classes e é por esse lado que a produção simbólica intervém na luta política. As classes existem duas vezes, uma vez objetivamente, e uma segunda na representação social mais ou menos explícita que delas fazem os agentes e que é uma parada em jogo de lutas. Dizer a alguém “o que te está a acontecer, é porque tens uma relação infeliz és um proletário a quem roubam a mais-valia” não é a mesma coisa (BOURDIEU, 2003, p. 66).

Em outras palavras, o mundo não se resumiria à produção de bens materiais. A parcela cultural, de acordo com Pierre Bourdieu, tem sua importância (BOURDIEU, 2007). Cada microuniverso deve ser analisado por suas relações de poder. Quando o enunciado vem ao

mundo é preciso atentar-se, pois esse determinado discurso está intrinsicamente ligado com o espaço e aos pares que o habitam. Esse espaço é o *campo*, muito fértil para se pensar as estruturas erigidas por indivíduos detentores de grande poder, ao qual externa-se em palavras e nas posições sociais arranjadas no seio da sociedade.

O que os jogadores disputam dentro de um campo? Para que o jogo continue de pé é preciso que as lutas façam sentido, quer dizer, que os campos ofereçam troféus, glória e poder para ser conservado e alvo de adversários. Essas premiações traduzem-se a partir de nomeações, títulos, capital social, ou seja, reconhecimento, legitimidade, notoriedade e poder dentro de uma instituição. Quanto mais capital este sujeito tiver, mais estratégias e vontade de buscar capital ele terá. As práticas dos espaços sociais voltam-se para almejar mais e mais capital, poder e força. Enquanto houver luta haverá história. Percebe-se aqui a evidente dosagem de influência marxista no pensamento de Bourdieu. Há leis gerais nos campos (BOURDIEU, 2003). A primeira, já abordada, é a lei da luta entre os dominantes e dominados do campo social, luta por significados, luta pelo reconhecimento, por legitimidade, por poder simbólico. E a segunda é a lei da conservação de capital social por parte dos poderosos, dos dominantes. Para Bourdieu, não dá para entender o campo intelectual sem essas duas premissas (BOURDIEU, 2003).

Homens de diferentes locais, com variados interesses adentram no mesmo círculo social, erigido na união entre história e geografia. O campo intelectual torna homogêneo, em parte, o que é heterogêneo. A rede social confere uma inclinação comum aos sócios, ostensiva em relação ao compartilhamento de gostos e ideias. Por exemplo, uma das referências norteadoras do trabalho e investimento de energia dos sócios do IHGRN passa a ser a pesquisa histórica como prestação de *serviços ao Estado*. E é assim que nasce o Instituto, em 29 de março de 1902, com forte interesse em fazer justiça aos limites territoriais num conflito com o Estado do Ceará, o que ficou conhecido como a “Questão de Grossos” (MENEZES, 1997). Enxergo nos anos iniciais do IHGRN o labor para criar significado histórico e geográfico para o Estado do RN. O interesse para se pensar a historiografia do Estado já existia, mas o choque com o Ceará foi justamente um fato promovedor de organização; provocou causa política suficiente para erguer um sodalício, enfim, este é o pontapé para a criação da Instituição (FERNANDES, 2012). E assim como outros Institutos, o IHGRN reúne esforços ao longo de suas primeiras décadas de empenho para escrever sua história no processo de *nation-building*, isto é, o grande processo de integralização da nação, dos seus espaços e também de suas histórias; projeto este com raízes no oitocentos, a partir do IHGB (GUIMARÃES, 2011).

Justamente a primeira década de funcionamento da Instituição potiguar tem como alvo fazer ver e dizer um espaço com limites bem estabelecidos. Homens como Augusto Tavares de Lyra, Coelho Rodrigues e Felisbello Freire focaram suas forças para apresentar uma geografia

e história em consonância com a identidade norte-rio-grandense. De certa maneira, os artigos, ensaios e demais textos proporcionam uma reconstrução da trajetória histórica da colonização até chegar na Primeira República. No entanto, o esforço para essa conciliação Estado-Nação estende-se ao longo das décadas, com publicações referentes até a década de 1960.

Compreendo que a luta pelo poder não se estabelece apenas no jogo dominado-dominante. Vai além. O poder é o grande guia, o norteador da luta pelo saber legítimo. Em síntese, o saber também é poder (FOUCAULT, 2005). E ter um saber legitimamente aceito pela maioria também é objeto de disputa. Assim como a história, o saber legítimo é fonte de luta. Para que se possa conhecer as formas de conservação do saber-poder, as manifestações de tal configuração, e como o IHGRN confere aos sócios um espaço para esse jogo, analiso adiante uma forma de conservar o saber, junto à construção da memória, que é aceita pelo grêmio e compartilhada historicamente.

1.1 Teatralização do poder

Nestor Garcia Canclini discute o que ele chama de *teatralização do poder* (GARCIA CANCLINI, 2008). Esta ideia será cara a este trabalho nas próximas páginas, pois eu enxergo este processo ativo nas redes intelectuais dos institutos históricos e geográficos, e o IHGRN não escapa desse ato. Inserida dentro das operações produtoras e afirmadoras de legitimidade, o ritual de teatralização consiste em auferir um capital simbólico dentro de instâncias legitimadoras, e a história torna-se um aparelho ostensivo na busca de exercer o poder. Ou seja, analisar a teatralização é tornar visível o processo autoafirmativo de uma determinada ideologia com base, por exemplo, em monumentos, justamente o que Garcia Canclini fez em seu estudo. Mas posso me apropriar dessa perspectiva e refletir isso também a partir do Instituto potiguar, mormente durante o trabalho de homenagear, de celebrar, lembrar mediante biografias, de ritualizar a imagem dos sócios falecidos ou então de participantes da política norte-rio-grandense que ali compartilham do espaço.

Vejo o IHGRN como uma esfera de manifestação do campo intelectual, pois a instituição se apresenta como um lugar bem definido, um espaço que articula regras, valores, reconhecimento; que produz uma historiografia interlocutora das vedetes nacionais da história, além de manifestar o jogo do poder, ou mesmo o processo saber-poder. O instituto é parte de um todo (o campo), e se relaciona com outras partes, como é o caso de jornais e demais grêmios de letrados. O sodalício constitui, portanto, os seus próprios mecanismos e esquemas de afirmação. Segue à frente alguns exemplos.

Em dois volumes da RIHGRN, encontrei espaço reservado às considerações alheias que descreviam o papel social que a Casa da Memória conferia ao Estado potiguar. Nomeadas como *Diversos Juízos da Imprensa Natalense*, essas seções estabelecem a manutenção de um caráter ao instituto, escrevendo sobre o serviço de pesquisa, de construção da memória por parte dos sócios. Quem fez esses juízos? Jornalistas potiguares, da imprensa natalense, dos jornais *A República*, *A Ordem* e do *Diário de Natal*. É selecionado pela redação um trecho de Rômulo Wanderley, escrito em março de 1943, no jornal *Diário de Natal*, e inserido na RIHGRN, publicada em 1948:

Nesses 41 anos de vida, o Instituto prestou inapreciável serviço ao nosso patrimônio histórico e ao desenvolvimento da nossa cultura. Nas suas vitrinas e salas de exposição permanecem relíquias veneráveis sob todos os aspectos. Os milhares de volumes da sua biblioteca estão diariamente entre as mãos dos estudiosos que a ela comparecem em pacientes e frutíferas pesquisas.

Dentro daquele ambiente silencioso, a gente encontra uma parte da história do Brasil e toda a história do Rio Grande do Norte (DIVERSOS, 1948, p. 46).

A doação da revista em outros espaços de sociabilidade dos letrados faz circular discursos, narrativas a respeito dos heróis eleitos pelos pesquisadores, por porta-vozes da memória norte-rio-grandense, homens vinculados à ideia de cultura, além disso, o movimento do periódico em outros espaços sociais impulsiona o renome dos sócios, atribuindo-lhes reconhecimento e notoriedade.

Pouco a pouco esse processo é evidenciado. Essas seções não estão lá à toa, pois a opinião dos outros é importante; pode ser vista como estratégia útil nas relações sociais, vale o destaque. Afinal, as considerações manam um teor especializado e privilegiado, partindo de lugares sociais conferidos como autênticos para emitir uma opinião valorada e pertinente para aquele receptor da mensagem. Em outras palavras, os elogios dos jornais publicados na revista apresentam-se como esquemas recíprocos de busca por reconhecimento. Ou seja, a lógica seria compartilhar de um conhecimento com pessoas que possuem uma posição social destacada ou legitimada, e em troca receber algum reconhecimento, certa valorização por profissionais que compartilham de capital simbólico específico. Assim, o Instituto escala sua luta por um lucro social, pautado na ideia de serviço à pátria e ao Estado.

Ora, há intencionalidade egoísta nas passagens do presidente Lima, e também nas seções que apresentam o juízo alheio, de colegas do campo intelectual. No volume impresso de 1952, encontro reservado espaço para mais uma rodada de elogios ao Instituto por jornais. A redação do jornal *A República* assinala:

A ilustre confreira encerra vários trabalhos de mérito, focalizando assuntos de relevante importância, como a conferência do dr. Nestor Lima, sobre a Fortaleza dos Reis Magos, um estudo sobre o Pelourinho, da autoria do comendador Câmara Cascudo, um trabalho sobre as margens do Potengi, original de Moreira Brandão Sobrinho, um comentário sobre a Guerra do Paraguai, por Adauto da Câmara, além de relatório da Presidência do Instituto Histórico, resumos de atas, necrológios, etc. Somos gratos pelo exemplar que nos foi enviado (DIVERSOS, 1952, p. 266).

Esta consideração foi feita em dezembro de 1944, mas publicada somente no ano de 1952. Então, o reaproveitamento de opiniões alheias envolvia uma ampla margem temporal. Se as fontes indicam que a revista circula entre esses jornais, publicando os pareceres e elogios dos jornalistas a respeito de artigos específicos e da revista como um todo, isso configura, portanto, uma teatralização do poder. Uma rede legitimando o trabalho da outra. Então, é viável imaginar que o periódico tinha uma grande circulação na própria Natal, no litoral, já que os três jornais citados tinham como sede justamente a capital norte-rio-grandense. Já quanto às outras regiões e cidades do Estado potiguar, pela ausência de indícios, é difícil fazer qualquer afirmação.

Não é árduo imaginar que a legitimação social ocorra devido à presença do discurso de outras pessoas, de um determinado público, de instâncias sociais conferidas autenticamente justas e próprias para o ganho de capital social. A teatralização visa fazer legítimo o saber cultivado pela instituição e os discursos proferidos naquele espaço. Por isso a necessidade da opinião e elogios externos ao instituto. Contudo, não apenas isto. É necessário, para um trabalho puramente ritualístico, que seja emitido um saber interno ao instituto, construído pelos próprios sócios, na intenção de elaborar a relação de saber-poder, quer de assuntos relacionados à história e à memória do Rio Grande do Norte, quer dos próprios sócios. Estes últimos ganham uma vasta produção, espalhadas entre livros e volumes da própria revista. Daí vem todo o aparato de biografias, homenagens e memórias, conferindo aos vivos e mortos um suporte social e legítimo para o instituto e seus discursos.

A teatralização do poder tem uma plasticidade considerável. Ela está presente ao longo dos anos, junto à historiografia da instituição. Apresenta-se, por exemplo, na organização da história dos indivíduos seridoenses. Note-se que muito dos profissionais da política dessa região potiguar adentram no instituto. E lá, eles moldam a memória dos atores políticos que ao mesmo tempo, a depender dos casos, são também familiares. A teatralização do poder reforça laços sociais, amizades, a história de políticos e elites.

Veja-se o trabalho de José Augusto. Caicoense, advogado, Governador e Senador do RN, sócio da Instituição, obreiro da história seridoense, teve um de seus textos publicados pela revista, onde escreve sobre a vida de Almino Álvares Afonso (1840-1899), abolicionista,

Senador nascido pela província do Rio Grande [do Norte]. Augusto fala harmoniosamente da carreira política, construída por seu conterrâneo sertanejo, relacionando diretamente com o seu “êxito”:

O relato de suas atividades pregressas, a narração de sua vida, a história das campanhas em que sempre andou empenhado, a sua intrepidez na luta pelos seus ideais, o seu idealismo, a sua inteligência, a sua cultura, explicam perfeitamente o seu êxito político (AUGUSTO, 1961, p. 12).

Como se houvesse uma espécie de determinismo histórico, um fatalismo, ou uma trilha totalmente linear, Augusto adiciona o “esplendor” acompanhante da vida de Afonso. Aparentemente, faz o leitor imaginar se a história levou Afonso para um caminho inevitável. Em outras passagens, contempla-se o alinhamento do conhecimento e o espaço em que vive, o sertão.

(...) com a ânsia de mais saber e avançar, em pouco Almino se fez professor e passou a ensinar aos meninos sertanejos, ora em fazendas, ora em vilarejos. (...) Em pouco tempo, Almino fez-se advogado nas sessões de júri dos sertões paraibanos, salientando-se pela sua eloquência, pelos seus dons oratórios, pela força e vigor da sua argumentação (AUGUSTO, 1961, p. 16).

Afonso, nas palavras de Augusto, é um sertanejo envolvido com as letras, tem ânsia pelo conhecimento, regozija-se na sessão jurídica. Sendo assim, para Augusto, isso certamente, entre outros elementos, o faz merecedor de presença nas páginas da revista. Como foi construída a imagem de Almino Afonso? José Augusto traça sua trajetória como forte aliado do movimento abolicionista, e reverberando sua atuação na produção da Constituinte após queda do Império, citando a presença do sertanejo com palavras firmes e uma postura convicta que luta pelos oprimidos (AUGUSTO, 1961). E por fim, finaliza apontando “que Almino Álvares Afonso, desde a sua infância, foi bem uma expressão de vigor da gente que povoou e habita os sertões nordestinos” (AUGUSTO, 1961, p. 18). Essa ligação, apressada talvez, é clara. Ela fortalece, indiretamente, a manutenção da memória histórica potiguar. A presença do Instituto nesse movimento constituidor é intensa. O trabalho biográfico do potiguar é um indicativo do processo teatral desse ateliê de pesquisadores. Envolvendo-se com os sujeitos que constavam na história política da província/Estado, os membros do Instituto não poupam palavras na hora de reverberar seus atos, na intenção de amalgamar a rede de sociabilidade com serviços descritos como honrados, dignos e legítimos socialmente. A teatralização do Instituto é um fato social. Articula-se história, ambições coletivas e a vontade de exercer o poder, tramitando entre o espaço político e o espaço do trabalho histórico. Eis o caso de José Augusto trançando a linha da vida de Afonso.

Essa biografia feita por José Augusto representa um movimento atípico na historiografia do Instituto, tratando-se da temática da abolição. Nos anos iniciais de funcionamento do órgão, a figura de Pedro Velho será predominante no que tange a representação da “grande figura” do cenário abolicionista norte-rio-grandense. José Augusto, com essa biografia, coloca outra carta na mesa, quer dizer, lança Almino Afonso como figura cuja presença traria a marca do Seridó neste processo político e social. É uma estratégia de Augusto para marcar o universo seridoense na história da abolição. Não é um ato impensado.

Outro exemplo dessa teatralização é o ensaio biográfico de Floriano de Albuquerque, retratando Amaro Cavalcanti (1849-1922). Com o título de “O homem e o jurista”, apontando para uma dualidade existencial, levando a pensar em duas dimensões separadas – sujeito e sua profissão -, mas que são inexoravelmente a composição de Cavalcanti. O texto ovaciona; cria uma personagem em cima do indivíduo real, praticamente um panegírico, totalmente vinculado à ideologia nacionalista dos grandes homens, ou seja, aqueles que conseguiram realizar ações surpreendentes em prol da nação.

Não nos moveu, portanto, outro intuito, que não o de chamar a atenção dos conterrâneos para esse paradigma de homem, que Juvenal Lamartine classifica “a maior figura intelectual do Rio Grande do Norte, em todos os tempos”, Eduardo Espínola chama de “conspícuo jurista o sociólogo” e Anibal Freire, de “tipo representativo de nossa raça e um dos símbolos de nossa elevação jurídica”. Mui modesto, sabemos, o nosso subsídio, mas é fruto de profunda admiração (...) (ALBUQUERQUE, 1961, p. 73).

Destarte, Amaro Cavalcanti torna-se um paradigma, o exemplo, o modelo a ser seguido, desde a humildade a qual forjou seus valores quando jovem até o aguerrimento no mundo jurídico e intelectual. Digno de nota que essa construção simbólica é também retórica. O trabalho dos sócios parte da mesma premissa, aquilo que Fernando Catroga chamou de um gesto de sepultura, trata-se de exorcizar o morto, porque só o presente pode “dar uma nova luz a ‘vida’ aos que já morreram” (CATROGA, 2015, p. 64).

O processo de teatralização, através do elogio à figura de Amaro Cavalcanti, é um indicativo ético. São vivos falando dos mortos e mortos falando dos vivos. Porque os textos estão contaminados de presente. Um presente que agora soma-se com o fato da morte de alguém. Os textos manifestam esse caráter duplo. Afinal, ao se remeter aos mortos, ainda mais quando são companheiros falecidos, apresenta-se a reflexão daqueles que perderam alguém, no que tange à vida e ações. A teatralização do poder permite enxergar como os presentes elaboram a memória sobre o sujeito já falecido. Esse procedimento diz muito sobre a visão que o sujeito tem daqueles que já se foram. O morto é, portanto, revelador de como os vivos pensam.

Não adentram no processo de teatralização apenas o grupo dominante ou figuras passadas, antigos sócios, falecidos. Importante salientar o conteúdo simbólico dos valores semeados pelos homens daquele espaço de pesquisa. Adiciona-se à consagração coletiva os atributos de conduta, princípios éticos, morais, o amor por uma terra compartilhada e também, vale salientar, a crença religiosa. Os valores atribuídos e cultuados no seio do grêmio são destacados por letrados de outros locais do campo intelectual. Américo de Oliveira Costa, por exemplo, do jornal *A República* tem sua consideração reservada nas páginas da RIHGRN:

(...) nossa legítima Casa da Memória, nunca é demais assinalar, e que, sob a presidência esclarecida e benemérita do dr. Nestor Lima, vive atualmente uma época de raro fastígio cultural e social. Um já longo e útil caminho, sempre sós finalidade e preocupação de servir à terra comum, pela ciosa persistência no culto, no amor, na manutenção, na evocação dos superiores homens, gestas e lendas do nosso passado, lhe dá direito irrecusável ao respeito, à admiração e à simpatia de todos os conterrâneos (DIVERSOS, 1948, p. 44).

Com estas palavras, reforça-se pontos importantes, desde o caráter cultural do Instituto até o papel social dos sócios ali agremiados. A ideia de um trabalho prestado à sociedade encontra eco não apenas neste excerto, mas em diversas situações de homenagens, celebrações, contando com a participação em eventos para além do sodalício. Nestor Lima, o presidente que liderou por mais de vinte anos o Instituto, no centenário do município de Assú, em 1945, cidade que ele é natural, e lá se fez presente representando o IHGRN, repetiu e reforçou um raciocínio presente na passagem de Américo Costa, ou seja, de rememorar os serviços prestados à terra comum, quer dos vivos, quer dos mortos, eles merecem a solidariedade e aplausos. São valores e ideias caros aos homens do grêmio. Nestor Lima, na celebração, discursou:

Atendo, com prazer e com desvanecimento, ao convite honroso que a comissão promotora do Centenário desta invita cidade me dirigiu para falar-vos neste instante crucial da nossa existência de povo civilizado.

Atendo e cumpro o encargo, com a mesma flama de entusiasmo, que hoje abraça o coração de todos nós, filhos amados deste torrão benigno e inesquecível, quando comemoramos o primeiro século da nossa maioridade civil e assim, penetrámos nos vastos umbrais da História da nossa terra.

(...) tenho diante de mim as gerações novas e esperançosas, cada qual porfiando um futuro de glórias, de bem estar, de progresso para a gleba em que nascemos (LIMA, 1948, p. 111-112).

Pode-se imaginar que a criação desses mitos historiográficos, homens que incorporam um bem nacional, um símbolo de louvação, tem como fim a legitimação política. Esses trabalhos produzem muito mais uma imagem autoconsagrada do grupo dominante, ou da elite intelectual, do que uma fiel amostra das relações sociais perpetradas pelo coletivo. Porque,

no final das contas, os sócios estão realizando, na verdade, um processo performativo sobre a identidade de um grupo intelectual e político. Essa identidade coletiva, construída a partir de mecanismos biográficos, e com elementos cimentados na memória, pressupõe fazer *ver-crier* em noções comuns, partilhadas ao longo do tempo. Ter um Estado, uma pátria, uma nação, é partir do princípio identitário que generaliza, torna homogêneo, eliminando as particularidades. Vide, não à toa, a forte presença do teor moral, exemplar e ético inseridos nas narrativas. Esses homens transformam-se nos mitos a serem seguidos. Carlos Tavares de Lyra ao falar sobre seu pai, Augusto Tavares de Lyra, coloca-o na dimensão dos homens da nação. Em suas palavras: “Na verdade, Tavares de Lyra foi uma grande figura nacional que já se sublimou num símbolo. Símbolo de retidão, de justiça, de devotamento ao bem público” (LYRA, 1959, p. 27).

A identidade tem a ver com uma construção histórico-social de origens, com um certo jeito ético-político de atuar na *polis*, com essências, com um *ethos* compartilhado entre a população, de cunho independente, religioso ou civil. E fazem o uso social dessa identidade, de uma história, de um símbolo humano, em proveito da imagem da instituição e da política potiguar. A teatralização, travestida de um aparato biográfico, em celebrações, no trabalho de homenagens e na labuta presente das necrologias, leva esses fatores para o altar, em busca de legitimidade entre as pessoas, seja nos monumentos fincados nas praças públicas, seja na recordação dos homens do Rio Grande [do Norte] a partir da historiografia de instituições.

Estou diante, portanto, de esquemas de teatralização. Mas não apenas isso. Deparo-me com a moralização aplicada na história. Na Antiguidade e no Medievo, a normatização dos valores, princípios e elementos morais estavam escancarados nos textos, em razão que a religião e a moral andavam juntas. Com a chegada da modernidade, a crítica iluminista às religiões, e, por conseguinte, a fé tornando-se privada cada vez mais, as normatizações adaptaram-se em outros âmbitos. É o caso da historiografia moderna. Logo, a moral não acaba, não tem fim. É revivida e inserida em outras estruturas de comunicação (MATA, 2011). Através da narrativa do historiador potiguar que encontramos os elementos moralizantes. As biografias, os artigos, as homenagens aos falecidos, tudo isso carrega uma marca, um peso de relevância a ser seguido e respeitado. É a inteligência e “cultura” de Almino Afonso, e a “modéstia” junto ao letramento de Amaro Cavalcanti. E tudo contribui para esse processo performativo, como a presença de políticos nesse trabalho historiográfico, assim como a retórica e a circulação dos trabalhos em outros espaços de sociabilidade intelectual.

A ritualização é feita por essas redes, garantindo esquemas de autoconsagração entre os pares. Cada um fala bem do colega, adquirindo capital simbólico um pelo outro. As teias de sociabilidade ministram essa preservação, ou melhor, a conservação do poder. O capital social precisa de mecanismos próprios para isso, é o caso das seções de homenagem na Revista,

não apenas para adquirir mais e mais capital, mas também para sustentar o que já se tem (BOURDIEU, 2002).

Falar de indivíduos importantes, nascidos no espaço norte-rio-grandense, como Almino Afonso e Amaro Cavalcanti e suas respectivas origens históricas, talvez vá além de exaltar certa erudição e participação política de cada um deles. Ambos têm em comum a origem do interior do Rio Grande [do Norte]. Quando são abordados, como vimos, não se referem a eles como produtos do litoral. Pelo contrário. São ditos frutos do sertão. Ao se apresentarem, fala-se de seus atributos na atuação política, galvanizando toda uma vida em um texto. O que se vê diante disso é um processo de consumo da representação deste ou daquele indivíduo. Resumindo, o biografado é uma fonte de reconhecimento. A instituição através do trabalho histórico e biográfico se aproveita dessa persona, elaborada como herói do Estado e da Nação, para conseguir caminhar nas vias da legitimidade social e garantir algum capital simbólico com isto (ENDERS, 2014).

Falei que na Revista também encontro um palco para a conservação do reconhecimento e do capital social orquestrado por sujeitos e seus discursos. Isso se materializa em certos momentos. Por exemplo, há espaços de respostas dos sócios a respeito de seus trabalhos, de críticas recebidas por pessoas de outros lugares do campo intelectual.

Nestor Lima insere sua resposta a uma “crítica malévola”, assim considera, feita por algum membro do Jornal *A República*. É interessante pensar nessas respostas dos sócios, pois indicam a formulação e a defesa de um tipo de pesquisador. Lima ao defender seu trabalho, defende princípios e a imagem daqueles que se dedicam ao trabalhar com a história norte-rio-grandense. Em outras palavras, o que se está em questão, aqui, é a defesa de uma imagem, de um *ethos*, que não deixa de ser da mesma forma uma teatralização do poder da potência do pesquisador. A teatralização do poder vai à história, à figura de quem investiga a historiografia e seus domínios. Desse modo, duas dimensões mostram sua autonomia e dialogam, a saber: a política e a pesquisa. Ao mesmo tempo que possuem suas respectivas independências, esses âmbitos estão entrelaçados nas narrativas contidas na RIHGRN.

Embora seguindo contra seu princípio de não responder críticas, ou melhor, ataques baixos, como ele entende, Lima responde afirmando que não aceitará que seu trabalho venha a depender “de quem não está bem informado no assunto” (LIMA, 1940, p. 182). Quem fez essa crítica ao trabalho dele? Não identifica na resposta. Mas aponta que é alguém que escreve no Jornal *A República*, espaço social onde a RIHGRN corre com frequência, como já identifiquei. O crítico do trabalho de Lima diz que há muito para ele corrigir à luz de novos documentos

(LIMA, 1940). O sócio do IHGRN considera isso como ultrajante e não cabe essas críticas ao seu trabalho sobre os municípios potiguares. Em suas palavras:

Quem tiver especial competência e integral serenidade, sem paixão, ou preconceito, quem se sentir livre de erro, engano, ou equívoco, poderá apreciar e julgar o meu esforço, e, condená-lo ou não; mas, a quem faltarem tais requisitos de idoneidade e de competência, não cabe o direito de repudiar o meu trabalho, porque, além do mais, é de elementar e comezinha justiça (LIMA, 1940, p. 184).

Lima articula, em sua defesa, princípios e um papel do pesquisador. Ele corrobora para a manutenção do intelectual investigador da história, sustentando a maneira correta de uma crítica. É certo que ele faz apenas uma citação do que seria essa crítica, não dando espaço para o leitor compreender melhor do que se trata. O acesso que se tem é apenas à indignação do sócio do Instituto. Isso é reflexo de uma narrativa que encontra num modelo de pesquisador uma defesa, um escudo contra a crítica.

1.2 O portão de entrada

Quais os critérios para adentrar no campo intelectual? Antes de responder essa questão é necessário levar em consideração que a pertença ao campo é como um jogo, onde há regras bem definidas, há adversários competindo entre si, no entanto prezando pelo jogo. A metáfora do jogo é deveras pertinente, em razão que permite enxergar a lógica social como um universo interessado, sem romancear competições, vontades de poder e disputas pela liderança. O jogo não é apenas uma metáfora, vale lembrar. É uma forma de conceber o mundo e seu funcionamento. O jogo como conceito de compreensão tornou-se notável a partir do pensamento nietzschiano, desenvolvido na filosofia, sobretudo em grandes nomes como Michel Foucault e presente, da mesma maneira, na sociologia de Bourdieu. Enxergar a história como jogo, aliás, é remover das ações qualquer pretensão de desinteresse (FOUCAULT, 2005).

Através do IHGRN, tenho acesso a uma série de regras, procedimentos, princípios e elementos que funcionam como requisitos norteadores da entrada no campo. Ou seja, um conjunto de condições que o pretendente ao universo intelectual deve respeitar, valorizar e ter como polo orientador de seu trabalho. Os Estatutos do IHGRN publicados no primeiro volume da revista, no ano de 1903, dividem-se em dez capítulos, assinalando objetivos, organização, chaves de entrada. O primeiro artigo do documento deixava claro, em primeiro lugar, as regras do jogo naquele campo:

Art. 1 - O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte tem por fim coligir, metodizar, arquivar e publicar os documentos e as tradições, que lhe for possível obter, pertencentes à história, geografia, arqueologia e etnografia, principalmente do Estado, e à língua de seus indígenas, desde a época do descobrimento do Brasil (ESTATUTOS DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE, 1903, p. 9).

Similar aos Estatutos do IHGB - o instituto carioca -, os códigos do IHGRN seguiam a mesma linha. Alinhavam-se a um conjunto de práticas intelectuais disseminadas em grupos de sociabilidades muito próprias da Primeira República (GOMES, 2009). Se o IHGB foi um dos primeiros empreendimentos no que diz respeito à pesquisa da geografia e história nacionais, o instituto potiguar abordava o mesmo interesse de pesquisa, porém se valendo da geografia e história, principalmente, estaduais. E para isso abre-se um leque de possibilidades no que tange o estudo do universo potiguar. Os dispositivos contidos nos estatutos ordenavam a correspondência com outras instituições, assim como a eventual associação, a depender do caso. Afinal, a circulação das publicações da Revista é justamente o que move o campo, sua atividade. Os mecanismos neste campo estão inclinados ao movimento das ideias. De tal modo, as associações e correspondências permitem a expansão da teia intelectual por outros grêmios e espaços. No quarto artigo, assinala-se que os sócios vão ter direito a um exemplar de cada número, da mesma forma como o IHGRN se incumbirá de distribuir às sociedades literárias. A circulação de ideias deixa de ser apenas uma questão de teatralização e autorrepresentação do poder para ser as conexões, amarras e estratégias de expansão do campo intelectual.

O campo também rege o corpo. Os princípios organizadores do IHGRN conferem ao sujeito que pretende ser sócio efetivo uma delimitação clara de sua presença pelo espaço social. No sétimo artigo do documento, o trabalho da cadência dos corpos apresenta-se restringindo, impondo limites. Para quem quer ser sócio efetivo, é preciso “residir na cidade do Natal ou em lugar que esteja em comunicação fácil e constante com ela, ser cidadão de merecimento nas letras, ciências, indústrias ou artes e ter de idade vinte e um anos, pelo menos” (ESTATUTOS DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE, 1903, p. 10-11).

De acordo com o documento, no capítulo dos deveres dos sócios, esse sujeito deve fornecer “ao Instituto todo o auxílio de sua inteligência e de seu saber e toda sua cooperação moral e material para a prosperidade da associação” (ESTATUTOS DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE, 1903, p. 13). Os deveres, as normas intelectuais, as condições de entrada, são conservadas ao longo dos anos.

Em março de 1927, Nestor dos Santos Lima é quem lidera a comissão de reforma dos Estatutos do IHGRN. O documento publicado em 1902 é atualizado. Pouca coisa é alterada, ou melhor, alguns pontos específicos mudam e são acrescentados. Contudo os mesmos princípios dos primeiros artigos continuam os mesmos. As mudanças de destaque são o preço da revista – dessa vez levando em consideração a relatividade do preço à cada contexto por decisão da comissão organizadora; a inserção dos *Fundadores* na ordem de classes de sócios; o caso de representação do Presidente do Instituto perante os poderes públicos e terceiros, em casos judiciais ou extrajudiciais; alterações formais das competências administrativas da Diretoria. Após a reforma de 1927, os Estatutos não mudam em um raio temporal de 60 anos. De 1934 a 1972, o IHGRN é regido pela revisão dos Estatuto realizada pela comissão de Nestor Lima, em 1927. Neste mesmo ano, ele chega à presidência do Instituto. A partir disso, Lima preside a Casa da Memória por trinta e dois anos. Numa tentativa de propor um panorama do quadro de sócios que passaram pelo Instituto, em dezembro de 1947, consta-se os seguintes dados:

Classe de sócios	Quantidade
Fundadores	05
Efetivos	22
Honorários	08
Beneméritos	10
Correspondentes	88
Total:	133

Tabela apresentando número de sócios em atividade até trinta e um de dezembro de 1947.

Por outro lado, a própria RIHGRN fornece os dados de quantos sócios passaram pelo grêmio. O sócio Silvino Bezerra Neto resume de forma muito clara os números de membros que caracterizam, de certa maneira, o espaço social da Casa (NETO, 1948). Consta-se os seguintes dados:

Classificação de sócios	Quantidade
Sócios admitidos desde a fundação em 1902 a 1947	260
Sócios falecidos de 1902 a 1947	127
Sócios sobreviventes	133

Em 1952, esse número cai para 127, mas na contagem oficial do grêmio, em 1993, o total de sócios sobe para 291. Destarte, o aumento de membros pode significar várias coisas, desde a expansão do campo intelectual norte rio-grandense concatenando outros lugares sociais, e a conseguinte sedução para os interessados na pesquisa histórica potiguar, até o acesso de

novos atores na cena da pesquisa sobre memória, patrimônio, história e interesse em espaços de pesquisa sobre a cultura do Estado. Mas, a melhor hipótese é que o aumento do dinheiro remetido ao Instituto, por parte da administração governamental, permitiu maior abrangência no número de sócios. Desde a fundação, o Estado potiguar mantém parceria com o sodalício, incentivando seu trabalho.

O IHGRN, como esfera de manifestação do campo intelectual, reúne um considerável caldeirão de sócios, nas mais diversas qualidades e categorias profissionais. São advogados, em sua grande maioria, desembargadores, almirantes, embaixadores, coronéis, conselheiros, comandantes, cônegos e padres. Esses homens e mulheres – estas numa grande minoria – formulam o corpo social da esfera. A Casa da Memória institui as regras de entrada, permitindo a inserção de um número tão significativo de consortes, como observado. Mas o mesmo campo também determina as regras de saída. Nos Estatutos do IHGRN, o agente social será desqualificado ou terá sua saída encaminhada se ele deixar de comparecer nas reuniões durante três meses consecutivos, ou se ele deixar de pagar a “joia de cinquenta mil réis, (50\$000)” (NOVOS ESTATUTOS DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE, 1927, p. 7).

Mas a saída é muito difícil. Na verdade, o campo, com sua relativa autonomia, incentiva a conservação dos jogadores, dos sujeitos que ali atuam e jogam. Por exemplo, a nomeação de *eterno* ou mesmo a consagração de *presidente perpétuo* concerne àquele espaço social motivos para permanência. Disputas por títulos é um mecanismo muito comum em dados jogos sociais. O IHGRN segue a mesma lógica. Capital não é apenas dinheiro. Pode ser simbólico também. A Casa da Memória, portanto, alinhada à ideia de relembrar e comemorar os fatos antigos do universo potiguar, também relembra e comemora os sócios, *eternizando-os*, tornando-os perpétuos. O melhor exemplo disso é o caso de Enélio Lima Petrovich. Este liderou o sodalício por quarenta e nove anos (1963-2012) e ganhou a posição de presidente perpétuo em 1988. Talvez essa questão de eternizar, do caráter simbólico do sujeito naquele lugar, de tornar o sujeito um monumento na memória institucional, seja um ótimo ponto de partida para a próxima discussão, pois considero essas engrenagens fulcrais no funcionamento do Instituto.

Nos Institutos Históricos é comum a prática de celebrar, homenagear e prestar palavras aos sócios falecidos ou ainda vivos. Notas biográficas, necrológios e memórias são elementos comuns, desde o a produção historiográfica do IHGB, onde publicavam biografias visando um embasamento para a história nacional (OLIVEIRA, 2011). Por seu turno, no IHGRN costurou-se uma espécie de construção do *homem público potiguar*, uma determinada

idealização compartilhada na escrita dos membros através das notas biográficas, necrológios e homenagens. A instituição salvaguarda um caráter memorial muito forte, não à toa intitula-se também como *Casa da Memória norte-rio-grandense*. Suas publicações demonstram uma estratégia operacional riquíssima que visa não só ganhar um *status* mas também manter esse capital, nutrir uma imagem, ou mesmo conservar determinado quadro imagético do Instituto perante a sociedade.

O volume 52 da revista, correspondente ao ano de 1959, é um fenômeno raro no universo da Instituição, pois ele é, basicamente, dedicado a um único sócio, falecido um ano antes, – Augusto Tavares de Lyra (MELO, 1959). Este sócio foi Governador do Estado, Deputado, um membro do IHGB, Senador e, especialmente, sócio fundador da Instituição potiguar.

Os membros do Instituto são, em sua maioria, pertencentes a uma elite intelectual distinta. Geralmente, possuem cargos militares, atuam como profissionais do direito, ou são médicos e jornalistas. Realizando uma homologia entre o campo intelectual e o campo político, ou seja, uma ligação direta entre dois mundos sociais, os sócios demonstram um forte apreço pela ação no âmbito da história, mas são valorizados, sobretudo, os *serviços prestados à nação e ao Estado* na hora de conceber este *homem público*, como trago à baila agora na análise. Augusto Tavares de Lyra se encaixa neste rol, homenageado pelo seu trabalho dual, na história e na política.

O volume 52 contém doze textos dedicados a Augusto Tavares de Lyra. Os escritos dos sócios Aldo Fernandes de Melo, Luís da Câmara Cascudo, Alfredo Valadão, Tarcísio Medeiros, José Castelo Branco, José Augusto, Hélio Galvão, Carlos Tavares de Lyra, Manoel Rodrigues de Melo (que publica uma carta de Eloy de Souza), publicações da redação do Instituto, publicouse também a notícia do jornal carioca *O Jornal*, e, por fim, o texto do Governador Dinarte Mariz. São narrativas da vida de Lyra, tratando por diferentes prismas, distintas visões em relação à sua vida. Uma análise com várias perspectivas para um único homem, mas revelando a pluralidade de histórias. Talvez não haja um único Augusto Tavares de Lyra. Pretendo realçar, evidentemente, as especificidades de cada escrito, e igualmente os pontos em que confluem.

A partir de tudo isso, surge o panorama de perguntas: como o campo intelectual relaciona o que eles tanto chamam de *vida pública* com o passado de Tavares de Lyra? Sobre quais bases são colocadas em paralelo a vida do político com a vida dedica à história? De qual forma ocorre a teatralização do poder sob o nome do sócio homenageado? Aponto algumas reflexões e considerações a respeito desses questionamentos.

1.3 Forjando um homem: o que fazer (simbolicamente) após a morte?

O Instituto se projetou para o futuro, reflexo, também do governo de Alberto Maranhão, cujos pontos luminosos nunca deixaram de existir no panorama físico e intelectual do Estado. Hoje, decorridos quarenta anos, a agremiação nascida dos argumentos do desembargador Lemos, após a questão de Grossos, é uma realidade palpável, com um rico patrimônio cultural e histórico que honra o Estado. Basta citar-se a sua revista, que anda numa serie magnifica de edições... Depois se referiu o presidente da sessão aos saudosos consócios desaparecidos, desembargador Sebastião Fernandes e dr. Vale Miranda, destacando Nestor Lima o carinho e a abnegação com que se dedicaram aos destinos do Instituto (DIVERSOS, 1948, p. 42).

O excerto retirado do Jornal *A República*, em 1942, e publicado na revista do Instituto, na edição de 1948, conota um caminho intrigante para se adentrar em na reflexão proposta. É viável enxergar pela citação no mínimo dois momentos nítidos: a incitação da criação do Instituto devido problemas do presente, e depois a enunciação aos desaparecidos, isto é, os falecidos.

Apesar de ser mencionado a criação da instituição voltada para o futuro, na verdade os problemas do presente eram essencialmente imediatos, no que tange a busca de soluções. O *já* pesava tanto quanto *depois*. O IHGRN é fruto desse trabalho em prol do presente. O foco estava lá, numa questão política, a disputa dos limites territoriais entre Ceará e RN. E o âmbito político sempre esteve ao redor da história, esta que foi feita de ferramenta no século XIX e XX, em determinados espaços, para consagrar a identidade nacional e regional, um passado comum ao povo. Após essa disputa, pode-se ver representado no trecho do jornal, que se apresenta um momento de consagração dos sócios, de constatar a legitimidade daqueles que fazem parte do círculo dos intelectuais potiguares. Relembrar os “nossos”. Periódicos como a RIHGRN permitem essa diferenciação do alvo dos historiadores.

As revistas são lugares preciosos para ver a transição de ideias. Periódicos conferem ao campo intelectual uma estrutura de sociabilidade mediante fatores como influências, amizades, exclusões, cisões. Em suma, uma revista representa certo lugar de ebulição intelectual e uma rede afetiva.

Para que a investigação prossiga, eu devo considerar a importância das provocações de Pierre Bourdieu quanto à ótica de que não há atos desinteressados (BOURDIEU, 1996). Por

trás das ações, discursos e atos, rondam os mais diversos interesses, visando capital simbólico. Para que não haja dúvida, Bourdieu define:

Aqui é preciso lançar mão de tudo o que diz respeito ao simbólico, capital simbólico, interesse simbólico, lucro simbólico... Chamo de capital simbólico qualquer tipo de capital (econômico, cultural, escolar ou social) percebido de acordo com as categorias de percepção, os princípios de visão e de divisão, os sistemas de classificação, os esquemas classificatórios, os esquemas cognitivos, que são, em parte, produto da incorporação das estruturas objetivas do campo considerado, isto é, da estrutura de distribuição do capital no campo considerado. (...) O capital simbólico é um capital com base cognitiva, apoiado sobre o conhecimento e o reconhecimento (BOURDIEU, 1996, p. 149-150).

Em outras palavras, Pierre Bourdieu aprofunda o conceito marxista de capital, ampliando seu alcance, tornando-o prêmio na lógica dos jogos sociais nos espaços de relação. Nas microrrelações pela sociedade, portanto, de maneira cognitiva e estrutural, a disputa por reconhecimento, por algum tipo de lucro para além do econômico é a única coisa que importa (pois uma larga quantia de dinheiro/salário não é exatamente o que mais vale em certos jogos sociais).

Quando eu levo tal olhar para as fontes, cria-se uma espécie de angústia, um sentimento de pesar em demasia, pois se destacam textos saudosos a um homem de convívio dentro do Instituto, com amplas amizades e inserido em distintas redes de sociabilidade. Dizer que há interesse por trás desses textos, à primeira vista afetivos, pode trazer certo mal-estar. Todavia, uma máxima conhecida é que as representações do passado e do mundo social, em suma, estão no universo da luta política. Portanto, não é recomendável desconsiderar o trato com o ausente, com o morto, em razão que no final das contas fica evidente o interesse por trás dessa posição. O morto, o ausente, faz parte do interesse do historiador, aliás, é o próprio objeto de estudo, de certa maneira. Como aborda Certeau, a escrita da história, há séculos, se resume ao morto (CERTEAU, 2011).

Abro margem, através dessas fontes, para a crítica da sinceridade. Até onde a sensibilidade configura-se como papel na escrita, tomando parte da legitimação do passado de alguém ou de um coletivo? Escrever sobre a vida de um sócio, homenageando-o, cobrindo-o de elogios, leva-me a pensar sobre o papel da retórica e a suspeita da sinceridade. Esse processo envolve o caráter do autor sincero ou podemos enxergar como um ato de interesse coletivo na busca por reconhecimento do grêmio? Os elogios contidos no volume 52, publicado em 1959, não passam de um procedimento narrativo padrão de uma teatralização social?

Esse processo de elaboração discursiva que será legitimado na escrita passa por alguns elementos comuns nos textos aos quais vou me debruçar. Para que a averiguação fique melhor

estruturada, dividi em três tópicos essa *teatralização do morto* conferida no volume em destaque: o exemplo, linearidade e o morto e o vivo.

1.3.1 O exemplo

Na gama de textos em homenagem a Augusto Tavares de Lyra, o primeiro escrito publicado é do presidente do Instituto, à época, Aldo Fernandes de Melo. Escrito em um formato de apresentação de todo o volume, o sócio insere: “ninguém deixou à coletividade um maior exemplo de patriotismo, probidade e pertinácia nas tarefas a que se dedicou, do que esse ilustre confrade desaparecido” (MELO, 1959, p. 5). E mais adiante:

Com este número da Revista, o Instituto Histórico e Geográfico e o Governo do Estado do Rio Grande do Norte, por intermédio daqueles que nela colaboraram, reverenciam a memória deste ilustre cidadão, fazendo registrar fases de sua exemplar vida pública e particular, nesta homenagem aos relevantes servidos prestados à Nação e ao Estado (MELO, 1959, p. 7).

Portanto, Tavares de Lyra seria alguém que transpõe os limites da dicotomia regional-nacional como exemplo de vida pública. Melo forja um apelo ao incomparável, ao tratar Lyra como alguém especial no que diz respeito a ser exemplo para o coletivo. Ele é colocado em um plano onde ninguém fez algo parecido. Ora, assim como Plutarco, Aldo Melo enfatiza as virtudes morais e não um traço cronológico na vida de Lyra. Relembra os valores cívicos realizados pelo sujeito.

Já Luis da Câmara Cascudo fornece um texto que também colabora no debate. A colocação do historiador potiguar ao falar que Lyra era especial, pois segundo o natalense, o falecido sócio “era a própria História, testemunha, partícipe, confidente e espectador de acontecimentos decisivos. Ouvi-lo era seguir uma viagem maravilhosa através de episódios que se tornaram fatos da História do Brasil” (CASCUDO, 1959, p. 10).

Câmara Cascudo assevera a incorporação da história por parte de Lyra, ou melhor, traz essa condição ontológica, ele *é* a história. Sendo ele testemunha e espectador dos eventos, Cascudo aponta na verdade sobre a qualidade de operador da *autopsia*. Esta noção diz respeito à concepção grega de trabalhar a história, bem presente, por exemplo, em Tucídides. Este antigo atribuía um tom agudo de veracidade ao olhar e à presença no acontecimento. Uma profunda valorização. Tucídides relacionava-se avessamente com a ideia de distanciamento temporal. Quanto mais presente, melhor. Tal concepção, essa responsabilidade de ser testemunha, também está presente na modernidade. A título de exemplo, é a preocupação de Jean de Léry, que veio

até a América, ouvindo relatos, testemunhas e, sobremaneira, observando, ele descreveu um universo e seus povos. Seus escritos tiveram tamanha fama que influenciaram até Montaigne e, por conseguinte, Rousseau (CERTEAU, 2011). Mas, em síntese, estou focando na questão de como a visão evoca uma espécie de autoridade. Aliás, não é esse o incômodo da personagem Horácio na peça Hamlet (dramaturgia shakespeariana) que reclama sobre ouvir o boato de um suposto fantasma na corte, e duvidava veementemente do fato, pois não tinha visto sem o testemunho firme dos próprios olhos? Foi construída historicamente uma relação do saber com a visão, dos gregos antigos, passando pelos cristãos até chegar na modernidade (HARTOG, 2013). A questão da testemunha e sua veracidade atravessa a historiografia, dos antigos aos modernos. Duas pessoas, Lyra e Cascudo, ambas com uma mesma característica: testemunha. Respectivamente, um por testemunhar um passado, eventos e processos políticos; o segundo por testemunhar, olhar, ver e acompanhar a vida da primeira e transformar em texto, em discurso.

Restaria se questionar até que ponto isso seria proveitoso na hora de se escrever a história. Em outras palavras, da maneira que está colocada, o que se está fazendo a partir da imagem de Lyra seria uma espécie de história eloquente ou uma história exata, precisa, com pretensão a mostrar a vida de alguém como ela de fato foi? Talvez um encaminhamento para refletir isso venha da seguinte questão: se o problema depende da posição de testemunha do historiador, de que forma uma história seria completa se apenas quem a escreve deve estar presente nos acontecimentos, isto é, naquele exato contexto? Vale notificar, portanto, dois caminhos tomados historicamente, a *autopsia* grega ou o afastamento direto de quem observa o fato, o objeto em questão. Os pesquisadores do IHGRN tomaram uma posição clara, em relação à história de Augusto Tavares de Lyra. Falaram aqueles que o conheciam. Narraram os indivíduos que se fizeram presentes e testemunharam. Devido a isso, seus escritos, como é o caso de Cascudo neste volume analisado, entraram para a história potiguar mediante a revista do Instituto, em detrimento de uma gama de pesquisadores que ficaram à margem da possibilidade de escrever.

De todo modo, a eloquência desses historiadores resvala no clivo do exemplo, tributando o sócio fundador como modelo consagrado. Pois com isso, através do recurso aos *exempla*, o historiador detém um método para contar a história da sua *polis intelectual* ou de pelo menos quem a frequenta. Vale acrescentar o fato diretamente ligado com a tópica ciceroniana da história mestra da vida. Ao se metaforizar o desaparecido como exemplo para os demais, para os vivos, tem-se, então, uma forma pedagógica por meio da vida, aliás, com as publicações e textos, por meio da história. Portanto, marca-se aqui a volta à ideia de que se deve voltar à experiência dos outros como forma de espelho para o presente, como muleta para enfrentar a angústia do porvir, da incerteza (KOSSELECK, 2006).

A angústia aparece, também, quando olhamos de outra forma. Ao registrar a vida do morto, as experiências, seu passado, ou seja, na transformação do indivíduo em história e, posteriormente, utilizá-lo como exemplo; eis aí uma tentativa de parar o tempo, de congelar a reconstrução de uma identidade, de se voltar contra às mudanças e transformações. A efeméride, assim, colabora para a conservação de um passado institucional, um passado objetificado, feito como uma espécie de bloco concreto do tempo, que se distingue do presente, mas não deixa de relacionar-se. Essa manutenção da história do sujeito é a manutenção de um tipo de história. A história da efeméride resiste fortemente no âmbito do IHGRN. Ora, quem não quer a mudança certamente está bem, isto é, está desfrutando de algum tipo de poder, de algum ganho.

Em minha concepção, realiza-se neste processo a junção da *bios*, noção da antiguidade sobre a vida individual, com a história. Fomentando, assim, um traço histórico da historiografia antiga, um traço também narrativo, consagrando-se firmemente nos volumes do Instituto, um louvor ao individual. Esse retorno à Antiguidade, que na verdade está bem presente desde o renascimento, reúne nomes de grandes antigos aqui já citados, como Cícero e Plutarco. Ambos apreciam uma forma de história que é contada pedagogicamente, narrada via exemplo a ser seguido.

Seguindo esse raciocínio, os sócios, ao narrar a vida de Augusto Tavares de Lyra, realizam uma aproximação entre a figura do orador e do historiador. Isto é, diminui a distância entre aquele que narra de forma eloquente com o sujeito voltado criteriosamente para o passado. Ademais, é possível compreender um movimento nesse jogo narrativo: o indivíduo vem à tona para que a cidade seja ovacionada. Orador e sua cidade conectados. Através daquele herói, narrado, o espaço pode ser contemplado. Há aí uma ideia de séculos. Enquanto os chefes não forem bons oradores e vice-versa, os males vão continuar rondando pela *pólis*. O IHGRN faz-se um recanto helenístico, ou então um púlpito romano. Isto quer dizer que o espaço pressupõe comunicação, disputa e harmonia retórica, elementos que carregam a lógica dos interesses, em grande medida, ocultos. Aquilo que não se faz presente nos textos. A teatralização também está montada nesse jogo de junção entre uma retórica e a figura do pesquisador do passado. Nos próximos tópicos, esse jogo retórico soma-se a outros aspectos do processo de ritualização, como a ideia de vida linear.

1.3.2 Linearidade

No mesmo volume, Manoel Rodrigues de Melo publica uma carta de seu amigo Eloy de Souza. Lá o conteúdo expressa uma viagem à infância de Souza onde ele reserva vários parágrafos para descrever como era o menino Tavares de Lyra. E completa os trechos realçando as virtudes do jovem nascido em Macaíba. Escreve para Manoel Rodrigues, detalhando o caráter nostálgico que é falar de Lyra, um voltar à juventude, tempo de admiração. Souza pontua:

Lembrar Augusto Lyra é recordar a Macaíba da nossa meninice, a nossa vida infantil, os nossos brinquedos, a nossa curiosidade, a chegada e saída das barcaças, dos botes e saveiros, numa atividade que constituía para nós, naquela idade, a admiração que tocava quase ao mistério (MELO, 1959, p. 48).

Após este excerto, Eloy de Souza destrincha uma narrativa em estrutura linear. Da infância, passando pela maturidade, a participação no colégio fundado por Pedro Velho, em Natal, depois cursando o secundário em Recife, e logo adiante a matrícula na Faculdade de Direito também naquela capital. A carta de Souza está repleta de passagens de caráter retilíneo, relacionando diretamente a vida privada com a vida pública em progressividade, evolução. Ademais, a carta contém expressões fechadas, por exemplo, “sempre”, “já desde criança” ou “nunca foi” que expressam aquilo que Pierre Bourdieu denominava de ilusão biográfica (BOURDIEU, 1998). Através dessa noção, o sociólogo francês questionava justamente a ideia de uma vida organizada, sem a participação do acaso, com os acontecimentos relacionados às virtudes e dons, com origem e fim. Uma ilusão, pois faz entender que corpo (enquanto algo estritamente biológico) está colado à história, ao que é social. Para Bourdieu, o biológico e o social são assimétricos. Não são correspondentes proporcionais. Daí seu incômodo com esse tipo de história coesa, organizada e linear.

De acordo com Sabina Loriga, numerosa parcela de biógrafos apresentam uma sequência narrativa nos trabalhos, elaborando um quadro, partindo da infância (alguns até antecedem isso narrando o contexto de décadas atrás), vida adulta e velhice (LORIGA, 2011). De tal maneira que, no labor biográfico, a organicidade do corpo perpassa, conduz e/ou orienta social e historicamente a vida do sujeito. Ou seja, a vida biológica enquanto forma de registro na história.

Mesmo assim, em outros momentos como no caso de Câmara Cascudo, a ideia da vida progressiva é reforçada. Coloca-se: “uma vida em linha reta, limpa e clara, sem os escuros misteriosos que explicam, para muitos, a fecundidade ascensional. Uma existência que se pode evocar sem falha, na cronologia natural de uma sequência moral incomparável”

(CASCUDO, 1959, p. 9). A ideia de tempo organizado, de uma ordem vital, de uma diacronia evolutiva, brota das biografias minando um campo que a antropologia de Claude Lévi-Strauss, na Europa, já fazia questão de trabalhar e criticar, ou seja, a tomada da compreensão da experiência de tempo, da história e das relações da sociedade com a historicidade (HARTOG, 2013). No entanto, dando prosseguimento, as palavras de Cascudo influenciam outros sócios, como é o caso de Carlos Tavares de Lyra, filho de Augusto Tavares de Lyra. E o que chama mais atenção é justamente o reforço da ideia linear. Carlos Tavares de Lyra lança um livro como esboço biográfico da vida de seu pai, intitulando a obra de “uma vida em linha reta”, reutilizando as palavras do sócio, Câmara Cascudo (LYRA, 1973).

Por que uma vida em linha reta? Quais os critérios dessa organização vital? O livro aborda a sequência de cargos públicos ocupados por seu pai, Augusto Tavares de Lyra. Portanto, o princípio do ensaio biográfico é de caráter político. Primeiro como Deputado, depois Governador do Estado do Rio Grande do Norte, Ministro da Justiça e Negócios Interiores, Senador, Ministro da Viação e Obras Públicas, Ministro do Tribunal de Contas da União. Mas também há o critério da produção bibliográfica de Tavares de Lyra, como textos e artigos publicados no IHGB e no IHGRN, além de relatórios dos cargos ocupados. O livro de Carlos Lyra é um espectro do trabalho biográfico do IHGRN. É um reflexo dos ensaios que são feitos na instituição. As biografias têm como princípio, aliás, o eco da posição social daqueles homens, transeuntes do espaço político. Nada menos surpreendente que seja esse em primeiro lugar o critério narrativo para talhar a biografia dos sócios. O caráter linear da vida é outro ponto relevante nessa produção do saber histórico da Instituição.

1.3.3 Passado e presente, o morto e o vivo

No desenrolar da construção discursivo-imagética do falecido sócio, vale considerar a elaboração de um referencial para os membros, e por conseguinte para a historiografia da Instituição. Carlos Tavares de Lyra assinala: “na verdade, Tavares de Lyra foi uma grande figura nacional que já se sublimou num símbolo. Símbolo de retidão, de justiça, de devotamento ao bem público (LYRA, 1959, p. 27)”. Um texto publicado pela Redação do Instituto, no mesmo volume, sob o título do Governador Dinarte Mariz, insere o seguinte trecho para justificar o luto de três dias no Rio Grande do Norte: “Considerando que o Ministro Augusto Tavares de Lyra, por inúmeros inequívocos atos de sua vida pública e privada, sempre demonstrou o mais acendrado amor a terra natal (...). (REDAÇÃO, 1959, p. 29)”. A justificação do texto governamental pauta na ata desse *letrado potiguar* não só o amor pela região onde nascera,

onde viera à luz, mas também a dedicação a esse lugar e quem lá mora, seja na condição de cientista ou como político. A imagem é a mesma, alguém que vive para sua região. Enviesado para qual seja o local, cidade ou, neste caso, Estado. O governador Dinarte Mariz, em texto de homenagem, pondera:

(...) é dever cívico de um povo não só cultuar a memória dos antepassados que haja empenhado a sua inteligência e os seus esforços no sentido do engrandecimento da terra comum, mas também, manifestar de público, a sua gratidão pelos relevantes serviços prestados à causa pública (...) (REDAÇÃO, 1959, p. 29).

É possível ver a evidência da marcação de um passado, construído e pensado através da lembrança a respeito do sócio falecido. O sócio fundador referencia um determinado passado, simbolizado como ponto de partida. Quero evitar o uso do conceito *geração* em razão que poderia cair em outras discursões teórico-metodológicas, não obstante certas passagens entre os textos desembocam numa caracterização do passado institucional a partir da imagem de Lyra, de um momento em que ele pode ser um grande pilar. Ora, esse jogo já é conhecido, afinal, assim como Januário da Cunha Barbosa e Marechal José da Cunha Mattos, membros do IHGB, Tavares de Lyra e seu trabalho foram representados como um ponto de partida historiográfico e exemplo do papel social do historiador daquela instituição.

Para além de outras possibilidades, o conjunto de “serviços prestados à causa pública”, o valor mais destacado, citado entre tantos outros pelas biografias, como postulado pelo governador, determina-se aquilo que está por fazer no presente. Ou seja, colocando em texto elementos socialmente aceitos pelo grupo, ou por alguém de reconhecimento, de capital social elevado, conseqüentemente, enterrando ou “exorcizando” os mortos, estabelece-se um *ethos* e um lugar para os vivos. Necrologias e biografias tratam dos falecidos comunicando-se, ética e moralmente, com aqueles ali presentes. As mensagens que circulam ao redor da figura do ausente figuram-se como norteadores para os vivos.

A ação do sujeito feita no passado, agora ausente, porém rememorada, glorificada e remetida àqueles do presente, é o eco de uma normatividade que visa fazer o leitor reconhecer possibilidades de atuação moral e ética, teatralizada para ser digna de lembrança e aplauso. Com efeito, o trabalho de memória não se reduzia à fixação de exemplos, mas pressupunha uma relação de herança e dívida com o passado. Portanto, caberia ainda pensar a elementaridade moral dos discursos, das celebrações e homenagens. Antes de tudo, o que vem a ser moral? Sergio da Mata define:

Ela pode ser inicialmente definida como um conjunto articulado de noções a respeito do que é certo e do que é errado, noções que servem de guias para a ação e se situam

para além da satisfação de demandas ou desejos “imediatistas” do sujeito. Isso parece trivial, e de fato é, mas o que convém sublinhar, a partir dessa definição, é que quem fala em moral, fala em “programas para a ação”, portanto de normatividade e orientação (MATA, 2011, p. 63).

Sendo assim, moral enquanto plano de orientação, substanciada no que tange conduta, noções para agir, pode-se identificá-la marcando forte participação nos discursos. Carlos Tavares de Lyra, em seu texto, revelando os momentos mais íntimos com o familiar, resolve adotar as seguintes qualidades em referência a Augusto Lyra: “homem raro, raríssimo, pelo saber, pelas virtudes, pela coerência, pela compostura moral, social, política, de 85 anos lúcidos de vida dedicada à Pátria, à Cultura, à Família” (LYRA, 1959, p. 24).

Os fatores a serem seguidos, a partir do autor, (pátria, cultura e família) têm raízes históricas, mas aqui, ao se tratar de uma instituição relacionada à disseminação de ideias e informações, esses valores são realocados pelo nacionalismo do contexto governamental de Getúlio Vargas. Faço essa associação porque é muito difícil separar o governo e a política da historiografia (GOMES, 1999). No caso do Instituto, essas duas dimensões são como irmãs, andando lado a lado. Carlos Tavares de Lyra prossegue afirmando os valores do pai:

A grande e principal constante de sua bela *vida pública* foi aquele extraordinário carinho que sempre *devotou ao seu querido Rio Grande do Norte*, a que chamou, no prefácio de uma de suas inúmeras obras, de “terra gloriosa em que nasci e a que tenho procurado consagrar sempre os extremos e afetos de filho amantíssimo” (LYRA, 1959, p. 25).

Acentuam-se os valores patrióticos. A pátria tem por condição uma terra, ao contrário de organizações que não precisam de tal embasamento, o amor patriótico, em questão. O sujeito é colocado atrás do coletivo, numa escala de importância. Define-se uma vida devotada ao Estado. A parte é condição de existência do todo, e isso torna-se exemplo, direta ou indiretamente, de uma “bela vida pública”. Portanto, a noção de moral que parte do indivíduo se torna comum à sociedade, estabelecendo uma espécie de ordem. Principalmente através da linguagem. A moral não acaba. É reconstruída e revivida a todo tempo. Organizações, instituições, grupos de todos os princípios, reelaboram e conservam determinado quadro de valores morais. Com o IHGRN não é diferente.

Para Hélio Galvão, Lyra destacava-se moralmente por ter consigo o valor do reconhecimento da crítica, coisa que faltava aos políticos contemporâneos, na sua opinião (GALVÃO, 1959). Ele cita um trecho de um escrito do sócio homenageado, Tavares de Lyra, em um texto publicado em 1951, intitulado como *Recordando dias Idos*. Neste excerto, pontuava o reconhecimento de seus próprios erros:

Publicado, em 1921, o livro, — História do Rio Grande do Norte, — que tem mais de oitocentas páginas impressas, ofereci um exemplar a Rocha Pombo, meu amigo de muitos anos. Deu-me suas impressões de leitura, em longa e honrosíssima carta, cujo fecho é este: “uma obra definitiva.” Exagero de sua bondade, pois nela há enganos e imperfeições que eu mesmo corrigiria, se pudesse publicá-la em edição revista e aumentada (LYRA, 1952, p. 20).

Isso foi de grande proveito para Hélio Galvão, pois assim ele comparou Tavares de Lyra com o cenário de seus políticos contemporâneos. O autor reclama que outrora “os governadores eram recrutados entre os homens que aliassem à atividade política o indispensável lastro de conhecimentos, a necessária formação intelectual que o exercício da magistratura política exige” (GALVÃO, 1959, p. 75). E complementa considerando que “Agora não é assim.” Aqueles que tem conhecimento podem não ser eleitos, mas se “souber comprar votos, ainda que seja analfabeto, incapaz de qualquer manifestação de saber, pode enfrentar com êxito as multidões votantes” (GALVÃO, 1959, p. 75). Exatamente o contrário do passado, o completo oposto do que se estava acostumado a ver, de acordo com o autor. A figura de Lyra é proveitosa porque o vivo pode falar do seu presente. Quer dizer, há um motivo ou uma possibilidade de lançar um olhar para o mundo no momento da perda do par, do colega. A intriga narrativa está composta, portanto, pelo pesar do ausente junto à reflexão sobre o mundo da vida. É o que resta para aqueles que ficam e a biografia registra esses elementos, de crítica, de moral, de atributos éticos valorados pelo sujeito e pelo universo social. Assim, Galvão foca no traço de profissional da política, realçando essa retórica dos valores do *homem público* potiguar. É um *ethos* forjado pelas ferramentas da pesquisa histórica, a necrologia, biografias e ensaios históricos.

As homenagens consagraram Augusto Tavares de Lyra como um referencial não só pela via do exemplo moral, mas também para demarcar um momento do passado, sobretudo institucional, como ponto de apoio, na diferenciação de um passado e presente da instituição. Tavares de Lyra transforma-se em um marco para a historiografia do grêmio. Lanço uma questão sobre o assunto: Augusto Tavares de Lyra torna-se um referencial para o ofício do historiador potiguar e a subsequente historiografia das academias? A despeito da riqueza da questão, não vou me dedicar a responder este questionamento para além do espaço do IHGRN, haja vista que eu estaria forçado a coletar fontes fora do universo do Instituto. Contudo, eu registro que, diante desse suporte da instituição, a figura de Lyra de fato é marcante na escrita da história potiguar, e assinalo a devida dúvida e provocação sobre até onde vai essa influência do sócio no trabalho e estudo dos historiadores norte-rio-grandenses.

Os pesquisadores do Instituto tomavam posição de testemunhas. Obtiveram contato com o objeto em questão, a figura de Lyra. E fizeram de suas memórias fontes para a produção de seus discursos. Não havia o que ser comprovado, não havia o que ser demonstrado. Construindo

os relatos através do olhar e de suas vivências, atestando a realidade do conteúdo transmitido a partir da sua presença nos locais de ocorrência, legitimavam, destarte, a autoridade testemunhal de sua própria escrita.

A trilha biográfica, esmiuçada nesta pesquisa acima, multiplicou Tavares de Lyra. São, na verdade, *Augustos de Lyra*. É o Tavares de Lyra criança, de Manoel R. de Melo, da vida reta e linear, que traz nostalgia; é o Tavares de Lyra que presta serviços à nação e à região, sendo o exemplo, elaborado por Câmara Cascudo; e para Carlos Tavares de Lyra e Hélio Galvão, há um Augusto Tavares de Lyra processual, de começo, meio e fim e fonte normativa da moral. Mas todos fluem para o mesmo lugar, que é o rio da *vida pública*, um *ethos* tecido por uma teatralização do poder, tendo como tear e fios para este labor, a história e a memória.

Os compartes da instituição montam um discurso baseado na retrospectiva. Uma operação como essa articula o pensamento a partir do sobrevoo pela vida. Este tipo de trabalho é pautado desde o romantismo e do historicismo em geral, no intuito de erigir uma memória em comum, elaborando uma espécie de consenso social (CATROGA, 2015).

E quanto à teatralização, o problema inicial? Há de atentar-se para essa estratégia de discurso em destaque. Por trás das palavras eloquentes dos membros do instituto, existe um empenho em caracterizar, através da vida pública de Lyra, as personalidades daqueles que frequentam tal lugar. No momento exato do elogio se observa um apelo simbólico ao local de trabalho, lugar social do fazer histórico potiguar. Em outras palavras, ganha-se legitimidade ao falar de Lyra, porque de certa maneira o sócio homenageado representa também o *nós*. A teatralização do morto mostra uma série de elementos externos à vida do biografado, e este ato não é desinteressado.

1.4 Sobre valores: norteadores éticos

Os campos sociais possuem seus próprios valores. Cada campo funciona a partir de suas próprias características, com seus respectivos atributos de conduta, com os valores e, a depender do espaço e do tempo, serão negados ou aplaudidos. No interior daquele microuniverso, isto é, do campo social, os valores são compartilhados, semeados, conservados e reformulados. Abrindo parênteses, talvez fosse uma boa oportunidade para pensar, aqui, na ética como um problema historiográfico dentro do campo intelectual. Valores, explícitos ou não, apresentam-se nos discursos, permitindo ao historiador identificar o papel social que ali, no determinado círculo, se consagra.

No que tange ao IHGRN, a passagem de Enélio Lima Petrovich diz muito sobre a perspectiva que ele e seus pares têm do trabalho gerenciado naquele espaço, ou seja, as considerações sobre as virtudes que alimentam e motivam o trabalho daquele coletivo intelectual:

Um dia desaparecemos todos. Mas, ali, na evocação, sobrelevam os espíritos mais nobres e mais humildes, pelo exemplo dos que desta vida partiram, nos legando a mensagem da fraternidade, da paz e da honradez. É que as permanentes de nossa conduta e a marca do nosso trabalho jamais desaparecerão.

E nas fisionomias que emolduram este ambiente, transmitimos às gerações atuais e do porvir a grande lição de nossa própria existência, se não perfeita em todos os sentidos, porém debruçada para as coisas da inteligência e da sabedoria, que tanto dignificam a criatura humana, imagem e semelhança de Deus (PETROVICH, 2008, p. 51).

Em um primeiro olhar, no excerto, o culto à memória destaca-se de longe. Admita-se, o esquecimento é uma condicionante da vida. A memória não é eterna, por mais que se tente forçar a lembrança através de diversos suportes. Alguém poderá falar tranquilamente que o esquecimento muitas vezes pode ser trágico para este ou aquele coletivo humano. No entanto, assim como lembrar faz parte da vida, esquecer também. Memória e esquecimento são conceitos que não se desgrudam.

Um *dever de memória* diante da sociedade é um grande guia desses pesquisadores potiguares. Significativa parte dos trabalhos de homens como José Augusto, Nestor Lima e Câmara Cascudo tem como embasamento *fazer lembrar*. Fora o fato das periódicas comemorações dentro do grêmio. O dever de memória é o “dever de fazer justiça, pela lembrança, a um outro que não o si” (RICOEUR, 2007, p.101).

E quanto ao Instituto, recordar da carga política contida no trabalho deles é um ponto importante. Configura-se um dever de não esquecer, pautado em símbolos políticos e culturais. Uma vez falou Enélio L. Petrovich: “O Instituto Histórico e Geográfico é o autêntico guardião de nossa história. Nele e através dele, datas, fatos, acontecimentos são revividos e rememorados na continuidade do tempo” (PETROVICH, 1971, p. 49). Daí o labor a partir de grandes nomes, dos costumes e tradições contidos na revista. Vale registrar, ademais, que no jogo deste campo aparece, sem timidez, uma dosagem de vaidade. Uma das premissas colocadas é a seleção de um “espírito nobre”, um reflexo do escol intelectual norte-rio-grandense, onde a escolha daqueles rememorados está pautada pela categoria de pessoas próximas ao grupo, ao círculo das letras, ligadas ao âmbito político-governamental. Mas, de todo modo, é digno de nota que também aparecem outros valores no decorrer dos numerosos textos publicados, por exemplo, a *fraternidade, paz* e a ideia de *Deus* (o Deus católico).

Os sócios situam-se no contexto onde os discursos nacionalistas estão em efervescência, já que o contexto é a Era Vargas e logo depois, anos de repressão com ditadura militar que reforçou a trama da integração nacional. Entre os valores de conduta, morais, integrados como guias historiográficos, um deles chama atenção, que é o valor da *justiça*.

À vista disso, esse atributo se apresenta em duas formas: falar sobre a história com justiça, e a justiça como virtude individual. Uma história e indivíduo justos. Toco nesse assunto em razão de acreditar ser importante para o debate interrogar-se sobre quais ideais, valores e crenças transitam dentro de um campo intelectual, neste caso, o campo que o IHGRN está se sustentando. A proposta é estender essa discussão diante de questionamentos sobre como os valores moldam e colaboram para a conservação do poder.

Em discurso, exatamente no cinquentenário do Instituto, em março de 1953, Nestor Lima diz que é “da mais elementar justiça” recordar os grandes nomes da instituição, devido ao fato de ser uma data comemorativa e também digno de caracterizar os sócios que ali passaram (LIMA, 1953, p. 20). O que pode significar esse sentido de justiça? Até onde se alastra a ideia do senso do que é justo ou não nas publicações do periódico?

Os sócios do IHGRN apresentam um elemento dentre as publicações, homenagens e biografias: a visão da justiça no trabalho historiográfico. O atributo da justiça permeia os escritos inseridos na revista, assim como as obras dos membros publicadas para além daquele do sodalício, de modo que essa noção do justo atua presente na história de alguém ou de algo. Em outras palavras, os membros formulam seus trabalhos e pesquisas com base no suposto de fazer justiça. Trata-se de colocar a biografia, a história das cidades, a história do povo norte-riograndense de forma justa para os leitores. Alguns caminhos viabilizam o entendimento desse ponto.

Pode-se investigar essa ideia no papel social do pesquisador, na biografia e homenagens. Encontro, também, o atributo de justiça situado de forma concreta nas celebrações, a atividade de trazer de volta, esse recordar incessante da história individual, consagrado não apenas no IHGRN, mas também no IHGB, o Instituto histórico carioca, que coroou, na primeira edição de 1839, uma sessão de biografias e necrologias daqueles homens distintos por *letras, armas e virtudes*. Quer dizer, a história do indivíduo revela uma questão de poder e legitimidade, o suficiente, pelo menos, para constar nos anais da história que se pretendiam ser nacionais. Essa história dos indivíduos de destaque é cara às instituições letradas brasileiras logo de início, já no século XIX, pois ela aglutina contextos de distintas escalas temporais e espaciais no micro, isto é, na vida de uma pessoa.

Reinhart Koselleck entende que desde Heródoto temos um certo *ethos* de justiça permeando o trabalho com a história (KOSELLECK, 2014). Ou seja, as regras do jogo pautam-se a partir da maneira mais justa de lidar com os documentos, investigar tudo o que se encaixar na categoria de fonte histórica, inclusive o que leva a oposições, analisar e questionar aquilo que servir ao historiador para sua pesquisa. Não que o historiador seja um juiz e que com seu martelo finalize e declare por encerrado as discussões, mas, na verdade, estou falando aqui sobre o equilíbrio de um processo investigativo e de escrita justo. Assim, seria este o caso? Ou seja, é este *ethos* que está em questão aqui?

Durante uma sessão solene, nos idos de 1970, em que Enélio Lima Petrovich toma o assento de sócio correspondente no IHGB, há uma série de citações sobre fazer justiça à memória e história de outrem, ou seja, dos membros que ali passaram e/ou frequentam aquele espaço. E muito mais, fala do sócio Vicente de Lemos, um dos fundadores do IHGRN, como alguém que “distribuiu justiça”, e completa logo em seguida falando que Lemos “amou sua terra, defendeu-a nos documentos, interpretando-os, divulgando-os, esclarecendo-os” (PETROVICH, 1971, p. 36). Seguindo essa linha de pensamento, a justiça na história aconteceria numa postura do historiador como advogado, aquele que defende, que esclarece os devidos direitos, propiciando uma narrativa justa sobre a vida de algum indivíduo, de uma terra ou de determinado povo perante a sociedade que a lê. O historiador como advogado, porém, não estaria neutro, abstenendo-se de referências norteadoras para seu discurso. Pelo contrário. A ideia de advogar, neste caso, coloca-o no palco do governo. E por quê? Porque esse pesquisador-advogado potiguar costumeiramente atuou ali, no cenário do poder administrativo, nos circuitos do universo político, nas teias de disputas partidárias. O histórico de muitos sócios confirma isso, é o caso de Eloy de Souza. As relações com governantes começam na própria fundação do IHGRN. Não à toa, a Casa da Memória já foi a Casa da Justiça. Órgãos públicos abrigaram o Instituto, por exemplo a Intendência Municipal de Natal e o prédio da Justiça Federal. Para Nestor Lima, ali foi onde as estruturas do grêmio mais cresceram, onde ocorreram grandes comemorações, por exemplo, a da Revolução de 1817. Lima também afirma, com certo tom de orgulho, que naquele prédio presidiram o sodalício Vicente Lemos e Pedro Soares, os grandes nomes do Instituto Histórico (LIMA, 1941). Curiosamente, este alargamento foi o mesmo motivo da impossibilidade de fixar-se ali, levando os sócios para trabalhar em outro local. A saída deste último espaço decorreu-se diante do fato que a biblioteca do grêmio crescia abruptamente, até que se chegou em uma situação onde a conciliação, ou melhor, a divisão daquele prédio acabou em impasse. Nas palavras de Nestor Lima:

o Instituto Histórico, em virtude de proposta minha, cedeu o passo à toga, como se neste Olimpo simbólico, a deusa Clio cedesse o passo à Divina Têmis, que, transformada em Poder do Estado, possuía melhor direito aos sagrados assentos, visando sempre seu maior realce e a justeza de suas decisões (LIMA, 1941, p. 22).

Com essa mudança, o IHGRN fez estadia consolidada com a construção da sede, promovida em 1906, com o pedido de Augusto Tavares de Lyra, governador do Estado na época, mas a obra foi finalizada apenas trinta e dois anos depois, em 1938, com a entrega feita mediante dois decretos – 503 e 548, respectivamente, de 7 de junho e 22 de agosto de 1938, com as assinaturas de Rafael Fernandes Gurjão, o interventor do RN, e Aldo Fernandes de Melo, secretário geral do Estado. Assim, as vozes e falas na concretização da sede tramitaram em corredores de diferentes espaços, onde circulavam os mesmos homens. Quer dizer, aquelas pessoas que uma vez estavam no âmbito jurídico, posteriormente encontraram lugar no Instituto para seus trabalhos de caráter histórico e geográfico. A relação do IHGRN com o Estado era forte. Não à toa, o próprio interventor Rafael Gurjão foi um sócio efetivo e, indo além, Aldo Fernandes de Melo, acabou por tomar a presidência do Instituto temporariamente. A instituição tinha acesso aos documentos dos escritórios e administrações públicas. Nesse sentido, o decreto n. 548, já citado, afirmava que o IHGRN não pagaria impostos, isentando-o de taxas, ônus ou laudêmio (REDAÇÃO, 1941).

A questão da justiça, aparentemente, é também derivada da formação acadêmica. Acontece que esses homens, em sua maioria, são por excelência advogados, atuam na área do Direito. O próprio Enélio Lima Petrovich fez parte da primeira turma da faculdade de Direito da Universidade do Rio Grande do Norte (PETROVICH, 1971). Fora o fato de que anos antes de concluir o curso de Ciências Jurídicas, ele já era, em 1957, Promotor Adjunto de Justiça, no RN.

Em relação ao valor *justiça* e a história feita no IHGRN, possível de interpretá-lo de diversas maneiras, como apontamos neste tópico, salta aos olhos o traço de uma postura e escrita justa para com o biografado. Considero que a ideia de justiça se vincula diretamente com uma concepção de verdade. E essa verdade baseia-se veementemente no registro da visão, do testemunho. Ora, não é esta a via de Tucídides, na Antiguidade? Para este antigo, o saber histórico se fundamenta na visão, isto é, em ver por si mesmo, com a história sendo feita no presente. Só assim ela atingiria um patamar de fiabilidade. Tucídides quer tornar o passado claro, evidente, nítido, para os seus contemporâneos (HARTOG, 2013). Não seria essa a pretensão dos membros do grêmio potiguar? A história do IHGRN se projeta como uma história verdadeira, quando elaborada pelo sodalício. Essa justiça, tão sonhada e cultivada pelo círculo dos sócios, está diretamente ligada à ideia de não falar mentiras. Uma visão de história

ainda atrelada à antiguidade, assim como ao século XIX que teve como pilar, entre outros, as considerações de Tucídides.

Os valores aplaudidos pelos sócios do Instituto como *família*, o dever de recordar, *Deus, justiça*, traçam as sustentações da ética historiográfica desses pesquisadores da história potiguar. Aqui, fiz apenas apontar esses princípios que resguardam algumas facetas desse conteúdo publicado. Uma ética historiográfica pode ser melhor investigada quanto ao grêmio. Carecem estudos a respeito, sobretudo neste recorte temporal. Isto seria enriquecedor do ponto de vista da área da história da historiografia, pois colocaria em questão a produção historiográfica desses sócios sob o rigor de uma análise de sua historicidade, suas mudanças (ou não), as particularidades, perspectivas de tempo histórico, enfim, uma gama de trabalhos que podem se desdobrar a partir de tal ótica de estudos.

1.5 Campo intelectual, poder e produção de saberes

Qual a dimensão do trabalho historiográfico do Instituto? Em primeiro lugar, cabe esclarecer, de forma quantitativa, o espaço tomado pelo IHGRN para artigos, celebrações, necrologias e homenagens. De 1938 a 1970, recorte tomado nesta análise em particular, de acordo com as revistas acessadas, classifiquei algumas tipologias para as publicações, com base na tabela abaixo.

CLASSIFICAÇÃO/PERÍODOS	1938-1943	1944-1950	1951-1954	1959-1963	1964-1970
Artigos	16	16	26	31	07
Homenagens/Conferências/Celebrações	06	02	14	06	02
Notas explicativas/ Notas da Redação	09	08	13	08	03
Biografias	05	09	06	22	05
Necrologias	14	19	20	12	03

Tabela I – tipologia dos textos publicados pela Revista do IHGRN durante 1938 a 1970.

Na tabela acima, apresento cinco tipologias para os textos publicados na Revista do IHGRN. As revistas englobam, às vezes, dois ou três anos, por exemplo, os anos de 1944 a 1947 estão congregados em uma única edição. Dividir os intervalos foi uma tarefa árdua, não apenas por essa condição diversa, mas também por não haver revista publicada em algumas situações. É este o caso. Os anos de 1955, 1956, 1957 e 1958 não ganharam a devida publicação. Há uma lacuna. Portanto, não houve outra alternativa senão realizar intervalos de quatro, cinco e seis anos para que o recorte seja respeitado.

A primeira categoria encontrada são os artigos de cunho geral sobre a história potiguar. Pesquisas relacionadas à história dos indígenas, sobre a fundação de municípios, a composição do povo norte-rio-grandense, investigações de cunho histórico-econômico, trabalhos sobre objetos da casa sertaneja, danças, costumes, enfim, todo conteúdo de interesse à memória e à história do RN adentra nesta parte, com um *boom* entre as publicações de 1959 a 1963.

Adicionei à classificação a seção de homenagens, conferências e celebrações, ou seja, discursos publicados na revista por serem lidos em reuniões internas e externas, que visam homenagear alguém, alguma instituição ou evento. Portanto, as publicações relacionadas ao ingresso de novos membros, os textos prestados pelos oradores do Instituto, toda a gama de homenagens direcionadas às pessoas do espaço público político norte-rio-grandense e também nacional adentram nesta seção, de grande proporção no contexto de 1951 a 1954.

É frequente a publicação de notas explicativas, que justificam a publicação de certos trabalhos e não outros, assim como atualizações do quadro de sócios, pareceres do presidente da Instituição, além de notas avulsas sobre a participação dos sócios em eventos. A Comissão de Estatutos e Redação da Revista é composta geralmente por três pessoas. De 1938 a 1959, a Comissão conta com a presença de Nestor dos Santos Lima, Desembargador Antônio Soares e Luis da Câmara Cascudo. De 1959 a 1962, a tríade é formada pela permanência de Câmara Cascudo, mas agora colaboram Raimundo Nonato da Silva e Tarcísio da Natividade Medeiros. E, por fim, de 1962 a 1970, constam Câmara Cascudo, Tarcísio Medeiros e Boanerges Soares. Para que não haja dúvidas em relação às datas, as trocas ocorriam no decorrer do ano, haja vista a necessidade dos trabalhos imposta aos redatores. Portanto, ocorria que a troca era de caráter urgente, não havendo a programação da saída.

Há, da mesma forma, o espaço obrigatório para biografias, os ensaios biográficos que tratam, como insiste a revista, dos nomes importantes para a história potiguar. São pessoas específicas, próprias de uma classe política e letrada. Quando não muito distantes temporalmente, os biografados são os próprios sócios do IHGRN. Os textos revelam as qualidades, os valores,

trazendo a ideia de serviços prestados por aquele determinado sujeito. Dessas biografias, não raro encontramos o mesmo conteúdo, o escrito inserido em livros lançados pelos próprios autores, aproveitando o trabalho enviado à Revista, como foi a obra de Carlos Tavares de Lyra, intitulada *Tavares de Lyra: uma vida em linha reta*, inicialmente publicado na Revista do IHGRN como texto em homenagem ao seu pai, Augusto Tavares de Lyra, e depois aproveitado para intitular o livro publicado em 1973.

A seção de necrologia, dedicada aos homens que circulam naquele campo, e também aos sócios, efetivos ou correspondentes, é abundante. O culto aos mortos é um espaço privilegiado. Percebe-se que é uma seção de exclusividade própria do universo masculino, dentro de nosso recorte. Nesta delimitação temporal, não há uma única mulher referenciada pela instituição. Assim como o corpo de sócios é formado completamente por homens, o resultado é uma escrita da história voltada para o mesmo gênero, uma história *de e sobre* os homens.

Com base no que foi exposto no último parágrafo, caberia aqui uma crítica ao silenciamento feito pelo campo intelectual. Se o Instituto é o guardião da história norte-rio-grandense, como o presidente Nestor Lima fez crer a partir de um pronunciamento, ou mesmo carregando o título de Casa da Memória enquanto sodalício, a invisibilidade das mulheres não seria um problema que acarretaria falta de conhecimento aos leitores? Pois, de acordo com Lima, o Instituto é “a expressão do mais nobre acolhimento e estímulo a todos quantos querem comunicar-se com as gentes potiguares” (REDAÇÃO, 1952, p. 6). Ora, não seria possível supor que algum leitor estranhe ao ver todo o povo norte-rio-grandense resumido apenas à ação do homem na história? Dentro do recorte temporal estipulado, um único artigo toca parcialmente na figura feminina que é o texto *O túmulo de Nísia Floresta* (CÂMARA, 1950). Perceba, não se trata exatamente de Nísia, grande escritora brasileira, mas sim de seu túmulo. O objeto principal não é a mulher, a pessoa, a figura de Nísia. O escrito retrata uma jornada em Rouen, França, em busca do paradeiro do sepulcro. E neste assunto acaba. Não é uma biografia, muito menos uma homenagem. Da mesma maneira, o corpo de sócios é formado majoritariamente por homens. Afinal, vale o registro da rara presença feminina, que acaba não beirando a completa inexistência por causa de mulheres como Isabel Gondim. No entanto, não teve uma forte atuação na revista. Foi admitida em 1928 e seu falecimento veio a ocorrer após cinco anos de admissão, em 1933. Tudo isso indica que o espaço do IHGRN se sustenta numa clara masculinidade hegemônica, onde o feminino é suprimido, ocultado e invisibilizado. É possível que eu esteja mergulhando em um anacronismo profundo, como se estivesse cobrando por parte dos sócios a leitura obrigatória, por exemplo, de *Segundo Sexo* de Simone de Beauvoir, no entanto, não é disso que se trata. A questão é evidenciar um vazio

historiográfico em relação a outros gêneros ou mesmo etnias. Esse quadro de invisibilidade mantém-se para após a década de 1970.

O campo intelectual é também um campo de poder. A escrita da história assume a forma de mecanismo político e ético para com a memória. Vale a ressalva, ao se falar de política, é difícil desassociar história e poder, pois elas são praticamente, usando uma expressão de Francisco Falcon, irmãs siamesas (FALCON, 1997). Justamente a política e o poder constituem em grande medida o palco do labor historiográfico. Guiando a história, fazendo de seu uso instrumento e instância de legitimação. Poder enquanto objeto de estudo do historiador, poder enquanto produto de seu trabalho. No momento em que se constata a manutenção de um silenciamento histórico, a crítica deve ser feita, no intuito de alertar que o silêncio diante de situações deste naipe no espaço do pesquisador da história, corrobora-se apenas com uma lógica patriarcal e discriminante, onde, na falta da crítica, o objeto privilegiado por aquela determinada historiografia acaba ganhando sua legitimidade saindo sem passar pelo processo de questionamento. A crítica deve ser clara, e há um componente ético, sobretudo. Pois ela é, antes de mais nada, de caráter autorreflexivo, refletindo na atividade do pesquisador, daquele que se responsabiliza pela escrita da história. E o que significa um silenciamento no seio da discussão proposta nessas últimas linhas? Revela-se, no mínimo, entre tantos quadros possíveis, a faceta do poder conservado, através da escrita da história, dos valores em manutenção em uma rede de sociabilidade, da discriminação aceita socialmente pelos sócios que ocupam posições sociais de destaque numa teia de pessoas transeuntes entre dois campos. Algumas propriedades dos campos são elementares para colorir os porquês da produção intelectual discutida aqui. Seria necessário não tomar indivíduos ou uma obra por si próprios, mas sim baseados nas estruturas do campo a qual pertence o criador da obra e a obra, propriamente falando. Afinal, para a investigação histórico-sociológica, é mister entender as condições sociais de produção que são materiais, culturais, políticas e econômicas.

Perceba-se, o campo intelectual promove uma linha expressa e clara de afetos, uma rede de amizades, expondo o grupo à trama de um fazer histórico ligado ao companheirismo, ao fortalecimento de relações entre o escol político e construtores da memória norte-riograndense. Esse campo social manifesta intenso rigor ao produzir suas homenagens e, assim eu deduzo, o público que o lê também faz parte da elite letrada. Durante a leitura de alguma revista do Instituto Histórico e Geográfico, a impressão que se tem incomoda, em razão que não há comentários e registros, grosso modo, sobre os leitores. Há escassas evidências que permitem uma segurança ao falar de uma parcela do público, ao menos. Entendo que a RIHGRN circulando entre espaços de sociabilidade intelectual - como os jornais citados, levando e compendiando as pesquisas dos grandes nomes da instituição, como Câmara Cascudo ou Augusto Tavares de Lyra - também se apresenta, arrisco o argumento, na forma de um *outdoor*, um espaço de

teatralização do poder, legitimando através de discursos o saber-poder, a imagem de pessoas que dali se tornam até espaços de memórias: nomes de praças públicas, nomes para cidade e escolas.

Constituir espaços de sociabilidade, redes de amizades, entrelaçadas por relações de saber, ornada pela pesquisa da história e construção de uma memória, no meio de poucos leitores, ou, se preferir, um trabalho direcionado a poucas pessoas, leva-me à seguinte conclusão: deixa-se à margem deste trabalho significativa parte da população, aquelas pessoas por exemplo que não tem acesso à leitura. Do ponto de vista de um campo intelectual, isto não é um mal, propriamente dito. Pois essa acessibilidade configura-se como distinção. Como meio de discriminação pelas formas de contato com certo conteúdo. Apresenta-se sob a forma de mecanismo de legitimidade e reconhecimento. Posso ir mais longe ainda: o não entendimento dos livros, deixar um público à margem, condená-los à incompreensão é uma atitude do campo intelectual que se pretende distinguir-se socialmente, nos termos de Bourdieu (2002). Isso me leva ao questionamento: as obras e pesquisas feitas com base no campo intelectual norte-rio-grandense, que tem como o IHGRN uma esfera que manifesta seu poder, são pensadas objetivamente para um público restrito, para aqueles que frequentam os mesmos espaços, ou com o objetivo de alcançar mais pessoas que não estejam limitadas a um ou dois grupos letrados? Este questionamento, vale a ressalva, se faz presente nos debates atuais sobre a universidade e sua produção de conhecimento.

Relevante ter em mente que o valor atribuído a uma obra ou para determinada pesquisa histórica é conferido pelo público, isto é, não se trata do próprio autor ser a instância que vai outorgar significado da qualidade desta ou daquela da obra. A obra não tem um valor em si. Compreendo que é o *outro* quem media a relação do autor com seu próprio trabalho. Então, a atribuição de valor para um produto ou a um sujeito, dentro do campo social, advém dos outros. A pergunta fica: vale qualquer pessoa para legitimar a importância do labor histórico? Os julgamentos não são os mesmos. Possuem cargas simbólicas diferentes. Dependendo da posição social ocupada, o juízo estético, pessoal e público opera de forma diversa. Por isso não é qualquer um que tem seu texto publicado no IHGRN, assim como os elogios não são selecionados aleatoriamente. Há todo um processo de escolha. E o poder simbólico de quem vai elogiar com certeza é critério para publicação. Tudo isso faz parte de uma teatralização necessária para o campo intelectual do qual o Instituto Histórico e Geográfico opera com eficiência.

Até aqui, destaquei fatores das condições sociais, políticas e intelectuais da produção de conhecimento no Instituto potiguar. Apontei noções, uma história como instrumento, em relação à teatralização do saber-poder, além dos aspectos da produção historiográfica realizada

pelo grêmio. A partir disso, nos próximos parágrafos, prossigo comentando sobre a problemática dos usos da noção de *sertão*, representações e perspectivas dos sócios nesse espaço de poder. Será o mote para o próximo capítulo.

1.6 Diversidade de representações

Proponho para análise: se fosse o caso de buscar evidenciar a mescla identitária dentro da instituição letrada potiguar, é possível imaginar que o fato de biógrafos e biografados serem sertanejos contribuiria para a instituição prestar uma historiografia diferente da que foi concebida até então no que diz respeito ao conceito de sertão? O campo intelectual produz uma cadeia de discurso enrijecida, reta e homogênea ou é possível haver espaço para uma ideia diferente do que se está acostumado a ver, ou seja, algo distinto do sertão estereotipado?

Dentro deste embasamento, vale explicar em quais cadeias de discurso o sertão foi costumeiramente associado na historiografia e literatura. Tomado como figura espacial, o sertão representava o desconhecido para o colonizador, a área do indígena bravo, um espaço distante da civilização. O sertão foi definido mediante inversão, ou seja, pelo seu contrário, por aquilo que não é. Em outras palavras, a caracterização do sertão partiu do colonizador, do europeu, branco e cristão, logo, não se trata apenas de semântica e possível etimologia da palavra, mas sim de uma atualização e reconfiguração da representação a partir das condições sociais e históricas do encontro entre europeu e indígenas, e isso já diz muito sobre a historiografia a respeito do objeto em questão. Esse, em grande medida, é o sertão representado pelo IHGRN.

Do século XVIII em diante, o sertão passa a ser associado com a moral, ganhando valor negativo ou positivo, por parte de cientistas, viajantes, cronistas (BONATO, 2010). Então, não bastava se tornar signo para expressar um distanciamento cada vez maior do litoral, ou representar a interiorização, o sertão recebeu uma designação em grande medida depreciativa. Após esse giro moral, opera-se a noção de sertão em assimetrias com outros espaços, sobretudo a partir do mundo do intelectual que o narra e descreve, oscilando em sua qualidade. Logo, como afirma Lúcia Lippi Oliveira, na literatura encontramos uma série de autores tratando do sertão ora como paraíso, ora como inferno (OLIVEIRA, 2015).

Diversos segmentos contribuíram para a construção de estereótipos sobre o sertão. Desde a ciência com os determinismos; a iconografia, citando o caso de Percy Lau e seus desenhos sobre a caatinga, galvanizando ali os universos sertanejo e nordestino; de escala nacionalmente conhecida, estampada em livros didáticos, a famosa obra de Cândido Portinari, *Os retirantes*

(1944), elencando uma família sertaneja e sua condição de vida sofrida; ou mesmo na produção de longas-metragens, um sertão unificado no cenário de o *Auto da Compadecida* (2000). Tudo isso são exemplos de elementos que tiveram, sim, uma condição histórica de produção, com suas próprias orientações políticas, artísticas e sociais, porém reforçaram preconceitos e dada generalização a respeito da história do sertão, naturalizando condições que são constituídas socialmente (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2012). Aparentemente, o sertão não consegue ser visto senão longe da seca, da fome e da miséria. Por outro lado, se não há o inferno, há o paraíso, espécie de céu na terra, como ressaltou Oliveira, apontando uma literatura que ovaciona o mundo sertanejo (OLIVEIRA, 2015). De qualquer forma, constato um antagonismo. Nas mais diversas literaturas, é frequente se deparar com o mundo sertanejo colocado como extremo oposto ao urbano, litoral e civilizado.

Ora, os antagonismos limitam e muito a forma de pensar os processos sociais, a história, a historicidade da escrita, o mundo da vida, em suma. É totalmente plausível conceber, como aponta Kramer, essa forma de visão em moldes limitados, ou seja, são paradigmas com engrenagens emperradas, pois impelem outros jeitos de se pensar a sociedade. O pensamento polarizado, maniqueísta ou dicotômico, por exemplo, o qual é o fundamento de muitas abordagens, impede a ampliação reflexiva dos estudos no campo da história (KRAMER, 1992). Não só por esse caráter unitário das concepções, mas o próprio fato de conceber ideias baseadas em unidades, generalizadas, concretas, dirigidas a partir de uma única faceta, movida por um mecanismo estereotipado, ataca também eticamente, se eu tomar como embasamento a ética em Hannah Arendt, que visa a pluralidade e diversidade de ideias, perspectivas e discussões (ARENDDT, 2014).

Inclui-se a isto determinada discussão política e historiográfica sobre valoração de categorias como litoral e sertão. Elas são hierarquizadas historicamente. Na RIHGRN não é diferente quanto à publicação de temas referentes ao sertão. Geralmente, esta noção aparece como pano de fundo nas biografias. Eis o caso de José Augusto biografando Francisco Meira e Sá (AUGUSTO, 1965). O sertão é cenário, apenas. Sendo descrito através das secas, dos impasses e falta de meios modernos de comunicação. De quem maneira o sertão aparece nas publicações da revista? Em primeiro lugar, vale dizer que ele aparece relativamente escasso enquanto objeto principal. Ele é frequente na contextualização biográfica de personagens populares ou figuras políticas. E ao aparecer, como objeto principal, ele é um problema para a sociedade. Um exemplo é o sócio Eloy de Souza e a publicação de seu escrito *Secas e Cabotagem Nacional*, onde o sertão é representado com os elementos da miséria e mortes devido ao problema da falta completa de água (SOUZA, 1912). Portanto, tenho em mãos uma certa heterogeneidade de representações, mas sobressaem duas grandes opções para a história do sertão de acordo com as fontes, em meu recorte, a saber, o sertão surge como cenário, um

espaço para a ação política, religiosa e exploradora; ou então ele se torna um problema para a totalidade do Estado, isto é, apresenta-se na forma de impasses à comunicação, à produção de riquezas do povo norte-rio-grandense e até mesmo na escala do universo nordestino.

Dentre a miríade de sócios do IHGRN, há um conjunto de sujeitos que evocam narrativas contra a seca. Um coletivo no interior de outro. Seleciono quatro autores representantes desse discurso em específico. São eles: Eloy de Souza, Francisco Salles Meira e Sá, Felipe Guerra e José Augusto. Todos arrolados com a Inspetoria de Obras de Contra às Secas (IOCS). O quarteto aborda a luta às secas em suas obras e artigos publicados na RIHGRN. Felipe Guerra com seu texto *Defesa do Nordeste* fazendo referência a uma sociedade mossoroense (GUERRA, 1946); Meira e Sá tratando de seu projeto de implantação da viação férrea no RN (MEIRA E SÁ, 1912); José Augusto narrando o papel da luta contra as secas na sua construção de uma memória e história para o Seridó (AUGUSTO, 1980); e Eloy de Souza tratando das dificuldades do sertão coma defesa da açudagem como única via para lidar com esse problema sertanejo e nordestino (SOUZA, 1983). Entre eles há vários elementos em comum: a participação no espaço público político-administrativo, a participação numa rede de sociabilidade cuja representação primária é a intelectualidade; mas o elemento que sobressai, neste coletivo em particular, é justamente uma postura de negação frente aos problemas climáticos; são homens que representam a si mesmos como reativos à natureza do espaço sertanejo, descontentes com a perspectiva de um retorno sem fim da seca. São homens cujo anseio vai de encontro à vontade de subverter o mundo.

Os sócios utilizam da revista para fazer seus usos da história. Enquanto autores de uma certa historiografia institucional, esses homens fazem a história da seca parte da história norte-rio-grandense. Por essa via, o sertão adentrou na historiografia potiguar como o universo a ser transformado, que causa desespero e angústia para o trabalho do político, que tenta, daí em diante, ser um sujeito subversivo àquela circunstância climática, almejando mundos distantes do que está sendo entendido como sertão seco, enfim, do que está ali como objeto de escrita. O Instituto oferece espaço para os sócios matizarem um universo assentado no trabalho político. Afinal, os quatro sócios em questão estão dentro do parlamento e das câmaras governamentais. O sertão construído pelos sujeitos que carregam o discurso baseado na instância do IOCS tem uma marca própria de um projeto coletivo. Esse projeto, portanto, sai da cadeira do líder, do chefe político, e passa para ser parte constitutiva da escrita da história. É um sertão produzido pelas relações de poder. Numa linha mais foucaultiana, o que vale, portanto, não é aquilo que está a ser contemplado no mundo, mas sim a composição humana, a lógica produzida pelos interesses, o substrato de relações sociais e políticas.

O sertão representado pela narrativa do combate secas é um produto histórico que se relaciona com outros projetos nacionais de construção do estado e também de construção de uma memória para o espaço sertanejo, direta ou indiretamente. Este movimento de políticos, que tem histórico na atuação administrativa, articula percepções, técnicas, saberes e métodos para a criação figurativa de um sertão a partir de projetos. Projetos estes que ao mesmo tempo se faz discurso no Parlamento e discurso na RIHGRN. É um sertão vindo da história política, em suma. Uma advertência: não é por que esses homens utilizavam a Revista do Instituto como meio de divulgação do discurso contra as secas que o IHGRN deve ser tomado apenas por um aparelho disseminador dessa narrativa. Há outros textos que abarcam a noção de sertão sem tomá-lo como universo meramente sofrido com a seca. A Revista não enaltece unicamente a narrativa contra o problema climático. Não se pode tomar este periódico potiguar nos moldes de uma entidade conservadora de um mundo árido e desértico. É justamente pelo fato de ser uma complexa rede de sociabilidade que outros discursos provindos de outras conexões discursivas fazem-se presente no instituto.

A título de exemplo, eu poderia citar o trabalho sobre devoção popular, que homens como Veríssimo de Melo realizaram na Revista do Instituto (MELO, 1965). De acordo com os relatos orais encontrados por Melo no município de Florânia, um homem chamado Zé Leão, foi assassinado em 1877, por seu vizinho. A população - ao saber que o próprio autor do crime estava frequentemente retornando àquele lugar para rezar pela alma da vítima - deu início a uma tradição de pedidos, promessas a santos e à construção da crença milagreira em torno da figura de Zé Leão. Melo comenta: “raro o dia em que não aparece por lá uma pessoa, - nos dizia o atual zelador, sr. Sebastião Laercio de Menezes, para visitar a capela, pagar uma promessa, depositar um ‘milagre’” (MELO, 196, p. 51). Este trabalho de inserir a crença popular na história potiguar embarca no entrelaçamento de história e índole da população: “reminiscências de um costume pagão, - como tanta coisa que a Igreja Católica aceitou um tanto a contragosto, - os ex-votos nordestinos são manifestações autênticas da nossa arte popular, ligadas, embora, ao espírito supersticioso da nossa boa gente” (MELO, 1965, p. 54). De maneira geral, faltam pesquisas sobre as religiosidades e a produção historiográfica do IHGRN. Entendendo esses homens como porta-vozes de uma história em construção, uma análise crítica sobre este conteúdo se faz necessário. A noção de sertão também se vincula, em certo momento, à temática sertanista. As biografias vão trazer um sertão da incursão ao interior do país, como é o caso da comissão Rondon, de modo a demonstrar o contato com as noções de sertão para além do nordestino (PEREGRINO, 1965). Sendo assim, há um trabalho que elenca outras características para representar o universo sertanejo que não seja o sertão seco e do Nordeste.

Destaco algumas considerações sobre as condições sociais e intelectuais desta produção historiográfica como um todo. Há um problema na própria historiografia de escala nacional que

entra em conflito com a teatralização biográfica, ou poderíamos entender como um pequeno choque, um certo incômodo. No IHGRN, encontro autores e pessoas providas do universo sertanejo como já comentei, isto é, foram criadas no sertão, por exemplo, cito os casos de Almino Afonso e José Augusto. Ter o sertanejo sendo bem visto, ou mesmo como elementar para a cultura de um Estado Federativo, poderia colocar em xeque a condição de barbárie inculcada por autores canônicos, como é o caso de Euclides da Cunha, que foi ponto de apoio teórico para os letrados brasileiros no início do século XX, especialmente nas faculdades de Direito e Medicina (SCHWARCZ, 1993). Entre o sertanejo caracterizado como bárbaro e o sertanejo como intelectual e profundo sujeito motivador do orgulho público, fabrica-se nesse processo certa questão digna de nota, um avanço significativo, um olhar heterogêneo que é propício para os construtores do Estado, para os obreiros da história e memória potiguar.

Evidentemente, alguém poderia perguntar sobre a presença de sertanejos no Instituto, numa tentativa forçada de superar esse distanciamento entre homens sertanejos e homens do litoral dentro da instituição e seus reflexos na escrita da história. Ou seja, sócios com uma vivência sertaneja desestabilizariam as ambiguidades de uma escrita elitista, polarizada, oriunda dos meios litorâneos? Em outras palavras, seria possível que alguém fizesse a seguinte questão: sertanejos, como é o caso de José Augusto ou José Bezerra Gomes, membros efetivos do IHGRN, que fazem também a escrita da história, ocupando um lugar do dito civilizado do litoral, eles poderiam trazer o mundo sertanejo por algum outro viés? Duvido muito, neste ponto. Não só pelo conteúdo das fontes, mas também por uma questão de campo de poder.

É possível estabelecer um esclarecimento sobre os sócios mencionados. São letrados em uma sociedade de analfabetismo gritante. São conservadores, politicamente. Mas já que temos um espaço com pessoas de diversas regiões do Estado, logo, sertanejas, isso não soa sequer positivo? Ao adotar essa perspectiva, encontro muito mais problemas do que méritos. Afinal, não só a formação intelectual desses homens molda a visão e suas próprias relações com o mundo sertanejo, mas a participação na instituição, o IHGRN, desloca o sujeito para um espaço de relações sociais com regras bem claras e definidas, com um certo jeito de pensar a história, os conceitos, valores, tudo isso a partir do campo. Aquilo que Bourdieu denomina de *habitus*, ou seja, uma espécie de *ethos* particular de cada microuniverso, outorgando visões, perspectivas, gostos, afetos, até o trato documental, afinal o indivíduo está no mundo social e o mundo social está no indivíduo (BOURDIEU, 2002).

Portanto, o problema se apresentaria da seguinte forma: a experiência dos sertanejos se perde ou se confunde muitas vezes no emaranhado das relações sociais do campo intelectual, cujo micro-espaço, aqui, é o IHGRN. E por quê? Porque a experiência da participação na elite política e no coletivo dos sócios do Instituto inculca um certo jeito de ser, de estar, de evocar

determinados pontos no trabalho historiográfico em vez de outros; evoca-se estas pessoas em vez de outras quando se trata de biografias e necrologias, enfim, toda uma articulação que se encaminha à conservação de relações sociais históricas, posso dizer.

Outro ponto paralelo a essa mudança de perspectiva é que a maioria dos membros é formada pela Faculdade de Direito do Recife. Desde a construção do primeiro polo da faculdade de Direito em Pernambuco, especificamente em Olinda, fundada no mosteiro de São Bento, em 15 de maio de 1828, que os filhos das elites do Rio Grande [do Norte] já se direcionavam até lá (COSTA, 2014). Tavares de Lyra, José Augusto, Eloy de Souza, todos esses homens supracitados na Revista do IHGRN, passaram pelo bacharelado em Direito, pois este curso ampliava as perspectivas de exercer o poder.

Vale a pena lembrar a figura do bacharel no âmbito histórico do Rio Grande do Norte. É possível afirmar que no século XIX, os bacharéis tinham uma formação norteada não tanto para garantir o empreendimento dos negócios da própria família - uma elite que trabalhava com açúcar, algodão e pecuária -, mas o domínio na área jurídica, por exemplo, conquistava uma alta carga simbólica, além de várias chances de riqueza para o profissional do Direito. A formação de bacharel em Ciências Jurídicas permitia a possibilidade de assumir cargos públicos, ofertando à elite o domínio do poder público daquela determinada localidade (COSTA, 2014).

Trazendo para o meu escopo temporal e institucional, o bacharel, pesquisador do Instituto, profissional da política em grande medida, promove a mistura do privado com o público em seus escritos. Mesclam o mundo de sua infância com os problemas da política. Sobretudo no momento das homenagens e celebrações, o sócio do IHGRN costura a narrativa de sua própria história com o biografado ou com aquele que é alvo da homenagem. A relação entre o narrador e o sujeito consagrado na narrativa, o objeto do texto, estabelece-se não só por um jogo de eloquência, mas também pela necessidade de vínculo entre os homens do campo intelectual. Eis o caso da carta aberta de Eloy de Souza quando o intuito era falar sobre o sócio recém falecido, Augusto Tavares de Lyra. Na carta, publicada através de Rodrigues de Melo, Eloy de Souza lembra Lyra em tempos da juventude, logo após a carreira política e os contatos entre ambos (MELO, 1959).

Nas próprias palavras de Souza: “muitas vezes cortou-me os ímpetos de partidário exaltado, e acredito que sem esse freio sempre oportuno, eu me teria perdido num ambiente a que me devia amoldar por experiência bem conduzida” (MELO, 1959, p. 51). As reminiscências dos espaços compartilhados também vieram à tona e foram realçados pelas palavras de Souza em sua carta. Para se ter uma ideia mais clara dessa intersecção entre o público e o privado, esta passagem pode ser esclarecedora:

Desgraçadamente, essa amizade nascida na infância e alicerçada na constância de tantos anos, foi amargamente interrompida pelas mesquinhas da política, nos seus enredos e cochichos. Nunca sofri tanto na minha vida como durante o período em que estivemos separados, sem a coragem heroica de desfazermos mal-entendidos e assim voltarmos aos tempos em que essa afeição era inteiriça e fraternal (MELO, 1959, p. 51).

Mais um caso de narrativa testemunhal na historiografia potiguar. São tempos distintos, o passado do pesquisador indo ao encontro do passado do homenageado ou das relações políticas estabelecidas em outro campo. Sujeito e objeto se encontram no escrito ascendendo uma forma de pensar a história, a relação do vivo com morto. No entanto, não se trata de qualquer morto, mas daquele que faz parte do *nós*.

Portanto, agora que expus tais considerações, volto a reafirmar minha dúvida frente à colocação de uma possível alternativa de historiografia sobre a noção de sertão a partir do Instituto e os sócios sertanejos. Duvido seriamente de possíveis escapes aos estereótipos a respeito da ideia de sertão dentro da RIHGRN, com base na característica de nascer sertanejo por parte de alguns sócios; afinal, a formação acadêmica, as relações sociais em conservação no espaço político e da pesquisa histórica, o poder simbólico contido em diferentes âmbitos, a teatralização e manutenção de um saber-poder através da historiografia, tudo isso me leva a entender um caminho tomado, a escolha de privilegiar determinados discursos feitos pelos membros do IHGRN, uma escolha muitas vezes tácita, já que um campo tem mesmo essa prerrogativa, a de estabelecer um *ethos* de conservação do poder.

Outro levantamento interessante, por exemplo, é perceber que sertanejos como o já citado José Bezerra Gomes, autor de *Os Brutos*, conhecido no domínio da literatura potiguar, dentro deste recorte, não teve uma única publicação na Revista (GOMES, 1981). Logo, enaltece-se um plano de escolhas, o privilégio da forma de conceber o sertão de uma maneira, em detrimento de outras. A noção do sertão é um artefato pautado nos ditames de uma classe política, social e intelectual bem restrita. Há várias representações desse mundo e sujeito. Mas elas obedecem a interesses sociais e políticos.

Em resumo, tentei fazer um último alerta: a suposição de que os sertanejos poderiam conceber o sertão devido às experiências de seu nascimento naquele universo, como se a formação de vida deles naquele espaço fosse determinista para com a representação. Essa suposição não leva em conta que esses homens, não apenas por uma questão de pertença à elite política e letrada da época, mas por variáveis sociais e políticas, não obtiveram como favoráveis as condições para investigar o sertão contra uma corrente muito mais forte que não se traduz somente por um viés historiográfico do instituto potiguar, mas também devido

às estruturas daquele campo social, quem o frequenta, com qual outro campo ele se associa. Portanto, há de pensar a historiografia sociologicamente.

Minha análise identificou a construção e manutenção do uso da ideia de sertão em duas situações. A primeira via é ligada diretamente ao problema para a sociedade, onde a seca galvaniza todo o discurso-imagético do objeto, construindo um signo negativado, a ser superado pela tecnologia ou pelo trabalho dos homens da política. Por outro lado, a segunda perspectiva está relacionada à construção do Seridó como um sertão político e intelectual, berço de quem superou as dificuldades e alçou o mundo da prosperidade, participando do espaço público, e esta concepção apresenta-se, sobretudo, através do trabalho historiográfico do sócio José Augusto. Dedico o próximo capítulo para trabalhar a primeira visão, a representação do sertão-problema, o sertão como mal-estar na sociedade. O sócio Eloy de Souza será peça-chave para esta análise. Considero que a experiência e trajetória política desse autor fornecem rica margem para adentrar no discurso de simpáticos ao IOCS, ao quarteto que movimento o discurso contra às secas no seio do IHGRN. A perspectiva da aridez, da ausência completa de água encontra diferentes vieses na produção historiográfica de Souza. Mas não apenas isso, a ótica do mal-estar tem seu complemento, a ação do político, a solução pela técnica científica. A partir desse conjunto de problemas, proponho algumas observações sobre a representação do objeto, o tempo histórico na escrita dos sócios e considerações pelo viés da psicanálise.

Capítulo 2

Mal-Estar no Sertão: Superação e Poder



*Por que subitamente esta inquietude?
(Que seriedade nas fisionomias!)
Por que tão rápido as ruas se esvaziam
e todos voltam para casa preocupados?
Porque é já noite, os bárbaros não vêm
e gente recém-chegada das fronteiras
diz que não há mais bárbaros.
Sem os bárbaros o que será de nós?
Ah! eles eram uma solução.*

Konstantinos Kaváfis

(Poemas)

Neste capítulo, analiso a construção narrativa feita por um sócio fundador do IHGRN, Eloy de Souza (1872-1959). Ele promove seu discurso não apenas mediante a Revista do Instituto, mas sobretudo em livros publicados, como *Cartas de um Sertanejo* e *Calvário das Secas*. Em sua obra, há uma preocupação política, e além disso também está registrado seus anseios mais particulares que revelam as marcas de experiência e visão de tempo. Souza não deixa de esquecer os afetos pelo mundo sertanejo, levando em consideração seu olhar de tristeza, um olhar de quem sempre viu a morte nos caminhos do sertão, como ele mesmo afirma. Enfim, Souza arregimenta discursos onde o sertão ganha forma em um jogo de relações com a seca. Não obstante, essa solidificação tem seu teor eminentemente político, eloquente, baseado no debate com outros pesquisadores do *problema do sertão*. Essas discussões estão marcadas em textos apresentados no Congresso Nacional, na RIHGRN e em diálogo com outros homens, também sócios do Instituto, como é o caso de Felipe Guerra (SILVA, 2018).

Quem foi Eloy de Souza? Nascido no subúrbio de Recife, em 1872, posteriormente fixou-se em Macaíba, indo morar com os parentes. Bacharelou-se, no ano de 1894, em Ciências Sociais e Jurídicas pela Faculdade de Direito do Recife. Rapidamente, no mesmo ano, foi eleito Deputado Estadual, alçando, mais à frente, o cargo de Senador da República. Foi um político unido a uma das famílias mais poderosas do Estado do RN, os Albuquerque Maranhão. Nasceu em uma família com ótimas condições, em relação ao contexto. O avô era proprietário de terras no RN, e o pai era banqueiro. A família possuía escravos. Vale trazer a possibilidade de que Eloy de Souza, de acordo com Ítala Silva, não se enxergava como negro, e também não era visto assim pelos seus aliados (SILVA, 2018). Por exemplo, na sua obra autobiográfica, intitulada *Memórias*, não há qualquer apontamento sobre sua cor (SOUZA, 2008). Em sua carteira de trabalho, aliás, estava registrado que ele era pardo.

Sócio fundador do IHGRN, Eloy de Souza marcou sua presença na instituição com textos referentes à atuação na luta contra as secas. Resumindo o pendor de sua fala, basicamente as ideias da seca-problema ganham mais peso, destacando-se entre as preocupações elencadas para compor o debate na maioria de seus escritos. Dentre os seus trabalhos, a Revista do IHGRN publicou um texto, em 1915, intitulado *Secas do Norte e cabotagem nacional*. Na verdade, é uma fala de Eloy de Souza no Congresso Nacional, em 1906. O mesmo discurso tornou-se até livro, tamanha legitimidade conferida à sua pessoa como porta-voz consagrado para falar sobre o assunto. É um texto em que Souza detalha longa pesquisa sobre as secas e, ademais, o resultado catastrófico desses problemas climáticos. O escrito é constituído por uma crítica aos governos por sua constância em um estado de desorientação e ineficácia na distribuição de verba para socorrer zonas que sofrem com essa situação.

Quanto à representação do sertão, Souza mostra diferentes perspectivas, oscilando na dimensão da catástrofe ao mundo sertanejo virtuoso. De todo modo, a faceta saltitante da representação do sertão é a ligação direta com a seca, até porque ocupante do cargo de Deputado e Senador ao longo de sua trajetória como profissional da política, Souza se apresenta como alguém que soluciona problemas ou pelo menos que aponta o caso e oferece alternativas, projetos e ideias. Citando a seca de 1877-1879, o recifense abre margem para os leitores resumirem imageticamente o sertão com base no escrito publicado na RIHGRN a partir da seguinte frase: “O sertão ficou deserto e a morte colheu no caminho muitos dos que procuravam refugiar-se no litoral” (SOUZA, 1915, p. 11) Suas palavras, neste discurso, vão em direção à seca. Este é um tema que ele de fato se dedicava há anos. Era um homem que se apegou ao sertão mediante o amálgama afetivo e da sensibilidade. Todavia, na figura de homem público, estava inclinado a ter como objeto de trabalho o sertão-problema. O sertão em Souza, na dimensão problemática que fiz menção acima, tem uma clara face assassina. Abordando como exemplo a seca de 1791 a 1793, o sócio relata o seguinte caso da história colonial:

Ayres do Casal afirma que sete das freguesias existentes no Ceará ficaram desertas. A viúva do capitão Nobre de Almeida, de Pernambuco, em um memorial dirigido a El-Rei, diz que muitas pessoas, famílias inteiras, que não puderam emigrar a tempo, foram encontradas mortas pelos caminhos e casas. Seu marido, proprietário no Recife, possuidor de muitas fazendas na Paraíba e Ceará, tendo ido ao sertão com sua família, pereceu com as pessoas que o acompanharam, todos vítimas da inominável calamidade. Uma informação do capitão general de Pernambuco a El-Rei assegura que mais de um terço da população da capitania foi dizimado pela seca (SOUZA, 1915, p. 10).

O escrito do sócio do IHGRN inscreve o luto, a morte, o calvário. A escrita foi aspergida por detalhes fúnebres. A morte está por todo lado. Souza faz questão de salvar a tragédia na narrativa: “Morreram numerosas tribos indígenas; as aves e as feras eram encontradas mortas por toda parte. O sol era tão abrasador que abriu largas e profundas tendas no solo ressequido, por uma extensão de muitas léguas” (SOUZA, 1915, p. 13). Souza postula um olhar de tristeza, melancólico, pessimista. Aparentemente, aquele é o pior dos mundos: “No Rio Grande do Norte, refere Ignacio Nunes Corrêa de Barros, ‘morreram muitas criaturas humanas a fome [sic] e a necessidade, e outras escaparam sustentando-se em couros e bichos imundos’” (SOUZA, 1915, p. 13). Souza tem o olhar do anjo da história (BENJAMIN, 2019). Ele se assusta com o que vê. E sabe que aquilo é a história. Seu texto é a prova de que não saiu ileso de suas experiências. *Secas do Norte e Cabotagem Nacional* é a própria constatação que a experiência histórica não se desprende do sujeito. Souza assusta-se com a história. Assim como o anjo representado por Klee, que Walter Benjamin faz referência em sua nona tese, Souza quer se afastar daquele mundo. No mesmo momento de sua estupefação há, nesse meio narrativo, a percepção que o sujeito tem do mundo. O sertão é caótico, intransigente, turbulento, sem sentido. Não é

harmônico, calmo, racional ou pacífico. Esse primeiro sertão é a representação da luta pela vida. Souza, enquanto anjo da história, assinala sua própria posição: alguém que não aceita a história, isto é, aquele sertão, aquele mundo.

Eloy de Souza adeja. Ele anseia por equilíbrio, por paz na história sertaneja. A despeito da construção discursivo-imagética que faz nos primeiros momentos do discurso, suas propostas encaminham certa dosagem de esperança para seu leitor, pois ele não se esquece de sua experiência com o mundo sertanejo e de seus colegas profissionais da política que também são oriundos desse lugar em questão. Embora seja um assunto forte no IHGRN, para Eloy de Souza, esse tema toma muito mais corpo em livros que ele publica fora da revista potiguar. O sócio tem apenas três textos disponibilizados pelo periódico do Instituto (SOUZA, 1915; SOUZA, 1941; MELO, 1959).

Eloy de Souza é um desses homens que habita, assim como a maioria dos sócios, nos dois campos, o intelectual e o político. Seu discurso mostra, além da evidência de ambos espaços sociais, caracterizações do sertão e do sertanejo deveras pertinentes para uma reflexão sobre a historiografia dos sertões, proporcionando uma reflexão a respeito de sua escrita e os anseios sociais que carregava. As representações são distintas e ricas, afinal outras obras importantes de Eloy de Souza trazem à tona um sertão diferenciado, marcado pela saudade, pelo amor à terra, a presença da cultura econômica e religiosa como edificantes da vida sertaneja. É o caso de sua coleção de crônicas publicadas pelo jornal Diário de Natal que originou o livro *Cartas de um Sertanejo* (SOUZA, 1983).

Sendo assim, norteio as próximas discussões sobre essas construções discursivas, com suas rupturas e permanências, de caráter político, social e intelectual que não se desassociam do IHGRN ou mesmo de outros ambientes que Souza frequentou. Mas, paralelo à análise da documentação, faço uma contribuição quanto às reflexões teóricas sobre a área de história dos sertões na questão da alteridade. Ou seja, tento propor uma perspectiva de história dos sertões baseada no debate sobre a relação *eu-outro*, e vice-versa, proporcionando embasamento para exame que possibilite diálogos da historiografia com a psicanálise, antropologia, sociologia, filosofia etc. Uma das discussões presentes durante a análise das fontes tem por escopo a preocupação constante com o *outro* e sua importância para se pensar a comunidade que determinado sujeito histórico pertence. Esta visão é fundamental, em minha ótica, a partir do conteúdo documental de Eloy de Souza.

2.1 O sertão de tempos passados

Em *Cartas de um Sertanejo*, Eloy de Souza consagra uma representação do sertão com aspectos peculiares. A primeira coisa a ser levada em consideração é o momento em que ele escreve. Todas as cartas são produzidas no ano de 1926, endereçadas para publicação no Diário de Natal. Para escrever os textos, ele não assina com seu próprio nome. Prefere, em vez disso, utilizar o pseudônimo de Jacyntho Canella de Ferro. Outro ponto a salientar é que as cartas, a maioria delas, começam sempre direcionadas ao Redator do jornal, ou seja, não é exatamente para um público, para um coletivo específico ou para determinado sertanejo fictício.

Uma das principais características das *Cartas* é o olhar assustado de quem vê a mudança no mundo sertanejo. A escrita manifesta discordância com a metamorfose sertaneja. Fica claro que o tempo levou o sertão que Souza viu, que ele viveu. Por outro lado, também demonstra saudade, apresentando na escrita as reminiscências do passado que só existem agora em sua memória. A saudade tem um caráter de inconformidade, enquanto a nostalgia apresenta-se em tom de aceitação com as mudanças que o tempo trouxe. A primeira carta traz justamente esse inconformismo característico. Nas palavras de Eloy de Souza, ele mesmo direto e expressivo, acusa-se a transformação ímpar do lugar tão amado, o sertão:

Sr. Redator:

Há muitos anos não via o meu sertão velho.

Achei tudo mudado. Só as serras não estão desfiguradas; e estas mesmas, sabe Deus como as encontrarei, se aqui voltar no espaço de duas secas.

Os próprios rios da meninice e durante tanto tempo respeitados pelo homem, achei-os tão diferentes, que os procurei na lembrança, como quem acorda de um sonho (SOUZA, 1983, p. 17).

Um mundo que aparentava não se mexer, não mudar, agora até as serras são suspeitas. As serras como se estivessem na linha de uma longa duração, enquanto todo o resto transforma-se em uma curta duração, alterando-se num prazo de vida adulta, no caso, a vida adulta de Souza. Não são apenas os objetos, mas o próprio eixo natural, por exemplo os rios, está sob a tutela de temporalidades diversas. De todo modo, o tempo da meninice é sua referência, o ponto de partida para contrapor todo o universo restante que se apresenta diante dele. A temporalidade mesma de uma época, de quem viveu a Primeira República, marcada por contradições acentuadas, revoltas, conflitos e a formação de um país sob a ideia de progresso, mas, outrossim, muito marcado pela decadência (OLIVEIRA, 1990). Ao passo que se enfileiravam as crises no país, as mudanças das estruturas sociais, econômicas e políticas também acompanhavam fielmente esse tempo conturbado, que mais à frente reservava uma revolução (1930), marcando o fim de

uma era política brasileira. Restava voltar ao tempo da infância, de quando as mudanças não eram sentidas com tanto impacto, levando em consideração a criação de Souza, em específico. Está no sertão da infância a riqueza de todo aquele mundo, portanto, no passado. A melancolia de Souza advém de um *deixar-de-ser* dos sertões. Figura-se, a partir de sua memória, o sertão ausente, aquele que não está mais, o sertão que já se foi. A casa do sertanejo é um exemplo disso. Perderam-se ao longo do tempo, este que traz mudanças ininterruptamente:

Casas seculares que deixei esconsas e acalcanhadas, mas ainda assim reparadas dos estragos dos anos para habitação da família, encontrei agora substituídas por outras, em que não há mais camarinhas escuras, nem o estreito corredor ligando o copiar à sala de janta, lugar tão esfumado como a própria cozinha, onde o fogo das trempes, aceso de madrugada, só se apagava já noite fechada (SOUZA, 1983, p. 18).

No caso de Eloy de Souza, a descrição das alterações no ambiente de trabalho, da própria moradia e dos movimentos que compõem a vida do sertanejo são acompanhadas por uma certa indignação. Ainda sobre a moradia do sertanejo, ele constata, não sem um toque de tristeza, a finitude desses elementos: “a antiga casa, sem luz e sem ar, vai dia a dia desaparecendo” (SOUZA, 1983, p. 17). A casa para Eloy de Souza é uma grande referência de sua saudade desse sertão de outrora. Ela é um totem que traz à lembrança o sertão de sua/ mocidade. A casa é, como aponta Gaston Bachelard, o nosso cosmos, um universo que revestimos de intimidade e afetos (BACHELARD, 1978). O local onde depositamos confiança. Orna-se a casa com aquilo que nos faz lembrar e retira-se algo dela quando se quer esquecer. É um suporte para a memória individual e coletiva. A casa faz pensar no poder de integração temporal, isto é, ela torna-se amálgama na forma de lembranças, preocupações e sonhos/expectativas (passado, presente e futuro). A casa, quando atribuída de ritos simbólicos, pode ser um lugar de memória. Na complexidade da vida, é na casa que onde guardamos o que é significativo, quer dizer, coloca-se ali objetos de valor familiar, individual e/ou cultural. A casa pode ser o laboratório do sujeito. Ela diz muito sobre o seu dono ou sobre quem ali habita. Ela é dinâmica. Sem a casa, “o homem seria um ser disperso. Ela mantém o homem através das tempestades do céu e das tempestades da vida. Ela é corpo e alma” (BACHELARD, 1978, p. 201). Para Souza, a casa era um sinal de mudança, que trazia sintomas de um tempo em ebulição, quer no sentido da vida política brasileira ou na vida do sertanejo.

Sintomas de um tempo onde o *antigo* sai para o *novo* entrar em cena. O *novo* em relação aos tempos, à própria ideia de progresso e também aos objetos, à tecnologia, ao nacional-desenvolvimentismo. “Como está mudado o meu velho sertão de pedra, e de quanta coisa tenho me lembrado nos curtos dias dessa visita de saudade”, diz Souza ao reparar nas mudanças (SOUZA, 1983, p. 19). O sertão é espaço da saudade. Souza é o homem que sofre o tempo. O espaço registra as mudanças, as marcas da transitoriedade da vida. Por outro lado, a saudade

também é uma forma de resistência. Um sentimento de não aceitação de que o passado tenha de fato ficado para trás. É uma relutância contra o distanciamento temporal.

Nas cartas, o cotidiano e também a mobília da casa chamam muito atenção ao se falar dessa metamorfose dos novos tempos. A ausência de luz que cede lugar para a uma presença de luz. A energia elétrica, promissora nas representações desse tempo e mudanças, que apenas encontraria na década seguinte, na Era Vargas, uma ascensão ainda maior. Mas são os moveis que mais chamam sua atenção nessa alteração. A mobília que caracteriza a vida interior na casa, os objetos que matizam o espaço interno:

A moda das cadeirinhas, dos sofazinhos e armariozinhos, que enfeitam as salas de visita da gente remediada do agreste, também chegou por aqui, com os mesmos panos de croché e os mesmos estofados de chitão. (...) Agora, em muitas casas, a cama de ferro, com fundo de arame e colchão, já se vai tornando de uso comum e deixando em esquecimento a rede, que durante três séculos tanto ajudou a preguiça dos homens e a moleza das mulheres (SOUZA, 1983, p. 19).

Aparentemente, não sobra quase nada para Eloy de Souza. Suas lembranças advêm de uma atmosfera de presença que advém do espaço. É a presença no sertão que o faz lembrar, afinal, os objetos que compõem aquele mundo praticamente não existem mais. Francisco das Chagas Pereira, que abre a coletânea das *Cartas* apresentando o pensamento de Souza, atenta-se para o detalhe da angústia nas mudanças, na escrita da fonte em questão. Para o apresentador dos escritos, ali escreve um homem incomodado com o mundo diferente do que ele vivera na infância:

Escrever sobre o universo era, para ele, dar forma a um ato de amor, alimentado desde a infância e exteriorizado em transfiguração lírica de reminiscências recuperadas. Por isso, parece um saudosista, quando se insurge contra tudo que possa representar uma descaracterização desse território sacrossanto (PEREIRA, 1983, p. 10-11).

A velocidade da mudança que Souza encara é ressaltada, pois ela faz sentir a transformação das condições de vida, de organização social. O incômodo mistura-se com gracejo, devido muitos símbolos que Eloy de Souza costuma a se relacionar intelectualmente, como a ideia de civilização, por exemplo. De certa maneira, a alteração daquele mundo é incontornável, e ele sabe que faz parte desse processo, de incentivo à mudança, de ânsia para dissolução dos problemas que enfrenta o sertanejo. Há um quê da trajetória de Eloy de Souza na transformação que ele mesmo se surpreende. Souza fez parte de grandes grupos que se envolveram com movimentos destinados a levar a modernidade para o interior, ao lado de nomes importantes como é o caso de Francisco Meira e Sá. A dita civilização, como Souza entende, chega no sertão e causa espanto. De tal maneira, fica transparecido no texto:

É fora de dúvida que o sertão está se civilizando, graças, é certo, ao trabalho lucrativo do sertanejo, mas graças também às estradas de rodagem construídas pelas «Obras Contra as Secas» e sem as quais não estaria o interior tão perto da capital, nem dela poderia conduzir o material para iluminação das nossas cidades e tantos objetos indispensáveis à nossa comodidade.

Se o sertanejo não tivesse visto as casas bem-parecidas dos engenheiros daquela repartição, todas elas iluminadas à luz elétrica, com aparelhos sanitários e água encanada, onde tem sido possível esse benefício, e se ele não tivesse podido saber, de ciência certa que, com pouco dinheiro, o homem do sertão também pode ter o mesmo conforto do homem das cidades mais civilizadas, teríamos continuado a viver a mesma vida tristonha dos nossos avós (SOUZA, 1983, p. 18).

Um ponto importante nisso tudo é que o sertão adorável da meninice, que faz a saudade manifestar-se na escrita de Souza, não está relacionada com a ideia de civilização ou progresso. Estes signos chegam apenas depois. São os radicais que alteram a formulação da vida sertaneja em dada historiografia e também nas representações do sertão. Civilização e progresso como constituintes de novas facetas. Os sertões são múltiplos, plurais. Para Souza, isso significou a perda, o deixar do sertão de outrora. Mas, por outro lado, o nascimento de um novo sertão. Essa transformação ele nota com um tom de melancolia: “A busão de morrer na mesma casa em que se nasceu acabou por aqui” (SOUZA, 1983, p. 18).

Se essas ideias chegam apenas depois, então a saudade aqui faz referência a um mundo profundo, nos grotões do interior, longe de elementos relativos a qualquer *belle-époque* ou ao mundo das luzes. Ou seja, aquilo que para o meio intelectual, grosso modo, apresentava-se como caminho ideal à melhores condições de vida, ao alinhamento com o mundo moderno, não encontra exatidão na produção textual de Souza. No caso das *Cartas de um Sertanejo* não há sinais de que a civilização confira completa positividade ao sertão. Os escritos mostram um retorno ao sertão idôneo, onde se conserva a felicidade pela tranquilidade da natureza, pela suavidade da moradia sertaneja. Souza considera:

Perdoe, Sr. Redator, esse desabafo de um sertanejo que, na peregrinação destes dias, não tem feito senão ressuscitar o sertão da mocidade, tão manso e tão bom que chego a me lembrar das fogueiras que já não se acendem e do aboio que não ouvi, como quem se lembra da felicidade perdida e nunca mais encontrada (SOUZA, 1983, p. 27).

Souza, ao idealizar o sertão, fica recluso a um passado que, logicamente, não volta mais. O que tem a dizer sobre o sertão é o que foi vivido e o que aí está ainda por viver. Suas ideias oscilam entre o ideal e o real, isto é, um mundo que não existe mais e aquele que se apresenta diante dele. É, de fato, um desabafo. Para Souza, resta apenas fazer uma operação de memória para contrapor ao sertão de sua atualidade. Passados em luta contra o futuro. Mas esta é uma

luta que visa muito mais a fuga de Eloy de Souza do presente para um mundo de outrora. É no passado que ele se refugia. Talvez porque o presente tenha mesmo alguma capacidade de agredir. O tempo aqui assume uma representação, em certa medida, negativa. O tempo que destrói, que apaga, que enterra mundos que um dia já foi o motivo de felicidade para o sujeito sertanejo. A temporalidade manifesta-se numa dimensão aflitiva. A mudança leva embora aquilo que agora se expressa através de pequenos vestígios.

As ideias de *civilização* e *progresso* representam uma ruptura drástica para os afetos de Souza. Contudo, o assunto não se resume apenas a isto, a uma total negatividade. Civilização e progresso, símbolos de tempos modernos, de experiências próprias da formação nacional do Estado Brasileiro, também representam melhorias para o sertanejo quando trazem consigo, por exemplo, a referência da luz elétrica. O problema todo são os efeitos que isso produz para a comunidade sertaneja. Tudo isso não significa exatamente melhorias para a virtude do sujeito daquele lugar:

Naquele tempo, tão recuado na distância dos anos, se a luz da noite não vinha da lua e das estrelas, as cidades, vilas e povoados sertanejos ficavam na escuridão, esperando que Deus quisesse acender essas lamparinas do céu. Hoje, quase por toda parte, é a mão do homem que acende a luz com um simples manejo de uma tarraxa na parede. Essa é uma das invenções que, alegrando as ruas, alegrou também a morada sertaneja, muito embora tivesse vindo favorecer o estabelecimento de casas de jogo, onde velhos e moços vão perder, todas as noites, o fruto do trabalho honrado (SOUZA, 1983, p. 27).

A mudança pesa, de acordo com a narrativa de Souza, pois traz consequências que alteram toda uma lógica de vida. A organização da vida sertaneja é regida por elementos da natureza e também transcendentais, como é o caso, respectivamente, da luz das estrelas e da ideia de Deus, exposto na citação acima. A lógica divina é trocada pela lógica do ser humano. O princípio não é mais o mesmo. O norteamento dos processos sociais é tomado por um giro-antropocêntrico, ou seja, a humanidade tomando o papel central. Certamente, os vícios encontram embasamento neste ponto: a mudança não é divina, mas sim derivada de um processo imanente à sociedade humana. A alteração é dúbia. Tem dois lados, como uma moeda. A luz alegrou a morada sertaneja, mas por outro lado levou ao vício.

Não se trata que Eloy de Souza retorna a um mundo parado, o sertão da infância, que não respeita os fluxos, a transitoriedade, a mudança da matéria, mas o problema cai num fundo social e humano mais forte do que se pode imaginar. A tristeza não é pela mudança de mundo propriamente, mas sim pelo o que vem junto nesse processo: a ganância. De acordo com Francisco Pereira:

Na verdade, Eloy de Souza tem consciência de que o apego ao sertão da infância não pode representar uma visão imobilista e conservadora. O seu protesto se dirige contra a fome de lucro, desorientada e aniquiladora daquela tradição que, sem representar atraso, propicie sóbria felicidade e quietude (PEREIRA, 1983, p. 11).

A mudança colocou em crise a tradição, o espaço da memória. O tempo não conservou as virtudes de um mundo que agora reside na saudade, nas lembranças do autor. Esse é um mundo construído em relação ao meio, que também muda. Eloy de Souza faz questão de representar o sertão de outrora alinhado à natureza, ao espaço físico. Os elementos da natureza, neste caso, moldam o sertanejo. Espaço e humano colocados em estrita ligação não obstante a natureza exercendo uma força significativa, isto é, uma determinação na vida do sertanejo em maior escala:

Sempre reparei que a propensão das crianças sertanejas, se não é boa a criação dos pais, acompanha as mudanças da natureza.

Quando os campos e as serras, as várzeas e os cabeços estão cobertos de verdura, o braseiro de terra aplicado pela chuva e os rios cheios de barreira a barreira, todas são mansas como os cordeirinhos sem mãe (...).

A mesma coisa sucede com os homens. Pacíficos e cordatos no inverno, alguns ficam resingentos, arengueiros e assomados no rigor da seca. Amigos de muitos anos, muitas vezes chegam a vias de fato por um simples mal-entendido. Ao contrário disto, inimigos antigos se reconciliam, quando as chuvas refrescam a terra e enchem de fartura a casa do sertanejo. Graças a Deus, o inverno chegou cedo, este ano, e a paz já está em todos os corações como está na natureza ressuscitada.

A alegria dos campos é igual a nossa própria alegria (SOUZA, 1983, p. 52).

A harmonia do lugar reflete as pessoas. Aqueles que ali habitam configuram-se de acordo com, em sentido figurativo, a temperatura do lugar. Os ânimos são devedores do tempo e do clima. Com base no excerto acima, salta aos olhos a aglutinação de sertanejo e natureza. O sertão se expressa no alinhamento entre humano e espaço. O espaço se faz no sertanejo, animando-o e entristecendo. O espaço se personifica no sujeito: “nas minhas maginações [sic] de sertanejo rude, quando a terra seca e preta começa a se cobrir de verdura, eu penso que esse verde é como o risco dos que estavam doentes e ficaram bons, o contentamento dos que, tendo perdido um coração, acharam outro coração” (SOUZA, 1983, p. 52). Para onde foi esse contentamento de um sertão rico, vitalício e determinante para a harmonia do sertanejo? A mudança no mundo sertanejo concretizou-se e consigo também se apresentou a obstrução desse lugar sagrado. O mundo de Eloy de Souza está conservado na sua memória. Significa, portanto, que não existe mais. Esse deixar-de-ser é carregado de um peso, pois para ele aquele sertão potiguar era muito diferente de todos os outros:

“Os nossos sertanejos sempre foram pacíficos”, dizia o professor Quirino, que está passando alguns dias na Quixaba. Gente de boa índole, herdada dos antepassados, ela a conservou e melhorou no correr dos tempos, por circunstâncias que escapam à minha compreensão.

A verdade, porém, é que o Rio Grande do Norte, desde os tempos imemoriais, foi, a esse respeito, diferente das províncias vizinhas, cujas populações do interior sempre se mostraram mais aguerridas e desta sorte mais propensas ao banditismo.

Em nossos dias, não há exemplo de se terem formado aqui magotes de malfeitores. O próprio Antônio Silvino, que tão facilmente encontrou acoitadores por aí afora, não achou, entre nós, quem de coração lhe abrisse as portas de casa (SOUZA, 1983, p. 83).

Não há um sertão como o do Rio Grande do Norte. Gente que não abre as portas para os cangaceiros, pelos menos os mais violentos, com índole pura de violência. Souza aparentemente não se importa em purificar o RN, e de imputar a violência de maior grau às regiões vizinhas, mesmo a Pernambuco, lugar de onde veio. Há algo de singular no sertão norte-rio-grandense. Os traços paradisíacos de um sertão harmônico saem dos sertões de modo generalizado e se verticalizam no sertão do potiguar. O sertão norte-rio-grandense é característico até pelo movimento do cangaço. Na Carta XVII, Souza fala de Jesuíno Brilhante. O perfil deste homem é traçado à moda de um Robin Hood sertanejo, com um caráter bondoso de quem não aceita as injustiças: “o único cangaceiro saído dos nossos sertões e com o qual os sertanejos viveram em boa camaradagem, porque, no seu ânimo, nunca se apagaram completamente os sentimentos nobres da raça” (SOUZA, 1983, p. 86). Jesuíno Brilhante, na representação de Souza é um homem que se difere dos outros cangaceiros. Com vestimentas, atitudes e uma habilidade fora do comum, o cangaceiro do sertão potiguar matinha uma postura de paladino, de quem ajuda sem pensar: “os fracos sempre tiveram sua proteção” (SOUZA, 1983, p. 86). Mesmo aqueles considerados violentos, que formaram um movimento de ebulição nos sertões nordestinos, quando se trata do sertão potiguar descrito por Souza, esses homens são mansos, bondosos e, mais uma vez, virtuosos.

A partir de agora começam outras representações. Abrem-se as portas para novas formas e conteúdos, no que tange ao universo sertanejo e a construção discursiva do autor em questão. Relembrando, de um lado, o sertão que Souza tem na lembrança, que tanto o animou, que se consagra na memória de menino, da casa velha, do vaqueiro, da mobília que o faz lembrar da mocidade – tão simbolizado na sua obra. Do outro lado, aparece um sertão que é objeto de esforços político-administrativos para ser superado. Os sinais dessa nova fase sertaneja atrelam-se aos símbolos do lucro, da industrialização, da civilização e do progresso. Reforço, doravante, esta última perspectiva, em razão que ela desemboca no problema do *sertão a ser superado*, até mesmo como vontade do próprio sertanejo.

Contando a mesma linha sobre o corpo do sertanejo, mais especificamente dos meninos, dos homens, Souza demarca o contraditório, o paradoxal nas representações desses sujeitos. Ele evidencia que o mesmo sertão modulador do comportamento do sertanejo é o mesmo que estampa o passar do tempo no corpo:

A maioria, até os vinte anos, não se desfigura, mas, depois dessa idade, tanto pelos rigores da vida sertaneja como pela rispidez da natureza, as fisionomias vão se tornando fechadas, devido às rugas que costumam vir antes do tempo. Muitas vezes tenho chegado até a pensar que a aspereza das lapas do sertão, a forma esquisita dos mandacarus, a feiura das árvores, cujas folhas encarquilhadas pelo vento as deixam nuas e tristes, tudo isso junto influi pra essa mudança de que eles nem sequer dão fé, porque em nada ela contribui para lhes diminuir a saúde ou lhes enfraquecer a energia (SOUZA, 1983, p. 67).

O sertão na narrativa de Souza tem várias representações. As características são abundantes. O mundo sertanejo é representado por elementos da saudade, das virtudes da população, pela pacificidade, pela terra mansa que influencia o jeito sertanejo de ser no tempo, e agora aparece um sertão áspero, duro, árduo e com uma natureza ríspida. A sensação é que sertão e natureza se confundem. Souza dá um exemplo. Falando sobre a chegada de Felinto, o sobrinho, nas terras da fazenda da Quixaba, o autor coloca:

A Felinto sucedeu o mesmo. Com pouco mais de trinta anos, vim encontrá-lo bem diferente. A boniteza do menino que, noviço dos vinte anos, fez pular o coração de tantas moças sertanejas, não tem agora traços do que foi: sem parecer bonito de feições, ele conserva, entretanto, a formosura da raça, que não está na pele que cobre a caveira, mas nas virtudes criadas pelo sofrimento, nessa dura escola de trabalho que enrijou o músculo sertanejo e lhe fez a bondade mais doce (SOUZA, 1983, p. 67).

Com base nisto, entende-se que entra em cena o sofrimento, a dureza, as difíceis condições de vida. A mudança que Souza contempla no sertão ainda se mantém de pé no centro narrativo. A historicidade dos objetos e do próprio observador matizam o discurso. Essa historicidade é a própria percepção de que aquele universo se transforma. A diferença é que nas primeiras cartas a narrativa girava em torno da mudança que causava saudade; nas últimas cartas, a mudança que o tempo traz dilui a beleza, a aparência física. O que sobra são as virtudes. Elas não mudam com o tempo. São próprias do mundo sertanejo. Se as fraquezas se manifestam, elas são creditadas ao devir, à passagem do tempo, à inevitável transformação do mundo da vida. Contudo, o fluxo dos tempos não é puramente natural. As mudanças também tem um quê de relação do sujeito com o tempo. Não é algo completamente passivo por parte do ser humano. A passagem do tempo é uma das questões humanas. O signo do progresso, por exemplo, é fruto em certa medida de nossa ação quanto à corrosão do tempo. É o tempo dotado de teor simbólico, de elementos condizentes com a temporalidade moderna. Isso faz o

sujeito atribuir negatividade ou positividade para o tempo que ele percebe e, por conseguinte, com o mundo que ele flagra diante de si. Isto é, levando em consideração o que Eloy de Souza construiu narrativamente até aqui, se o vício chega neste universo sertanejo, então é devido não só à passagem natural do tempo, mas também ao próprio homem, que se relaciona com sua percepção de tempo e com o mundo que lhe traz experiências e possibilidade de ação. Dessa relação - sujeito e tempo - produzem-se juízos e consideração sobre de onde vem os problemas sociais, o que pode trazer as mazelas para o povo e, especificamente do que trata Souza em sua *Carta*, o desvio na mocidade.

Um exemplo dessa configuração de experiência temporal, onde tempo natural e uma temporalidade marcada pela presença humana ganha corpo é quando o narrador das cartas relata as relações entre o homem sertanejo e o médico da capital, formado nas faculdades. São dois universos elaborados como distantes. Souza aumenta o contraste entre esses espaços falando, por exemplo, dos medicamentos. Em suas palavras: “os remédios vinham do mato, e se o mal não era de morte, a cura não demorava” (SOUZA, 1983, p. 75). Nesse contexto, a décima quinta carta traz a história do encaminhamento de seu compadre, o velho Matias, a um médico chamado Heitor para se consultar. O sertanejo, idoso e doente, voltou da capital enfeitiçado pela cordialidade do médico. Seguiu dali em diante todas as recomendações do mundo da ciência: “os conselhos foram muitos e bem aplicados, parecendo até haver adivinhado tudo quanto lhe fazia mal” (SOUZA, 1983, p. 75). Antes da consideração final, ainda há uma boa avaliação sobre os medicamentos sertanejos: “hoje, por assim dizer, só se toma remédio de botica. Antigamente, se o doente estava se abrasando em febre e tinha muita sede, uma xaropada de quinaquina ou de raiz de angélica punha-o de pé em vinte e quatro horas” (SOUZA, 1983, p. 76). Agora, nada mais dos remédios do sertão para as pessoas e para o próprio sertanejo. A mudança que vinha no horizonte se concretiza:

Hoje, dizia meu compadre, só se ouve falar que a vida fica mais curta por uma porção de motivos, entre os quais está também incluída a alimentação de carne de gado. Na sua opinião, tudo isso está torto, salvo se o homem de hoje não é feito com o mesmo cabedal dos homens de nosso tempo. A razão por que agora se vive menos é devida, principalmente, ao abuso do café, do fumo, da bebida e de outros vícios (SOUZA, 1983, p. 76).

A despeito dessa positividade em relação ao produto do “mato”, a própria medicina que o sertão proporciona, o velho Matias se vê desencantado desse passado sertanejo e da natureza que traz o remédio. Agora, o velho sertanejo “acha graça e manda o doente ou o curioso a essa capital aproveitar a estadia de um doutor tão bondoso e de tanta cadência” (SOUZA, 1983, p. 77). Esta é uma virada em relação à visão da capital. Souza também é um homem desse mundo. Ele não o caracteriza como o pior dos lugares nem como uma espécie de paraíso na Terra. No

entanto, aparece aqui uma assimetria, ou melhor, uma complementaridade para a felicidade do sertanejo. O sertão vira-se para o litoral. Há um movimento retilíneo de um mundo em direção ao outro: “por seu gosto, todos os doentes destes pés de serra já iam de rota batida em demanda de Natal, de onde certamente voltariam curados e felizes” (SOUZA, 1983, p. 77).

Além dessa virada, percebe-se que na narrativa de Souza, o sertão se afasta da referência divina para adentrar gradativamente numa dimensão onde o norte é tomado pela decisão humana, ou seja, fica de lado um elemento transcendental e apresenta-se no horizonte de espera uma referência mais imanente. Como isso acontece? Nas últimas cartas – XVI e XVII - os problemas que o sertão precisa lidar saem de uma ordenação divina, dos planos de Deus, e se deparam com a necessidade da atitude humana para mitigar tais impasses.

Quando Deus quis que as estações aqui fossem tão incertas e tão dolorosas nas suas alternativas, foi exatamente para deixar ao homem a glória de corrigir a natureza, pois não foi pra outro fim que ele nos deu inteligência e vontade.

Os únicos responsáveis pelos nossos sofrimentos somos nós mesmos, consentindo que a água que cai na terra corra para o mar, sem produzir os benefícios que ela devia produzir, se ficasse presa nos açudes de todos os tamanhos (SOUZA, 1983, p. 81).

Neste momento aparece o Eloy de Souza que quer interferir, que sabe da necessidade de tomar alguma ação frente àquele mundo, que aceita as mudanças oriundas do chamado progresso, pois nele encontra-se a nova mobília da casa sertaneja, encontra-se os vícios que desvirtuam o homem, mas também é sob o signo do progresso que se apresenta a possibilidade do combate às secas. As redes sociabilidade que participam os diversos intelectuais e eruditos têm como defesa o rito do progresso para a vida na modernidade. São tempos de República em que, por assim dizer, predomina nessas redes uma lógica cientificista e tecnocrata. Eloy de Souza não escapa desse contexto e seu pensamento, como um homem das letras e da política, acaba escapando pela sua narrativa literária, tornando visível suas ideias, seus objetivos. Os anseios de Souza - um homem que pensa o sertão e a seca como um problema a ser resolvido - não conseguem ser ocultados, e surgem no meio da construção textual de suas cartas de maneira muito direta e explícita como algo atormentador. Na sua penúltima carta – XVI -, Souza comenta sobre a conversa que teve com um agricultor nas margens do Potengi. Ele relata o que o sertanejo havia lhe dito: “As secas vinham, matavam-lhe grande parte da criação e muitas vezes tudo quanto tinha plantado morria” (SOUZA, 1983, p. 81). E acrescenta com mais detalhes sobre o caráter destrutivo dos sertões: “Meses de sol e de morte já lhe tinham por várias vezes levado as economias que os invernos lhe haviam permitido fazer, graças à fertilidade da terra que desde os avós vinha sendo o amparo e a esperança de sua casa” (SOUZA, 1983, p. 81). Esse misto de morte, sol, e campo da mudança do tempo, da mesma maneira, configura a paisagem desse sertão de outrora, que Eloy de Souza extrai de sua memória (SCHAMA, 1996).

É uma paisagem marcada pela lembrança e também pelos encontros com o mundo, com as tragédias que ele flagrou em seu presente.

A ideia de sertão-problema ganha uma nova escala deste último ponto em diante. Afinal, as dificuldades que se enfrentam nesse universo não se resumem especificamente à seca, mas também ao seu oposto. Souza traz, dentro do mesmo relato, o comentário a respeito da destruição, agora não apenas pela seca, mas também pela força das águas:

Pela tarde do dia seguinte, continuou a contar-me aquele infortunado trabalhador, começaram a chegar as primeiras águas da enchente, não queixosas e rasas como as das cheias comuns, mas impetuosas, alevantadas e destruidoras, espavorindo as populações ribeirinhas, como se as ameaçasse um novo dilúvio.

(...)

Durante a noite ouviu-se o mesmo rumorejar de águas caudalosas, carregadas de limo, talvez cansadas pela sobrecarga dos balseiros, mas sempre impetuosas com a sua obra de destruição.

Na baixa de enchente, aquele proprietário e, como ele, tantos outros agricultores das margens do Potengi estavam reduzidos à miséria.

(...)

Com os olhos cheios d'água, Joanhina perguntou quando os homens acabariam com esse martírio dos pobres sertanejos.

E sua pergunta ficou sem resposta... (SOUZA, 1983, p. 82).

No final das contas, essa natureza vem à narrativa de maneira dualista/ambígua e uniforme. Ambígua na forma em que ela maltrata o sertanejo; ambígua no sentido de como ela afeta e implica nas condições arriscadas de viver naquele espaço, quer pela falta de água, quer pela devastação da abundância, nos momentos de chuva. A natureza é heterogênea quando se trata de desestabilizar a vida do sertão. Por outro lado, essa natureza é uniforme, no sentido de ser destruidora, de dificultar a vida sertaneja. Basicamente, o papel dela é apenas este, de maltratar. A natureza modula o sertanejo, as virtudes e o comportamento, no entanto confere àquela população muita dor e sofrimento.

É pela via da sensibilidade, portanto, que o sertão-problema é narrado. A tristeza e demais afetos montam a representação do sertão ardiloso, ríspido. A destruição que se manifesta pela causa climática constrói um sertão temeroso, gigante em seu espaço e, igualmente, em seu poder de arrasar a plantação, a moradia e as terras do pobre sertanejo. É um sertão que se autodestrói. Se a sensibilidade é um fator de partida para narrar o que chamo aqui de sertão-problema, a resposta para a questão é política. Souza quando escreveu essas cartas era Senador da República. Seu lugar social transparece. Há um projeto intelectual e político ocultado no silêncio da pergunta de Joanhina. Esse projeto diz respeito às ideias que Souza defende ao longo de sua atividade política – açudagem e irrigação. Ele aposta nessas propostas em outras

obras, como é o caso de *O Calvário das Secas*, que passo a examinar em seguida. Silêncio ou não para a pergunta da personagem Joaquina, considero que há uma negação em relação ao sertão que Souza elabora, na maior parte da narrativa. Quer dizer, o sertão não pode ser assim. No caso em questão, esse mundo sertanejo - que se confunde com a natureza, que é maltratado pela dimensão climática - precisa ser superado.

2.2 O sujeito e seu objeto: teleologia do pesquisador

De forma introdutória, quero pontuar algumas considerações preliminares para a discussão sobre os sertões e sua representação no trabalho de Eloy de Souza, não partindo do recifense, mas sim do prefácio de Luís da Câmara Cascudo à primeira edição do livro *Calvário das Secas*. De antemão, note-se que há um rastro dos laços sociais entre os letrados, ou seja, uma relação de proximidade construída pelo contato dentro do campo intelectual e político potiguar que possibilitou essa apresentação inicial do natalense no texto do colega. Contudo, o mais importante é que o prefácio já indica um compartilhamento imagético do sertão entre os dois pesquisadores. Nas palavras de Cascudo sobre Souza e seu estudo:

Em uma série de artigos, dia a dia escritos, com auxílios parciais, sem livros quase, sem assistência dos técnicos na espécie, responde a autoridade prática, tradicional e contínua, de um velho debatedor da questão, veterano do assunto, sabedor de todos os segredos, mateiro que se orienta na mata pela memória automática do caminho percorrido – o dr. Eloy de Souza (CASCUDO, 1983, p. 11).

Na descrição acima, Cascudo relaciona seu colega com o atributo de autoridade. Característica marcada pela experiência do sujeito com o seu objeto. Autoridade forjada na vivência do pesquisador, presente em sua memória. O distanciamento nesse caso não é necessariamente relevante. Na verdade, valoriza-se a proximidade do objeto e o sujeito que o pesquisa. De tal maneira, Souza, nas palavras de Cascudo, tem o dever de pesquisar o assunto em questão, ou melhor, a obrigação. Ela se impõe a Souza devido suas referências, seu estudo, seu trabalho, sua condição intelectual, mas sobretudo a obrigação apresenta-se por causa da trajetória:

Dos antigos parlamentares do Nordeste nenhum possui maiores credenciais nem pode reunir soma de mais vulto em dados, observações e notas. Suas próprias viagens para Europa e África, longe de constituir alegres excursões de turismo despreocupado, foram verdadeiros *shorts curses* de estudo local, de apurada análise, de carinhoso exame. Neto de vaqueiros, apaixonou-se pelo folclore matuto, encaneceu sempre enamorado de sua terra convulsa e triste, exaltando-lhe em prosa as figuras emocionais dos cantadores, dos chefes, o amor à família, o ritmo do trabalho, as virtudes perpetuas da honra doméstica, da fé ingênua, as próprias superstições milenárias, a paixão pelo cavalo, pela palavra-dada, enfim tudo quanto representa a “constante” em nossa civilização ibero-cristã (CASCUDO, 1983, p. 12).

Cascudo faz questão de construir uma trajetória baseada em conceitos próprios de uma cultura, a ocidental. Família, trabalho, amor pela terra, são conceituações frequentes ao se falar do universo eurocêntrico, capitalista e cristão. Para o natalense, Souza está em linha reta nesse caminho que o leva, de acordo com o pensamento do prefaciador, ao mérito de pesquisar aquilo que ele pesquisa. A experiência que culmina na autoridade de Eloy de Souza, portanto, seria provocada pelas viagens ao exterior, mas também por um *estar-no-mundo* particular, por um alinhamento com a cultura cristã e as virtudes que essas relações sociais podem proporcionar. O estudo no campo até uma dada espiritualidade e pertença cultural, esses são os elementos que evocam Eloy de Souza.

De todo modo, considero que Cascudo está interessado em encaminhar o leitor a entender as obras contra as secas, o Nordeste e o próprio povo nordestino no sentido de grandeza. Não é uma questão de resumir a obra no prefácio. A escrita vai além. Ela sinaliza sentidos e signos para com o universo da seca, geralmente internalizado no espaço sertanejo. O texto reforça a narrativa da obra. E nesse reforço há uma orientação intelectual com estigmas e marcas e símbolos. Os exemplos são variados. O louvor ao povo é central na fala do escritor natalense, neste prefácio. Ao se referir ao nordestino, ele elabora a seguinte passagem:

As obras, de qualquer vulto, são merecidamente dignas desse povo. Ele está em São Paulo, no oeste paulista, começando o desbaste das matas, o arroteamento do campo, dando as primeiras vítimas na luta. Depois chega, com as proteções clássicas, o colono italiano. Está em toda Amazônia, varejando floresta e povoando descampados, mudando a toponímia, domando índios, afastando limites, conquistando o Acre, depois de cobri-lo com seu sangue amoroso, num sacrifício de júbilo ardente e patriótico (CASCUDO, 1983, p. 14-15).

Há uma paixão pelo nordestino, mas antes de tudo manifesta-se a construção narrativa desse sujeito aos moldes do colonizador. O avanço desse homem acontece através da expansão para dentro do próprio território, para suas entranhas, caso próprio da história brasileira (VIDAL E SOUZA, 2015). Nessa frente, rumo ao interior, o nordestino, de acordo Cascudo, é parte legítima e está fazendo frente na exploração. No entanto, o prefaciador não deixa de

endossar uma imagética gloriosa, falando em sangue amoroso ou no sacrifício dessa população que, na verdade, acabou direcionando-se para outros lugares não por amor à pátria, mas sim por condições externas à sua vida, quer dizer, por problemas climáticos, econômicos, financeira, trabalhos. Não é uma vontade interior. É uma situação, grosso modo, imposta a este homem.

A última citação de Cascudo também mostra mais uma personagem para além do nordestino colonizador, que é o indígena. Este, mais uma vez na historiografia, vem abaixo. Aparece como passivo no processo, isto é, como alguém a ser controlado pelo outro. E, ressaltando, o nordestino sai neste momento de condição marginalizada para marginalizar outros povos. O jogo de tribos na narrativa não deixa de emergir. É um jogo dinâmico onde a peça principal configura-se na figura do sertanejo nordestino. E este acaba interagindo com espaços e corpos-outros, o indígena, o povo paulista, o italiano (que chega após a presença nordestina já consolidada). Não há menção sobre a presença nordestina nas grandes cidades. Ao que parece, o nordestino sai de um sertão para outro. Como se essa fosse sua razão de ser. Aliás, quem é esse nordestino para Câmara Cascudo? Por acaso ele se vê como um desses colonizadores do interior brasileiro? De todo modo, a despeito dessa estrutura narrativa, Câmara Cascudo ainda continua numa história dinâmica entre povos a partir do jogo da concretização nacional:

No Sul a bandeira paulista, preando índios, empurrou o meridiano para Oeste. Os plantadores de cidades desenhavam o contorno geográfico da Pátria com seus sapatões incansáveis. O Nordeste, lutando e morrendo, salvou a unidade nacional, a extensão magnífica do império, o orgulho de um imenso país, íntegro e contínuo, em idioma, lei e costume. (...) O cadinho onde se formou essa raça de Hércules quasímodo, de homens de bronze, tem seculares direitos a solidariedade positiva do Brasil (CASCUDO, 1983, p. 15).

Dois ideias se apresentam imponentemente. A primeira é a formação da nação, como se conhecia até então, graças ao esforço do nordestino, quer na cultura jurídica ou popular. Mesmo no que tange à força política - peça fundamental ao se pensar nas garantias da unidade nacional - o nordestino é estigmatizado como forte e pilar central. Isto é, uma personagem fundamental no processo de união. Não é desinteressado esse posicionamento. Câmara Cascudo não só tem um conhecido círculo de amigos na carreira política como também tentou seguir por esse mundo, durante os anos de 1920 a 1930, com sua atuação monarquista e agindo politicamente em apoio à Ação Integralista Brasileira (SALES NETO, 2013).

Outro ponto é o estigma do Hércules-Quasímodo, praticamente uma máxima, uma das grandes referências na construção de certa *nordestinidade* feita por esse conjunto de letrados norte-rio-grandenses. Advindo do universo de Euclides da Cunha, essa expressão encontra eco nas palavras de Cascudo porquanto a ligação entre nordestino e o sertão é elaborada a golpes de inculcação generalizada. Quer dizer, o sertão galvaniza toda uma região geográfico-política.

O sertão apreende um todo mais complexo que ele mesmo nessa construção narrativa, de uma ponta a outra. Neste jogo discursivo, o sertão viaja o Brasil antropomorfizado no nordestino que vai de encontro a outros sertões. É pelo nordestino estar em todo lugar – e não apenas no Nordeste – que ele assegura certa estabilidade ao todo nacional. Cascudo cria uma unidade amparada na mitificação de um povo. De certa maneira, imputando uma essência nordestina ao país. Espalhando nordestinidade pelo mundo afora e, por conseguinte, nos termos de Cascudo, a garantia de um Estado-Nacional nas dimensões conhecidas. Logo, uma parte sendo definitiva do todo. Questão de estilo? Interesse histórico-político? Pinceladas poéticas no prefácio da obra de Souza? Tudo ao mesmo tempo? Seja o que for, é incontornável que Cascudo colabora com uma construção imagética, historiográfica do que é o Nordeste, o nordestino e, paralelamente, o sertão. Encaminhando-se para mais uma ideia, Luís da Câmara Cascudo não fica completamente satisfeito e ainda assevera sobre a relação direta da necessidade de ajuda ao nordeste com a dignidade do povo:

Expondo as razões, algumas já seculares, que alimentam o incessante entusiasmo de Eloy de Souza, salienta-se que o custo das obras contra as secas nunca será inferior ao mérito da região a que se destina. Foi o critério dos estadistas ingleses quando defendiam o alto preço dos materiais aplicados nas Índias, sempre menos ao que seria necessário para o socorro das populações feridas pelos flagelos climatéricos. Rendimento de verbas invertidas nos trabalhos preventivos, sistemas de irrigação, represas etc., devia ser muito mais de efeito social que de produção financeira. Mesmo assim, os açudes pagam, com juros de judeu veneziano, os capitais confiados à sua criação (CASCUDO, 1983, p. 16).

Em outras palavras, a ligação da dignidade de um povo com a falta de limites para o preço de obras contra a seca é mais um reforço desse heroísmo nordestino construído por Cascudo. Irrigação, açudes, prevenções contra os problemas da seca, todo o aparato tecnológico direcionado para essa população é encaminhada sem pensar nos custos econômicos, afinal, de acordo com o autor, a ideia de proteção social dispensa questões financeiras. Há um tom humanista na ideia: “não parece humano nem lógico calcular, ante a possibilidade da morte ou da vida de milhares de criaturas, a média alcançada pelo dinheiro expendido” (CASCUDO, 1983, p. 16). Sabemos que não é exatamente assim. Mas Cascudo ainda aumenta a escala desse pensamento. Percebe-se que essa não é uma medida exclusiva que pode ser tomada pela administração pública brasileira. O autor do prefácio relembra que é um critério de face internacional pensa no povo e não nos custos das ações de ajuda. O peso do histórico estrangeiro na luta contra as secas acompanha toda a obra, do prefácio de Cascudo aos argumentos de Eloy de Souza, numa análise posterior. A partir dessa ligação entre povo e ações de ajuda; do registro de Souza sobre sua autoridade para falar do assunto, trajetória e conhecimento a respeito das

secas; da confusão entre sertão e nordeste, Cascudo escreve sobre o autor de *O Calvário das Secas*:

Outorga-lhe incontestável obrigação de protestar a sua ininterrupta atividade de decênios, estudando, sugerindo, propondo, atacando a questão de três séculos, despovoadora de uma região, assassina de dois milhões de brasileiros, empobrecedora de recursos e matadora de alentos (CASCUDO, 1983, p. 11).

O posicionamento de Eloy de Souza é pautado na autoridade sobre o assunto. Souza, de acordo com Cascudo, tem “uma vida a serviço de uma grande causa” (CASCUDO, 1983, p. 17). Ou seja, um devir inclinado a este ou aquele ponto. Uma história com vetor. No que se refere à figura de Souza, utiliza-se uma teleologia existencial.

Outra questão interessante é a “questão de três séculos”, que Cascudo se refere. Na verdade, essa questão é a seca. Esta é a grande delimitadora de margens. A seca provoca as fronteiras entre visões de mundo. A seca possibilita o distanciamento do litoral. Ela é diferença. Ela provoca distinções, no que tange o espaço físico e o ser humano que lá habita. A seca torna-se o problema *do Brasil*, em certa medida. A escala que ela atinge ganha atenção nacional. O conjunto de artigos de Eloy de Souza atenta justamente para isso, a seca como mazela não apenas regional, mas nacional. Nas palavras de Cascudo, ela é assassina. Inculca-se à seca um papel de vilã na trama humana. Os sócios evocam-na no meio do tecido narrativo como adversária, uma inimiga a ser derrotada (SOUZA, 1983).

Voltando ao cerne do discurso, nas palavras de Cascudo temos a alteridade como engrenagem. Uma estrutura narrativa pautada mormente na dinâmica de tribos/povos, ou seja, diferentes culturas que se relacionam com o denominado nordestino. Essa alteridade é ponto central na *diferenciação*. Isso leva a pensar a importância de identificar o constructo historiográfico do *outro* neste tipo de esquadramento. Arrisco dizer que essas discussões devem ser feitas, no sentido de compreender o quanto determinadas noções, relacionadas ao debate da alteridade, são recorrentes e demasiado presente quando o assunto, ou abordagem, é a história dos sertões (FABIAN, 2013; TODOROV, 1993; BONATO, 2010).

Meu olhar a respeito da temática em questão se estabelece a partir de questionamentos e reflexões pertinentes aos estudos pós-coloniais - como já apresentei - marcado dentro de um espaço maior que é a área da história da historiografia. São problemas que podem ser relacionados há vários objetos para o pesquisador dos sertões. Porque, no final das contas, o que está em jogo, ou um dos principais elementos que chama atenção na investigação, é justamente o *outro*.

De início, a diferenciação elabora o jogo da alteridade, fundamental nas relações sociais. Diferenciar é um ato de poder (SILVA, 2000). Esta ação manifesta-se na escrita da história, na política, na arte, enfim, em jogos sociais estruturados e com suas respectivas buscas por discriminação e legitimidade do porta-voz que discursa. A partir disso, apresenta-se o horizonte para construir o *outro*, aquele ou aquela que será identificável ou não, visível/invisível, privilegiado em dados jogos sociais, entre tantas situações de opressão no mundo social, alvo de discriminação pelo grupo dominante. O processo de diferenciar evidencia-se ao longo dos séculos. O historiador, dentro de seu ateliê ou em campo, percebe facilmente as divisões sociais nas fontes que desfilam diante dele.

Entre as estruturas próprias da cultura ocidental, destaca-se aquela muito pertinente para nossa discussão: a historiografia baseia-se na relação com o outro, deslocando-o, modificando-o, metamorfoseando seu corpo, sua identidade, sua imagem. Quem é outro? É o selvagem, o passado, o louco, pobres, mulheres, travestis, o povo, o sertanejo e seu mundo social, o sertão (CERTEAU, 2011). E este *outro* é excluído, negado, silenciado, depreciado. Afinal, no Ocidente, “o grupo (ou indivíduo) se robustece com aquilo que exclui”, demarcando seu espaço através de símbolos, de uma imposição de atributos culturais. E a escrita da história ocidental exclui (CERTEAU, 2011, p. 15).

Dentro deste processo, outra atitude neste jogo relacional é o ato de nomear. Ao se colocar ou mesmo impor um determinado nome, marca-se a diferença, estabelecem-se fronteiras entre dois ou mais universos, criam-se os discursos identitários para os sujeitos agora vistos sob aquele significado. Além do fato de que os nomes possuem uma bagagem cultural, um teor semântico dotado de historicidade, de um caráter socialmente aceito que visa a marginalização de outros grupos, aqueles submetidos a uma nomeação, nomenclatura, enfim, manifestando a colonização pelo nome.

Aníbal Quijano deixa muito claro que o encontro com a América, permitiu historicamente a diferenciação do “nós e eles”, por parte do Ocidente. Essa divisão foi essencial para o domínio da cultura europeia e *branca* que hoje é tão conhecida. A noção de *raça*, ao lado da estruturação capitalista controlando as relações de trabalho via capital-salário, explicam de alguma forma nosso mundo, cujo domínio é branco eurocêntrico (QUIJANO, 2015).

O tecido das narrativas eurocêtricas, muitas vezes, tem como ponto de partida uma relação binária. Sem a América, a modernidade não teria a faceta que tem hoje. Porque sem o “outro”, não há “nós”. Da mesma forma que indígenas, negros escravizados e mestiços tornaram-se o *outro* em relação ao europeu, branco e católico, o sertanejo adentrou nesta lista de diferentes, de estranhos ao mundo do colonizador, sobretudo nos séculos XVIII e XIX.

Identidade e diferença são diretamente dependentes. E são várias as marcas das relações sociais no poder, elas podem “demarcar fronteiras (‘nós’ e ‘eles’); classificar (‘bons e maus’; ‘puros e impuros’; “desenvolvidos e primitivos’; ‘racionais e irracionais’); normalizar (‘nós somos normais; eles são anormais’)” (SILVA, 2000, p. 80-81).

Dentro na narrativa de Cascudo, o Nordeste é elaborado numa confusão com o sertão, da virtude do povo à luta contra a seca. O sertão acaba sendo levado de roldão nas referências de uma nordestinidade apontada pelo natalense. Mesmo que de forma implícita, o mundo sertanejo acaba ganhando espaço na narrativa (CASCUDO, 1983). E a diferenciação de mundos no prefácio de Cascudo é dependente da seca. A seca divide. Coloca-se a seca como realidade de muitos. Mas, por outro lado, é o espaço seco que faz tantos outros tentarem uma nova vida, forçados a escapar daquele espaço. Nós e eles (e vice-versa) é uma diferenciação embasada na seca, como uma fenda que distancia, que atribui limites. A seca, neste caso, é o contorno de um *ethos* nordestino. Ela é fronteira.

No prefácio de Cascudo, a seca torna-se o pilar das diferenciações, origem de problemas e mortes, e visualizada como “questão de três séculos”; ela ainda permite ao nordestino partir e colonizar outras partes do Brasil. Ou seja, condição de dor, mas também de crescimento. O sertão confundido com Nordeste, com o corpo do nordestino e com a referência maior da seca, é erguido numa dupla via de sofrimento e virtude humanas. Reservo adiante algumas páginas para explicitar melhor o que penso sobre a questão da *alteridade* - quando se trata de falar sobre a representação do sertão. Entendo que é de grande riqueza explorar essa noção relacional do *eu e o outro* na pesquisa historiográfica dos sertões, ainda mais no universo dos estudos históricos. No caso de Câmara Cascudo, ele articulou sua narrativa pautada na diferença, naqueles que não são nordestinos, pessoas que não enfrentam a realidade sertaneja. O jogo de identidades, portanto, é uma engrenagem importante na tessitura narrativa. Considero que a alteridade pode ser demasiado valorizada para a área de história dos sertões, pois é um ponto que atravessa as representações do mundo sertanejo, onde sujeitos com suas diferentes formações arrolam simbolicamente ao sertão seus projetos de poder, suas ambições intelectuais e narrativas visando o que mais os agradam.

2.3 O sertão como objeto de reflexão: pensar o *outro* na história dos sertões

Nos meandros da historiografia consagrada ao longo de séculos, o sertão apresenta diversas representações, mas sobressai no pensamento social brasileiro o sertão como o espaço-outro, o corpo-outro, o que está em vias de ser dominado, pronto para ser excluído, nomeado como diferente pela literatura, arte e ciência (LIMA, 1999). Ele também é desconhecido. Não obter entendimento sobre o outro é dar espaço à preocupação. Quer dizer, assim como não conhecemos o poder da natureza tem-se, como efeito, o temor de catástrofes naturais. O desconhecimento, justamente isso, causa aborrecimento e preocupação para quem detém o poder, seja um grupo dominante aleatório ou as instituições de poder. Sertões não controlados, para aqueles que detém a dominância, passam a ser causa de apreensão. A autonomia e emancipação de espaços não dominados abrem o horizonte para que haja conflitos violentos. O que são os sertões de Euclides da Cunha e a Guerra de Canudos senão a declaração da existência de espaços e povos não controlados pelo Estado brasileiro e, por conseguinte, sua respectiva reação, resultando em um massacre?

A tentativa de instruir, de povoar, de civilizar e controlar a população dos sertões, dentro de uma lógica colonizadora, é uma estratégia de tentar suprimir uma forma de existência considerada bárbara para instaurar determinada ordem de cunho político, social e cultural (MÄDER, 2006). Os depreciados, os outros, aqueles vistos como bárbaros são representados de diversas formas, sob aspectos ligados à natureza e aparecem recorrentemente sobretudo quando se olha de perto os projetos de nação do século XIX ou nas representações espaciais dicotômicas, como lembra Maria Elisa Mäder. E o sertão acaba sendo colocado como um espaço para o bárbaro que vive no Brasil. De onde vem essa ideia? Uma possibilidade muito considerável é a imagem do deserto. Pois, citando Mäder, a “utilização da ideia de deserto remete-nos também a outros significados importantes, tais como: a falta de governo, de leis, de religião, de educação, de população, de luzes, enfim, de tudo que representava para esses intelectuais as ideias de ordem e civilização” (MÄDER, 2006, p. 108). Essa construção discursivo-imagética institui o imperativo do colonizador, para quem quer dominar e ter controle sobre determinado espaço ou povo. Uma situação é elaborada para justificar a possibilidade de intervenção, ações políticas e narrativas, neste caso, um sertão deserto, com a *síndrome da falta*, falta de leis, falta de administração, falta de civilidade, e o que foi dito por séculos, falta de pessoas. E, claro, sabemos que não foi assim. A maioria dos sertões sempre foi habitada.

Indígenas, negros, quilombos, e o próprio bandeirante estiveram nestes espaços. No entanto, o que se diz é que os sertões são desertos e, paralelamente, desertificam.

No âmago dessa discussão, vale considerar um elemento na conjectura sobre a temática aqui explorada que é a falta de uma definição concreta a respeito do conceito de sertão. O que é completamente justificado, haja vista a sua multiplicidade semântica (AMADO, 1995). É um conceito polissêmico. Certamente, mais um motivo para não se falar em um sertão, mas sim em *sertões*. Este caráter plural do conceito ecoa na plasticidade e flexibilidade em diversas representações discursivas de letrados da historiografia colonial, imperial e republicana. Isso é proporcional à variabilidade dos sertões no que diz respeito ao conteúdo simbólico atribuído pelo sujeito enunciador. Afinal, estão presentes em todo o Brasil. Quer dizer, fala-se dos sertões amazonenses, entre outros, como nordestinos e paulistas.

As representações dos sertões nos projetos nacionais, sobretudo no século XIX, evidenciavam um desafio para os governos e também na incontornável questão da alteridade. De Domingo Sarmiento, ao falar dos pampas nos recônditos argentinos, passando por Paulino de Sousa, o Visconde de Uruguai, e sua reclamação da ausência de governo sobre os sertões brasileiros, até chegar em Euclides da Cunha, esses espaços colocados em contraste do modelo exemplar da cidade dita civilizada, são configurados como desafios ao governo para que sejam “civilizados”. Os sertões são vistos na forma de plagas distantes e problemáticas para controlar (MÄDER, 2006). Os discursos acabam voltando para jogos narrativos onde há uma luta para a identificação de quem é o centro e quem é a periferia.

De certa maneira, o sertão que os intelectuais falam não é mais o sertão de Pero Vaz de Caminha, que em sua carta redigida para D. Manuel I, escrita em 1500, ele contempla apenas como um vasto espaço florestal. O português, após atracar e penetrar nas matas, constatou:

Enquanto andávamos nessa mata a cortar lenha, atravessavam alguns papagaios por essas árvores, deles verdes e outros pardos grandes e pequenos, de maneira que me parece que haverá nesta terra muitos. Mas eu não veria mais que nove ou dez. Outras aves então não vimos, somente algumas pombas seixas, e pareceram-me bastante maiores que as de Portugal. Alguns diziam que viram rolas, mas eu não as vi. Mas, segundo os arvoredos são muitos e grandes e de infindas maneiras, não duvido que por esse sertão haja muitas aves (CARTA DE PERO VAZ DE CAMINHA, S/D).

Esse sertão é constituído por ser um espaço verde, e não devido a quem lá vive e suas manifestações culturais. Pero Vaz de Caminha tinha em sua escrita a curiosidade, o interesse em descobrir mais sobre aquele universo. Reside em seu texto, a preocupação muito clara em definir ou, se preferir, caracterizar os habitantes daquele lugar. O sertão ganha vida a partir de seu enunciador. Isso diz muito sobre a valorização, adjetivos que a noção recebe historicamente.

De fato, a ideia caminha na mesma trilha colonizadora, dominante e histórica vista até então: o sertão enquanto objeto a ser dominado. Os sertões ao longo de suas representações, pelo homem de letras, apresentam geralmente a característica de ser indômito, ou seja, descontrolado, que não está sob vigia. Para quem quer impor seu poder, percebe-se, esta é uma situação de alarde. Da mesma maneira que Pero de Magalhães Gandavo reclamava da falta das letras F, L e R na linguagem dos indígenas, implicando na ausência de Fé, Lei e Rei, semelhante se posicionavam os letrados do século XIX, ao abordarem esses espaços (GANDAVO, 2008). Estava implícito o interesse em domínio, a vontade de controlar, de impor sua força. Tal empreendimento torna necessário uma relação entre dois sujeitos no mínimo, que acontece em um determinado momento, que é produtora de significados e símbolos. O *outro* se faz presente. O sertão parte de uma relação de forças, onde a comunicação faz *estar*, produz sentido. Tais símbolos comunicativos podem ser alterados, pois a historicidade muda, as relações de força também mudam. Nada é inalterável.

Tomando outro exemplo, países colonizadores se constroem em relação ao outro. É o que propõe o intelectual palestino Edward Said ao falar do Oriente (SAID, 1990). Em seu livro, ele propõe apontar uma estratégia política e narrativa feita pelos povos ocidentais, desnaturalizando uma antiga tradição europeia de conceituar, fazer ver e dizer. Os ingleses e os franceses são muito inclinados ao Oriente. Eles forjam a base daquilo que Said chama de *Orientalismo*. Um conjunto de discursos oriundo da literatura, das artes, do mundo político e intelectual que pintam o Oriente como lugar de desejo, da colônia, da mais profunda imagem do *outro*. Ademais, o mundo oriental ajudou a definir a identidade do Ocidente. Centro e periferia, aqui, passam a ser mais flexíveis. Para esquadrihar os discursos performativos ocidentais, Said recorre a Michel Foucault como ponto de partida teórico, no intuito de enxergar a *invenção* de um Oriente como discurso (SAID, 1990). Os discursos performativos visam elaborar uma singularidade sobre a complexidade, inventando um mundo discursivo que serve de respaldo para as mais variadas intenções daqueles pretendentes à dominação. A construção de uma narrativa-imagética sobre o Oriente torna homogêneo o que é heterogêneo. Acredito que o mesmo possa se refletir na discussão a respeito dos sertões. Porque, em grande parte, estou falando na verdade do discurso de estereotipia, ou seja, a construção de tipos sobre espaços, povos e culturas. O estereótipo passa a ser comum em diversas situações, porque ele retira as particularidades em nome de um discurso generalizante. O estereótipo assevera uma narrativa sobre o objeto, classificando, tornando imperativo, categorizando, construindo uma verdade única a respeito do que pode ser diverso, erigindo um lugar-comum, uma única faceta do plural. O estereótipo constrói uma espécie de essência, retirando a historicidade. Porque, afinal, só é possível falar em essência quando se o esquece do âmbito histórico.

Portanto, pontuo o sertão como um fato social. O sertão não é dado. Não é uma produção da natureza, pura e simples. É imprescindível não dissociar os sertões da sociedade, pois ela molda e relaciona-se com o universo sertanejo. O sertão explica-se, entre outros pontos, socialmente, a partir de conjunturas políticas, culturais, históricas e econômicas. É o caso dos quatro autores, sócios do IHGRN, Augusto, Meira e Sá, Guerra e Eloy de Souza. O sertão construído a partir do conjunto de ideias que se movimenta dentro das redes do IOCS que eles compartilham no IHGRN. O quarteto fala em dominação e controle. Controle sobre a seca e também sobre a população que ali vive. Porque ao controlar o espaço, dá-se a entender que concomitantemente ocorre o controle dos corpos, da temporalidade do sujeito no espaço. Essa soma forja em dada medida a representação do sertão nordestino que, como aponte, confunde sertão e nordeste (CASCUDO, 1983; SOUZA, 1915).

A perspectiva da dominação sobre o outro é historicamente forte e presente ao longo de vários séculos. Manifestando-se em situações, espaços e temporalidades diversas. Por exemplo, os discursos de Januário da Cunha Barbosa no IHGB, defendendo a catequese do indígena como meio de inserção social, assim como está presente em monumentos iguais o de Theodore Roosevelt (um homem branco, a cavalo, conduzindo um indígena e um negro ao rumo certo) em frente ao Museu Americano de História Natural, em Nova Iorque. Na historiografia ou na arte, de uma maneira geral, o pensamento colonizador e dominante se expressa, recorrentemente, marginalizando, numa tentativa forçada de impor o parâmetro da identidade ideal, os eixos desejáveis da “civilização”.

Fixar uma identidade como a norma definitiva é uma impossibilidade que se evidencia pela pluralidade dos espaços sociais e pela história, mas há de se admitir que a fixação de determinadas identidades é a tendência dos dominantes, dos colonizadores, dos catequistas, dos autoritários. Tentar fixar uma dada identidade de forma a ela ser entendida como referência primordial é uma maneira de hierarquização das diferenças. Está na normatização a manifestação maior do poder (o agir arbitrário, na avaliação e discriminação de conjunturas sociais) dos dominantes.

O sertão é um objeto de disputa. Sua representação sofre de uma plasticidade e variabilidade constante. Cabe ao historiador, assim considero, perceber o lugar social de onde é proferido o discurso, saber quem é o autor daquela arte que representa os sertões/sertanejos e identificar a quem esta ou aquela narrativa interessa, ou seja, verificar quem ou o que manifesta um dado discurso, uma dada representação dos sertões e quais elementos a compõe. Ademais, faz-se mister atentar, por exemplo, às óticas que fazem ver e dizer o sertão, das narrativas tecidas

ao longo de décadas a respeito desse espaço-outro. Caberia ao pesquisador ou leitor indagar-se: quais pretensões a escrita expressa? Ela visa o controle dos sertões ou sua emancipação? Qual o discurso está em jogo?

Janaína Amado, referência clássica quando se trata de pensar a história dos sertões, observou que o sertão pode ser tratado a partir de perspectivas, por exemplo, culturais, sociais, espaciais, e também, e isso me chama atenção, são óticas construídas durante a colonização (AMADO, 1995). Os colonizadores elaboraram este universo carregando-o de sentidos diversos. Pois o caráter do sertão varia de acordo com a “posição espacial e social do enunciante, ‘sertão’ pode ter significados tão amplos, diversos e aparentemente antagônicos” (SILVA, 2000, p. 149). O sertão seria, desse modo, o espaço das trocas sociais, alvo da elaboração de sentidos, receptor de imposições políticas e culturais.

No jogo dos poderes, da identidade e da diferenciação, há fatores éticos a considerar. Textos, narrativas e discursos são o resultado de pulsões, desejos e ambições. O Eros perpassa o interesse de comunicar. Os símbolos para a comunicação com o outro e consigo mesmo fazem necessário uma potência do sujeito. A pulsão é elementar na escrita. Pode-se levantar a premissa de que o texto oscila conforme os desejos do autor. Os desejos e a sua satisfação – por exemplo, física, simbólica, imaginativa - também são pautados pela relação com o *outro*. A pulsão é muda, mas podemos atribuir diferentes caminhos para lidar com ela (KEHL, 2002). Essa tensão marca a relação com o outro, com o corpo-outro, e também, arrisco o argumento, com o mundo do sertão. O sujeito lida com sua pulsão a partir da linguagem (KEHL, 2002). Por isso que somos enigmáticos enquanto sujeitos no mundo. A linguagem, inclusive a textual, manifesta as tensões do sujeito com seu desejo, com o princípio de prazer. De todo modo, na relação do sujeito com a sua pulsão, parte-se da ideia que o outro está ao seu redor, relacionando-se e sendo parte legítima das decisões que os desejos podem trilhar, isto é, para qual caminho vão seguir.

Mais um aspecto a levar em consideração é: o ponto de largada é quem, o eu ou o outro? Por várias razões, Paul Ricoeur assinala a necessidade de atribuir primazia ao outro. No que ele chama de *desígnio ético*, formulado pela vontade da vida boa, a necessidade de justiça nas instituições e a prova da moral (normas e interdições sociais), o outro vem à frente, o outro é primordial. Da mesma maneira, tomar conta de si é tomar conta do outro, em razão que a *intencionalidade* disto ou daquilo, e a capacidade de agirmos e alterarmos o mundo afeta não apenas a nós, mas também todas e todos à nossa volta (RICOEUR, 2011). Portanto, a condição ética dessa discussão vale ser registrada. A história dos sertões, sobremaneira no que tange à história da historiografia, pode levar esse ponto em consideração, pois diz respeito às relações

sociais, às condições materiais, políticas e culturais dispostas nas fontes que o pesquisador possa vir a ter acesso e, por conseguinte, analisar.

Recuando um pouco, é possível entender uma das preocupações de Jean-Jacques Rousseau justamente como a questão do outro, com o encontro do novo mundo. Ele parte do outro para si, para o eu. No caso desse filósofo iluminista, ele coloca como referencial o ameríndio para pensar o europeu e toda sua condição existencial. Apesar de todo movimento para garantir ao *eu* a soberania a qual realmente teve no que se convencionou chamar de tempos modernos, Rousseau, contemporâneo desse movimento, leva-me a entender que pensar o *outro* é elementar. Afinal, discutir sobre si mesmo com base no outro não deixa de ser importante. Essa questão pode ser encontrada nas considerações do autor francês. Rousseau pontua:

Ora, gostaria muito que me explicassem qual pode ser o gênero de miséria de um ser livre cujo coração está em paz e o corpo com saúde. Pergunto qual delas, a vida civil ou natural, é mais sujeita a torna-se insuportável àqueles que a usufruem. (...) Pergunto se um dia ouviu-se dizer que um selvagem em liberdade tenha somente pensado em queixar-se da vida e em provocar a própria morte (ROUSSEAU, 1999, p. 186).

Sendo assim, nota-se o papel da alteridade neste jogo interpretativo. A historiografia, e principalmente quando se fala da historiografia sobre a história dos sertões, dança sobre um palco em movimento, a partir das relações estabelecidas pelas partes, entre aquele que enuncia e o outro. O fazer ver e dizer o *outro* é ligado diretamente com a retórica da alteridade que François Hartog discute nas *Histórias* de Heródoto, grego antigo:

Dizer o outro é enunciar-lo como diferente — é enunciar que há dois termos, *a* e *b*, e que *a* não é *b*. Por exemplo: existem gregos e não-gregos. Mas a diferença não se torna interessante senão a partir do momento em que *a* e *b* entram num mesmo sistema. Não se tinha antes senão uma pura e simples não-coincidência. Daí para a frente, encontramos desvios, portanto uma diferença possível de ser assinalada e significativa entre os dois termos. Por exemplo: existem gregos bárbaros. Desde quando a diferença é dita ou transcrita, torna-se significativa, já que é captada nos sistemas da língua e da escrita. Começa então esse trabalho, incessante e indefinido como os das ondas quebrando na praia, que consiste em levar do outro ao próprio (HARTOG, 1999, p. 229).

Portanto, há uma relação direta, não simétrica, certamente, entre aquele que enuncia o discurso em relação ao outro, e justamente este trabalho relacional faz repousar as questões referentes à identidade, à dominação e ao controle, cujo embasamento teórico pós-colonial visa problematizar. Esta relação é justamente o que a poesia de Konstantinos Kaváfis, que me serviu de epígrafe, denuncia. Salta aos olhos a dependência do outro para a nossa vida. Sem a América, não há modernidade; sem o sertão, não há o litoral; sem o bárbaro, não há o grego e romano. Sem o *outro*, o *eu* claudica.

Os binarismos mantêm relações de dependência, assim como a relação de poder onde há dominação e submissão. Possibilidades de opressão, discriminação e sujeição abrem-se no horizonte. É neste binarismo em que um polo impõe sua força ao seu oposto que as tentativas de domar e explorar os sertões aspiram na história brasileira. Por exemplo, as expedições do Marechal Rondon no início do século XX brasileiro refletem esse esforço, com a justificativa de um “bem maior”, assim como a própria Guerra de Canudos ou o incentivo de povoar o Amazonas feito pelo governo do Estado Novo, enfim, tudo isso vai em direção ao mesmo ponto, controle e poder. E quando eu olho a partir de um panorama maior, os indígenas mortos na expedição de Rondon, os sertanejos mortos em Canudos, e os nordestinos mortos por doenças no Amazonas, o primeiro questionamento é saltitante: civilização e progresso para quem? Onde?

Seja como for, o outro faz parte de nossa compreensão de mundo, e da compreensão de nós mesmos. E parcela significativa dos discursos dominantes, fazendo aqui metáfora para o sertão, colocam-no como espaço e corpo incivilizados. O discurso político-científico fará do universo sertanejo um alvo bem amplo para justificar ações e ideologias. Sobremaneira, quando se trata da ideia de superá-lo em termos de natureza, como aponto doravante.

2.4 Costurando o sertão com a seca: a luta contra a natureza

Tento em vista a importância do lugar da alteridade na pesquisa e da crítica ao eurocentrismo para os estudos dos sertões, passo ao debate do sertão enquanto rara discutir a ideia de superação do sertão, presente no discurso de homens como Eloy de Souza e Felipe Guerra. A formulação pelo fim da seca, eu argumento, não é apenas uma necessidade de cunho político-administrativo, mas também pode ser vista como uma pulsão, como desejo de transformação do mundo por parte do sujeito que ali habita.

Veja este caso. Felipe Guerra, sócio do IHGRN, narra a história de organizações em prol da luta em defesa da sociedade contra a seca. De acordo com o autor, em Mossoró, no ano de 1915, fundaram-se duas sociedades civis. Tércio Rosado Maia fundou uma cooperativa chamada *Mossoró Novo*. Mas este esforço não germinou. Encontrou seu fim rapidamente. A outra sociedade foi a *Defesa do Nordeste*, que conseguiu ser fundada sob aplausos da população, mas não merecia aquilo que era de se esperar nos termos do autor; a Defesa do Nordeste não teve o devido reconhecimento. Isso ocorreu até porque o autor remete a uma

ideia de índole brasileira colabora para isso. Felipe Guerra diz que “preparar rumos seguros e eficientes não tem sido característica de brasileiros” (GUERRA, 1946, p. 78-79). A despeito do julgamento que o autor tenta empurrar ao leitor, a explicação sobre a sociedade ganha mais destaque. Defesa do Nordeste cotejou expectativas e esforços no combate à seca. Organizou e reuniu homens do poder para fazer frente à questão climática em prol de Mossoró e toda região sertaneja nas proximidades. A sociedade matinha contato com o âmbito governamental, no intuito de disseminar informações sobre as secas. De acordo com Guerra:

Foi, ainda, ao Governo do Estado da Paraíba, pedindo revogar a proibição da saída de gêneros da zona dos Brejos para o sertão seco do Rio Grande do Norte, medida que importava na paralização do comércio deste sertão com a Paraíba, agravando assim dificuldades dos sertanejos, principalmente da zona do Seridó, sem apreciáveis vantagens para a Paraíba (GUERRA, 1946, p. 83).

Na forma que o autor coloca, a organização volta-se para ajudar o mundo do sertão. Transparece, assim, a imagética coletiva, da união, de um cosmos cujo centro é o bem coletivo, de maneira a estreitar os laços entre Mossoró, o governo e os sertões. A própria sociedade Defesa do Nordeste assevera, na transcrição feita por Felipe Guerra:

A sociedade humana não é um organismo sem vida e sem lei. Age sob impulso de leis fatais. Cada geração tem que trabalhar pelo aperfeiçoamento e pelo bem estar daquelas que hão de vir. Si conscientemente, procurando seu próprio bem estar, não quebrar, não desviar as asperezas desse ingente trabalho, tornando-o mais suave e mais suportável, será obrigada a fazê-lo, quer queira quer não, sob os mais pesados e rudes sacrifícios. É o que a História nos conta. É o que ainda agora se vê na ensanguentada Europa (GUERRA, 1946, p. 85).

A Defesa do Nordeste também teve seu centro em Mossoró acabado num curto prazo. Posteriormente ela seguiu para Natal (GUERRA, 1946). De todo modo, aqui já tenho em mãos o suficiente para visualizar a representação do sertão como motivo de força e união da sociedade. Arma-se uma arena. O pano de fundo dessa figuração é o controle e a vontade de dominação. É a constatação de que a natureza do sertão é um desafio. Eis o aspecto que quero criticar. Para fins de esclarecimento e para minhas próximas considerações, faço um breve retorno ao Oitocentos.

É muito difícil falar do Brasil, ou do sertão especificamente, sem tocar de alguma forma nesta centúria em questão, pois entendo que o país é construído simbólica e discursivamente neste século. No século XIX, é elaborada, definida e escrita o que se entende sobre a história de nossa nação, os principais fatos que colorem este processo histórico em específico. Aliás, a própria ideia de *nação* é construída naquele contexto (JANCSÓ; PIMENTA, 2000). Então, este é um retorno muito provável de se realizar

quando o assunto é história dos sertões, não que seja determinante ou obrigatório, mas a compreensão pede e se faz necessária para os próximos passos na análise das fontes, e assim opto por seguir.

No Ocidente, em tempos de modernidade, não eram todas as áreas do conhecimento que estavam com seus limites definidos (MOLLO, 2008). Apenas no decorrer do século XIX, os contornos ganhavam, cada vez mais, melhor nitidez. Instituições nasciam e compartilhavam saberes nesse momento de ideias novas. Comissões, Museus, Institutos floriam o âmbito científico brasileiro após a independência (MOLLO, 2008). Nessa experiência de tempo iluminista, o oitocentos será nomeado de Século das Luzes, devido a ciência ser a grande promessa. O horizonte de expectativa alargava-se. As ciências visavam objetividade, exatidão e rigor na razão. Mas vale salientar um ponto chave nesse decurso: o século XIX ocidental, em grande medida, pautou os conhecimentos, mesmo entre as ciências sociais, a partir do modelo das ciências naturais (ARENDR, 2014). Desde o Renascimento, a ideia de natureza - leia-se, grosso modo, o meio físico - é uma das bases para o pensamento científico. Isto está presente nos estudos de Galileu, David Hume, chegando ao Oitocentos, sobretudo, com o inglês Charles Darwin. A natureza é elementar. A história não foi poupada dessa vinculação. A relação meio (físico e social), raça (pertença) e tempo (passado, presente e futuro) imbricavam-se como base no pensamento sobre a formação nacional, a índole dos povos, às vezes determinista, outras adotando alguma relatividade (NAXARA, 2008). Nesses arrolamentos tomados como ciência, as dicotomias foram lugar-comum nas discussões sobre as nacionalidades, por exemplo, o caso da civilização-barbárie. Essas dualidades traduziram-se mais tarde, sobretudo na historiografia, nos choques entre litoral e sertão. Daí provém as representações de um país de interior desértico, inóspito, dificultoso para o progresso. Representações que mostram um sertão como barreira para civilização (NAXARA, 2008).

O foco, aqui, recai no movimento cientificista. Formulado nos ramos de determinismos sociais e geográficos. Manifestando-se nas falas de homens brasileiros como Nina Rodrigues, Silvio Romero, Graça Aranha ou um João Batista de Lacerda, a natureza, o meio e a raça, entendida pela via do corpo, ou na via do espaço físico, se preferir, de caráter biológico e geográfico, são tomados por princípios científicos e ponto de partida para análises deterministas. Este conjunto de conhecimentos, amplo entre aqueles que formaram a famosa geração de 1870, alçou as academias, e fez-se base de estudos. Ao redor do mundo, o tom racista era saltitante. Vide o caso do Conde de Gobineau, na França. Ele enxergava o mundo alicerçado na diferença de culturas, no entanto, compreendia uma hierarquia entre elas. Algumas superiores e outras inferiores (ALONSO, 2002; SCHWARCZ, 1993).

A modernidade no Brasil foi entendida como ciência, progresso e civilização. Em tal quesito, o país matinha relações estritas o mundo europeu, até na hora de projetar intervenções abruptas pelo o que conhecimento possibilitava (NAXARA, 2008). Ora, a visão sobre a nação alterou-se com base nesses pressupostos epistemológicos e, por conseguinte, via-se o sertão de outra forma. Ficou para traz aquele sertanejo e seu mundo ascendente, belo, forte e repleto de virtudes morais, que se erguia no romantismo brasileiro, ou então aquele que falava José de Alencar, em *O Sertanejo*. Agora, o sertanejo, pela via cientificista, é visto como degenerado, fraco, incivilizado e medonho. Os preconceitos ganham nova estatura no limiar do século XX (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2012). O sertão precisava ser superado de alguma forma, devido aos vários problemas impostos a este mundo.

Infelizmente, o quadro mostra uma relativa piora com a construção da ideia de Nordeste ao longo da década de 1910 (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2012). Antes disso, a divisão comum ao Brasil era entre norte e sul. O Nordeste será levantado conceitualmente a partir da luta contra as secas. Um fato a ser salientado é a seca de 1877-1879. Essa seca em questão chamou muito atenção do âmbito político. Uma das razões foi ter atingido as pessoas com melhores condições econômicas ou então, grosso modo, a classe média. As demais secas de outrora nunca tinham merecido tanto destaque. Criado sob o nome de Inspetoria de Obras Contra as Secas, em 21 de outubro de 1909, no governo de Nilo Peçanha (1909-1910), este órgão é produto desta articulação oriunda do problema das secas. Mas foi atualizado para IFOCS (Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas), com o intuito de ajudar a classe política e a sociedade nessa luta. Em seu documento de criação, durante o brevíssimo governo de Delfim Moreira (1918-1919), o termo *Nordeste* aparece para descrever a região entre o norte e o leste. O Nordeste vem ao mundo, portanto, ligado ao combate contra as secas. E o sertão acaba sendo preenchido de significados, imagens e símbolos relacionados ao que é seco, árido, desértico, arenoso, através da literatura, do jornalismo, da política e também da história (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011).

As elites nordestinas colaboram nesta construção da ideia de Nordeste desértico. Aproveitam-se para requisitar recursos federais. Elas participam nessa construção simbólica reforçando a imagem do deserto. Por outro lado, as elites do sul/sudeste que predominam no setor econômico com o café e também no cenário político, sobretudo com os elos de São Paulo e Minas Gerais, no que ficou conhecido como a *Política do café com leite*, detém certo protagonismo, o que também acarretou na negação dos recursos federais pautados em um julgamento de raciocínio similar: se é desértico, então do que adiantaria ajuda financeira? A imigração faria muito mais sentido para as elites do sul/sudeste. Percebe-se, portanto, o único que sai reforçado nesta disputa narrativa de elites é o signo do nordeste seco (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011). E o sertão acaba sendo levado de roldão, inculcado por discursos políticos

e intelectuais. A década de 1920 reforça esse discurso-imagético contra o sertão. Aqui entra Eloy de Souza e suas narrativas a partir do IHGRN e também participando em outros espaços discursando sobre a necessidade de agir para com o sertão nordestino.

Há uma luta do homem contra a natureza? A resposta de Eloy de Souza é afirmativa. Em sua obra, *O Calvário das Secas* (1938), ele sustenta e demonstra substancialmente tamanha arenga. Embora o livro seja uma reunião de artigos de Souza, realizada pelo Governo do Estado, a finalidade deste compilado ainda mantém os fins de cada escrito, que é responder à obra de Clodomiro Pereira da Silva. Este último denominou seu livro de *O Problema das Secas do Nordeste Brasileiro*, argumentando que a perfuração de poços seria a melhor alternativa para os sertões que sofriam do flagelo climático. Ora, Souza rebate a ideia, afirmando, por outro lado, como solução viável justamente a açudagem e irrigação, contrariando a tese de Clodomiro Silva. Dedico-me a analisar o trabalho de Eloy de Souza na tentativa de angariar os pilares que sustentam seu discurso, além do mais, identificando a caracterização de sua noção de sertões, o uso político e social dentro dos enunciados.

Na obra de 1938, texto que tomo como fonte, Souza ainda mantém sua concepção de sertão como um espaço castigado, marcado pelas duras condições de vida, estigmatizado pelo cenário escaldante. A caracterização é marcada pelo chão rachado, com a presença do xique-xique sobrevivente, símbolo do sertão em diversas representações, especialmente, midiáticas. Contudo, eis o contraponto oferecido por Souza: este é um mundo que pode ser salvo ou superado via tecnologia, através do esforço estatal em um empenho pensado mediante açudagem e irrigação.

Esse esforço intelectual, ou melhor, a defesa dessa ideia é reconhecida pela redação do Instituto. Em seu necrológio inserido no volume de 1960, falam de Eloy de Souza e ligam seu nome diretamente com seu empreendimento vital, laboral e político na luta contra as secas:

Parlamentar ativo, da tribuna da Câmara ou do Senado, e, ainda, pela imprensa da Capital Federal, juntamente com o Des. Felipe Guerra, se bateu pela solução do problema das secas no Nordeste, para isto visitando o Egito e o Oriente Médio, a fim de observar e estudar o sistema de irrigação ali praticado, com o intuito de aplicá-lo entre nós, para combater o flagelo. Nasceu dessa campanha a Inspetoria Federal de Obras contra as Secas; e, de seus inúmeros trabalhos sobre a matéria, surgiu o livro intitulado “O Calvário das Secas”, obra de vulto, que estimulou outras contribuições e estudos, para solução do problema máximo do Nordeste brasileiro (REDAÇÃO, 1960, p. 154).

Eloy de Souza não está sozinho nessa formação do discurso da seca-problema. Como citado, o Felipe Neri de Brito Guerra, político, desembargador e intelectual, também é um desses representantes. Durante sua atuação, período de atividade na Primeira República, chegou a publicar dois livros, referências para a historiografia das secas no semiárido nordestino, *Secas Contra Seca* (1909) e *Ainda o Nordeste* (1922). Felipe Guerra compartilha da rede dos intelectuais do IHGRN. Assim como Souza, ele é um sócio da mesma agremiação, e ambos formam uma frente nesse combate à seca pela via político-intelectual.

Essa marca evidencia-se com as viagens para o exterior, em busca de construir um conhecimento pragmático; são uma marca, ou melhor, uma prática da produção de saberes compartilhada entre esses homens. A viagem para o Egito e a comparação com outros países é um dos pontos fortes da amarração discursiva de Souza. Ele a repete em diversos momentos. Souza visitou o Egito e garantiu que “a viagem foi encantadora”. Visitou as mesquitas, testemunhou episódios “curiosos”, estranhou a língua que ele chama de “gutural, desagradável, em expansões semelhantes entre homens da mesma categoria, com ausência quase absoluta de mulheres” (SOUZA, 2008, p. 252). Conhece o Vale dos Reis e a Sociedade Real da Agricultura. E também realizou o seu sonho, “ver, sentir a grandeza da Barragem de Assuan” (SOUZA, 2008, p. 254). A maior comoção de Eloy de Souza, de acordo com ele mesmo, foi ver árvores arrancadas pela ventania. Até as árvores mais robustas, com raízes poderosas, ficaram danificadas, com os galhos retorcidos. Diante da estereotipia do árabe que devasta suas florestas, Souza reconhece que isso é falacioso, de acordo com o que ele testemunhou. No entanto, Souza acrescenta,

a desolação que testemunhei a lei pela devastação de tantos exemplares tratados e vigiados pelo povo em colaboração com o poder público, comoveu-me. lembrei-me da minha cidade tropical onde o sol queima e o vento açoita e fustiga os habitantes e não há pelas árvores o desvelo que merecem como sombra e anteparo ao castigo da ventania desembestada. Lembrei-me, sim, de Natal, onde árvores e animais são maltratados por almocreves impiedosos. Não seriam nas terras obedientes aos preceitos protetores de Maomé, onde as plantas e os animais no seu livro sagrado são equiparados às criaturas” (SOUZA, 2008, p. 257).

Ir ao Egito fez o sócio do IHGRN entrar em contato com outras culturas, cujo estranhamento faz questão de registrar em seu livro autobiográfico. O homem das letras passou maus bocados sem os pobres jovens para traduzir o que as pessoas falavam (SOUZA, 2008). Mas a viagem possibilitou, acima de tudo, conhecimento para suas ideias e propostas. Eloy de Souza mantinha contato com as discussões sobre o IOCS. Os saberes adquiridos direcionavam-se para fortificar as ideias que tomassem o sertão pelos aspectos demográficos, topográficos e climáticos. Em sua conferência no palácio do governo do Rio Grande do Norte, em 1938, que constitui parte da obra *Calvário das Secas*, o autor apresenta a ideia principal:

Por essa solução me tenho batido ininterruptamente durante toda minha vida pública. Sem portentosas as obras de irrigação, a nossa vida continuará precária e eternamente jungida a esse sofrimento que caminha para quatro séculos, nessa luta desigual do homem contra a Natureza madrasta. Para mim irrigar é povoar, enriquecer, ser feliz (SOUZA, 1983, pp. 21-22).

Dotado de erudição, relembra os casos semelhantes, onde também há o “flagelo da seca” e compara tranquilamente o semiárido nordestino com o mundo da Califórnia, argumentando que no RN há um percentual de chuvas bem mais abundante. O que faltaria, portanto, seria um aparato técnico e geográfico, incentivado pelos governos federais para dar conta do problema climático e histórico. Na leitura atenta, percebe-se facilmente o peso de dado espaço de experiência carregado de um passado tenebroso, regendo o olhar de Eloy de Souza. Relembra a seca de 1877, inteiramente como tragédia, o recifense constata: a “seca de 1877 matou, talvez, quinhentas mil pessoas neste e nos Estados da Paraíba, do Ceará e sertões de Pernambuco, Sergipe, Alagoas e Piauí” (SOUZA, 1983, p. 23).

Souza não cessa de elaborar a imagem do sertanejo nordestino, um sujeito marcado pelo embate contra a natureza, isto é, contra a seca incessante, insistente e atormentadora desse povo. As frases do autor não deixam margem para dúvida. Ainda mais ao relatar as fugas dos sertanejos para outras regiões, como a capital Natal, ou mesmo em direção ao estado de Minas Gerais. Souza relata sua comoção ao se encontrar com os retirantes da seca de 1904, cujas cenas presenciadas, de acordo com ele, são inenarráveis (SOUZA, 1983, p. 23). O próprio autor registra: “Vi de perto essa gente. Tive na confiança de suas queixas a compreensão daquelas almas alanceadas pela vergonha da mendicidade, maior do que a pena e a saudade da terra onde tinham nascido e da qual se haviam separado em distâncias alongadas para um destino misterioso” (SOUZA, 1983, p. 24). Quando se trata da narrativa, a visão do autor presenciando é uma constante. Não apenas reforça o argumento de autoridade pela sua presença, mas o relato constrói-se pela descrição dos afetos e sentimentos alheios quanto ao fato da seca. Com este último excerto, temos, aliás, uma leva de pessoas sem futuro, “um destino misterioso”. Sem horizonte. Sem perspectivas de caminho. Ausência de expectativas.

Souza prossegue caracterizando a ideia do sertanejo errante. Fala a respeito dos próximos passos daquele povo. Foram em busca de novos lugares, como em Natal, onde presenciaram a morte por doenças, por fome. Seguiram para, por exemplo, Amazônia, Minas Gerais, e o mundo do centro-oeste. Arrisco o palpite de que Eloy de Souza – ao lado de outras personagens importantes como o próprio Felipe Guerra e Gustavo Barroso - forma um discurso ou pelo menos contribui para uma narrativa de sofrimento do sertanejo norte rio-grandense. Ou seja, esta é a conservação do discurso do sertão que sofre, condenado ao flagelo, às intempéries da seca, e seus habitantes amarrados a um processo constante de dor, fuga e sobrevivência, mas

que ainda mantém características euclidianas, asseverando virtudes e elementos do indivíduo forte e trabalhador. Cita em determinado momento: “Há três séculos que fazemos esta jornada dolorosa, desamparados e sozinhos” (SOUZA, 1983, p. 25). Isso reforça a ideia da defesa do nordestino e sua história. A luta contra a seca é uma defesa do Nordeste. Uma estratégia narrativa comum que permeia os artigos de Souza, não só pela via da retórica política e jurídica de sua formação, mas também pela via da história. O recifense afirma:

O Nordeste é uma região visceralmente brasileira, aquela onde o sangue dos cruzamentos primitivos ainda conserva as virtudes e os defeitos que exalaram o nosso patriotismo nas guerras remotas contra a invasão de numerosos povos cobiçosos das nossas riquezas e nas lutas mais recentes pela independência e unidade do Brasil (SOUZA, 1983, p. 25).

Marcada pelo sangue, o meio nordestino é assim mesmo, duro, cruel, palco de conflito, nas exatas palavras de Souza, de uma “natureza insidiosa e áspera”, e por isso o imperativo categórico de lutar contra as secas acabaria por ser a melhor alternativa se algum dia quisessem um horizonte diferente (SOUZA, 1983, p. 25). O que me chama atenção até aqui é que não apenas a narrativa constrói tipos, ideias concretas e fechadas como a seca e sua relação com o sertão nordestino, mas a necessidade de superar esse sertão, o meio, o espaço, a natureza. Posso partir para a análise dessa representação de sertão. Lanço mão de dois elementos relevantes nesta discussão sobre o enfrentamento contra a natureza: uma consideração psicanalítica, de cunho freudiano, e uma consideração histórica.

Sigmund Freud, conhecido como pai da psicanálise, entende que o sofrer humano advém de três fontes, a saber, a deterioração do corpo diante do tempo, do mundo da vida; os desencontros das relações humanas em sociedade; e por fim, sua postura frente ao descontrole da natureza (FREUD, 2011). Esses são os impasses do sujeito inscrito na modernidade. A última assertiva é cara nesta etapa de pesquisa. Pois, justamente, é o reflexo de todo o trabalho político feito na Primeira República, ecoando em discursos na voz e pesquisa de homens como Eloy de Souza. Sua fala vai de encontro a essa vontade, de controlar e superar a natureza pelo agir humano. O problema começa pela pertença do corpo humano à natureza. Há uma questão holística nesse debate. Entendo que a compreensão do que possa ser a natureza para Freud é bem ampla, mas considero que o meio físico, o mundo para além do sujeito está englobado neste conceito. Então, a partir das fontes, a vontade de controle colocaria a ideia de sertão e as secas neste orbital. Nas palavras de Sigmund Freud:

Nunca dominaremos completamente a natureza, e nosso organismo, ele mesmo parte dessa natureza, será sempre uma construção transitória, limitada em adequação e desempenho. Tal conhecimento não produz um efeito paralisante; pelo contrário, ele mostra à nossa atividade a direção que deve tomar. Se não podemos abolir todo o sofrer, podemos abolir parte dele, e mitigar outra parte – uma experiência milenar nos convenceu disso (FREUD, 2011, p. 30).

Em outras palavras, a ação humana está condicionada em grande medida por essa postura diante do mundo da vida, frente ao movimento da natureza e suas manifestações. O conjunto de indivíduos que manifestam esse ímpeto de disputa com o meio físico, carregam o intuito em apontar as secas como grande obstáculo para o progresso humano. Dispondo-se de certo conhecimento científico, de aparatos tecnológicos, em meu ponto de vista, estes homens, entre eles insere-se Souza, estão expressando ainda uma esperança de alcançar certo patamar civilizacional, onde a sociedade encontre-se plena, cuja harmonia seria uma constante, pautada não pelo cosmos à moda dos gregos antigos, não por Deus à moda dos cristãos do Medievo, mas sim pela ciência e a tecnologia. Esta força de agir é fortalecida quando aparada, por séculos, pelas ciências naturais. Este conjunto de conhecimento, marcado muitas vezes por um naturalismo forte, assinalou leis, teorias e pressupostos para a compreensão do mundo moderno. Fruto do início da Idade Moderna, as ciências naturais elevaram a vida dos letrados a um novo patamar, afetando o agir no espaço do sanitarismo e da medicina (LIMA, 1999; SCHWARCZ, 1999).

A ideia de progresso é valiosa nessa discussão, afinal, mesmo ela não escapa de uma compreensão psicanalítica (CERTEAU, 2011b; GAY, 1989). Em grande medida, esta procura esperançosa alinha-se à vontade de controlar o meio físico, isto é, o que entendo de forma mais geral por *natureza*, o espaço natural, as formas de se manifestar e as características do ambiente geográfico. O domínio dessas forças nos levou a uma melhor vida? Esta é uma pergunta deveras famosa no século XX. Freud deu sua resposta:

Nas últimas gerações a humanidade fez progressos extraordinários nas ciências naturais e em sua aplicação técnica, consolidando o domínio sobre a natureza de um modo inimaginável. Os pormenores desses progressos são conhecidos; não é mister enumerá-los. Os homens estão orgulhosos dessas realizações, e têm direito a isso. Mas eles parecem haver notado que esta recém-adquirida disposição de espaço e de tempo, esta submissão das forças naturais, concretização de um anseio milenar, não elevou o grau de satisfação prazerosa que esperam da vida, não os fez se sentirem mais felizes. Dessa constatação deveríamos concluir apenas que o poder sobre a natureza não é a condição única da felicidade humana, assim como não é o único objetivo dos esforços culturais, e não que os progressos da técnica não tenham valor nenhum para a economia de nossa felicidade (FREUD, 2011, p. 32).

Em outras palavras, a sociedade, e aquelas pessoas reconhecidas para a atividade de buscar conhecer os meandros do meio natural e fornecer propostas para nossa vivência em determinados espaços, têm todo direito a tal, isto é, podem ir à busca de um melhor plano de vida neste ou naquele lugar, inclusive contando com apoio governamental. Portanto, não seria negatar ou depreciar alternativas de identificar as soluções para um problema, mas entender que o controle da natureza, ter poder sobre o mundo natural e suas manifestações, tudo isso advém de uma caminhada histórica de nossa espécie (KOSELLECK, 2014).

Por traz dessa vontade de controle, há discursos e narrativas que registram condições históricas e sociais que não podem ser deixadas de lado. Não se trata aqui de considerar como irrelevante os problemas da seca, os custos humanos que ela nos traz enquanto sociedade, a fome, impasses na agricultura e pecuária, e nos modos de viver. Percebo que é extremamente pertinente a postura do Estado diante dessa situação. No entanto, foco no menear das representações de sertão e seus usos político na relação com a seca. Sobretudo se tratando de um conceito com grandes margens interpretativas e forte presença no espaço público nacional.

Por outro lado, vale, neste momento, considerar uma perspectiva histórica. Os esforços dos defensores da luta contra a seca se inserem no pensar através de processos. O processo histórico entendido como conceito é um grande guarda-chuva epistemológico da Idade Moderna. E por quê? Hannah Arendt explica que após a égide metafísica por séculos guiando o agir humano, com o Renascimento, as navegações, entre outros fatores, como o desenvolvimento das ciências, a ideia de processo é um alicerce firme nos mecanismos sociais e do próprio indivíduo. Seu pensar, sua ação, sua forma de organização no seio social, tudo está condicionado por este raciocínio processual, que também não deixa de ser eurocêntrico (ARENDR, 2014). O agir humano, a partir do contexto do ocidental entre os séculos XVII ao XX, pauta-se, portanto, por uma orientação encontrada não externamente, mas fincada em suas necessidades sociais diante dos problemas que surgem no mundo da vida. As ciências naturais e mesmo a historiografia moderna adentram nesta perspectiva do processo. Assim como a postura diante das forças da natureza. Nas palavras de Arendt:

A Tecnologia, o campo em que os domínios da História e da natureza se cruzaram e interpenetraram em nossos dias, aponta de volta para a conexão entre os conceitos de natureza e de história, tal como apareceram com o ascenso da época moderna nos séculos XVI e XVII. A conexão jaz no conceito de progresso: ambos implicam que pensamos e consideramos tudo em termos de processos, não nos interessando por entidades singulares ou ocorrências individuais e suas causas distintas e específicas. As palavras-chave da Historiografia moderna – “desenvolvimento” e “progresso” – foram também, no século XIX, as palavras-chave dos novos ramos da Ciência Natural, em particular a Biologia (ARENDR, 2014, p. 93).

Nota-se, desse modo, que o papel social do letrado nessa luta política e intelectual por um plano frente às condições naturais como a seca baseia-se, também, na esperança de uma melhora, de um mundo melhor para o viver do sertanejo. A tecnologia, as ciências naturais, e a ideia de progresso encontram-se neste caminho do processo. A luta por políticas de investimento, de interferência no meio geográfico físico, nas circunstâncias sociais do povo do sertão, são fenômenos provindos de uma concepção de história humana como processo, do caminhar numa diacronia existencial. Alguém poderia lembrar a ideia que a violência é a parteira da história. Se admitirmos isto, então, fica uma questão pertinente: nessa violência também se insere a luta contra a natureza? Se o olhar dos homens no alvorecer do século XIX estava dopado desse caráter processual, vale ressaltar que a ideia de natureza não escapa dessa vontade de controle (KOSELLECK, 2013). Arendt complementa: “o primeiro resultado do agir dos homens na história foi a história tornar-se um processo e o argumento mais convincente para o agir dos homens sobre a natureza à guisa de investigação científica é que hoje em dia, na formulação de Whitehead, ‘a natureza é um processo’” (ARENDR, 2014, p. 94). Sendo assim, esta perspectiva ainda chega tranquilamente no século XX, angariando as atividades políticas e intelectuais de sócios do IHGRN.

Consideração psicanalítica e filosófica sobre questões que não são alheias à história. A questão em comum é a força da natureza indomável ou então o impasse da vontade humana de controlá-la. Por um lado, Freud mostra que o princípio de prazer do humano esbarra no princípio de realidade, (caracterizado, entre outras coisas, pelas forças da natureza), e por isso sofremos. O ser humano anseia, sente angústia. A civilização impõe restrições às nossas pulsões assim como a natureza. O progresso também é alvo agudo das críticas do psiquiátrico quando a Primeira Guerra Mundial desencadeia, tendo como cume as reflexões, sobre o choque desses princípios, propostas em *O Mal-estar na Civilização*. Freud, em resumo, fala da condição problemática do sujeito na modernidade. Por outro lado, Arendt resume que a vontade de controle também se transforma numa perspectiva processual, ganhando historicidade com a experiência de tempo iluminista caminhando até o século XX. A história, para Arendt, até pouco antes das crises do Novecentos seria caracterizada pelos moldes das propostas teleológicas. A história dirigia o humano. A história foi vista como processo. Arendt denuncia os problemas do cientificismo norteando a humanidade. O agir humano não estaria sendo regido por Deus, mas, nesse contexto, pela fé no progresso. Arendt critica essa proposta pois o resultado foi calamitoso. A primeira metade do século XX mostrou que esse progresso e a vontade pulsante de controlar a natureza resultou nas grandes guerras e na bomba atômica. Em síntese, são dois autores que apontam, com suas diferenças de discurso, os problemas da fé no progresso, no caráter processual de tempo, na razão como guia único da vida, e também de tudo o que estava sendo feito com a história. O problema para qual me dirijo doravante é que os discursos

realizados pelos homens da rede de sociabilidade potiguar promoviam todo esse conjunto de ideias. O progresso era o lema dos letrados. Eles estão inseridos nessa experiência. Ou seja, a dimensão de controle, conhecimento científico inclinado à ideia de controle do meio natural.

Essa questão traduz-se como problema nas narrativas de grupos, aqueles que lutam contra as secas. Eloy de Souza não escapa desse coletivo. Muito pelo contrário, ele é um dos principais porta-vozes de tal frente. Ele abre seu discurso a partir de um problema, oriundo de elementos naturais – a seca - e, concomitantemente, propondo concepções diversas sobre o sertão e o sertanejo, espaço e sujeito, conceitos que não se separam na fala do recifense.

O tempo para Eloy de Souza apresenta-se na firme esperança de uma melhora. Ele confia no uso do conhecimento para um progresso humano. O passado castigado pela natureza ao longo dos séculos, de um lado, e de outro, uma projeção de futuro, partindo do esforço do Estado, esperançoso, com uma tonalidade de melhora, um horizonte de expectativa apontando para a possibilidade de vir a se alterar tantos anos de dor para o sertanejo. Nas palavras de Souza:

Em futuro que não virá longe a água dos nossos invernos não se perderá no oceano antes de ter produzido o seu efeito útil, assegurando a nossa riqueza. Essas mesmas barragens detentoras do escoamento vertiginoso dos nossos rios, servirão de muralhas contra o arrastamento das nossas terras marginais, patrimônio formado por uma sedimentação de séculos e destruído em algumas horas de inundação calamitosa.

Como é triste pensar na terra que se foi e ficou perdida para o pobre sertanejo, seu possuidor (SOUZA, 1983, p. 29).

Luta árdua. Afinal, a seca é, no pensamento do autor, o maior problema nacional daquela época. Atingia a economia, a produção feita e acumulada pelos lavradores nos anos que puderam vislumbrar alguma estabilidade. Mas, o discurso de Eloy evoca muito mais incomodo diante do sertão, pois a seca retorna, causando danos materiais e também danos à vida. O autor destaca que a seca nos anos de 1904, 1915, 1919 e 1932 ceifou a existência de gado vacum e cabrum, reduzindo quase todo o estoque de suprimentos de fazendeiros (SOUZA, 1983, p. 92). O que se configura é um mal-estar no sertão. Eloy de Souza se utiliza da gramática da dor, do sofrer. Talvez, isso não signifique uma mera expressão retórica, mas de fato certa postura diante de condições históricas e sociais. O autor manifesta compaixão, ou seja, sente junto do outro, sente a dor do outro. A angústia permeia as palavras. Mas a decisão é apenas uma e assim argumenta Souza: o confronto da seca, por parte dos homens, é via açudagem. No palco há um embate secular, contudo, agora conta com o apoio dos profissionais da política. O que resta ao intelectual nessa situação? Para Souza:

O nosso dever, o dever dos homens públicos do Nordeste, é trancar ouvidos aos maus augúrios e continuar a tarefa de trabalhar para que as obras de irrigação, maiores e menores, sejam concluídas em prazo breve. Sem essa providência, repetimos mais uma vez, nunca alcançaremos o equilíbrio econômico, cujo segredo está na captação das águas pluviais e sua distribuição para fins agrícolas (SOUZA, 1983, p. 112).

Tecnologia e luta contra o meio formulam a frente discursiva do sócio Souza. Pode-se interpretar em sua fala que a natureza pode ser superada pela ação do humano, com suas ferramentas e instrumentos, com sua organização e intervenção própria para o mundo. Pois o que está em jogo é a vida. Não deixa de sair de cena, como político que é, a preocupação com o *povo*, uma grande figura republicana, construída e ovacionada com gosto pelos letrados no final do Império e início da Primeira República. A historiografia produzida no IHGB ou, então, a famosa geração de 1870, elucidou este novo singular-coletivo, o povo (TURIN, 2009). Entra em cena a massa brasileira, não vista em certa medida nas três grandes linhas gerais – o branco, o indígena e o negro -, tão defendido em meados do século XIX, não obstante, cada vez mais tomado como homogêneo, disperso, um grupo geral, o brasileiro, no final do Oitocentos. Esse povo, essa massa, diz muito sobre a relação intelectual-Estado. Posso acrescentar nesse jogo um elemento ético, o povo como receptor da mensagem do produtor de conhecimento. Ademais, pode-se falar que a postura e/ou papel social do intelectual advém do seu entendimento com a população com a qual ele se comunica. Seria o caso de Eloy de Souza? Suas falas na Câmara dos Deputados, no Palácio do Governo potiguar, no IHGRN, estariam condicionadas à sua relação com o sertão nordestino? Esta é uma hipótese que sustento, que jogo a favor. Afinal, o discurso que ele promove, por mais que faça parte de redes de sociabilidade diversas, mas que se confundem (o IHGRN e o espaço dos profissionais da política), contém dois elementos, um *povo* e seu mundo, um coletivo e seu universo como foco de seus esforços, como princípios organizadores de sua fala, a saber, o sertanejo e o sertão. Ele mesmo pontua: “Tenho (...) culto fervoroso pelas virtudes sertanejas, e tenho por isto feito tudo que tenho podido fazer como público, por essa gente fidalga e por essa terra Nobre. Uma grande parte da minha meninice está no sertão” (SOUZA, 1983, p. 31). Trata-se de vida, de experiência no sertão. O autor tem admiração pelo sertão nordestino. Apesar dos valores, da construção de virtudes e da força do sertanejo, por outro lado, o sertão-seca, desértico, árido, sofrido, calamitoso, o sertão como problema para o próprio sertanejo, é retomado. Respondendo a Clodomiro Pereira da Silva, Souza aponta a necessidade de açudes:

Pedimos licença ao sábio mestre para ponderar que sem os açudes não haveria mais nordeste. Eles são fontes de vida e de progresso e nunca de decadência e morte. A aspiração máxima do sertanejo é poder dotar a sua propriedade com esse benéfico, que não só é suprimento d’água para todos os fins pastoris e de uso da casa, como é também garantia de prosperidade e abundância (SOUZA, 1983, p. 48).

Os açudes, nesta perspectiva, apresentam-se como a melhor medida no embate contra a natureza seca do sertão, possibilitando uma reviravolta na história dos sertanejos. O autor não deixa de aplicar uma metáfora quanto aos açudes, descrevendo-os como “verdadeiros oásis sertanejos” (SOUZA, 1983, p. 48). Note-se, com base nessa figura de linguagem, de uma forma ou de outra, o sertão como deserto ainda permaneceria, mesmo após as instalações das alternativas para a sobrevivência do sertão nordestino, como pensa o autor de *O Calvário das Secas*. Isso mostra a força desse discurso, construído e conservado por diversos grupos de intelectuais potiguares. Impossível ignorar a implicação da ideia do deserto. Entre as facetas dessa fala, uma delas diz respeito à estereotipia, que alavanca todo o conteúdo imagético do sertão em um só signo, e reflete nos preconceitos de lugar no século XXI. Os urubus sobrevoando corpos, isolamento social, as ruas de terra, a falta de água, doenças, pobreza, são variáveis insistentes quando se trata de caracterizar o sertão nos espaços de poder tradicionais.

Até quando retirantes? Essa é a pergunta final de Eloy de Souza (1983). Este termo, *retirantes*, interessa o autor menos por sua origem e mais pelo fim de sua utilização. Porque a palavra o faz lembrar da dor, da condição histórica que passam os sertanejos nordestinos. Souza quer compartilhar, em sua narrativa, afetos, compaixão e o rastro da calamidade. Para ele:

A palavra *retirante* circulará, sabe Deus, até quando, para martírio dos homens de coração. Sua crônica por mais remota que seja confrange e apieda. Sempre que lemos a narrativa da calamidade de 1791 e 1793, os seus quadros nos emocionam como se estivéssemos presenciando esses episódios tão distantes e sem embargo tão vivos para aqueles que como nós assistiram outras cenas igualmente horripilantes (SOUZA, 1983, p. 156, grifo do autor).

Pode-se destacar a ligação estabelecida do autor com o leitor (RICOEUR, 1997; OHARA, 2019). Tal aproximação visa diminuir a distância do leitor com o objeto em questão pela via da solidariedade, mediante a sensibilidade, por meio da empatia, afinal, Souza entende que a “piedade toca ao coração dos que leem ou ouvem essas narrativas inacreditáveis e todavia verdadeiras” (SOUZA, 1983, p. 158). Ele descreve, sobre os retirantes, que na “grande seca de 1877 essas pobres vítimas de um destino inelutável eram por muitos consideradas criaturas desprezíveis e como tais perseguidas e enxotadas do convívio dos afortunados” (SOUZA, 1983, p. 157). Percebe-se a colocação totalmente trágica para a vivência do sertanejo. O fator ético, portanto, envolve a relação dos afetos, mas, também, um caráter temporal.

Este é mais um indício do mal-estar no sertão, porque as secas fazem pensar em um mundo que não muda, aparentando estar preso à temporalidade das secas, como se o fator climático guiasse aquele universo à estagnação. Quer dizer, a ideia de que sempre o mal da natureza volta constantemente para assombrar o sertanejo. Passado e presente misturam-se,

caracterizando um *voltar a ser*. O tempo do progresso (que se pretende linear) esbarrando no tempo da natureza (cíclica). Este último tempo se configurando como um muro, onde o progresso não consegue saltar. As palavras de Souza expressam a angústia de um passado que retorna, como se o tempo presente fosse uma volta aos tempos de outrora. O tempo das secas controla a rotina, determina a mudança e norteia o sertanejo no processo de transformação para o retirante. Não se torna retirante por que se quer. Baseando-se na fonte, torna-se retirante por uma condição externa e alheia ao indivíduo, que o faz tomar essas ou aquelas escolhas. O tempo da seca, que Eloy de Souza se debruça, denota poder sobre o sertanejo, pois impõe conjunturas para sua vida, para o dia a dia, levando-o, sob ameaça da morte, a ir para outras terras.

Não obstante, o mesmo passado, carregado de dor, faz ele retornar para o sertão. Souza diz que o “nordestino enxotado pela seca para terras longínquas, passada a calamidade retorna ao torrão natal por força do passado, que automaticamente o acompanha por toda parte” (SOUZA, 1983, p. 159). Há, como se observa, uma essência temporal imputada ao sertanejo por parte do autor. Certa elementaridade inseparável do sujeito, que não se desgarra.

Quais motivos perpetuam essa situação de calamidade, isto é, o que leva a essa conjuntura trágica da vida sertaneja? Para o sócio do IHGRN, tudo isso tem uma explicação. Os fazendeiros e “habitantes do litoral só tardiamente se convenceram da intensidade da seca, fenômeno que foi para todos, talvez, justificada a surpresa depois do longo período de invernos regulares, compreendido entre os extremos da calamidade de 1845, já esquecida, e aquele ano fatídico” (SOUZA, 1983, p. 157). Portanto, o povo litorâneo, arca, em dada medida, com o peso do não reconhecimento dessa dor, do rastro de morte que Eloy de Souza sempre retoma como ponto de partida para o problema. Para que um dia essa calamidade venha a ter seu horizonte final, quer dizer, tenha seus dias contados, é necessário a presença do intelectual nordestino engajando-se no espaço público, erguendo sua voz para que o povo brasileiro tenha noção do que acontece nos sertões nordestinos. Em outras palavras, trata-se de passar da comoção para a ação:

Os homens públicos, porém, têm o dever de passar da piedade à ação, promovendo os meios de atenuar os efeitos desse flagelo e acreditar na ciência e na lição dos outros povos para realizar assim a obra redentora que secularmente desafia a nossa inteligência. Essa obra tem de ser e precisa ser apressada com decisão e continuidade (SOUZA, 1983, p. 158).

A ligação povo-nordeste com a nação é uma constante que não sai do debate em nenhum momento. Como político, Souza não deixa de lutar por uma integração como foi um dos principais aspectos da política nacionalista do Governo Vargas e seu investimento nessa integração do todo, assim como foi no caso do peronismo, na Argentina (KLINGER, 2004).

Justamente a década de 1930 é um momento de intensificação política e de agentes do mundo letrado. Da década de 1920 a 1940, grandes vanguardas estão se concretizando, vide o caso das vedetes da Semana Nacional de Arte Moderna ou instituições de estudo, como o caso do IHGRN. Por mais que sua instauração tenha sido em 1902, suas bases estão se concretizando. Não é à toa, que sua sede definitiva só é conquistada em 1938. Eloy de Souza faz parte dessa efervescência e ali se coloca como um defensor dessa integração, que acontece pela via cultural, política, artística e, também, realiza-se diversos papéis e posições sociais em nome do povo. No caso de Souza, em nome dos sertanejos nordestinos.

A fala de Eloy de Souza possui um teor político inegável. Não é político apenas por estar no espaço público e democrático, no enfrentamento de ideias, mas é político também no sentido de nortear políticas públicas, alavancando uma busca por investimento no sertão, angariando argumentos na tentativa de formar justificativas para seus projetos. E esse discurso tem poder. Sua narrativa define, caracteriza e fecha o sertão em tipos. Alguém poderia dizer que no fundo Eloy de Souza faz uma denúncia, contribuindo para o bem-estar do sertanejo pobre e faminto na luta política. Admitindo isso, em contrapartida, não seria menos verdade que sua narrativa está fechando uma imagem a respeito desse universo. Poder-se-ia apontar o grande mecanismo dessa fala: forte, mas pobre. Virtuoso, mas faminto. Trabalhador, mas castigado pela natureza sertaneja. O problema, nessa linha de raciocínio cultivada pelo autor, não são os adjetivos. Na verdade, o impasse é a conjunção adversativa *mas*. Assim se faz uma história única (ADICHIE, 2019). Posso citar alguns elementos para essa construção histórica: autoridade que disponha de legitimidade, discurso fechado, repetido, o próprio poder. E, neste ponto, entenda-se por poder como habilidade e capacidade para contar a história do outro, mas evoca-la como a única possível de ser concebida. O alerta que nos faz a escritora nigeriana Chimamanda Adichie vale tanto para a crítica ao racismo quanto para evidenciar a junção de variáveis para se erigir preconceitos, generalizações apressadas impostas a um povo, a um espaço, a uma etnia, a uma cultura, ou seja, estereótipos de todos os vieses.

Em resumo, o que há, aqui, é a importância do *outro* na atividade historiográfica de Eloy de Souza. Na sua obra, *Calvário das Secas*, encontramos o *sertanejo* traduzido na dor e tragédia de viver em seu mundo; e também esse mesmo mundo do sertão como incompreensão dos homens de ciência, vide o caso de Clodomiro Pereira da Silva e de demais profissionais da política, na ótica de Souza. O sertanejo é ao mesmo tempo o outro e o mesmo para Eloy de Souza. Ao mesmo tempo devido o jogo de alteridade, devido às oscilações de distância do narrador e o objeto a ser narrado (NICOLAZZI, 2011). De todo modo, o sertanejo é de suma importância. Através dele refletem-se as relações entre essa determinada população potiguar e os intelectuais. Ademais, é possível perceber o eco da integração do sertão nordestino com a nação a partir deste outro. O outro é um dispositivo conector. Por vários artigos, Souza

promoveu reflexões de cunho ético e também a respeito do poder. Mas o que poderia ficar bem evidenciado é a pintura feita dos sertanejos e do sertão. Que, se por um lado, houve a matiz das virtudes e do amor à terra natal, por outro lado, construiu-se um sertão desértico, faminto e trágico justificando-se um caminho para tentar dominar aquele universo. Minha interpretação aponta que esse sertão caracteriza um mal-estar, levando sujeitos históricos, como é o caso de Eloy de Souza, a uma vontade de controle, de superação.

Em *Cartas de um Sertanejo* ou em *O Calvário das Secas*, o sertão está planejado sobre a ordem do *conflito*. O mesmo registro que Freud considera residir entre o sujeito e a civilização (FREUD, 2011). As passagens de Eloy de Souza abrem margem para a identificação de um ser vivente marcado pelo embate entre sua pulsão, seu desejo (a volta ou a mudança para um determinado sertão) com o princípio de realidade, a civilização, a natureza, a estrutura social, enfim, todas essas categorias que são externas ao sujeito. Essa representação não se manifesta apenas pelo trabalho de Souza. Apresenta-se, ademais, no empreendimento de outros sócios do IHGRN. Ou seja, deparo-me com o mesmo realce dessa retórica da superação para além de alguém como Eloy de Souza. Dedico mais algumas páginas para analisar essas fontes e ver quais reflexões podem emergir.

2.5 A retórica da superação

A partir de agora, analiso a reafirmação, mesmo que indireta, de um sertão carente de modernidade, de civilização - quando miro nas publicações da Casa da Memória Potiguar, especificamente os textos que tratam de grandes nomes do rol político norte-rio-grandense. A hipótese, neste ponto, diz respeito à construção de uma retórica da superação desse sertão potiguar.

Em relação ao mundo sertanejo, se por um lado ainda existe ausência de algum fator moderno, que indique falta de civilização em determinado espaço, por outro lado, surge um sertão em determinados artigos agora como *locus* fundamental, que traz para o mundo da política, para as Letras, determinados sertanejos com carreiras renomadas e excepcionais.

Em um exercício imaginativo, Euclides da Cunha, no seu contexto, poderia imaginar que isso seria um completo absurdo, ou seja, a ideia de sertanejos alçando tais patamares na carreira política. Para ele, o sertão é o estático, o retrato da estagnação do tempo, marcado na terra e no homem, o atrasado, a “rocha-viva” da nação (CUNHA, 1905). Por sua vez, foi justamente no sertão que os homens da elite intelectual potiguar, tratando da memória norte-

rio-grandense, resolveram considerar a participação de sertanejos na história do Estado, aliás, homens participativos do âmbito político (PEIXOTO, 2010). Portanto, cabe a advertência, são levados em consideração os sertanejos de sucesso, sobretudo aqueles que ingressaram ao âmbito político.

As “terras ignotas” formaram e foram impulso de muitos homens de sucesso, que ganharam destaque no seio do cenário político estadual ou mesmo nacional. O IHGRN publicou artigos relembando esses homens, partes constitutivas de uma rede política da história potiguar. Pesquisadores dessa história, como José Augusto, Floriano Albuquerque e Nestor Lima, elaboraram biografias, fixando nos anais do Instituto, grandes nomes da política à época. Tais trabalhos configuram as fontes que nos debruçamos agora. Para averiguar esta situação, meu foco recai na figura de dois sujeitos consagrados na história política ou mesmo intelectual do Estado do RN. Eles são Amaro Cavalcanti e Juvenal Lamartine de Faria, representantes desse mundo político sertanejo e que, hoje, no século XXI, transformaram-se em espaços de memória, consagrados em praças e escolas. De antemão, torna-se mister realizar dois esclarecimentos: o primeiro é contextual e o segundo diz respeito ao nosso ponto de vista.

Os textos são publicados após o período do Estado Novo. Ao olhar para o âmbito historiográfico no período varguista, percebo um fortalecimento do nacionalismo, proporcionando olhares aclamadores quanto aos brasis existentes (GOMES, 1999). Do extremo norte ao extremo sul, o Brasil é ovacionado em seus liames possíveis. O contexto da Revolução de 1930 e da Era Vargas propiciou uma discussão intelectual a respeito de pensar o país e seus problemas (PRADO JUNIOR, 1965; FREYRE, 2006). O ideal do desenvolvimento voltava à tona. Seria pertinente perguntar: onde esse acento nacionalista atinge a escrita dos letrados potiguares? Este questionamento volta na análise das fontes.

Porém, quanto ao segundo esclarecimento, proponho seguir um caminho que mostra a perspectiva do sertão-problema por outro ângulo. Em razão que as biografias e seu teor histórico apontam para o sertão como mal-estar e também como fundo para a história de determinados sujeitos. Cogito se essa noção da pertença, quer dizer, se o narrador pertence ou não ao mundo sertanejo, pode levar a outras narrativas sobre o sertão. Os discursos referentes ao lugar social do sertanejo - enunciados por pessoas oriundas ou não a este universo - não seria fundamental na elaboração do conteúdo discursivo-imagético e dos usos do conceito sertão? Argumento que a classe social dos autores é condicionante elementar para que o sertão tome uma determinada forma, com dados contornos. Por outro lado, considero que as fontes indiquem que o sertão-problema seja superado, aqui, por uma retórica da legitimação intelectual e pela esperança capitalista. Essas narrativas atreladas ao conteúdo de biografias publicadas na RIHGRN.

2.5.1 Amaro Cavalcanti: a figura do sertanejo intelectual

Certamente, um homem como Augusto Tavares de Lyra não foi o único cidadão a merecer espaço significativo no salão de ilustres figuras homenageadas pela Casa da Memória. O texto em questão que exploro nessas páginas, para detalhar mais ainda essa operação historiográfica do IHGRN, tem como objeto principal o *exempla* de Amaro Cavalcanti, consagrado no discurso de Nestor dos Santos Lima, proferido em 1949, mas publicado na Revista em 1950 (LIMA, 1950). Destaco certos pontos que tocam à discussão sobre sertões e história da historiografia.

Amaro Cavalcanti, político e jurista, natural de uma comunidade dos arredores da Vila do Príncipe, onde hoje é o atual município de Jardim de Piranhas, no RN, foi mencionado a partir de tais palavras de Nestor Lima:

Tantos e tão valiosos serviços prestou ele à sua pátria e à sua gente, tão altos méritos demonstrou em todos os setores, em que foi chamado a intervir, com a clareza de sua mentalidade, o seu alto espírito científico, o acervo dos seus abalizados conhecimentos e a aguda percepção analítica das realidades, que não seria possível compendiar, num só esforço, toda a gama de seus trabalhos, realizações e benemerências, e certo não seria eu, um de seus mais humildes conterrâneos e admiradores, ainda que sertanejo como ele era, o interprete hábil e capaz de exaltar-lhe a vida e traçar-lhe o perfil de um dos maiores filhos do Rio Grande do Norte e do Brasil (LIMA, 1950, pp. 87-88).

Percebe-se que o caráter simbólico da memória, neste caso, parte do individual para o coletivo. A biografia é um mecanismo que faz entender um pouco do mundo da vida partindo da escala micro até a macro. Esse primeiro excerto indica algo muito maior: a região é pensada através do exemplo, ou seja, partindo do âmbito singular. É interessante imaginar como a justiça e o amor à pátria, são revelados por alguma luz do “espírito científico” não pelo geral, mas através do particular. Desse modo, Cavalcanti é simbolizado na forma do modelo para o todo nacional. As perguntas surgem: o que é o todo? Quais os critérios para ser modelo de “filho da nação”, nas palavras de Lima? Como isso acontece?

Vale a pena refletir sobre como, nas palavras de Nestor Lima (presidente do IHGRN à época) Cavalcanti torna-se exemplo e é relacionado com um pensar meritocrático. Lima complementa sua fala apontando que Cavalcanti é “filho do seu próprio esforço, ‘*self made man*’, verdadeiro propulsor da sua formação, ele se iniciou e estruturou ao contato das auras sertanejas que lhe plasmaram a jovem personalidade” (LIMA, 1950, p. 92). Da mesma maneira,

Cavalcanti é valorizado na narrativa pela sua postura contrária à exclusão do ensino religioso das escolas. Lima assinala sobre a posição do egrégio sertanejo:

Insurgiu-se, desde logo, contra o espírito livre moderno, que pleiteava a abolição, no ensino público, das normas da vida moral, tendo por base a religião.

Deus não poderia ser banido das escolas, como pretendiam os leigos do “espírito moderno”, talvez, ligados ao positivismo de Comte, que ensaiava, a esse tempo, as suas teorias em nossas plagas (LIMA, 1950, p. 101).

Através de valores liberais e religiosos, o sertanejo angariava prestígio, alçava o caráter de homem público exemplar, nos termos do presidente do Instituto. Algumas linhas para uma breve reflexão: a partir do momento que esses homens públicos (vide o caso de Amaro Cavalcanti) são utilizados na historiografia do Instituto como exemplos a serem seguidos, isto é, homens com uma história legitimada pelos seus pares, então se está falando sobre um *topos* narrativo que resiste ao tempo. Ou seja, aqui se faz presente os fragmentos de uma história mestra da vida, conhecida sobremaneira pelos discursos de Marco Túlio Cícero (CEZAR, 2004; HARTOG, 1997). Porque, aparentemente, as experiências de crise no século XX não se tornaram uma barreira concreta em relação a essa narrativa da antiguidade. O regime de historicidade pautado na *historia magistra* leva ao seguinte ponto: entendendo as causas, pode-se explicar o presente e projetar o futuro (CEZAR, 2004). A história mestra da vida organiza a história da nação. A crise civilizatória orquestrada pelas duas guerras mundiais não foi exatamente suficiente para derrubar por completo essa tópica antiga. Ademais, afunilando, no caso brasileiro, as crises sociais são abundantes. No raiar da Primeira República, e os quarenta anos seguintes, temos várias revoltas e conflitos. A título de exemplo, a Revolta da Vacina (1904), os conflitos do Cangaço, a Guerra do Contestado (1912-16), a Revolução de 1930 ou mesmo a Intentona Comunista (1935) com focos, inclusive, pelo próprio RN, poderiam ser suficientes para fazer pensar que essa lógica, onde analisamos o passado para agir no futuro, não é adotada com sucesso e total eficiência. Aliás, é possível alguém interpretar que a história mestra da vida seja desmentida pela própria história. Porque, de certa maneira, as guerras e revoltas parecem não respeitar exemplos do passado, as explicações que eles trazem e os registros heroicos dos antigos. Portanto, a questão paira, afinal o *topos* antigo resiste dentro dos Institutos históricos, mesmo após tantos conflitos, mesmo conhecida toda a violência e autoritarismo da história brasileira (SCHWARCZ, 2019). O mal-estar na civilização se faz bem presente em contextos de guerra ou em qualquer outro. No entanto, sem força suficiente para barrar esse pensar antigo, pois ainda permanece a identificação dessa ideia na mídia, nas próprias aulas de história em seus diferentes níveis; encontro essa tópica no espaço público, na praça, na política, enfim, nos diversos ambientes, assim como na fala dos sócios do IHGRN (LIMA, 1950).

Todos esses eventos que trazem um teor de crise econômica, social, política e humanitária não possibilitaram o fim do velho *topos* argumentativo na escrita da história, aliás, parece comum ele estar presente nas conversas do cotidiano onde o passado é objeto de reflexão. No IHGRN não é diferente. Permanece ativo. Cícero se mantém de pé no altar de Clio. Mas é claro que há de se considerar que a tópica *historia magistra vitae*, nesse formato de discurso a exemplo de Nestor Lima, é muito menos um argumento que lugar-comum nas narrativas. Numa perspectiva psicanalítica, a história mestra da vida funciona na forma de leniente para a angústia. Isto é, na situação angustiante entre, de um lado, o futuro caótico, que traz surpresas, que quebra expectativas; do outro lado, um passado que não cessa de modificar-se, que não é mais possível voltar a ele, a história mestra da vida organiza e fornece estabilidade para o presente caótico que permanece nessa tensão. Em razão que se recorre ao passado para encontrar ali respostas e reflexões na tentativa de encarar de alguma forma as transformações e o princípio de movimento na vida.

Para finalizar essa breve reflexão sobre a narrativa de Nestor Lima, somada ao elemento retórico grego, de alguma forma cabe mencionar, e assim considero, a aporia que Koselleck traz ao tratar do choque entre expectativa e experiência. Talvez por isso, a permanência da história mestra da vida é um recurso para ir ao passado na tentativa de ir adiante, criar projetos, memória, identidade e laços fraternos. Citando Reinhart Koselleck:

Quem acredita poder deduzir suas expectativas apenas da experiência, está errado. Quando as coisas acontecem diferentemente do que se espera, recebe-se uma lição. Mas quem não baseia suas expectativas na experiência também se equivoca. Poderia ter-se informado melhor. Estamos diante de uma aporia que só pode ser resolvida com o passar do tempo (KOSELLECK, 2006, p. 312).

Koselleck apresenta este impasse. Por um lado, recorre-se ao passado para projeção do(s) futuro(s). Por outro lado, o futuro desmente o passado com elementos novos e inesperados. Faz sangrar, em muitas vezes, as projeções e expectativas. De tal modo que o produto deste choque acaba sendo o medo de ir adiante, sobretudo em tempos onde o presente aparenta ter um peso bem maior (HARTOG, 2014).

Portanto, voltando ao cerne da discussão, é visando criar um consenso sobre o âmbito intelectual e político do Estado do RN que a figura de Amaro Cavalcanti aparece como modelo, indivíduo exemplar, um sujeito que presta serviços ao Estado, dado que aqui também recai a participação do sertanejo dentro de um espaço bem maior, que não é somente regional, mas também nacional. O olhar volta-se sobre a terra que deu luz a Amaro, e este conferiu matizes ao país, porque trabalhou e engendrou esforços para atribuir cor a região de onde veio:

Amaro foi criado até a idade propícia da sua formação psíquica, aos 12 anos, no meio sertanejo, que lhe plasmou a personalidade e lhe deu a fibra hercúlea de lutador, para uma vida que seria enobrecida pelo talento e pela cultura. Conheço a casa ali, onde ele viveu a sua infância descuidada (LIMA, 1950, p. 89).

A fala de Lima carrega um atributo muito comum em narrativas da história dos sertões, visualizada na confusão entre humano e o espaço. Caráter de lutador, talento e cultura são garantias conferidas pelo sertão. Há um teor poético na fala do narrador, todavia não seria correto de nossa parte excluir uma relação tão recorrente para o mundo sertanejo, a saber, a inscrição do sertão na vida daquele de quem o habita.

Outro ponto interessante seria pensar a presença desses letrados dentro do próprio discurso sobre o qual tratam. Quando Lima assevera conhecimento sobre o lugar onde viveu o biografado, certamente não hesita em dizer que foi naquele mundo, o da criação, que permitiu a transferência de alguns atributos de conduta e afetivos para o jovem sertanejo. Essa proximidade do autor-biografado diz muito sobre o interesse desses homens: montar uma relação de saber-poder, haja vista a posição de cada um e os espaços públicos que eles frequentam, por exemplo: o espaço intelectual e político.

Mais à frente há uma descrição do cosmos sertanejo. A escrita de Lima não é áspera na descrição. Pelo contrário, mostra um sertão muito bem colorido, com sutis passagens sobre a infância do sertanejo. Detalhando a natureza, o historiador atribui o seguinte cenário:

Menino sertanejo, passou certamente a infância ao contato daqueles bons ares do Piranhas, lavando-se nas águas do Rio majestoso, que se denomina, léguas abaixo, Rio Assú, e banha igualmente a terra, em que vi a luz, percorrendo aquelas selvas bem-ditas, transmontando as serras e serrotes do entorno (LIMA, 1950, p. 88).

Percebe-se a imagem do sertão elaborado aos moldes edênicos. Nada de um Graciliano Ramos, nada de um Euclides da Cunha. O sertão descrito por Lima é preenchido com água, rios e espaços de selva, além dos já citados aspectos de intelectualidade que caracterizam aquele universo interiorano. Configura-se um espaço distante daqueles sertões ditos “tradicionalistas” da historiografia do início do século XX, que a literatura está acostumada a presenciar em sua história. A respeito do trabalho na educação, que Cavalcanti desempenhou ao longo da trilha existencial, Nestor Lima profere:

Amaro Cavalcanti é, sem dúvida, uma personalidade ímpar na vida nacional, um nome impoluto, um caráter da velha têmpera de aço, que honra a terra pequenina, que lhe deu o berço e se compraz em recordar-lhe a terrena trajetória, na data e ao ensejo do 1º centenário do seu nascimento (LIMA, 1950, p. 88).

Neste excerto está colocado a relação direta entre o homem e o sertão. O que existe por trás do indivíduo? Qual a sua relação com o lugar de onde veio? Tem-se a possibilidade de interpretar a fala de Lima com os seguintes contornos: Cavalcanti tem o sertão como bagagem. Age lembrando-se desse universo, que lhe deu à luz, que o jogou para o restante do mundo. Ele honra o sertão no trabalho, na política, na vida, em suma. Evidentemente, é necessário realizar uma advertência por aqui. Não se pode imaginar um determinado agente sem levar em consideração seu jogo, e, além de tudo, seu interesse (BOURDIEU, 1996). Ora, o que Lima, enquanto narrador dessa vida do sertanejo, descrita com laços bem estabelecidos, com uma lealdade ao sertão, ganha com todo esse enaltecimento?

Certamente não é apenas por mera benevolência, gratidão ou admiração pelas atividades do magistrado que sócios do naipe do presidente do Instituto, Nestor Lima à época, vão simplesmente destacá-lo. Pierre Bourdieu comenta que não há atos desinteressados (BOURDIEU, 1996). Por mais que haja o conveniente dia do centenário de Cavalcanti, toda seleção implica em interesse. Sobretudo por - como foi esmiuçado aqui rapidamente - realçar de forma exótica e desejável, o teor pátrio do IHGRN em relação ao Estado do RN e à nação. Estado e nação respeitados no patamar da memória e seus usos políticos e sociais no âmbito do sodalício.

Destarte, há outras concepções topográficas de sertão a serem colocadas no debate. A fala de Floriano Albuquerque é reveladora nesse quesito e faz um contraponto pertinente. Albuquerque aponta para outro quadro com um espaço físico totalmente diferente, plenos de elementos ausentes na fala de Nestor Lima:

É que nesse jovem, filho do sertão áspero e adusto do nordeste, a natureza imprimira a têmpera rija do lutador. E, consciente do que valia, não se temeu de ir ao Maranhão submeter-se, na denominada “Atenas Brasileira”, a concurso de Retórica, no qual obteve o primeiro lugar, embora fosse preterido na nomeação (ALBUQUERQUE, 1961, p. 67).

Como observado no último excerto, por mais que haja o diferencial, isto é, a citação a um sertão áspero, difícil de viver, o fator comum, entre Lima e Albuquerque, é justamente o sobressalto ao sertão, às limitações que aquele lugar oferece. Ou seja, a saída de um lugar com diferentes facetas, dependendo do autor, mostrando esse processo de evasão para o mundo do litoral, o mundo acadêmico e posteriormente, o político, de fato a trajetória do sertanejo. Contudo, destaca-se o impulso desse sertão em forjar um sujeito com força e pretensão de vitória nos âmbitos supracitados. Acentuando o primeiro lugar no concurso, entre outros fatores, como a própria obra de sucesso no mundo jurídico produzida pelo sertanejo, Albuquerque coloca a

ideia do sertanejo vencedor das dificuldades, aquele que supera condições árduas. Para esta operação, resolvi denominar tal estratégia narrativa de *retórica da superação*.

Com José Augusto, na obra *O Rio Grande do norte no Senado da República*, que ele publica inicialmente como título de um artigo sobre Juvenal Lamartine de Faria (Augusto resolve nomear da mesma forma seu livro impresso em 1968, pela editora da UFRN), o historiador potiguar também aborda a vida de Cavalcanti, na qual demonstra ter enorme apreço pelo conterrâneo seridoense. E justamente o espaço e a política é o liame entre eles dois. Seridoenses e políticos. Constrói-se uma fusão estrita e demarca-se bem esse sertão político que evidenciamos nessa seção. De início, o autor define o Seridó a partir de tais caracteres: “São nove mil, trezentos e trinta e dois quilômetros quadrados totalmente secos, sujeitos a longas estiagens. [...] O sol é escaldante, em contraste com o luar, que é o mais suave e formoso possível” (AUGUSTO, 2008, p. 41). Porém, um dos grandes elementos definidores do universo comum a ambos é de cunho econômico, a produção de algodão. Aliás, “o algodão de fibra longa, sedosa e resistente; o famoso algodão mocó, o melhor do Brasil, igual ao do Egito, o melhor do mundo” (AUGUSTO, 2008, p. 41).

A seguir, Augusto relata o desafio que foi para Cavalcanti enfrentar a pobreza da região e buscar estudos. Junto com seu pai, o biografado chegou a Caicó para estudar latim, a cadeira que o governo oferecia por aquela região. A pergunta que Augusto coloca é a seguinte: o que um indivíduo distante das capitais próximas possíveis de se imaginar (Fortaleza, Natal, João Pessoa e Recife) poderia fazer com latim? (AUGUSTO, 2008). Viajando, Amaro Cavalcanti consegue dar aula de latim em Recife e na escola de Beirute, no Ceará. Mais à frente, consegue prestígio no cenário político, indo estudar nos Estados Unidos, adquirindo o título de doutor. José Augusto, atentando para essa situação, rapidamente aponta:

De passagem, quero assinalar o seguinte: a cadeira de latim que existia no Nordeste, como em várias regiões sertanejas do Brasil, foi a força inicial com que contou Amaro Cavalcanti para conquistar todas as posições futuras. Não fora ela, seus horizontes não se teriam alargado e ele não teria podido atingir as culminâncias a que chegou posteriormente. (AUGUSTO, 2008, p. 44).

A educação libertou o sertanejo. Abriu um caminho que se não fosse o letramento certamente não existiria. Os grilhões são quebrados justamente por esse impulso da formação, da relação com o conhecimento. Nas palavras de Augusto, preconizado pelo ambiente sertanejo, o vasto saber de Cavalcanti produziu eco em sua atuação como profissional da política. O autor não esquece o fato da atuação reconhecida deste sertanejo enquanto prefeito do Distrito Federal, então capital do Rio de Janeiro. Augusto destaca: “chamavam-no então o Prefeito do

sertão carioca porque seu programa não se limitou a embelezar a cidade nos centros principais, mas propôs também a abrir estradas de rodagem para o sertão carioca, ao mesmo tempo em que restaurar as finanças do Distrito” (AUGUSTO, 2008, p. 47). O sertão, a zona marginalizada, ganha reconhecimento a partir do olhar de quem veio de lá. Essa linha de raciocínio que José Augusto decide traçar é a mesma que encontramos na literatura de finais do século XIX e início do XX. Um olhar de escritores sertanejos que realçava as virtudes do interior, do fervor e garra sertaneja. São obras como o *Distrito Federal* de Coelho Neto, por exemplo, que atribuem esse caráter de força e admiração ao povo interiorano (ABREU, 1998).

No caso desta última obra, vem à tona a seguinte reflexão: quando se fala de um texto, seria necessário levar em conta suas experiências de composições que estão presentes, elementos da vida do autor, suas posições políticas, por exemplo. Logo, pode-se cogitar que quem fala do mundo, de certa maneira, fala de si. É a famosa ideia de que a obra revela o autor e vice-versa. Aproveitando tal raciocínio e relacionando com o caso político, questiono: será mesmo, tendo em vista o exemplo de Amaro Cavalcanti, que por ter essa vivência num universo sertanejo, suas atitudes com o sertão carioca tornaram-se diferenciadas a ponto de ganhar notoriedade pelo povo que lá vivia?

Para finalizar minhas considerações sobre esta fonte em específico, observo que no final do texto o autor traz certo jogo retórico presente em diversas passagens sobre obras relacionadas diretamente com o sertão, que é a antropomorfização do sertão. Afinal, Augusto coloca: “tive a fortuna de nascer na mesma região em que nasceu Amaro Cavalcanti. Sou, como ele, seridoense. E, ao examinar sua trajetória através de mais de 50 anos de vida pública, posso dizer que ele foi bem a expressão da terra em que nasceu” (AUGUSTO, 2008, p. 54). A grosso modo, Augusto confirmaria o questionamento que propus no parágrafo acima. Contudo, vai além disso. Cavalcanti é a expressão humana do sertão. O sertão reflete-se no sujeito. Não se trata do determinismo espacial de que se faz humano, onde o sertanejo é representado de determinado jeito porque o meio garantia-lhe uma única via existencial. Não, esta leitura não carrega um teor moral como quer o jornalista carioca. Tal antropomorfização confere um estado de espírito para essas pessoas, um *modus vivendi* característico, com vida e de autonomia próprias. José Augusto ainda vai mais longe. Atrela de forma nítida os laços do espaço com o sujeito:

O seu caráter tinha a resistência da fibra do algodão do Seridó, o mais resistente do mundo. A sua inteligência clara como o luar do nosso sertão. As suas atitudes tinham o calor da terra escaldante e escaldada por aquele sol inclemente e por aquela seca também inclemente. Era, assim, Amaro Cavalcanti a expressão humana da vida da região em que nasceu (AUGUSTO, 2008, p. 54).

Assim como o algodão, enriquecedor da economia norte-rio-grandense, era Amaro Cavalcanti, na escrita do pesquisador. Com as mesmas características do sertão seridoense – a claridade do luar, o calor da terra, o sol e a seca inclementes – consagrava-se seu conterrâneo. O sertão não está dado. Mas José Augusto fabrica o sertão no indivíduo. Seja no pensar como político até as atitudes, o sertão é feito como ação, movimento, articulação de ideias. Um sertão vivo, representado no político e magistrado.

Duas ideias a destacar: a primeira diz respeito ao salto da pobreza para o mundo político, da bonança, da riqueza. Isso foi possível a educação no seio do interior sertanejo, Caicó. Augusto faz pensar na preposição de que se não fosse a cadeira de latim, o sertanejo poderia permanecer na pobreza. Logo, houve uma superação de um fato social que se tem a pretensão de ser superada pelo homem sertanejo, a pobreza. Tal raciocínio é construído a longos e primorosos esforços, quer na literatura, quer na história. Há vários exemplos das diásporas de nordestinos em busca de prosperidade no sudeste brasileiro e no Amazonas. Além do exemplo que escritores sertanejos necessitavam partir para o Rio de Janeiro em busca de ganhar notoriedade e visibilidade para criticar o polo de escrita fluminense, e fazer ver suas obras, seus textos de temática sertaneja (ABREU, 1998). Três momentos e universos diferentes, mas a mesma pretensão: superar um patamar e condições dadas ao sertanejo.

Esse constante ato de buscar sair de uma fase estagnada, espécie de ideia que boa parte dos brasileiros retém dos nordestinos, encontra eco na retórica da superação de José Augusto. Ou seja, através da educação e do magistério, Amaro Cavalcanti alcançou a glória: momentos e condições melhores de vida; de fato, a obrigação do mundo capitalista.

A segunda ideia é que, evidentemente, estou falando de homens da elite intelectual, ambos, Augusto e Cavalcanti. Aliás, o IHGRN como espaço de conservação do poder dessa mesma elite, não deixaria na época, ao menos, escapar outras pessoas que não fossem do espaço público político. A partir do momento que se fala de seus pares na política, Augusto visa construir uma memória intelectual potiguar. Posso ir mais longe e pensar num dever moral de relembrar esses homens, quando se fala no processo de construir essa memória.

2.5.2 O caso de Juvenal Lamartine

Passo para o último caso, abordado por José Augusto, tratando sobre Juvenal Lamartine. O título da biografia intitula-se *O Rio Grande do Norte no Senado da República*, justamente seria o título da obra que ele viria a juntar esta e outras biografias. De certa maneira, é uma denominação atrativa, pois parte-se do princípio da presença de potiguares no jogo político do Senado brasileiro. Isso indica, rapidamente, algo elementar: a distinção que este tipo de narrativa faz o leitor considerar e pensar a respeito (BOURDIEU, 2007). Participar desse tipo de campo social faz trazer à reflexão as relações entre dominantes e as homologias realizadas entre espaços sociais que os potiguares da alta elite participavam, neste caso, o espaço político e o da história. Para complementar, e é aqui o ponto que me interessa, é que sertanejos adentraram nestas relações e trocas de campo. Para isso, cito o caso de Juvenal Lamartine, a quem José Augusto dedica uma boa quantidade de fólios ao tratar de sua trilha existencial.

Antes de tudo, o meio para Augusto é deveras essencial na construção e elaboração da biografia. Acontece a construção do espaço precedendo o indivíduo. Esse processo pode nos levar a diversas interpretações. Mas levo o foco de importância atribuída ao sertão a respeito da contextualização. Adiante, insere-se a seguinte passagem de Augusto:

O município de Serra Negra, encravado na zona do Seridó, Estado do Rio Grande do Norte, como as demais regiões sertanejas nordestinas, teve como fator preponderante do seu povoamento a necessidade de instalar fazendas de criação de gado. Foi o boi que conduziu o homem civilizado para aquelas paragens (AUGUSTO, 1960, p. 5).

Na citação acima, verifica-se a presença de elementos importantes, de cunho historiográfico sobre o Seridó. Aliás, analisados pelo historiador Muirakytan Macêdo, em estudos nos quais ele apresenta, como definidores, em parte, de como *se fizeram os sertões*. Tendo em vista que o litoral do Rio Grande [do Norte] crescia economicamente mediante a produção açucareira nos séculos XVII e XVIII, cada vez mais, em uma medida contrária, a pecuária ficou aberta ao horizonte do interior, contrastante à costa, levando, assim, ao povoamento do sertão (MACÊDO, 2012).

Vale ressaltar a interpretação da história do Brasil que de certa maneira traz os sertões como base crucial para a povoação do interior brasileiro. A rigor, essa argumentação perpassa as reflexões dos escritores que tiveram como objeto de estudo o sertão e sertanejos. A título de exemplo, eu poderia citar Capistrano de Abreu que, em seus *Capítulos de História Colonial*, faz uma leitura de povoamento do interior. Segundo Abreu, é nessa interiorização mediante

criação de gado *vacum* que se encontra o caráter da construção e entendimento da nação brasileira. Portanto, os bandeirantes se fixavam nas terras, transformando-se em pecuaristas, em proprietários, possibilitando a expansão para dentro, o crescimento interno da nação (ABREU, 2000). As “raízes nacionais”, numa leitura de Abreu, podem ser encontradas nessa característica fundamental, a criação de gado. Sendo assim, encaixa-se no caso de Serra Negra, descrito por José Augusto. Numa escala um pouco menor, está se falando das raízes do Seridó, do sertão do Rio Grande [do Norte] e da Paraíba. Seguindo essa lógica, até então desenvolvida, o município do sertão norte-rio-grandense reflete um espectro desse movimento de raiz brasileira.

A pequena comunidade à época diferenciava-se das demais, no Seridó. Augusto argumenta que essa fuga da regra acontece através de dois fenômenos. O primeiro é a riqueza do sertanejo serra-negrense constituída apenas pela criação de gado, com pouquíssimo escape e visibilidade para outras práticas econômicas. O outro motivo é o caráter intelectual no seio do sertão seridoense. Sobre o segundo ponto, a evidência apontada pelo pesquisador parte de um rastro profundamente filológico. Nas palavras de Augusto:

Tudo indica que se compunham de gente com certa base de cultura, um pouco acima do que era comum pelos demais recantos. Basta atentar, na confirmação dessa suposição, para os nomes com que os povoadores batizaram os seus filhos: Leônidas, Scipião, Descartes, Horácio, Lafayette, Nelson, Newton, Mirabeau, eram os nomes comumente preferidos, indicando claramente que havia por ali algum conhecimento e simpatia pelas grandes figuras que, nas letras ou na política, deixaram traços marcantes na história universal (AUGUSTO, 1960, p. 5-6).

O sertão seridoense, afunilado na comunidade de Serra Negra, expressava, mais uma vez, traços de distinção. Grandes nomes europeus surgiam nesse universo. Configura-se, assim, um espaço profundamente pensado a partir do cosmos intelectual. De acordo com Augusto, o próprio biografado faz parte dessa corrente de homenageados com os nomes das figuras conhecidas nas letras, pois os pais de Juvenal Lamartine de Farias “certamente tiveram em vista homenagear dois grandes poetas de renome universal: Juvenal, o satírico, e Lamartine, o lírico francês, cujos versos ainda hoje nos deixam cheios de ternura e encantamento” (AUGUSTO, 1960, p. 6). Ora, essa excepcionalidade constitui uma enorme diferença em relação a qualquer espaço sertanejo que possa ser imaginado dentro de noções coligadas à detração, por exemplo, *a-histórico*, abandonado, desértico e anticivilizado, como foi imaginado ao longo da virada do século XIX para o XX (LIMA, 1999). Ele, o sertão, é construído aqui em contornos benquistos para um intelectual, para o meio político e letrado. De acordo com Augusto, muito mais significativo são os nomes com raízes europeus. Tal estreitamento com o meio letrado indicaria o fortalecimento da formação intelectual no Seridó após a instauração da República, correspondente às levas de jovens seridoenses para estudar em Recife e Olinda, além da

presença de cadeiras de latim e francês no Seridó (MACÊDO, 2012). De certa maneira, há forte valorização das letras no sertão, por esta construção memorial, que começa pelos nomes dados às filhas e filhos sertanejos.

Evidentemente, não se pode deixar de perceber que essa elaboração de um sertão das grandes figuras advém de um sertanejo que pertence a elite política seridoense. Se eu fizer um retorno à lógica abordada anteriormente - quem fala do mundo, fala de si - nota-se o fator da origem socioeconômica e a experiência do escritor. Pensando a sequência de fatos e elementos elencados na sua escrita, as grandes figuras retomam a um sertão dificultoso, mas civilizado, com cadeiras de latim, povoado por pessoas influenciadas pelas letras, e que buscam a educação, um valor socialmente aceito e defendido no mundo moderno, garantindo, com isso, uma imagem legitimada na sociedade.

Um segundo ponto é a homogeneização da população seridoense que Augusto faz questão de destacar. O sertanejo é unido em seu viver. Seu *modus vivendi* é uno, coletivo. Para o autor, são pessoas que “não se diferenciam, iguais nas atividades profissionais, nas suas condições de cultura e até nos sofrimentos comuns, todas elas atingidas periodicamente por um mesmo flagelo, as longas, as famosas e crudelíssimas secas do Nordeste” (AUGUSTO, 1960, p. 6). Ora, as secas congregam um problema de diversas facetas, isto é, política, social, econômica. A seca apresenta-se como uma espécie de força motora para a identidade dessa população, pois a une. A seca é *conditio sine qua non* para essa população; um mundo e povo atrelados. Essa homogeneização precisa ser apontada e criticada. Imaginar que as comunidades seridoenses, como um todo, sentem os entraves da seca no mesmo grau. A distinção da classe social é saltitante ao lembrar que, sim, a seca vai atingir a todos, mas os problemas que ela traz são sentidos de maneiras bem diferentes. O pobre sente os males desse fenômeno beirando a morte. Ele é forçado, muitas vezes, a roubar, a fugir, a migrar (NEVES, 2013). A distância é oceânica em relação à figura do coronel, ao fazendeiro dono de terras. Estes vão ter meios para garantir maior estabilidade durante os momentos secos.

Há outra característica nesse discurso. É possível entender, através da fala de Augusto, que a seca, como sofrimento do povo, como espécie de castigo natural a pagar e conviver ciclicamente, galvaniza toda uma história de superação por parte deste intelectual, provindo da elite sertaneja, egresso do sertão para o mundo da política. A seca torna o sertanejo alguém que precisa lidar constantemente com o sofrimento. Esse discurso remete ao sujeito que se sacrifica. Algo semelhante ao discurso judaico-cristão, que vive sob à culpa, sob a dor constante. Portanto, configura-se um devir, ou seja, uma realidade processual que nunca chega ao seu fim, que não tem ponto de chegada. De certa maneira, traz de volta a ideia do errante, das experiências

do êxodo, do exílio do povo judeu historicamente conservada. É o sujeito da Diáspora que é obrigado a fugir de sua própria terra.

Digno de nota realçar mais um ponto: lida-se nesta discussão com a elite contando sua própria história. Porém, a questão da elite não emerge na fala. Parece ser algo superficial, raso. A narrativa torna-se intrigante justamente por ocultar o fato desses homens serem herdeiros de uma classe privilegiada. Esse fato se esconde. Por outro lado, o que aparece é a terra da esperança. O ideal de um *vir-a-ser*. A possibilidade de redenção, de poder crescer economicamente no meio de toda a pobreza:

O Rio Grande do Norte era, como ainda hoje, uma região pobre, mas com possibilidades de um melhor padrão de vida para a sua população, se aproveitados convenientemente alguns recursos que o seu solo contém e que, devida e racionalmente utilizados, poderiam e podem oferecer bem melhores condições de vitalidade econômica (AUGUSTO, 1960, p. 11).

Dessa forma, como é esperança, como é um ideal de futuro, então é porque não aconteceu ainda. Quer dizer, ao apresentar a chance de ser um lugar melhor se constata que ainda não o é. Mas nessa possibilidade, nessa esperança que José Augusto deposita suas crenças, está o dispositivo discursivo que considero ser uma retórica da superação. O discurso faz referência a alternância da terra, do espaço, do solo potiguar. Ou seja, ele é pobre, árido, mas pode ser verde, com chances melhores de vida. Esse discurso da superação também revela o papel que Freud concebia por felicidade: o guia de vida para o humano, exatamente o que todo sujeito coloca como norteador existencial (FREUD, 2011).

Percebe-se a ausência de outro fator além do critério financeiro e/ou riqueza. A economia, neste último excerto, não vem acompanhada de mais nada. A pobreza é tomada pura e simplesmente em dados econômicos. Augusto baseia-se apenas na premissa de desenvolvimento capitalista. Logo, o empecilho comum ao povo sertanejo revela-se superável mediante o caminho do capitalismo. Pelo menos o autor não aponta outra alternativa viável para quem convive com o problema. Tendo em vista um processo capitalista como leniente do mal da seca, Augusto trata nas principais vias para começar essa superação, baseando-se na história de Juvenal Lamartine:

O futuro administrador via claramente na educação do homem o fator precípua a que era urgente atender para assegurar-lhe as energias produtoras, igualmente dependentes da defesa do seu vigor físico, a ser preservado por uma sábia política sanitária e pela luta contra a pobreza com a adoção de medidas que “conduzam a produção agrícola a atingir a um nível tão elevado que permite o conforto de habitação e da mesa a toda a população do Estado, desde o trabalhador urbano até o lavrador sertanejo” (AUGUSTO, 1960, p. 12).

Desde o período da Proclamação da República que a instrução pública era a melhor proposta da elite intelectual. Juntamente ao lado do conceito de *povo*, emergente do século XIX, século das massas, a educação foi demasiado valorizada. No caso do Rio Grande [do Norte], homens do naipe de Manoel Dantas já faziam esse incentivo desde 1889 (MACÊDO, 2012). Certamente, há um pé do darwinismo social, uma manifestação teórica da experiência oitocentista, relacionada com a fé progresso, ideais matizados do pensar predominante de finais do XIX e início do XX. O universo discursivo, das ideias, é mais difícil de desconstruir daquilo que é material. Por isso é possível encontrar, tantos anos depois, o mesmo argumento voltando à tona dentro da elite intelectual potiguar. Obviamente, sem aquele teor racial, contudo ainda assim voltados a um ponto de vista do tempo histórico sagital, linear e desenvolvimentista. A fé no progresso ainda se mantém no referencial de ideias de Augusto. E assim Lamartine se postava no Senado Federal brasileiro, projetando um Estado próspero:

Com essas providências e, acima de tudo, com um largo programa de combate aos efeitos da seca, este, pelo vulto das despesas que reclama a cargo principalmente do governo federal, confiava Juvenal Lamartine em que o Rio Grande do Norte seria não propriamente um Estado rico, mas um Estado próspero e feliz (AUGUSTO, 1960, p. 13).

Para homens que permutavam entre o campo da pesquisa histórica e o campo da política, buscar o fim desse mundo de seca, portanto, é buscar evitar o mundo do sertanejo. Afinal, se o que caracteriza seu modo de vida é justamente, entre outros, esse fator climático-geográfico, como foi exposto em outros excertos, então é uma condição que visa ser superada, ou poderia se pensar numa incompatibilidade com o capitalismo, que Augusto retoma como trilha de superação. E isso não desemboca apenas para o sertão do Seridó potiguar. Para o autor, considera-se o seguinte:

Quando se fala em Nordeste no Brasil, a primeira ideia que nos aparece ao espírito é a das suas secas periódicas, que se tem procurado combater quase sempre pela engenharia, encarando-se de preferência os aspectos técnicos de problema. É um erro que Juvenal Lamartine apontou, porque o problema “é também social, político, econômico e sobretudo humano (AUGUSTO, 1960, p. 16).

Euclides da Cunha em *Os Sertões* também buscava superar a realidade sertaneja, com suas palavras, *espaço seco, imutável e desértico*, através do conhecimento com a engenharia (CUNHA, 1905). Colocava-se em questão os saberes científicos para dar conta daquele cenário, problemático para o mundo da elite, que ficou conhecendo o sertão baiano através da escrita de Cunha, uma escrita capaz de criar imagens, detalhista, de certa maneira que faz *ver* e também através das fotografias de Flávio de Barros. Concebia-se ali a ideia de *um* sertão generalizado. O pensar republicano queria a superação do sertão, fazendo desaparecer primeiro na morte e

depois cobrindo parte de Canudos com uma barragem. Dupla morte, na vida e na memória. Homens como Lamartine de Faria tinham noção de que o sertão e suas secas não fazem parte de um problema apenas climático-geográfico, mas também, como Augusto citou, social, político e também humano. De todo modo, na fala de biógrafo e biografado, o sertão precisa ser domado, superado.

Constata-se aqui, com o caso de Juvenal Lamartine de Faria, dois elementos dignos de nota. O primeiro é a distinção do sertão pelas suas características geográficas e climáticas, abordadas na literatura ou mesmo em obras de grande notoriedade como *Os Sertões* de Euclides da Cunha. E a segunda questão é a atividade de costura entre o sertão/sertanejo com o conhecimento, com o universo letrado, com a ciência, por necessidade de superação ou mesmo para legitimar posições sociais na memória norte-rio-grandense. Afinal, o IHGRN e os seus biografados/homenageados estão inseridos em uma produção de história-memória potiguar (COSTA, 2017).

As biografias de Lima, Albuquerque e José Augusto, publicadas no Instituto, trazem, a rigor, um jogo de distâncias, uma caminhada pela vida pública. O sertanejo do Seridó (Cavalcanti) alcançando os patamares nacionais, pela via política e intelectual. O que temos como conteúdo desses trabalhos é a aproximação, inicialmente, da experiência vivida do sertão e depois um reaproveitamento dessa experiência na prestação de serviços ao Estado. Com o modelo de Amaro Cavalcanti, percebe-se a descrição e realocação do sujeito frente ao todo nacional. Ora, mais uma vez fazia valer oportunamente a construção de uma memória sobre pertencimento do sujeito seridoense na participação política do Estado no âmbito nacional.

Já no caso de Juvenal Lamartine de Farias, José Augusto compartilha de sua vivência com ele. Postula, portanto, um ar de testemunho para seu trabalho. Confere autoridade para sua escrita: *eu vi, eu vivi* (RICOEUR, 2007). Relacionando seu trabalho com a experiência sertaneja, conferindo suma importância para o algodão, para a educação. Mas, sobretudo, através da *bios* de Juvenal Lamartine, o sertão é pincelado com cores intelectuais, socialmente entendida como legítima, de uma caracterização ostensivamente superior pela relação com o mundo letrado. A própria comunidade de Serra Negra, de onde Lamartine de Faria é oriundo, começa a ser descrita assim, requintada de influência intelectual, seja diretamente reconhecido pelos nomes das pessoas, ou por ser o berço de intelectuais de destaque.

Mas o que une o caso desses biografados é justamente o paradoxo do sertão do Seridó ser visto como algo a superar-se e digno de louvor, ao mesmo tempo. Se, por um lado, ele, o sertão, pariu e continua parindo intelectuais, lançados à vida pública, por outro lado é necessário afastar-se daquele lugar com traços ainda marcados por uma estagnação temporal,

pelos problemas da seca que castigam o sertão. As biografias expressam dramaticamente os problemas de se viver ali, porém de forma clara manifestam a nítida sensação de orgulho que o universo sertanejo seridoense oferece ao Estado do RN. Por trás desse louvor ao intelectual, insere um sertão problemático e árduo de viver, assim consta-se nessas breves passagens como, outrossim, está presente no trabalho de Eloy de Souza. Este, mesmo com intenções diversas, diferenças políticas e sociais, ainda consagra um elemento semelhante: a vontade de superação.

Esses homens estão falando deles mesmos. Se utilizam de exemplos, de homens públicos (Cavalcanti e Lamartine), para fortalecer a imagem da rede de sociabilidade que pertencem. Sendo assim, é o caso mais estrito da elite falando dela mesma. A homogeneização que José Augusto faz, por exemplo, em relação a todos os sertanejos sentirem a seca da mesma forma é uma chave para compreender as distâncias de classe social que estão em jogo nesses discursos. A seca, na verdade, atinge cruelmente aqueles que não possuem as devidas condições financeiras para lidar com esse fenômeno climático-geográfico. A natureza castiga, é verdade. No entanto, a elite que escreve essa história percebe-a de modo diferente. Esses homens não falam no sentido político, porque falar nesse sentido pressupõe pensar o diferente, isto é, inserir a alteridade na narrativa, e isso não acontece. Há apenas a mais pura generalização. Esse discurso é o da classe dominante. O que José Augusto fala é o que circula entre os homens alinhados à classe dele. Talvez, o que falte é a voz do retirante, do sertanejo que vê seu gado morrer, escrevendo nas páginas da historiografia. É possível que haja outra narrativa, outras formas de expressar a dor. Se aquele sertanejo que sofre com a seca, remetido na biografia, escrevesse a história, vale também pressupor que não aconteceria tantos elogios aos homens públicos.

Portanto, ocupei-me nas últimas páginas de um sertão aparado por sócios do IHGRN, expressando direta ou indiretamente suas preocupações a respeito de um mundo sertanejo problemático e carregado de certos impasses que poderiam dificultar a vida do intelectual ou do camponês. No entanto, agora vou direcionar o foco da análise em outro discurso sobre o sertão, amparado substancialmente em José Augusto e a legitimação do Seridó pela via política e intelectual. No próximo capítulo, dedico-me a indagar sobre a politização contida nas narrativas dos sócios do IHGRN, que visam fazer do Seridó um universo legítimo para a história norte-rio-grandense.

Capítulo 3

Sertões, Seridó e as Letras: Sertanejo e o Tempo



*Fios sutis passam na minha frente;
Trouxeram a energia, o progresso...
Levaram o homem para longe daqui;
Trocou o solo pedregoso pela promessa
do asfalto.*

Maria Elza Bezerra Cirne

(Sertão, Seridó, Sentidos)

Neste capítulo, discute-se aspectos das representações feitas por letrados sobre o sertão norte-rio-grandense, especificamente no que tange à região do Seridó potiguar. Partindo dos textos da RIHGRN, produzidos pela rede dos letrados que compõe aquele círculo, examino representações da noção de sertão paralelo à hipótese de que essas representações fazem parte da construção de uma memória sertaneja. O discurso que fomenta essa memória é embasado com a legitimação que o Instituto auferiu para os autores.

Ademais, cabem aqui reflexões sobre os usos da noção de sertão por parte, sobretudo, da historiografia de José Augusto, cuja escrita já foi analisada brevemente em capítulos anteriores. Vale ressaltar: entendo que este seridoense é peça chave para se ter em mente como o sertão, enquanto noção para uma dada narrativa historiográfica, foi utilizado dentro do círculo intelectual potiguar e quais significados foram atribuídos ao universo seridoense dentro da Revista.

Em determinado momento, é reservado espaço para debater os estratos de tempo que estão circundando o conceito de sertão (KOSELLECK, 2014). Através de biografias e demais produções dos sócios do IHGRN, como é o caso do próprio José Augusto, Luís da Câmara Cascudo ou Francisco Salles de Meira e Sá, apresento a discussão sobre camadas temporais e sociais que envolvem a ideia de sertão. Em outras palavras, como a noção de sertão é construída e quais referências ela contém em seu interior. Da mesma maneira, aproveito a oportunidade e traço um olhar sobre o uso historiográfico que a obra *Os sertões*, de Euclides da Cunha, acaba ganhando na RIHGRN. Isto é, de que maneira ela é referência para esses homens, e os porquês das relações que existem em textos tão distantes temporalmente. Com base nas considerações de Reinhart Koselleck sobre o jogo de temporalidades e a dispersão da experiência de tempo, pretendo refletir e pensar sobre as durações temporais que estão presentes nos escritos desses letrados, na tentativa de apontar como as metáforas espaciais sobre o sertão podem manifestar a cultura histórica (HARTOG, 2014).

3.1 Obra para mais de anos: a imagem do homem telúrico

José Augusto Bezerra de Medeiros (1884-1971), nascido em Caicó, município do Seridó potiguar, foi político, atuando como deputado, senador e também se consagrando no papel de pesquisador da história. Pertencente a uma família tradicional da região, posso situá-lo dentro do grande âmbito das oligarquias ou, para falar de uma categoria não tão rígida, dentro de uma organização familiar seridoense (PEIXOTO, 2010). Enquanto senador ativo na política, exerceu o cargo por apenas dois anos quando a Revolução de 1930 acabou fechando o Congresso.

José Augusto fez um diálogo com o domínio da pesquisa histórica. Participando do IHGRN, adentrou numa rede de sociabilidade deveras importante para a história e memória do Estado. Dentro de um círculo de pesquisadores voltados para a produção específica a respeito da história que matiza o potiguar, o autor não poupou esforços para trazer à lembrança o universo sertanejo nas discussões, publicando artigos e biografias, legitimando os “grandes nomes” do sertão, além de explicitar projetos políticos direcionados para aquele determinado setor.

É a sua valorização pelo espaço e virtude sertanejos, além do fato dele advir daquela terra, que Nilo Pereira o denomina como um “homem telúrico” (PEREIRA, 1982). Em razão que José Augusto volta-se constantemente para o Seridó, lugar onde ele cresceu e tem influência de sua família, intelectual e politicamente. De acordo com Nilo Pereira, José Augusto Bezerra de Medeiros foi “essencialmente um homem telúrico. O livro que escreveu sobre o Seridó é a maior prova desse telurismo” (PEREIRA, 1982, p. 132). Ou seja, a historiografia do seridoense é um espelho que permite mostrar a vivência, a experiência de vida do sertanejo através do texto. Uma vida expressa não apenas na atuação como político, mas na própria postura e trabalho do pesquisador da história.

José Augusto, ao traçar uma trajetória de políticos sertanejos (1968) ou ao detalhar sua visão a respeito do Seridó (1954), mostra uma terra circunscrita na sua própria existência, seja de ordem privada, tecendo o que ele viveu pessoalmente, ou de ordem pública, inserindo uma experiência oriunda de um homem público. De certa maneira, Olívia Medeiros Neta resume muito bem argumentando, a respeito de José Augusto, que homem e terra estão intrinsecamente ligados, pela formação de um espaço que precisa do discurso, do trabalho linguístico, ou, em outras palavras, pela história (MEDEIROS NETA, 2007).

Olhando para a historiografia, analisando a perspectiva do sujeito que fala, verificando se o discurso parte de uma “periferia” ou do “centro”, do litoral ou do próprio sertão, considero

que a imagem do sertão muda, alterando-se como as combinações ópticas de um caleidoscópio. José Augusto, por sua vez, quer mostrar um sertão com a sua face. Que relembre aquilo que o orgulha. É interessante revelar nos anais do Instituto, ou mesmo para a história potiguar, um Seridó que produziu e foi berço de pessoas importantes, ao exemplo de Amaro Cavalcanti, ou então um sertão que valoriza a riqueza econômica tal qual a produção do algodão-mocó. Esta última, o fator econômico, aliás, é uma pauta defendida como representante do Seridó potiguar de longas datas por outras pessoas como Juvenal Lamartine de Faria (MACÊDO, 2012). Então, não era algo novo, não é um trabalho de nível memorial, imagético e discursivo feito do nada. Pelo contrário. Há toda uma trama já tecida, com antecedentes historiográficos, que é reforçada por Augusto. Este seridoense faz questão de aguçar uma construção discursivo-imagética a respeito do espaço em que viveu. O sertão tem cara, e José Augusto pretende revelá-la em sua escrita com os aspectos daquilo que ele viu, daquilo que faz parte de sua juventude enquanto sertanejo. José Augusto escreve para conferir rosto e identidade, sobretudo ao sertão. As perguntas começam a surgir e elencar-se no cenário: como se arquiteta o sertão seridoense para José Augusto? Quais características apresentam-se em seus escritos e quais elementos povoam seu trabalho?

Nilo Pereira, homem que pesquisou sobre a vida de Augusto, de maneira a biografar sua história, entende que assim como Eloy de Souza, José Augusto não perdeu sua terra de vista. Mais uma vez, aquilo que ele produz, o conteúdo de sua escrita, está diretamente relacionado com sua vivência (PEREIRA, 1982). O biógrafo ainda considera que a história em José Augusto tem severos limites, até pelo seu contexto, ou seja, por motivos de condições históricas e sociais de sua formação. Pereira considera:

Não é de admirar que o genealogista tenha deixado de lado um aspecto básico da civilização seridoense, estudado por Veríssimo de Melo: o papel que os negros tiveram nas Confrarias religiosas, notadamente na de Nossa Senhora do Rosário (...). Com efeito, as Confrarias tiveram função social decisiva na formação da comunidade seridoense, no sentido de planificar as relações grupais, influenciando mesmo na política. A História para o Dr. José Augusto, não ia até aí. Cifrava-se na linhagem, na tradição das grandes famílias, no passado rural que configurava o patriarcalismo dominante (PEREIRA, 1982, p. 148).

A historiografia de José Augusto tem um rosto, assim como o sertão que ele mesmo representava. A história seridoense era monocromática. Perfilada por homens, brancos, pertencentes a um círculo de letrados. Seria o IHGRN um espaço que o lembrasse desse Seridó que ele constrói? Em outras palavras, vale a pena conferir um alinhamento entre o espaço social e o texto. Verificar simetrias entre os valores epistêmicos de um lugar social e a narrativa forjada. Entender que há similaridade entre espaço de produção e a historiografia

produzida pode ser uma pista de compreensão no que se refere ao entendimento da história e da conjectura epistemológica da produção de conhecimento (CERTEAU, 2011a). Portanto, se os negros e indígenas não entram na história de José Augusto, isso pode ser um indicativo muito fértil para pensar o tipo de história cultuada por esse ramo seridoense presente no IHGRN. A origem histórica que José Augusto coloca para o sertão do Seridó advém do período colonial, com o movimento europeu, reforçando toda uma ótica sobre a primazia do homem branco em relação aos demais povos. Ao relatar esse limite epistêmico da historiografia do sertanejo, Nilo Pereira aparenta mostrar uma postura crítica sobre a figura de Augusto. No entanto, o biógrafo não se contém em engrandecer a personagem. Talvez por pertencer ao grupo de admiradores - das pessoas que chegaram a conhecer pessoalmente o próprio José Augusto -, sua biografia também fica limitada por essa aproximação que acaba valendo-se de enaltecimento em vez posicionamento crítico. Pereira, após ver as limitações historiográficas de Augusto, volta um passo atrás e comenta:

A visão um tanto determinista de José Augusto nem por isso empanou a significação das velhas famílias que ele estudou, a importância que tantos seridoenses tiveram no Império e na República. Trata-se de um trabalho válido, que mostra, por sinal, quanto esses homens ilustres – a começar por ele, acrescento – lutaram para vencer as hostilidades ambientais. A batalha contra a seca é algo que se inscreve na própria saga nordestina (PEREIRA, 1982, p. 150).

Finaliza o comentário com o embate do sertanejo contra a seca, valendo-se de uma concepção de modernidade; de uma postura de não-aceitação do mundo. De todo modo, a discussão sobre a história em José Augusto continua no trabalho do biógrafo. Nilo Pereira Um coloca a historiografia de Augusto em contraposição à historiografia dos Lamartine. A comparação feita por Pereira é cimentada no sentido de mostrar até onde José Augusto poderia ter ido, ou melhor, o que teria faltado nele: “Faltou ao Dr. José Augusto, nas suas abordagens das famílias do Seridó, a visão etnográfica e sociológica, que há em Juvenal Lamartine, no seu livro *Velhos Costumes do meu Sertão (...)*” (PEREIRA, 1982, p. 152).

Se, de um lado, Pereira faz uma espécie de alerta sobre o que faltou no trabalho de Augusto, por outro, o biógrafo realiza uma defesa dessa historiografia, mesmo que de forma involuntária, pelo argumento de que seria anacrônico revisar esse texto e cobrar a presença do escravo na história, por exemplo, porque essa preocupação epistêmica não fez parte da formação de Augusto. Ora, é válido pensar que todo texto tem sua historicidade e é, portanto, datado. Mas isso não justifica deixar de fazer uma crítica ao trabalho ou muito menos enaltecer o que foi dito. A ausência é um rico indício da construção de memória mediante o esquecimento. Sobretudo quando é um esquecimento arbitrário, isto é, pensado, calculado. E quando isso se trata daqueles que estão construindo o Estado, a história do universo estadual, em suma,

caberia, sim, uma postura de alerta e distanciamento por parte do biógrafo. Não se pode buscar uma postura de historiador social em quem não teve acesso a outras leituras. Nas próprias palavras de Pereira:

Nem por isso sua contribuição deixa de ser valiosa. Não se pode dizer, a rigor, que ele é um historiador da sua terra; um historiador social, principalmente, no sentido em que a Nova História encara os fatos e os personagens, através de vários fatores e fontes documentais, que são também, além dos dados oficiais, a tradição oral, os álbuns de família, a epistolografia, manuscritos, escrituras públicas e quanta coisa mais que possa representar o espírito de um povo (PEREIRA, 1982, p. 148).

Diante dessa formação de alguém preocupado com as grandes famílias, forma-se uma história cristalizada em uma classe social ou pelo menos num conjunto muito específico de pessoas. Pensar para além disso seria trabalho para um Lamartine, no exemplo de Nilo Pereira. De acordo com o autor:

Nesse sentido, os estudos de Oswaldo Lamartine são o que há de válido na explicação etnográfica e etnológica da comunidade: estudos que se inspiram na vida cotidiana e até nas coisas aparentemente sem importância. O trivial tem grande importância na História. O que não acontecia ao tempo em que José Augusto foi professor de História do Ateneu Norte-rio-grandense. Professor, por sinal, muito querido dos estudantes pelo brilho de suas aulas e pelo tratamento democratizante do mestre, antecipando-se ao político que ia ser (PEREIRA, 1982, p. 148).

De fato, o *trivial*, para usar o termo irônico de Pereira, tem grande importância. Porque determinados objetos e sujeitos podem levar a contar uma história por outros vieses e ângulos. Evidentemente, o ângulo de Augusto, até por uma situação contextual, foi o de uma história como testemunha dos tempos, ou seja, uma história de cunho ciceroniano. De todo modo, Pereira finaliza suas considerações sobre a historiografia de Augusto ao comentar sobre a importância que ele teve na formação de tantos alunos potiguares.

3.2 Sob o signo de Saturno

A definição de Seridó em José Augusto acontece por distintas vias, ao longo da obra *Seridó*. Mas, primeiro, é pertinente algumas considerações iniciais sobre este escrito em análise. O conteúdo de *Seridó* e de outras obras do seridoense advém das publicações feitas no IHGRN. Augusto é alguém que utiliza de seus artigos, biografias e demais análises justamente para compor um trabalho maior sobre a história e memória do Seridó (AUGUSTO, 1941, 1948). O trabalho, portanto, que eu analiso aqui é significado, em certa medida, de um lugar social bem

definido (CERTEAU, 2011a). De uma esfera estruturada e estruturante do campo intelectual norte-rio-grandense e nacional (BOURDIEU, 2001).

Augusto insere-se em um grupo seleto de autores que visam demarcar uma identidade para o Seridó. Postulando sobre a história e geografia desse sertão, Manoel Dantas, Dom José Adelino Dantas, Juvenal Lamartine, Oswaldo Lamartine e, por fim, José Augusto, dão vida a uma economia escriturária. Entre essas figuras existem laços sociais e também genealógicos (MEDEIROS NETA, 2007).

O signo maior desse coletivo é o próprio Seridó. Universo este que tem referências compartilhadas entre os autores que lhe prescrevem no papel. A caneta desses homens alavanca elementos definidores, por exemplo, o orbe social, espaço, características da população, cultura, economia e educação. Esse empreendimento discursivo é mormente uma variante política, onde se arca, no espaço textual, estratégias e meios para consagrar um artefato simbólico do sertão. História e política abrem lugares para o sujeito e para o coletivo. O que vou analisar adiante são caminhos para entender um pouco dessa prática escriturária que tais homens interessados em pensar o Seridó desenvolvem e representam. José Augusto, com suas particularidades, ressalvo, é a escolha que faço para adentrar nesse esquema de escrita.

Em sua proposta de definição do universo seridoense, José Augusto fornece no início do texto duas grandes dimensões que vão atribuir significado para o Seridó, a saber, a dimensão geográfica e a econômica. Porque, de acordo com Augusto, o Seridó é uma região marcada “pelo rio do mesmo nome e seus afluentes e caracterizado economicamente por uma determinada natureza de produção: o algodão mocó, de fibra longa, sedosa e resistente, o melhor do Brasil, um dos melhores do mundo, rivalizando em qualidade com o famoso egípcio” (AUGUSTO, 1980, p. 15). Pelo o que se observa, no parágrafo de definição elencado pelo autor, ainda cabe espaço para uma comparação no quesito econômico, pois a produção do algodão-mocó é um elemento definidor do Seridó que o coloca no palco da concorrência mundial. Uma definição propícia para um autor seridoense, que eleva sua região de nascimento, numa tentativa de legitimar seu espaço afetivo, constituidor de tantos sentimentos. Adiciono a este interesse de legitimação causas políticas e sociais. A obra de Augusto é composta por caracteres particulares e independentes que visam trazer sentido histórico para a região Seridó e para uma ideia de ser-seridoense.

O Seridó de Augusto é montado a partir de oito cidades (Acari, Caicó, Currais Novos, Florânia, Jardim do Seridó, Jucurutu, Parelhas e Serra Negra do Norte). Há vários esforços de regionalização do Seridó. Entre elas, há a divisão proposta pelo IBGE em duas microrregiões: Seridó ocidental e Seridó oriental. Do Seridó Oriental fazem parte os municípios de Acari,

Carnaúba dos Dantas, Cruzeta, Currais Novos, Equador, Jardim do Seridó, Ouro Branco, Parelhas, Santana do Seridó e São José do Seridó. Do Seridó Ocidental, por sua vez, Caicó, Ipueira, Jardim de Piranhas, São Fernando, São João do Sabugi, Serra Negra do Norte e Timbaúba dos Batistas (MACEDO, 2013).

O que Augusto faz é um esforço de regionalizar aquele espaço. O trabalho que Augusto empreende sobre o Seridó é de imputar historicidade e assentar municípios dentro desse território, de modo a preencher com vida, coletividade humana e expansão. Apesar das dimensões geográficas e econômicas, Augusto adiciona um elemento histórico que marca a constituição de um povo no que viria a ser o universo seridoense. O início do povoamento dessa região, para José Augusto, é a guerra dos bárbaros, que, nas suas palavras, é um momento bem datado e específico:

O povoamento da região começou no fim do século XVII, quando a guerra dos bárbaros, luta que durou muitos anos e durante a qual, após crueldades inomináveis, o homem civilizado exterminou os selvagens que habitavam as margens do rio Açu e seus afluentes, um dos quais, como se sabe, é o rio Seridó (AUGUSTO, 1980, p. 15).

O povoamento é distinção. Com base no excerto acima, há uma diferenciação entre povoar e habitar. Levando em consideração esses termos, para o autor, antes disso era despovoado. O que se tinha eram apenas habitantes que não faziam parte de um processo simbólico de ocupação. O povoamento em Augusto dota-se de certa imaginação, de rito, de conteúdo simbólico, cuja guerra é o início desse processo. É uma questão de escolha. Os indígenas poderiam ser tranquilamente a evidente presença de povoamento na região que se convencionou chamar de Seridó, mesmo considerando o massacre subsequente. O que acontece é que, em Augusto, o indígena não faz história. Ele, o indígena, não é legitimado por um pensar eurocêntrico de ocupação e constituição de processos históricos. A sua historicidade não conta para o desenrolar da memória seridoense. Essa diferença entre povoar e habitar demarca, portanto, a própria construção da história no autor do Seridó. O povoamento não inclui a história indígena. O “selvagem”, nesse caso, deixa de ser elemento definidor de uma povoação. A povoação, e por conseguinte o início da história, só acontece após as ações assassinas do dito civilizado, nos termos do sócio.

Mais um elemento definidor do mundo seridoense se apresenta: a seca. A variável incontornável na construção historiográfica do sertão, por parte dos sócios do IHGRN. A ideia de que o sertão é atacado pela seca - cuja conotação degradante é constantemente lembrada através dos homens do sodalício em questão – torna-se constante quando se trata da produção historiográfica seridoense de homens como José Augusto. Na sua historiografia, encontro uma espécie de *topos* que traz um entendimento sobre certa dualidade, que é: há o problema da seca

e, todavia, também existe uma grandiosidade devido aos filhos ilustres do sertão. Ao passo que o sócio elabora uma memória e história seridoenses, ele realça o papel dos intelectuais, como se fossem uma chama de esperança, como se fossem o espectro da possibilidade de um escape daquele universo tão maltratado pela própria natureza. Ao definir o Seridó, José Augusto assevera:

Na vida social, política e econômica daquele Estado nordestino, a região seridoense tem ocupado sempre papel de relevo e saliência, fornecendo muitas vezes alguns filhos ilustres para a sua direção e contribuindo continuamente com a sua produção para o fortalecimento da riqueza coletiva (AUGUSTO, 1980, p. 15).

Esses filhos ilustres formulam não apenas uma retórica da superação, mas também uma ideia de emancipação intelectual, de essência do espaço, de um universo que guarda a gênese de homens de letras. O Seridó, nesta ótica, é um ambiente fértil para gerar os homens que vão lidar com a ciência. Por outro lado, o sertão torna-se produtor de filhos dirigentes. Ou seja, traz à luz homens com o ímpeto de gerenciar, que assumem as rédeas da economia e política do Estado. Não é de se surpreender que essa narrativa advenha do próprio José Augusto, que foi deputado e governador. Para este seridoense, o sertão seridoense fabrica tais intelectuais. No entanto, e este é o próximo ponto a ser analisado, o mesmo sertão - que produz esses homens intelectuais - fica à mercê de sujeitos que se apresentam para dar alguma resposta ao flagelo, ao problema climático, em suma. Essa perspectiva é amplamente resguardada por esses sócios, mormente José Augusto, que trato daqui em diante com mais profundidade.

Na obra *Seridó*, Augusto faz questão de elaborar um mundo que é berço de intelectuais, de técnicos, de sujeitos que sabem lidar com a natureza, ao mesmo tempo que faz desse universo sertanejo um espaço que necessita de tais homens. O sertão, portanto, exportaria intelectuais para o mundo afora *pari passu* a uma necessidade de importar pessoas letradas e técnicas para lidar com os embaraços climáticos, sanitários e educacionais que se encontram ali. É uma lei do retorno. O mesmo sertão que vai produzir intelectuais é o sertão que vai precisar deles para se salvar, para ter um futuro pela frente, nos termos de Augusto (AUGUSTO, 1980). O sertão, em José Augusto, é paradoxal. Aparenta ser visto como Saturno, o deus da cosmogonia dos antigos romanos, que engolia os próprios filhos, de forma amedrontadora - levando em consideração o quadro de Goya. O sertão, aos moldes de Saturno, produz os seus, mas os devora. Esse ato representa bem um embate, o medo, a posição de confronto, a angústia moderna que os letrados seridoenses interiorizam, a dicotomia nada pacífica entre sujeito e o mundo, o externo.

No meio disso, surge uma temporalidade de forma tímida, mas que faz parte de uma visão de mundo, de uma experiência moderna, propriamente. A ideia de que, sem as mudanças e a ação do homem sobre determinado espaço, não haverá esperança ou perspectiva de vida

daquele ponto em diante. A seca intensifica essa ótica. A seca enquanto problema a solucionar provoca o temor do intelectual, motivo de seu trabalho nos âmbitos intelectual e político. A história de José Augusto sobre o Seridó, em certa medida, precisa da seca. Porque metade dessa história seridoense, aparentemente, depende dela (AUGUSTO, 1980). Ou pelo menos tem como motor principal histórias que giram em torno desse problema. A seca deixa de ser cenário para ser ator principal. O futuro do Seridó, aliás, depende do fim desta questão climática:

O Seridó precisa, para ter assegurado o seu futuro, de uma ampla política que comece pelo combate às secas, pois a primeira coisa a assinalar é que a região seridoense é toda ela atingida pelas longas estiagens periódicas. Em cem por cento, o seu território é sujeito a esse flagelo, e mesmo nos períodos chamados normais há, pelo menos, seis a oito meses do ano em que ali não cai uma gota d'água (AUGUSTO, 1980, p. 19).

Em *Seridó*, a preocupação moderna de controle e conhecimento da cidade, do funcionamento do universo social, está presente. Ela emerge como problema central. O Seridó carece de soluções. A experiência de finais do XIX, que remete ao conhecimento científico como grande orientador da ação humana, como grande verdade sobre o mundo, assenta-se na perspectiva sobre o sertão potiguar. Uma experiência robustecida pelos homens de letras. Em José Augusto não é diferente. Em dadas passagens, encontro esses termos expressos na seguinte fórmula: uma busca por pessoas que “solucionem” aquele mundo.

No primeiro capítulo da obra, o autor afirma: “Fortalecido o homem pela instrução, pela educação econômica principalmente, teremos de nos voltar para os problemas sanitários, dando aos habitantes daquela zona o fortalecimento físico de que têm necessidade para enfrentar a rude luta com a natureza, que é inclemente” (AUGUSTO, 1980, p. 20). A questão sanitária é um comum de ser encontrada na história dos sertões. Junto a este corpo de elementos, há, por exemplo, situações onde as doenças tomam o cenário da historiografia. Nísia Lima afirma a presença, na escrita da história, de representações do sertão como um espaço patológico, onde se faz sentir a necessidade imediata de mudança por parte dos sujeitos. Esse ímpeto de transformação do mundo diz respeito à experiência moderna, que atinge o mundo sertanejo. A ciência e a higiene, enquanto categoriais que o intelectual remente para converter seu pensamento em texto, revelam muito mais sobre si e seu tempo do que sobre o objeto que se dedicam a apreender (LIMA, 1999). Este modo de pensar leva em consideração novas perspectivas de natureza e sociedade até então em configuração no século XIX. José Augusto utiliza do discurso sanitário para representar a região e a si mesmo como legítimos num quadro nacional, dentro de um esquema de autoconsagração. O seridoense traz dados que visam sustentar a posição do RN como Estado que lidera a eficiência sanitária no Brasil. Além disso, conta suas memórias sobre o reconhecimento do sertão como sociedade que evita certas patologias:

Recordo-me de que, certa vez, levando a visitar aquelas paragens um grande sanitarista brasileiro, o Doutor Belizário Pena, que tinha como lema na sua atividade funcional o combate à verminose e ao paludismo, ficou ele espantando de haver encontrado no Brasil uma região em que não existiam as duas endemias (AUGUSTO, 1980, p. 20).

O trabalho de Augusto está afinado, também, na escrita de si (GOMES, 2004). O *eu* entra no texto. Mas, essa entrada não é uma questão meramente de estilo ou uma defesa da subjetividade narrativa. Quando José Augusto traz determinado mérito ou ação para si, ele está fazendo uma escolha política, interessada, com viés legitimador, inserindo a ele mesmo numa conjura histórica e, portanto, construindo uma história que gira em torno de sua personagem, a partir daquele ponto. José Augusto toma um caminho na escrita da história logrando com base no seguinte vetor: o *eu*. Recordando pessoas que corroboram com sua narrativa, o autor de *Seridó* faz a seguinte nota:

Cabe aqui registrar que não só quanto ao Seridó, mas quanto a todo o Estado, houve governos que se preocuparam largamente com as questões de higiene e saúde. No que ali exerci, de 1º de janeiro de 1924 a 1º de janeiro de 1928, os cuidados foram de tal ordem que o Dr. Barros Barreto, grande autoridade nacional na matéria, nos “Arquivos da Higiene” nº 1, de 1927, assinalava ser o Rio Grande do Norte a circunscrição que no Brasil melhor percentagem despendia na espécie (...) (AUGUSTO, 1980, p. 21).

E logo após esta passagem, Augusto traz o RN com uma percentagem de 7,7, liderando um quadro de vinte Estados brasileiros em relação aos gastos e cuidados com a vida sanitária da sociedade (AUGUSTO, 1980). Sua crítica, porém, não aparece. Pelo contrário. Apenas afirmações e louros para uma narrativa seridoense, como esta apresentada. A história em Augusto visa ser consagradora. Portanto, não possui uma crítica necessariamente. Ela quer salvar fatos. A higiene seridoense, posteriormente concatenada com a higiene do Estado norte-rio-grandense, torna-se um exemplo de como a historiografia deste sócio alavanca um dado fato, construído, interessado, para erigir a própria figura na narrativa. É uma narrativa obreira de memória. Memória e história se unem. A primeira como sucessão de fatos direcionada a ser compartilhada socialmente; a segunda, como como pretensão a uma verdade (COSTA, 2017).

Outros males, porém, afetam a região seridoense, e, para combatê-los, a iniciativa privada, com a ajuda do Governo, esboçou uma política da maior eficiência que começou com O Hospital do Seridó, instalado por mim, como Governador do Estado, no ano de 1928, e prestando sempre inestimáveis serviços à região (AUGUSTO, 1980, p. 21).

Reforçando o último ponto, Augusto coloca-se na posição de construtor; sua presença no texto vai além de autor e historiógrafo, mas passa a ser testemunha, ou seja, alguém que esteve lá, viu e fez. É uma testemunha em diferentes ângulos. O texto do seridoense me leva a analisar

a representação do sertão do Seridó, mas também uma representação do próprio Augusto. É um signo do signo. Quer dizer, o sócio se representa dentro da representação do Seridó. Ele só aparece devido o sertão. O Seridó é condicionante primária de sua atuação política, social e histórica. Sem o mundo seridoense, o autor também não surgiria, quanto mais se colocar dentro da história. E isto não significa que o autor não esteja de algum modo dentro da escrita (por meio de sua subjetividade etc.), não, na verdade se trata do Augusto como personagem na história. História esta que ele constrói e se coloca como figura importante. Um trabalho dual: legitimação do sertão, legitimação de si. Felizmente, o autor reserva mais páginas para falar sobre o Seridó do que de si, unicamente. A presença do hospital no texto está ligada a uma abordagem que Augusto vai se aproveitar em sua historiografia: o sertão seridoense como espaço do progresso. A população, assim como o sertão, estaria inclinada ao progresso (AUGUSTO, 1980). Elencando uma série de elementos dignificantes, entre eles, o algodão-mocó, a mineração, a higiene, a moralidade, José Augusto afirma que a população do Seridó:

está sempre pronta a realizar todas as iniciativas do progresso que no seu seio despontam, e vive com o relativo conforto que as condições econômicas e sociais tornam possível.

As suas cidades são limpas, asseados e confortáveis.

A sua gente vive relativamente feliz, com um alto nível de moralidade, e com um comércio desenvolvido e próspero, em contacto diário, através da sua excelente rede rodoviária, com as praças de Natal, Campina Grande, Paraíba e Recife (AUGUSTO, 1980, p. 58-59).

O Seridó mostra-se propenso ao progresso, nos termos de Augusto, por motivos de já possuir condições econômicas, sociais, higiênicas, morais e de conexão com outros municípios, em boa qualidade. Na narrativa, o Seridó aparenta já estar dentro da experiência do progresso. Não há um horizonte de espera. Não há muita expectativa. Porque quase tudo já é. O que falta, o que não é, o motivo por eu ter dito *quase*, é que a seca é o grande problema. É a seca que atordoa o todo. A ausência da chuva invalida a harmonia seridoense. Faz claudicar a felicidade do sertanejo que vive nessa região potiguar.

“Região seca e árida, o Seridó vive milagrosamente pelo esforço hercúleo do seu povo, cavando a terra, construindo açudes e barragens”, diz Manoel Rodrigues de Melo ao prefaciar a obra de Augusto (MELO, 1980, p. 9). A seca é o grande desafio sertanejo. O sertão é problemático. Esta construção está bem evidenciada. Mas também há um quê de futuro não-salvo, isto é, uma temporalidade que deixa José Augusto preocupado sobre o devir seridoense. Essa linha temporal coloca sob interrogação a própria existência do mundo sertanejo, pois ela é provocada pela questão da seca: “o Seridó tem a totalidade do seu território sujeito a secas periódicas. Nos períodos das longas estiagens os criadores de gado sofrem prejuízos imensos, vendo os

seus rebanhos dizimados ou exterminados”, comenta José Augusto (AUGUSTO, 1980, p. 28). O problema climático é holístico em relação à existência do Seridó. A seca é descrita como uma espécie de manto que cobre todo um universo. Sendo assim, a seca também se faz tempo, que está a todo momento lembrando os letrados a necessidade de tomarem alguma medida a respeito. A política, da mesma maneira, precisaria começar, ou dar os primeiros passos, a partir da questão da seca. A confusão pode vir à tona a partir da seguinte dualidade: a seca confunde-se com o sertão; com o próprio Seridó. Ao passo que o sertão também é vítima e refém da seca. A seca, neste segundo caso, apresenta-se como uma espécie de um fantasma que paira sobre a cabeça dos intelectuais, nascidos ali ou não.

Por mais que a ideia de seca, aqui, seja algo objetivo, significando simplesmente a falta de água, ela traz efeitos plurais e até proveitosos para a construção de uma ideia de sertanejo. Quer dizer, as consequências da seca, como dispositivo narrativo na construção da história dos sertões em José Augusto, são diversas. Para o bem e para o mal. Por mais que o gado sofra constantemente com essa ameaça concreta, por outro lado, a seca reforça o caráter “forte e destemido” do povo que ali habita e também a própria natureza. Se, por um lado, o gado morre devido à seca, “com o algodão-mocó não acontece o mesmo” (AUGUSTO, 1980, p. 28). O algodão-mocó torna-se metáfora para o sertanejo do Seridó. José Augusto faz questão de desenvolver em sua narrativa a resistência desse elemento para promover uma ideia de sertão:

As suas raízes, por uma imposição de ordem física, aprofundam se pela terra adentro, atingem de 7 a 9 metros, em busca da umidade, que se armazenam no subsolo, embora em pequenas proporções.

O algodão mocó resiste assim, brava e impavidamente, às secas prolongadas e, mesmo durante elas, produz, embora menos abundantemente.

É assim uma riqueza mais estável, um produto mais forte do que o gado em zona semiárida, como é a do Seridó (AUGUSTO, 1980, p. 28).

Essa articulação discursiva está acoplada não apenas simbolicamente, mas também carregada de caráter explicativo para a história seridoense e seus pontos de ruptura. Para José Augusto, “o gado levou o homem civilizado para o Seridó e o algodão expulsou o gado, e fixou o homem à região. Esse é todo o drama econômico do Seridó” (AUGUSTO, 1980, p. 28).

O mal-estar no sertão não dá trégua. Emerge, na escrita de Augusto, a trama narrativa cultuada por outros historiógrafos: a exploração dos sertões via pecuária. Faz menção a Capistrano de Abreu e Roberto Simonsen, autores que se dedicaram à presença do gado como força no movimento de povoação dos espaços (AUGUSTO, 1980). Augusto assume a ocupação de terras sertanejas mediante a exploração com gado. A pecuária é uma prática unvida à condição de causa histórica para o desenvolvimento do sertão norte-rio-grandense: “O gado foi, desse

modo, ao começar o povoamento da terra seridoense, o elemento econômico fundamental, a fonte de riqueza natural asseguradora das condições de vida, a oferecer perspectivas de exploração comercial, o princípio de todo o processo da história do Seridó” (AUGUSTO, 1980, p. 24). Portanto, a vida está mais uma vez sustentada pela dimensão econômica. Ora, este fator caracteriza o enaltecimento de uma narrativa que Augusto robustece, quer dizer, que ele conserva.

Apoiando-se nas considerações de Alberto Zum Felde, autor que trabalha com a história do Uruguai, Augusto credita à vida pastoril três grandes tipos de hábitos, quer dizer, categoriais da ação do sujeito, que são: viris, rudes e bravos. Similares, próximos, esses tipos chegam a se confundir. Chama atenção não apenas a importação dessa perspectiva, como se a experiência no Uruguai fosse a mesma que no Seridó, de maneira a ocultar as particularidades de cada mundo, mas também vale destacar o fato de que, mediante a narrativa de Zum Felde, Augusto pensa o nativo e o colono como fortes, ousados e ágeis. A vida pastoril teria essa condição – ser uma fôrma, fabricadora de atributos do sujeito. Aparentemente, nada para além desses hábitos surgem. É um pensamento fechado, restrito demais, generalizado. A narrativa continua sem nenhum sinal de mulheres ou outros sujeitos, compondo-se apenas desses símbolos de uma determinada masculinidade (AUGUSTO, 1980).

Desde a primeira definição de Seridó que o autor apresenta, o âmbito da economia em escala de disputa global se faz presente. Essa economia definidora do espaço está sujeita ao grande mal evocado pelo autor: a seca. O sócio do IHGRN não limita suas palavras para construir uma lógica onde o sertão é castigado pela seca, ao mesmo tempo que se torna um universo resistente a esse mundo. Talvez o lema do sertão, aos moldes de Augusto, poderia ser: a resistência enquanto existência:

O maior inimigo dos rebanhos seridoenses é a seca, a estiagem prolongada, que cresta a vegetação e deixa os campos desnudos de qualquer pastagem.

Mas a natureza é sábia e providente, e, do mesmo passo que oferece o mal, que reside na falta de chuvas, apresenta o remédio, que está na existência de alguns vegetais que vivem, a despeito da ausência de precipitações pluviais e que servem de forragem para a criação, quando desaparecem os outros recursos (AUGUSTO, 1980, p. 26).

O sentido que rege a transitoriedade do sertão é dúbia, uma mão-dupla. De um lado, os problemas acoplados pela seca. Do outro, é fornecido, pelo próprio sertão, condições e elementos favoráveis de permanência e vida para o sertanejo, mesmo no caos da aridez. Bem e mal unidos. Difícil não perceber certo caráter maniqueísta na organicidade desse mundo. José Augusto oferece um Seridó misterioso, que maltrata quem o habita, mas traz a cura para os

males. Em ambos sentidos, a natureza é a chave principal. É a natureza que abarca a construção de bem e do mal, no que tange a vida sertaneja.

No restante da obra, Augusto toca em assuntos que ele considerava, certamente, como legitimadores do Seridó. Neste caso, a questão de limites com a Paraíba, as famílias seridoenses e as grandes figuras seridoenses, produzindo um capítulo para cada um desses temas centralizadores. É claro que vários outros elementos ficaram de fora. A produção sobre o Seridó também é feita pelo esquecimento. Mas tratar de outros temas, para além desses, não era a preocupação de Augusto naquele momento. Para tratar de seu interesse, ele se utiliza da história. O sócio do IHGRN dota-se de estratégias historiográficas para o trabalho de legitimação, para criar uma causa e origens históricas. Não é desinteressado, por exemplo, remontar a história das famílias e não ser crítico, além de ainda acrescentar sua própria família no jogo. José Augusto chama atenção para as organizações familiares dos Araújo, os Dantas Correia, Azevedo Maia, Batista, Lopes Galvão, Bezerra de Menezes, Fernandes Pimenta, Pereira Monteiro, Nóbrega e os Medeiros (AUGUSTO, 1980).

José Augusto apresenta as linhagens dessas famílias, a quem atribui o peso de representar conceitualmente as *famílias seridoenses*. Ele categoriza a população. Percebo, portanto, as limitações evidentes dessa definição. Não há um esforço inclusivo por parte do autor. Quem são essas famílias descritas?

José Augusto traz características do passado português em cada uma delas, o elemento religioso, a figura predominante do homem, o caráter desbravador dos sujeitos para com os sertões, fazendeiros e representantes das famílias que deram origem aos atuais municípios do Seridó potiguar. A mulher, quando aparece, fica na posição de reprodutora, se deixou prole ou não. O negro e o indígena também não constituem famílias, nos moldes da historiografia de Augusto. Há uma ocultação dessas pessoas. Elas ficam de fora da história.

O sertão de Augusto é exclusivo para alguns. O que me leva a considerar que a obra não é exatamente sobre as famílias seridoenses como um todo, mas sim sobre algumas poucas organizações familiares, que tiveram a oportunidade de chegar no âmbito político-administrativo, que obtiveram riquezas abundantes, que puderam, então, chamar atenção do José Augusto pesquisador. Após esse trabalho descritivo, o capítulo acaba sem nenhum comentário a mais, sobre mais ninguém. O conceito de família seridoense, em José Augusto, propõe uma margem consideravelmente ínfima, de maneira a enaltecer poucos e esquecer tantos outros e outras que ficaram de fora.

Adiante, José Augusto segue construindo, tijolo por tijolo, uma história-memória do Seridó. Ele elabora um quadro das *grandes figuras seridoenses*, título do quarto capítulo. Essas

grandes figuras, cujo adjetivo remete a uma ideia de prioridade, são invariavelmente os chefes políticos locais. Esses homens são coronéis, letrados, autoridades em dado espaço e políticos em sua totalidade.

O coronel, figura clássica da história do Brasil, foi recuado discursivamente aos sertões, sobremaneira aos sertões nordestinos. Atualmente, a região meridional do país é dificilmente vinculada com essa personagem da política local. O que é intrigante, porque essa personagem é indissociável em termos historiográficos das regiões sul e sudeste, além de sua presença nas mais variadas partes do Brasil ao longo da Primeira República, permanecendo até hoje, seja enquanto sujeito ou na constituição de determinadas práticas. A questão toda é: o coronel está presente nos sertões, e em Jose Augusto não é diferente. Vale comentar que o autor faz uma defesa dessa personagem, até porque ele estava envolto politicamente dessas figuras nos espaços que ele habitava.

José Augusto vai preencher o quadro das grandes figuras abordando José Bernardo, Amaro Cavalcanti, Manoel Dantas. Uma tríade de homens que representariam o Seridó no âmbito político e intelectual. Para tal, Augusto começa com José Bernardo e inicia uma desconstrução da visão autoritária do coronel. O coronel aparece como alguém sem pecados, na maioria das vezes (AUGUSTO, 1980). O que existe, nos termos do autor, são uns ou outros que acabam sujando a imagem dessa figura:

Há, na história política do nordeste, uma página de justiça a traçar; é aquela a que tem direito os chamado chefes políticos municipais ou locais, os *coronéis*, tão cruel e pejorativamente julgados por muito de quantos se ocuparam até agora do exame ou crítica dos nossos costumes político-partidários (AUGUSTO, 1980, p. 117).

A tópica da justiça aparece no sentido de dizer a verdade, de não fugir dos preceitos da boa narrativa, de não falsear. A história política, para José Augusto, deve contar as coisas como elas realmente são, de maneira a salientar, portanto, o caráter maléfico de uns e o caráter benéfico de outros, no que tange a figura do coronel. Trata-se de contar a verdade, no sentido posto por José Augusto. Sobre aqueles que não merecem destaque na história, fica apenas um comentário a respeito do comportamento truculento:

Certamente entre eles houve gente da pior espécie, exploradores das posições, em que eram mantidos por longos anos pelo bafejo e prestígio do apoio oficial, pela força que lhes davam governos desabusados, dirigindo os municípios que tomavam sob sua guarda e chefia pelos mais condenáveis processos, muitas vezes violentos, outros tantos desonestos (AUGUSTO, 1980, p. 117).

No entanto, estes seriam apenas mencionados pela péssima ação. Na história do Seridó, eles são poucos, com atitudes fugidias, que escapam à memória, não são relacionados com aquilo que é essencial para história do sertão do Seridó: o exemplo. Sobre os coronéis de má índole, Augusto comenta: “Mas a influência de tais guias e condutores era efêmera, passageira, fugaz, desaparecendo e sumindo-se tão pronto cessava o suporte governamental que lhes assegurava a permanência e garantia o predomínio nefasto” (AUGUSTO, 1980, p. 117). Não detinham a legitimidade do povo, dos dominados. Politicamente, isso é consequência de péssimas estratégias no jogo político. Socialmente, não é digno de contar tal história. Para José Augusto, muito mais proveitoso e simbólico é falar o que é justo desses coronéis, em seus termos:

Na generalidade, porém, o chefe político local era uma individualidade que se destacava por qualidades superiores, dedicando-se de corpo e alma ao interesse público, defendendo-o, por todos os modos e meios, surgindo nas horas difíceis e arriscadas para conciliar elementos desavindos, resolver situações complicadas, arcar com os ônus e despesas das eleições, em uma palavra, força indispensável de equilíbrio da sociedade, carecida de direção e orientação.

Tais chefes não se improvisavam e independiam da vontade dos governos, mantendo-se em virtude de prestígio que lhes adivinha, espontâneo e sólido, dá irreprimível confiança popular (AUGUSTO, 1980, p. 117).

O que caracteriza esse tipo de personagem é a sua inclinação para o outro. Ele perde qualquer interesse em si mesmo. Um homem que vive para o bem-comum e pela prosperidade: “Eram verdadeiras autoridades sociais postas à frente de todos os movimentos, em face de qualidades excepcionais, notadamente qualidades de caráter, e uma contínua preocupação pelo bem público” (AUGUSTO, 1980, p. 118). Nas palavras de Augusto, há uma ligação direta do interesse do coronel com o bem-estar público. Será mesmo? A construção discursivo-imagética de Augusto é bem discreta em relação a esta personagem porque na hora da crítica, não há citação de nomes, não há exemplos. Existe apenas a descrição de alguém sem nome e rosto. Para o bom coronel, há citação, nome, história e várias páginas descrevendo-o.

A obra deixa de ser uma defesa do Seridó e passa a ser uma defesa da personagem do coronel, do chefe político. Ou, numa interpretação possível, o Seridó também se constituiria sendo o espaço do bom coronel? Essa figura é importante para a história do sertão no pensamento de Augusto, haja vista sua função de criador das redes da sociedade, como alguém que estabelece comunicação e conexão nos meandros sociais: “Os coronéis existiram porque tinham eminente função social a desempenhar, e da sua ação, na generalidade dos casos, o que a justiça manda proclamar é que foi benéfica, altruística, necessária, imprescindível mesmo” (AUGUSTO, 1980, p. 118). Os sertões do Seridó sem os coronéis não fazem sentido. Esse é o ponto. A figura do coronel assimila tramas sociais que condizem com o processo de constituição

do universo seridoense. O processo histórico acontece arrolado a essas histórias de vida. Em dada medida, a história do Seridó realiza-se baseada nas histórias de dois ou três sujeitos. De todo modo, equilibrando-se sobre essa personagem, José Augusto promove uma entrada para falar de José Bernardo de Medeiros. Através dessa figura, ele se conecta, ademais, com Juvenal Lamartine, seu primo. Portanto, vale ressaltar que a história das grandes figuras acontece em José Augusto a partir de uma atitude defensiva:

O seridoense José Bernardo de Medeiros pertenceu ao número desses coronéis, desses chefes locais que não se improvisam, antes são arrastados no turbilhão das lutas políticas, e conduzidos aos postos de comando (na hipótese, verdadeiro posto de sacrifício), em face de um conjunto de excepcionais dotes de espírito, coração e caráter que os tornam guias espontâneos, condutores necessários, cuja autoridade todos acatam e ninguém discute (AUGUSTO, 1980, p. 118).

A escrita dessa história toma como ponto de partida uma defesa. Ou seja, há um certo perigo em narrar tal tipo de história. Há olhares que podem colocar em questão essa narrativa. Sendo assim, noto uma tênue rachadura na memória que Augusto se esforça em construir. E ele, o autor, tenta ocultar o problema falando em justiça, trazendo para si certa postura de defensor de causas nobres, como, por exemplo, revelar uma ideia de verdade ou a fidelidade dos fatos em relação aos sujeitos que habitam o sertão.

Na biografia, que constitui o quarto capítulo da obra *Seridó*, Augusto traz as personagens como desinteressadas naquilo que elas fazem. Ora, são pessoas altruístas, cristãs, que pensam no outro, que estão agindo com base na preocupação com o bem público. Alguém poderia argumentar dizendo que está dado, portanto, um caso de ato desinteressado. Eu poderia dizer que, mesmo que José Bernardo e demais chefes políticos de fato agissem pura e simplesmente assim, esses seriam os melhores casos para se falar em interesse privado. Ora, a construção imagética e/ou simbólica de um sujeito traz ganhos evidentes. Que não são financeiros, mas podem ser, como é este o caso, ganhos sociais (BOURDIEU, 2001). Um lucro de cunho social, onde também há um quê de ego nisso tudo. O historiador Peter Gay, numa ótica psicanalítica, comenta o altruísmo como uma faceta envergonhada do interesse privado: “Altruísmo ou masoquismo, embora pareçam contrariar o interesse privado, são na verdade exemplos disfarçados dele” (GAY, 1989, p. 94).

Fazer a defesa de quem está aparelhado ao poder, como no caso de José Bernardo e todas essas outras figuras, faz o historiógrafo caminhar em um piso escorregadio e perigoso, que é tentar defender sujeitos em situações não-defensáveis. Fala-se bem do sujeito, mas muitas práticas não adentram nessa escrita; elas são ocultadas, silenciadas, ignoradas em prol de uma limpeza imagética e simbólica do objeto. O texto não suporta toda a vida daquele sujeito.

Augusto remete apenas os atos possíveis. Organiza um discurso capaz de manifestar sentido, pelo menos o mundo político. Mas a história, na experiência de Augusto, é justamente isso: o mundo político. É um ponto incontornável. Sua formação é de início do século XX. Conceitos como *nação, pátria, família, progresso* estão em alta. São categorias organizadoras de narrativas historiográficas (GOMES, 2009). E outra porta de entrada na construção historiográfica é falar do individual. Eis o caso de Augusto e sua historiografia, aliás, um pensar que ele aprende em diferentes espaços sociais, como é o caso do IHGB e do IHGRN. De todo modo, a grande questão é a consagração elogiosa que o autor faz. Essa postura precisa ser criticada. O historiador que enaltece e vangloria determinada pessoa (e apenas isso) é, pode-se dizer, o avesso de um historiador crítico.

A história biográfica de Augusto segue um caráter teleológico. De maneira a fazer crer que um sujeito está direcionado para certo ponto desde tempos de outrora. Abordando a figura de José Bernardo, o autor elabora um quadro onde tudo se encaminha para o sertanejo ser um chefe político. José Bernardo nasce na Vila do Príncipe em 1837; estuda francês e latim, consagrando-se no mundo das letras. E Augusto traz para o texto elementos que configuram o caráter da personagem, apresentando ao leitor as considerações de “excepcionais dons de inteligência” na infância do biografado (AUGUSTO, 1980, p. 118). Devido a carreira no âmbito público e jurídico, é inegável que José Bernardo de fato teve muita experiência. De acordo com Augusto, este sertanejo passou pelos cargos de subdelegado, vereador, presidente da câmara, suplente de juiz, coletor provincial, deputado provincial e foi também tenente-coronel na Guarda Nacional (AUGUSTO, 1980). No entanto, partindo da premissa de que Bernardo alça todos esses cargos, pode-se estruturar sua vida em uma linha teleológica? Por que não pensar, por exemplo, na hipótese de ele nascer em uma sociedade desigual, mas ter acesso aos estudos, apoio político-familiar – afinal, se casou com uma parente do Senador Padre Francisco de Brito Guerra - portanto, adentrando de alguma maneira na elite social da época? Isso, sim, permite entender sua ascensão a vários cargos e também assumir certo protagonismo político. Soma-se a isto, à estrutura linear da vida narrada, a imagem de desinteresse do biografado:

Realmente, José Bernardo foi durante toda a sua vida esse homem que a nada se poupou a fim de servir à causa do seu partido, um desprendido e desinteressado, preocupado exclusivamente com o bem de sua terra e a paz do seu povo, na defesa de cujos interesses se colocou sempre com a maior altivez e hombridade (AUGUSTO, 1980, p. 134).

A limpeza imagética que o autor realiza modula sua própria forma de história. É uma história que traz de volta o estatuto de autoridade máxima dos sujeitos. A narrativa revive a presença dessas personagens. É uma historiografia em guarda contra as críticas e olhares tortos, nos termos de Augusto. O autor faz uma história em defesa dos sujeitos, erguendo muros e

barreiras contra possíveis ataques, não apenas aos biografados em questão, mas em prol da própria figura do coronel, de forma categórica e geral.

Adiante, o segue produzindo a história com base no ídolo do individual, ou seja, a partir da história particular de cada homem. Após tratar da importância de José Bernardo nas disputas partidárias, como ele atuou de maneira estruturante na vida política da província e depois no Estado, passando pela trajetória no cargo de Senador, Augusto segue comentando a história seridoense mediante Amaro Cavalcanti e Manoel Dantas. Contudo, não é meu objetivo esmiuçar, descrever e problematizar ponto a ponto toda a narrativa. O que me interessa são os movimentos feitos no interior da obra e quais aspectos historiográficos giram em torno da noção de sertão. Sendo assim, finalizo esta análise discutindo o quinto capítulo da obra, que considero ser fulcral na consideração que José Augusto tem sobre o sertão. Todavia, não somente Augusto, mas também todo um pensar intelectual que reside no interior da rede de sociabilidade do IHGRN. Os homens que coabitam neste espaço intelectual compartilham de uma compreensão sobre o letramento. Esse elemento torna-se um elemento histórico, de maneira a ser projetado no sentido de causa, de justificativa para tantas outras narrativas a respeito da origem de uma comunidade. A literatura, os estudos, a ciência, a intelectualidade, entre tantos outros termos que eu poderia citar, arrolam-se numa família de referenciais que emanam significado e correspondência simbólica entre pessoas de uma mesma teia social. Uma comunidade imaginada necessita de dispositivos que promovam justamente uma ligação entre as pessoas de um mesmo espaço. Mesmo com todas as críticas dirigidas a este conceito, entendo que ele não perde sua qualidade no momento de trazer compreensão no que tange à construção de tramas sociais e memórias socialmente legitimadas por uma rede específica.

O conceito *comunidade imaginada* pode ser tomado como um dispositivo totalizador de experiências, porque ele aglutina algumas particularidades em direção à construção do todo. Dado esse segmento, cria-se uma homogeneização das experiências, inclusive as temporalidades. Portanto, perceber que essa ideia de ordem imaginada é forjada por poucos se torna essencial neste ponto. Afinal, por mais que seja uma crítica bem colocada ao conceito, por outro lado, encaixa-se bem no caso analisado. O sertão do Seridó, erguido nas linhas de José Augusto, é um sertão erguido por ele, especificamente, e por outros poucos autores. Eis uma comunidade imaginada e reconhecida por seus imaginadores. Provavelmente, reconhecida só entre eles.

Minha hipótese neste ponto é que homens como José Augusto tem como ponto de partida a cadeira de latim criada na primeira metade do século XIX na Vila do Príncipe para a constituição de uma ideia de soberania regional. O quinto capítulo da obra abarca tal ponto, formulado em curto artigo que também está publicado na RIHGRN (AUGUSTO, 1941). Os

textos são iguais, salvo algumas poucas notas de rodapé que ampliam os questionamentos e curiosidades do autor. Augusto canaliza esforços para construir essa pesquisa, que é igualmente uma espécie de empreendimento histórico para construir a memória seridoense. Nesta tarefa, o trabalho do sócio vai ao encontro da vida e trabalho do Senador Padre Brito Guerra. Esta personagem é uma engrenagem muito sólida no que diz respeito às causas e origens que Augusto articula para a história do Seridó. Entendo que para este sócio, o Senador tem uma importante função não apenas como alguém que movimenta e redefine o Seridó no âmbito do poder, mas também se ergue o um Padre Brito Guerra numa perspectiva de sertanejo que coloca o Seridó à sua sombra, portanto, uma região sob o manto do letramento, da religião, do poder e da comunidade sertaneja. Brito Guerra, em José Augusto, é causa e motivo de movimento, ao mesmo tempo.

O artigo publicado na RIHGRN torna-se capítulo de livro, contribuindo decisivamente na composição da obra, junto a outros textos analisados neste texto. O título - *Seridó* - ganha significado direto a partir do conteúdo desses textos, que elaboram discursiva e imagetivamente o caráter da região, seja enquanto história, seja enquanto memória. Nos primeiros trechos da narrativa, a cadeira de latim formula-se como um momento de consagração da identidade sertaneja seridoense:

Um dos fatores ponderáveis no desenvolvimento intelectual da sociedade seridoense foi a cadeira de gramática latina que a iniciativa privada criou ainda no período colonial e que os poderes públicos nacionais, a começar de 1836, e por muitos anos, mantiveram ministrando a mocidade sertaneja, ali localizada, rudimentos de cultura clássica, naquela época, e (por que não dizê-lo?) ainda agora, imprescindível às camadas da elite nas coletividades humanas progressistas (AUGUSTO, 1941, p. 37).

Este trabalho de Augusto reivindica uma autoridade intelectual para a região seridoense. A escrita da história de José Augusto permite-me entender uma espécie de forma historiográfica, cuja excentricidade repousa sobre o símbolo da cadeira de latim. Tal elemento carrega junto a si tantas outras referências. O Senador Brito Guerra é mais uma delas. Ele torna-se protagonista do Seridó oitocentista da mesma maneira como a intelectualidade, como um todo. De acordo com José Augusto, a cadeira de Latim é seu projeto e, portanto, isso merece créditos e reverência. Afinal, reside no fato da presença dos estudos, das letras, de uma certa composição intelectual no interior do sertão, a possibilidade do desenvolvimento desta ou daquela região.

O padre Brito Guerra, deputado pelo Rio Grande do Norte, justificando, no Parlamento Nacional, na sessão de 30 de junho de 1832, o projeto de resolução de sua autoria, afirmava que na Villa Nova do Príncipe, “até certo tempo houve um mestre que pelo espaço de 30 anos ensinou a matéria gratuitamente e cuja idade não lhe permitiu continuar neste exercido” (AUGUSTO, 1941, p. 37).

A pesquisa nasce, portanto, da fala do padre Guerra. Sua presença é certa, inexorável às narrativas dos seridoenses que fazem parte do sodalício, do IHGRN. Brito Guerra aparece no texto já submerso em seu habitat histórico: o parlamento, logo, o espaço político, o espaço da disputa e dos acordos, espaço masculino, sobremaneira. Perceba como tudo se une na escrita: âmbito político (o trabalho no parlamento) e o âmbito intelectual (interesse numa cadeira de latim, cujo estudo já era oferecido por homens daquela região, pelo menos como está registrado na fonte). Assim, a personagem que se apresenta como a cara do Seridó, nas primeiras décadas do oitocentos seridoense, tem uma imagem caracterizada pela união de dois polos, que se confundem e atribuem significado ao processo e/ou movimento histórico que o autor constrói.

O texto também suscita um problema para o autor, que ele acaba desenvolvendo numa nota de rodapé: a prática da ação professoral de maneira gratuita era exercida no mundo sertanejo, antes mesmo de se pensar no incentivo do poder do Estado. Quem era a pessoa que empregava essa prática? Quem era esse sujeito sem nome? No texto publicado na obra *Seridó*, José Augusto assinala tal questionamento: “Quem teria sido este professor de Latim que durante trinta anos ensinou gratuitamente a matéria na Vila Nova do Príncipe?” (AUGUSTO, 1980, p. 157-158). O sertão do Seridó dá seu sinal de positividade constantemente. Mas, como assinalei, ele é paradoxal e repleto de contradições internas. Em Augusto, os choques e conflitos na ordem desse mundo aparecem repentinamente. Para a pergunta colocada como gatilho da narrativa, o autor responde logo em seguida, evidenciando um documento encontrado na Secretaria da Prefeitura de Caicó, onde reside a suposta resposta: o Pe. Joaquim Alvares da Costa, apresentando-se como “Ex-Professor de Latinidade”, resolve deixar o trabalho professoral porque:

Os despotismos, arbitrariedades, e assassínios, que se tem praticado nesta vila, e por conseguinte a falta de segurança individual, filha da impunidade, tem chegado a tal ponto, que, ameaçada a minha vida, vejo-me na rigorosa necessidade de deixar o magistério, para não ser forçado a usar das vias de fato, que detesto e detestarei.

Queiram VV. SS. aceitar desde já a minha demissão. Deus guarde a VV. SS. e famílias como é mister.

Vila do Príncipe, 10 de agosto de 1835 (AUGUSTO, 1980, p. 158).

A violência atingiu o ambiente do professor de latim. O ofício do magistério não está livre de ameaças há bastante tempo. A figura do professor enfrenta forças violentas da sociedade em tempos bem recuados. Aparentemente, o passado não é tão bom como se costuma reivindicar. Mesmo numa história que tenta legitimar o passado da região, o professor não consegue se desamarrar dessas situações conflitantes. O que resta é a desistência, a fuga, o recuo. As letras não possuem defesa do poder governamental, da administração pública. Pelo o que se percebe, a fala de Brito Guerra no Parlamento tem início neste ponto trágico: o fracasso da sociedade para com o ofício do professor, a sua estabilidade e paz de espírito.

Claro que me coloco em situação de dúvida diante desta fonte. Quer dizer, pergunto-me se realmente alguém passaria trinta anos realizando aulas gratuitamente. Questiono-me sobre estranhar duas narrativas que não se encontram, de certa maneira: o Senador Guerra entende que o professor deixa o magistério devido a idade avançada. Porém, no documento que Augusto reproduz no rodapé, o que há são motivos de desarmonia, violência etc., que o próprio professor escreve.

Seja como for, há um elemento para ser destacado nesta passagem, que é a figura de outro padre na região sertaneja. O senador Guerra – um padre -, fazendo referência a outro padre. Assim como José Augusto também começa a narrativa a partir desse encontro de ofício, de formação dos dois sujeitos. Ou seja, o elemento religioso tangenciando o discurso do sertão e os primeiros passos para o conceito de Seridó na historiografia de Augusto.

O discurso toma seu caminho aos motivos para a existência dos estudos de latim no interior. A cadeira de latim e sua instalação no sertão se justificava pela inclinação do sertanejo seridoense pelos estudos. De acordo com Augusto: “é preciso considerar (e aí se encontrará a explicação satisfatória do fato) que os povoadores iniciais do Seridó, as primeiras famílias que ali se instalaram e fixaram, tinham origem mais ou menos ilustre, descendiam de elementos distinguidos da elite social do Pernambuco” (AUGUSTO, 1941, p. 38). Ou seja, neste ponto está se falando dos descendentes de uma elite. A fala de Augusto é direcionada a um estrato específico das camadas sociais, quer dizer, a uma população no meio de tantas outras. Augusto aborda o grupo que tem acesso ao letramento, seja naquele momento de início do Oitocentos ou até antes.

Ele faz referência às famílias. É uma condicionante nesse tipo de escrita. Tal organização humana é central na historiografia do autor, porque não se escreve a história do Seridó sem esse elemento, da mesma maneira que não se escreve a história das grandes figuras, isto é, a história do indivíduo sem citar seus familiares, aqueles mais próximos que formam os laços sociais e afetivos. A família, que na maioria dos casos não se desprende da figura masculina, é o fator que organiza o discurso sobre as forças políticas de determinada região. Elas são centrais, tratando-se do autor em questão, na descrição do jogo de poder, na construção simbólica da população e mesmo de um determinado universo social, como é o caso do Seridó. É na família que José Augusto relaciona a ideia de intelectualidade. A ilustração se encontra dentro desse cosmos, não fora. E a cadeira de latim tornava-se um ponto de encontro na história até “naturalizado” quando se trata do destino dessas famílias, nos termos da fonte (AUGUSTO, 1941, p. 38). De acordo com José Augusto: “natural era assim que, dedicados embora, por necessidades de ordem econômica, ao áspero trabalho do pastoreio, tivessem o cuidado de dar aos seus filhos instrução e cultura compatíveis com a sua condição e a linhagem a que

pertenciam” (AUGUSTO, 1941, p. 38). A cadeira de latim significa a civilização. É o progresso materializado nas relações humanas. Ele é um totem na historiografia de José Augusto.

O autor segue relatando o trâmite da proposta do Senador Brito Guerra e como ela foi questionada por outros parlamentares, desde o salário que o professor daquela cadeira iria receber até questões mais gerais sobre a instrução pública. A proposta do padre era de uma remuneração do professor na faixa de “um vencimento anual de 300\$000” (AUGUSTO, 1941, p. 38). Homens como Soares da Rocha se colocaram contra, sobretudo com o salário de professores para aquela região. De acordo com a fonte: “sua opinião era que ‘com charlatães não se devia gastar nem 10 réis’” (AUGUSTO, 1941, p. 40). Pelo o que se percebe, os professores não sofrem apenas com o ambiente de violência e ameaças, mas a ideia de que a educação é uma despesa. Aparentemente, uma ideia que circula há bastante tempo.

A fala de Soares da Rocha e de outros impugnadores, como Holanda Cavalcanti, aparecem para montar um quadro onde as propostas do padre Brito Guerra são embatidas. Ou seja, a presença sertaneja em um meio de conflitos, de disputa e aguerrimento intelectual. Não é sem propósito que tal contexto de enfrentamento, de posições contrárias frente ao projeto, que a narrativa segue para o sucesso e a vitória de Brito Guerra.

É tudo bem arquitetado por José Augusto onde na narrativa tudo leva para a vitória sobretudo simbólica do senador sertanejo. No texto, encontro a defesa do sertanejo, que assim como em Augusto, o padre Brito Guerra já referendava em tempos de atuação no parlamento. O sócio do IHGRN remete à fala do senador ao lembrar que o “Conselho da Província já propusera em tempo a criação dessa cadeira e que ‘os habitantes do sertão tinham tanto direito quanto os mais cidadãos brasileiros para verem os seus filhos instruídos’” (AUGUSTO, 1941, p. 41). Trata-se de uma defesa, de uma história movida pelo enfrentamento. Seja contra a natureza, mas, nesse caso, uma luta mormente intelectual, de maneira a salientar que o sertanejo se apresenta na peleja das ideias, na arenga do âmbito político. É um recurso simbólico com pretensões de legitimidade social (BOURDIEU, 1996). Uma estratégia de convencimento pela via historiográfica. A trama é tecida pela postura do homem sertanejo. Em termos de representações, assim como ele é resistente às dores do sertão, também não se curva aos interesses dos homens de outras regiões, dos pares que circulam no mesmo espaço social.

A cadeira torna-se sustentáculo explicativo da vida social do Seridó. No entanto, mais uma vez, a definição de Seridó fica muito restrita, limitada às camadas abastadas de uma população específica da sociedade. José Augusto, por sua vez, acredita num embasamento intelectual dessa região, sobretudo onde hoje é Caicó, em razão da instalação da cadeira. Como se vê na RIHGRN:

Quando se quiser apreciar com segurança e verdade o acervo de serviços que a cadeira de latim, criada legislativamente pelo padre Guerra, prestou à vida mental dos seridoenses, chegar-se-á, sem exagero, à conclusão de que foi ela um dos fatores apreciáveis na determinação da evidente, real, e muitas vezes decisiva influência que os homens do Seridó tiveram sempre na direção da vida potiguar (AUGUSTO, 1941, p. 44).

A cadeira de latim torna-se um fato social legitimador de um passado; de um grupo de pessoas, a elite, por assim dizer; de um lugar social, pois ela tem sua finalidade na formação de homens que vão se dedicar à escrita da história e em direção à formação em Ciências Sociais e Jurídicas; além de legitimar, também, um universo: o Seridó. Nesse jogo de representações, considero que o sertão se torna emancipado intelectualmente. Augusto pinta um quadro onde o intelectual lidera os demais povos (esses nem sequer aparecem na narrativa). No Seridó de José Augusto aparenta existir apenas alguns homens ricos, políticos, letrados que se dedicam à ampliação do progresso naquele mundo. A cadeira de latim é um mecanismo que reproduz esse fenômeno, social e historicamente. De acordo com Augusto, esse estudo forneceu “aos moços que a procuravam um esboço de cultura geral, indispensável a toda e qualquer camada dirigente, preparou por várias décadas uma elite digna da terra norte-rio-grandense, que por ela foi sempre servida nos postos de direção, em vários períodos de sua história” (AUGUSTO, 1941, p. 44). A cadeira de latim reforça a representação de que as grandes figuras tinham uma disposição, um pendor, uma certa inclinação aos cargos públicos, quer dizer, aos lugares de poder por causa de certa lógica teleológica. Ela é ponto de partida. Essa cadeira é uma catapulta para a história que Augusto elabora em sua narrativa. Como ele mesmo profere:

Graças ao germen de cultura que foram haurir na aula de latim da Villa Nova do Príncipe, e ao gosto pelo estudo e pelas letras, que ela lhes despertou, dois seridoenses paupérrimos, e de família modesta, embora digníssima, puderam chegar às culminâncias da incondicional admiração e respeito dos seus conterrâneos; os irmãos padre João Maria, o mais puro e santo dos riograndenses, e Amaro Cavalcanti, insigne juriconsulto, o maior dos intelectuais potiguares (AUGUSTO, 1941, p. 44).

Destarte, o que tenho em mente é justamente a alocação da cadeira de latim como elemento norteador histórico, social e ético da historiografia de José Augusto. Este sócio do IHGRN trabalha uma temporalidade linear que atravessa boa parte do oitocentos, de modo a tratar da vida do senador Brito Guerra, culminar na história de Cavalcanti além de tecer considerações sobre a rede intelectual da elite seridoense. A protagonista - a cadeira de latim - é configuradora da elite sertaneja. José Augusto é porta-voz de uma história, assim como é obreiro de uma memória intelectual. Ele relembra alguns poucos homens, e esquece de tantos outros nomes. Faz esquecer. Deixa de lado tantas outras histórias em detrimento de três sujeitos em específico. A população, conceito que Augusto usa para falar da sociedade

seridoense como um todo, aparece atrás de dados, de números demográficos que visam dar uma extensão apenas quantitativa dessas pessoas. Nas palavras de Augusto: “os seridoenses são muito prolíferos. O comum é o casal de 10 a 12 filhos, e não são raros os que atingem a 15, 20 e até mais. A população do Seridó por isso aumenta, senão vertiginosa, pelo menos apreciavelmente de decênio a decênio” (AUGUSTO, 1980, p. 17). O fato é: o Seridó tem nomes. São pessoas provindas da elite, quando se trata da historiografia de José Augusto, ou seja, da escrita da história da própria elite. Falam de si mesmos. Inscrevem sua história, a bel-prazer, como história do Seridó. Os feitos políticos, as práticas, as riquezas econômicas, os nomes de amigos e familiares, adentram na escrita como marcos da história daquele universo, muito mais complexo do que se faz pensar a historiografia publicada por esse sócio e pela rede do IHGRN.

A cadeira de latim é parte da história da elite intelectual, e por isso adentra na história de José Augusto. Ela traz uma razão histórica, política social e também temporal: demarca um projeto de poder seridoense que reproduz sobremaneira o poder da elite. Esta pautada em marcos temporais. Augusto considera: “A cadeira de gramática latina da Villa do Príncipe, a que por fim, e por ato legislativo, se anexou também o estudo do francês, foi extinta com a proclamação da República” (AUGUSTO, 1941, p. 44). O Oitocentos seridoense, ao se tratar da historiografia do sócio, pauta-se por este elemento intelectual. Elemento que sempre volta para referenciar raízes, causas, origens de uma elite. Tudo isso é mostrado como naturalizado através da fonte. Quando, na verdade, são dispositivos construídos historiograficamente, que podem ser explicados por vias sociais e políticas, como foi este o caso. A cadeira de gramática latina é uma produção simbólica que, no conjunto da obra *Seridó*, ganha a forma de amálgama, unindo política, cultura, classe, história e memória. Ela demarca um passado comum que visa plantar a continuidade temporal do *ethos* intelectual entre os homens seridoenses (GOMES, 2009).

José Augusto se inscreve na história. Assim como os demais chefes políticos, ele julga a historicidade seridoense como redentora desses nomes, considerados importantes. Os outros são o atraso. Não vale a pena constatar outros povos e pessoas. Os intelectuais e participantes do jogo governamental são os nomes que levam a história. Portanto, o sertão como espaço político, como objeto para se depositar os próprios interesses. Eis o mundo sertanejo como expressão da vontade particular. A obra *Seridó* manifesta uma determinada inscrição social. Há ali naquela escrita da história um conjunto de narrativas que erguem o sertão, mas é um sertão aprisionado a alguns homens, preso também à seca. O Seridó está acorrentado ao tempo e ao espaço. Eles parecem não mudar. O progresso que é chave de mudança, já está presente no espaço que José Augusto descreve, assim como a elite intelectual já se encontrava ali. Precisou apenas da legitimidade do governo para a criação de uma cadeira de latim, só que de maneira

oficial. Não há o que se descobrir nesse mundo do sócio. Tudo está aparentemente dado. Augusto utiliza de sua subjetividade, sua visão de mundo e opiniões sobre os colegas como material da construção historiográfica do sertão. Isso é uma forma de erguer uma visão de mundo, de erguer certo conhecimento com base na exclusão e limitações de perspectivas. Esse mesmo sertão clama por outras vozes. Há gritos silenciados. Existem outras pessoas querendo falar. Talvez o que falte são historiadores se colocarem na posição de escuta. Essas falas deixadas de lado são importantes contribuições para uma história mais democrática. Por fim, afirmo a necessidade de o historiador criticar produções como esta, no sentido de mostrar que textos assim são apenas uma faceta de várias outras possíveis, no que diz respeito à história do sertão e do Seridó, em particular. O sertão precisa de epistemologias emancipatórias. Se não vierem à tona, narrativas à moda da historiografia de José Augusto podem se conservar na memória e na escrita do historiador.

3.3 José Augusto e Meira e Sá: políticos e progresso

Nas próximas páginas desenvolvo reflexões sobre os estratos do tempo conservados nos discursos dos sócios do IHGRN. Entre eles, dois nomes são inevitáveis: José Augusto e Francisco de Salles Meira e Sá. A teoria dos estratos pode ajudar a pensar a historicidade, experiência e viver históricos do sujeito e do espaço que ele frequenta. Alinhando-se a proposta de Koselleck, “quando falarmos em estratos do tempo, sempre estaremos nos referindo também a vestígios da experiência” (KOSELLECK, 2014, p. 20). Essa análise temporal pressupõe metáforas espaciais para lidar com a multiplicidade e compreensão do tempo histórico (KOSELLECK, 2014). A ideia de estratos do tempo visa auxiliar o historiador, dando segmento a visualizar e comparar mudanças, permanências, acelerações e reconfigurações das temporalidades, do tempo como ele se faz presente nas referências historiográficas. É o caso da fonte que aqui analiso, a produção do IHGRN. Das reflexões de Koselleck, eu extraio a sua contribuição para pensar justamente o compartilhamento discursivo em um espaço social e mormente na escrita da história potiguar.

Na RIHGRN, José Augusto trata em um texto a história de vida do magistrado e político pelo RN, Francisco de Salles Meira e Sá. O artigo data, através dos anos correspondentes ao volume da revista, entre 1962 a 1963, mas publicado no periódico apenas em 1965. Augusto descreve sua relação com Meira e Sá e as virtudes do homem público que colaborou para o desenvolvimento do Estado, atuando como senador de 1907 a 1910.

Conheci muito de perto Meira e Sá. Com ele convivi por mais de 20 anos. Nunca encontrei um ser humano mais perfeito do ponto de vista moral. Sua vida no lar e na sociedade era modelar. Esposo amantíssimo, pai desveladíssimo, amigo fidelíssimo, quem dele se aproximava sentia desde logo que estava diante de um ser excepcional (AUGUSTO, 1965, p. 34).

Prosseguindo, o autor embasa a importância de Meira e Sá no mundo da política mediante os esforços prestados para ajudar o sertão nordestino, que tinha como significado o interior sofrido pela seca. Por mais que Meira e Sá não tivesse nascido no Rio Grande [do Norte], ele era sertanejo paraibano. Esta consideração, a qual Augusto faz questão de registrar, acaba saindo como pontapé na apresentação dos serviços, considerado dignos, prestados por Meira e Sá aos sertões potiguares e nordestinos (AUGUSTO, 1965). José Augusto constata:

Cabe acentuar que Meira e Sá na alta casa do Congresso Nacional não se limitou a examinar e discutir problemas de direito (...). Também os problemas econômicos, sobretudo os condizentes com o progresso da região nordestina, de que era filho e autêntico representante, mereceram o seu estudo e os seus cuidados (AUGUSTO, 1965, p. 37).

Após uma revisão nas representações dos sertões como parte do todo nacional, rapidamente surge o incômodo de que o espaço do sertanejo é alvo da intervenção de uma força maior. Porque, como faz pensar o excerto acima, o progresso e a região nordestina são signos pensados em diferentes distâncias, isto é, ora distantes, ora próximos. Mas as grandes narrativas vão pintar um universo sertanejo que carece de algo: de modernidade, de uma forte economia. José Augusto e Meira e Sá vão concordar. Compartilhando dos mesmos espaços sociais, na política e na esfera intelectual do IHGRN, eles eram sertanejos e homens do jogo político, frequentadores da dimensão pública, ambos rumam em direção ao seguinte ponto: os sertões do norte precisavam de comunicação, primazia comercial para o progresso da região. Logo, na biografia redigida, Augusto lembrou a respeito de um projeto simbólico na trajetória do paraibano:

Quero referir-me aqui, e de modo muito particular, ao problema de construção de uma estrada de ferro que deveria ligar o porto de Mossoró no Rio Grande do Norte ao rio São Francisco em Pernambuco, problema a que consagrou grande parte de sua atividade legislativa, e de cuja solução, ao seu ver, adviriam as maiores vantagens ao progresso da região a percorrer pela projetada estrada (AUGUSTO, 1965, p. 37).

Dando vida aos trabalhos do político potiguar, Augusto traz palavras do próprio biografado, partindo da obra de Meira e Sá intitulada *Ecos do Sertão*, dedicada a tratar o projeto de ligar Mossoró ao Rio São Francisco mediante ferrovias (MEIRA E SÁ, 1912). José

Augusto não diz que está retirando as citações deste documento. De todo modo, para fins de esquadramento, eu vou citar diretamente da fonte – a obra de Meira e Sá publicada em 1912.

Neste momento, para apresentar a ideia de trabalho político e intelectual do sócio falecido, José Augusto retorna à obra do próprio autor. Sendo assim, faz-se necessário apontar um intervalo de mais de cinquenta anos entre os textos. Augusto não é crítico. Pelo contrário, reforça uma ideia praticamente concebida como indispensável. Ele não se preocupa em enxergá-la dentro de um contexto específico ou sob a ótica de uma produção relacionada com os anseios do paraibano à época. Aparentemente, erige-se uma essencialidade que faz da proposta ser necessária, tomada por única e inevitável até sua aplicação de fato. O autor da biografia não faz menção a erros e possíveis críticas ao trabalho de Meira e Sá. O que o seridoense considera mesmo é a legitimação das palavras e projetos do colega. Augusto revive a fala do sócio falecido. E traz de roldão toda uma imagética do mundo sertanejo, que é o cenário e o objeto de interesse de ambos sócios. A mecânica da narrativa mostra-se como uma ligação de tempos históricos, porém ligadas ao elo do sertão; como se uma temporalidade se encaixasse na outra, ou seja, uma experiência de vida já na década de 1960 dando respaldo para interesses formulados e concebidos no início do século XX. Augusto faz um resgate que, do mesmo modo, acaba trazendo de volta uma concepção de sertão muito forte da Primeira República, concebida com aspectos e signos do progresso, com uma conotação própria daquela experiência de tempo que os letrados das primeiras décadas manifestavam para com o sertão. Os sintomas dessa narrativa sobre o universo sertanejo são vários. Adiante, apresento em maiores detalhes a obra de Meira e Sá, que serve de fonte para José Augusto.

O sócio da Paraíba realiza seu trabalho escrito se inserindo dentro de um conjunto de autores cotejados pela narrativa antisecca. O estudo formulado por Meira e Sá articula informações variadas, do ramo da geografia à história, da demografia à economia. O autor não poupa comentários, também, a respeito dos esforços de outros colegas sobre a denominada luta contra a natureza nordestina. De todo modo, um primeiro ponto que eu gostaria de tocar de maneira geral à obra de Meira e Sá é o reconhecimento de um saber externo dominante. O saber e, aliás, o homem. Tal historiografia consagra o sujeito europeu como aquele que deu o pontapé na luta contra a seca do sertão. Logo, essa luta é criada não por quem ali habita em primeiro lugar, mas sim é fruto do incômodo do estrangeiro, do não-pertencente. A dedicatória de Meira e Sá é indicativa do que estou tentando esclarecer: “À memória de João Ulrich Graf, suíço de nascimento, primeiro ‘sonhador’ e propugnador da humanitária e grandiosa ideia da Estrada de Ferro de Mossoró ao Rio São Francisco” (MEIRA E SÁ, 1912, p. 8). Após isso, o autor ainda esclarece em uma nota de rodapé sobre as ideias do europeu: “Esta era, com efeito, a sua ideia principal - que ele próprio se propôs realizar em parte - de Mossoró aos confins da então província do Rio Grande do Norte; o que, infelizmente fracassou por motivos independentes

de sua vontade” (MEIRA E SÁ, 1912, p. 8). A despeito da dedicatória, o trabalho vai além de homenagear e insere Ulrich Graf como um dos idealizadores de certa ideia de Estado. Graf ainda é mencionado outras vezes na obra. Meira e Sá relembra o fato do suíço ser residente na vila de Mossoró, de acordo com as fontes que ele tem em mãos. O europeu era comerciante naquela região desde 1866, sendo um nome importante no trabalho de importação dos produtos estrangeiros para o universo mossoroense e sertanejo (MACIEL, 2012).

Em prol da expansão comercial naquelas paragens, Graf realizou viagens com engenheiros, conseguindo estabelecer um decreto, num acordo com o Império, no Rio de Janeiro, em 1876, para a organização e desenvolvimento de ferrovias, partindo de Areia Branca até as comunidades fronteiriças do Estado, por exemplo a atual Luis Gomes. O que caracteriza o seu registro de 1876 é a ausência da seca como fator primordial para a construção das ferrovias. Na verdade, o argumento de Graf é o aproveitamento das boas condições físicas do espaço para as linhas ferroviárias. Até porque a grande seca, que marcaria a década, viria no ano seguinte (MACIEL, 2012). Esses primeiros recursos históricos da obra são o reflexo do que se desenvolve ao redor do projeto apresentado ao Senado Federal, em outubro de 1909 por Meira e Sá, mas também de sua consideração por uma memória local concentrada na figura do estrangeiro e seu interesse. Falando nisso, Meira e Sá aproveita a oportunidade e retorna à retórica frequente do ato desinteressado. Logo de início, circunscreve seu esforço no papel social político-administrativo:

Antes de mais nada, devo declarar que, apresentando esse projeto, outra coisa não tive em mira, senão cumprir o dever *pelo dever*, que, de mim para mim, acreditei indeclinável, - qual o de contribuir, na medida das minhas forças, para ver realizada, quanto antes, conforme eu disse e é sabido - uma aspiração antiga e muito justa de toda a zona sertaneja, a que essa via férrea, muito particularmente interessa, - sem nenhum propósito de agradar ou desagradar a quem quer que fosse, sem nenhum interesse próprio, e menos esperança de qualquer favor ou recompensa (MEIRA E SÁ, 1912, p. 10).

Forma-se uma postura de agir sem interesse privado. Sim, querer ocultar o interesse é também um interesse. A lógica de Meira e Sá é o abandono de objetivos próprios para a tomada de uma ética deontológica, quer dizer, agir com base em princípios, imperativos, no que se considera significar o dever. Mas, nesse caso, evidencia-se logo no ponto de partida o jogo retórico do desinteresse tangente à escrita dos projetos políticos direcionados ao sertão. Essa retórica vincula-se aos discursos sobre os sertões. O sertão está dado como universo para ser ajudado. É um universo que justifica a ação humana mediante sua aspiração, pela sua razão de ser. Mais à frente, Meira e Sá complementa: “Ao demais, não se trata de interesse individual de quem quer que seja; trata-se, sim, de um alto e momentoso interesse coletivo” (MEIRA E SÁ, 1912, p. 11).

Meira e Sá redireciona o ato interessado para a dimensão coletiva. Se em João Ulrich Graf, a instalação da viação férrea alinha-se ao seu interesse particular, em Meira e Sá esse trabalho sai de suas intenções próprias para vir à cena o interesse coletivo. A ideia da ferroviária encontra-se com a comissão de frente daqueles que fazem o movimento de luta contra as secas. Meira e Sá reforça o argumento que encontramos em Eloy de Souza, por exemplo, de que o governo não leva a sério a ajuda ao povo do sertão:

Sem o auxílio conveniente, porém, e a animação devida dos governos, o que até agora se vê e existe, nos sertões, relativamente à açudagem particular, embora imperfeitamente realizado - como não podia deixar de ser - à custa dos maiores sacrifícios, muitas vezes perdidos e recomeçados, na ausência do calculado e prodigioso concurso da engenharia, dos aparelhos e instrumentos aperfeiçoados, que facilitam e centuplicam o trabalho, que lhe dão a solidez e segurança precisas, - quantas ingentes fadigas não tem custado àquele povo, realmente heroico? (MEIRA E SÁ, 1912, p. 18)

Nos termos do autor, a espera é tormentosa, cansativa, e fruto da falta de vontade dos governos. O sentimento passa ser de frustração. Mas ainda assim há uma expectativa, pois é reforçado o caráter do povo sertanejo e as imperfeitas obras de açudagem. O governo pode virar as costas, o sofrimento existe de fato, mas o povo é heroico, contando com alguns açudes. Frente à tragédia climática, as virtudes do homem tentam recompensar a desestabilidade do cosmos sertanejo. Para os problemas da natureza, muitas vezes justificados com a transcendência divina, utiliza-se a virtude, o imanente, os significados sociais. Este é um vazio a ser preenchido. O homem entra como referência ética, de transformação, símbolo social com a desconstrução gradual do conceito de Deus para a explicação do mundo da vida. Mesmo num plano sublunar, na imanência da vida, é possível extrair um requinte de prazer, de satisfação e respaldo para o desamparo humano (KEHL, 2002). O projeto das linhas ferroviárias explicita a ação humana sobre o mundo, deixando a ideia de superação de tensões entre ele, o sujeito, e o mundo que lhe é externo.

Na fala de Meira e Sá, eu noto que há um certo desânimo, o mesmo que ele considera existir no trabalho do governo. Esse desamparo acaba trazendo um tom de melancolia. Apresenta-se uma dialética entre o pesar pela falta de atenção governamental e a representação do sertanejo como alguém que vai à luta, mesmo nessa condição solitária. Por essas e por outras, o autor segue enumerando questões relacionadas a esta dualidade:

E quanto, esse esforço, quase ignorado - ainda assim, - é tamanho - que chega a conquistar à boca e ao coração do profissional e do sábio os testemunhos que ficam indicados, e mais - aquele honroso e expressivo brado de generalizada e justa homenagem, que nunca é demais lembrar e repetir - como um hino à pertinácia operosa, perspicaz e brava da gente sertaneja: “Monumental atestado da indústria do povo nortista e ao mesmo tempo prova brilhante de que a açudagem é compreendida como necessidade fundamental?!” (MEIRA E SÁ, 1912, p. 18).

Neste sentido, temos a ideia de que o universo sertanejo consegue capturar, em sensibilidade e emoção, até o mundo da técnica. Os profissionais que visam domar aquele mundo através do saber científico - como é o caso do Dr. Roderic Crandall, engenheiro norte-americano que vem estudar o sertão e o trabalho com açudes - não estão livres dessa força, desse elã sertanejo. As informações do texto de Meira e Sá que são transmitidas logo de início advém de técnicos, de engenheiros. Ainda comentando o trabalho de Crandall, Meira e Sá complementa:

Dura sentença, que bem manifesta que o “deixado” - quer dizer o abandonado filho do sertão, tem sido e representa, com efeito, até agora, a imagem viva do desventurado filho de Éolo, a rolar, incessantemente, para o cume do monte sinistro o rochedo cruel!... Mas, que o labutar constante do sertanejo não tem sido de todo inútil, antes, pelo contrário - é uma lição eloquente e proveitosa, uma prova provada de fortaleza física e moral, e de patriotismo, - reconhece-o, exaltando-o, como ficou visto, o mesmo e sábio geólogo (MEIRA E SÁ, 1912, p. 20).

A referência dos elementos mitológicos - de Éolo, deus do vento, ao mito de Sísifo - explicam miticamente a situação do universo e sujeito sertanejos. A comparação com o castigo que Zeus confere ao homem traz nitidez à lógica explicativa desses engenheiros, se preferir, os homens que cultivam a razão: há problemas de ordem externa, do mundo, da natureza. É incontornável; são problemas que se fazem presentes, independente do desejo humano. O esforço do ser humano é muitas vezes inútil, mas com algumas exceções. Essas exceções acaloram a figura do humano; realça a importância do sujeito diante do mundo; enaltece o trabalho; reforça positivamente o esforço, mesmo partindo da metáfora do castigo de Sísifo. De certa maneira, aqueles que fazem parte do movimento contra as secas constroem um sujeito em específico. O sertanejo desse universo é alguém rebelado, que não se contenta com o mundo daquele jeito sofrido, trágico. Este sertanejo persiste, ainda que esteja lidando com problemas climáticos, com a situação onde só lhe resta rezar e esperar por um futuro melhor. Ao sertanejo intelectual, caberia a ele usar a técnica para combater também contra a natureza seca do sertão. A açudagem nasce desse movimento. Ao intelectual, ao homem que domina a técnica científica, cabe igualmente interpretar os anseios da população:

O povo, para falar verdade, não tem culpa disso. De longa data ele clama por escolas, por instrução primária e profissional, por facilidade de comunicações e vias de transporte - rápidas e econômicas; as quais, restringindo as distâncias, dilatam o âmbito da vida humana, incitando-a ao trabalho remunerador. De longa data, por exemplo, ele brada por essa estrada de ferro Mossoró - S. Francisco, que o ponha em contato direto com o majestoso oceano, o que quer dizer - em íntimo convívio com a civilização, e na conseqüente posse de seus inestimáveis benefícios, em troca dos produtos do seu trabalho e da sua indústria (MEIRA E SÁ, 1912, pp. 21-22).

Tomando por premissa a ideia do clamor, de pedido, por parte do povo, caberia aceitar uma colocação inicial dessa população na situação de *desamparo*. A modernidade passa a ser vista como necessidade. Sob a ótica de um novo degrau para a vida boa, os elementos da modernidade (escolaridade, ferrovias e comunicação) fazem do mundo sertanejo um lugar carente, desamparado. Há um traço trágico na narrativa. Os pontos de *culpa* e a *longa espera* fazem o singular-coletivo *povo* ficar em uma condição de abandono. Mais uma vez, a crítica recai para os governantes. Desamparo em relação ao poder público. A este é jogado o papel de trazer o tempo da modernidade, a este se atribui a posição de fazer história. Há um perigo nisso tudo, afinal, a condição de desamparo, de intérprete do povo, de intervenção num dado espaço está sendo dita por alguém que levanta a bandeira da civilização, logo, uma narrativa de viés colonizador, assim considero.

O que chama atenção, por fim, é a colocação do oceano como fim, sob a forma de ponto de chegada. Isso prova, talvez, que mesmo o sujeito nascido no sertão nem sempre pode desconfigurar a narrativa binomial do sertão e litoral que traz o significado, respectivamente, de decadência e progresso. Um argumento com pretensões de origem, portanto, não faz surtir pendor transgressor a respeito do espaço sertanejo que Meira e Sá faz parte e se relaciona. As práticas do campo, do âmbito social constroem domínios de saberes; práticas constitutivas de sujeitos de conhecimento, que fazem deixar para trás variáveis que se entende ser muitas vezes cruciais (FOUCAULT, 2005). Por exemplo, posso citar justamente o próprio local de nascimento deste ou daquele sujeito. O conhecimento é produto dos jogos sociais. É parte de uma relação entre sujeitos, de movimentos estratégicos e práticas de dominação e resistência. O conhecimento é inventado, construído ao longo das relações de forças num espaço social, em redes de sociabilidade, entre tantas outras situações que envolvam o coletivo. Mediante um certo conhecimento, sujeitos outorgam responsabilidades (FOUCAULT, 2005). É isto que Meira e Sá faz. Ele trabalha com ideias ligadas aos poderes do Estado, mas também com questões técnicas, aqui, manifestando-se sob o nome da engenharia e da açudagem. A partir disso, joga a reponsabilidade para aqueles quem ele julga serem os encarregados de fazer reparações, punições e/ou intervenções. É uma forma de saber movimentando-se na narrativa do sócio do IHGRN.

Quanto às temporalidades, o peso da categoria de futuro se faz presente. A articulação das citações feitas por José Augusto na sua biografia de fato reluz a preocupação de Meira e Sá, pelo menos no que tange a ótica sobre expectativas. Os anseios sobre o “futuro do Nordeste” e também do país se encontram no texto. Entre os elementos que formam a narrativa, destaco os laços de espaço e tempo, de região e nação. O sócio, assim como José Augusto e Eloy de Souza, busca no exterior, no mundo internacional, medidas de comparação para compor suas ideias. Nas palavras de Meira e Sá:

Na boa e sã política norte-americana, tão bem sintetizada por Franklin em uma simples frase - *honesty is the best policy* (a honestidade é a melhor política), na sua orientação seria, prática, firme, e ao mesmo tempo audaciosa e livre, de largo e fecundo alcance, as estradas de ferro foram, e são ainda agora, consideradas como *meio* e não *fim*, como instrumento - primeiro e indispensável instrumento - para o povoamento do joio, para a riqueza e o desenvolvimento da riqueza do país, e não como agente de produção imediata, de lucros diretos, ou de *negócio* (MEIRA E SÁ, 1912, p. 80, grifos do autor).

A simpatia com a política norte-americana matiza um conjunto de pontos que é importante destacar. Em primeiro lugar, a estratégia narrativa: do pensamento de Benjamin Franklin - de um contexto emancipatório na história política dos EUA - o autor segue para a justificação das estradas de ferro. Não apenas isso, direciona-se para a crítica aos maus usos da política. E por quê? Porque a obra termina em uma crítica à confusão entre público e privado na instalação da via férrea. Meira e Sá relembra tarifas cobradas, no caso do Ceará, aos sertanejos para exportação e até mesmo a passagem pelas estradas. Essa intriga narrativa culmina na representação do povo explorado, do sertanejo sofrido pelos mais diversos autoritários. A crítica passa pelo bom exemplo estadunidense e termina na péssima conduta brasileira: “Impera, entre nós, a tacanha, errônea e injusta preocupação de se construírem, aqui, estradas de ferro - visando logo o lucro imediato, a renda líquida!” (MEIRA E SÁ, 1912, p. 81). A vontade de poder, de satisfazer o interesse privado, a fome por riqueza dos homens da elite estaria no centro dos problemas, nos motivos pelos quais o Nordeste não cresce, não se desenvolve.

A ordem dos problemas é supralunar, externo ao humano. Contudo, acrescenta-se, a isto, a ordem sub-lunar, interna ao conjunto dos homens. O sertanejo enfrenta as calamidades transcendentais e imanentes. Já não bastava o fator climático, a natureza não-humana para prejudicar o sertanejo, ele carrega ainda uma espécie de fardo com os problemas da própria sociedade, do outro:

Isso é, realmente, o que acontece, não só no Ceará, como em toda a zona do Nordeste, e ainda de modo mais agravante no Rio Grande do Norte, por ser, sem dúvida, o Estado mais pobre e necessitado. As tarifas dessas poucas vias férreas produzem de fato, esse inaudito resultado - *enclausuram a produção da zona mais distante, a zona sertaneja!*” (MEIRA E SÁ, 1912, p. 84, grifos do autor).

Ao se encontrar na situação das tarifas injustas, resta ao sertão a exclusão, isolamento e morbidez diante das outras comunidades onde impera o justo, a boa política, nas palavras de Meira e Sá. Ora, esse quadro engloba todo o Nordeste, que mais uma vez é elaborado com a imagética do sertão. Sua figuração, na narrativa do sócio, depende de maneira direta do mundo sertanejo. O Nordeste estaria marcado pela política daqueles homens voltados ao seu desejo de lucro pessoal. O excerto convida à interpretação de um universo que carrega habitantes pobres e virtuosos e com sujeitos poderosos, ricos, porém decadentes.

Sendo assim, percebe-se que há cem anos atrás a crítica sobre o domínio dos homens do poder público, como fator da estagnação econômica e social, era utilizada pelo próprio homem do poder público. A crítica viabiliza uma propulsão, uma deixa muito pertinente para Meira e Sá lançar-se como diferente, aos moldes de alguém que faz o que ninguém faz, alguém que luta por causas nobres no meio de sujeitos interessados apenas na riqueza pessoal.

Tenho prazer de mandar à mesa este mesmo projeto, com grande número de assinaturas de ilustres Senadores, aguardando-me, para, na sua discussão, se preciso for, melhor esclarecê-lo e demonstrar as grandíssimas vantagens, aliás, claras, que resultarão dessa via-férrea; vantagens que não serão somente para o Rio Grande do Norte, mas também para os quatro Estados a que me referi, além de outros, e para o país; vantagens que se prendem diretamente à solução do problema das secas, porque, para a solução desse secular e momentoso problema, além dos açudes, barragens dos rios e outros meios - é também necessária a viação férrea, para encurtar as distâncias, para tornar fácil a comunicação, de modo que possam ser vistas e amadas essas regiões, conhecidos e explorados os abundantes elementos de produção dessas plagas, de cujos terrenos disso Euclides da Cunha, nunca assaz pranteado, nesse monumental livro - que é Os Sertões... (MEIRA E SÁ, 1912, pp. 114-115).

Constata-se que o jornalista carioca - Euclides da Cunha - foi uma grande referência em relação ao pensar política e estrategicamente o sertão, tanto para Meira e Sá quanto para Augusto. Não à toa, há na biografia de autoria de José Augusto, uma passagem feita por Meira e Sá extraída diretamente de Os Sertões, que o biografado mencionou: “Ao atravessá-los no estio... barbaramente estéreis... ao atravessá-los no inverno, maravilhosamente exuberantes... E o sertão é um paraíso; é um pomar vastíssimo, sem dono” (MEIRA E SÁ, 1912, p. 115). O sertão é condição de vida e interesse político. Está na biografia assim como em projetos. Vale ressaltar que uma das principais engrenagens da biografia, ou seja, o que move a *bios* é

justamente um planejamento de como sobreviver a um sertão ardiloso. Porque, por mais que o sertão tenha essa dualidade, sua faceta seca é o grande desafio para sobrevivência.

O excerto acima indica condição de uma linha contínua entre Cunha e Meira e Sá. Ou seja, o sertão, neste raciocínio, é espaço sem o dono, pronto para ser apropriado por alguém, neste caso, o governo. O que chama mais atenção é a passagem assinalando que o sertão só pode ser visto e amado com o advento da comunicação, partindo da sombra do progresso, solidificado com a instalação das ferrovias, de modo a diminuir as distâncias. A ferrovia simboliza um estrato do tempo: o estrato da aceleração (KOSELLECK, 2014). A máquina assume diferentes formas, racionalizando o espaço e as temporalidades. Do relógio mecânico à ferrovia, o cotidiano é alterado conforme imposições sociais que estes elementos modernos trazem ao sujeito. Modernidade e aceleração se confundem. Mas a aceleração na percepção do tempo é um aspecto da modernidade. A tese de Koselleck é que esse novo elemento aparece aos poucos desde o século XVI e toma uma forma completa com a Revolução Industrial (KOSELLECK, 2014). O que se enxerga com a proposta de Meira e Sá é a manifestação dessa aceleração, que traz ao centro do discurso a conexão de espaços, unir diferentes universos, encurtar as distâncias. Assim, fica concretizada a ideia de que o sertão profundo não é algo desejável para o governo. Ele precisa ser revestido. Apresentado ao mundo à luz do progresso.

A elite intelectual brasileira tinha de fato um abrupto apreço pela ideia de modernidade. Não apenas isto, mas o amor pelo sertão também é posto em dúvida numa ausência dos aparatos simbólicos apresentados no excerto de Meira e Sá. Portanto, vale a pena considerar que há uma terceira camada temporal. Como se fosse um movimento retrogrado nas experiências narrativas e representações do sertão: José Augusto a Meira e Sá e, numa última camada, Euclides da Cunha. O reforço considerável de uma ideia de sertão que passa pelos sócios do IHGRN. Não se trata de pensar Cunha como causa ou origem, mas sim nos moldes de uma referência historiográfica e representacional do universo sertanejo. Ademais, uma referência que se faz base e apoio para considerações posteriores sobre outros sertões fora da experiência euclidiana. Mas, ainda na obra do paraibano, encontro outros reforços argumentativos na tentativa de pensar os sertões nordestinos:

terrenos tais [os sertões], dizia [Euclides da Cunha], não podem ser desprezados ou esquecidos. Menos o podem ser as fortes gentes, que ali vivem e trabalham, às quais cumpre ouvir, atender e tomar na devida consideração; são cousas e povos - patricios nossos - que estão a clamar de todos os governos providências enérgicas, decisivas, solícitas e sistemáticas, no sentido de debelar, de vez, as secas e evitar os prejuízos enormes, incalculáveis, - os desastres que elas têm causado, periodicamente, ao norte do Brasil e ao patrimônio nacional (MEIRA E SÁ, 1912, p. 115).

O problema basilar, de acordo com o que foi exposto através das fontes, exprimido pelos sertões nordestinos e que se apresenta drasticamente para a população é justamente a seca, as condições climáticas danosas para a comunicação, mas sobretudo para o “progresso” da nação. A ideia de sertão seco é antiga, e remonta aos tempos coloniais. Todavia, eu lido aqui com aspectos de uma experiência temporal muito própria de finais do oitocentos e início do século XX, consagrando-se, a rigor, por uma rede de sertanejos letrados no seio do IHGRN. Uma narrativa, grosso modo, elaborada pela leitura de Euclides da Cunha que alcança diferentes espaços sociais, com distâncias temporais também específicas.

O ideário do progresso civilizacional já estava muito abalado no continente europeu na metade do século XX, por causa das guerras mundiais. Todavia, no Brasil, na mesma época, a ideia de progresso, cravada na própria bandeira brasileira, ainda se encontrava fortalecida, haja vista algumas narrativas como a marcha para o oeste ou a própria construção de Brasília. Esses marcos caracterizavam um conjunto de incentivos governamentais para se alcançar dado patamar, que na verdade a referência maior é a própria Europa. A ideologia do progresso social e econômico é uma ideia de longa data, com raízes europeias, mas desceu também na velha terra de Santa Cruz.

Destarte, o intuito é perceber sobre quais ângulos o olhar europeu reservou para o sertão, olhar este que resvala na elite intelectual brasileira ao longo de séculos, causando a ideia de que o sertão carece de alguma coisa. Como o olhar eurocêntrico e colonizador atinge e modula a representação de sertão? Faz-se necessário apontar que essa acepção, como demonstrei a partir das fontes, recai na obra de Euclides da Cunha como uma camada eruptiva, que irrompe um olhar muito próprio para o sertão, e que em geral diz respeito às referências condizentes com a classe dominante, a qual pinta e reescreve os sertões ao sabor de seus interesses.

No caso de Cunha, não há só a natureza, as características geográficas, mas há o fator humano, a presença de indivíduos, atividades e cultura. Muito mais, existe, também, a relação dessas pessoas com a natureza, com o meio físico. Uma ponte entre dois elementos. A comunidade, ou melhor, o sertanejo manifesta em suas ações o produto de seu viver naquele meio. Isso faz toda a diferença para o Oitocentos. E tal relacionamento entre o meio e indivíduo foi uma das chaves interpretativas que a elite intelectual brasileira, especificamente aquela que ficou conhecida por fazer parte da geração de 1870, resolveu investir intensamente no final do XIX e início do XX (ORTIZ, 2006).

É o caso de homens como Victor Cousin, na França, Thomas Buckle, na Inglaterra, que advogavam sobre a nação ser produto do meio (SCHWARCZ, 1993). Os eruditos redigiam a máxima de que o espaço era indicativo da prosperidade do país. Bastava entregar a carta

de apresentação, isto é, as características do espaço, a sua configuração, e, como resposta, os intelectuais teriam ideia do tipo de caminho que aquela nação seguiria. Claro, esta leitura faz parte do conjunto de ideias deterministas que o XIX viu florescer em partes do Ocidente (SCHWARCZ, 1993). Já no Brasil, por exemplo, Euclides da Cunha também se atinha ao determinismo geográfico, mas valia-se de muito mais para basear suas ideias. A chave interpretativa da identidade brasileira, embasada pelo jornalista carioca, era bem ampla. Ela pautava os costumes daquela sociedade e até a sua temporalidade (NICOLAZZI, 2011). O conhecimento interpretativo baseado nas ideias racistas, que o século XIX viu florescer, se instalou rapidamente nas instituições brasileiras, como museus etnográficos, faculdades de direito e medicina, institutos históricos, revelando uma ampla gama de trabalhos de conteúdo determinista a respeito da identidade brasileira. A formação e, por conseguinte, a visão de Euclides da Cunha passa por esse crivo.

Uma justificativa que a perspectiva determinista elaborou para legitimar o controle teve como peça motora a ideia de mestiço. A mestiçagem é problemática para Euclides da Cunha. Apresenta-se como desafio, um enigma para a sociedade das letras e da ciência. Nas palavras do autor:

A mistura de raças mui diversas é, na maioria dos casos, prejudicial. (...) A mestiçagem extremada é um retrocesso. (...) De sorte que o mestiço — traço de união entre as raças, breve existência individual em que se comprimem esforços seculares — é, quase sempre, um desequilibrado (CUNHA, 1905, p. 108).

A orientação que a geração de 1870, e aí posso incluir também alguns outros, como Nina Rodrigues e Sílvio Romero, é que o elemento *raça* vem em paralelo com o meio. O fator da raça é elementar para a compreensão do que é o Brasil. Um dos melhores exemplos configura-se anos atrás com o texto premiado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, publicado em 1844, de Karl Friedrich von Martius, considerando que a história do Brasil deveria ser contada mediante os indígenas, caucasianos e negros (MARTIUS, 1844).

Essa mesma linha argumentativa se apresenta na obra de Cunha. Todavia, a etnia corresponde a um impasse posterior ao espaço, ao meio físico. Por isso que o primeiro capítulo da famosa obra se inicia justamente com o título *A Terra*, para logo em seguida, o segundo capítulo, intitular-se *O Homem*. E em relação ao caráter do meio e da raça, os sertões do norte, nas palavras do autor, “figuram talvez o ponto singular de uma evolução regressiva” (CUNHA, 1905, p. 53). É sob a égide do cientificismo evolucionista que Euclides tem as condições para extrair a imagem romântica de um povo nacional (LIMA, 1997). O leitor se depara com um Euclides da Cunha que atrela o atrasado ao sertão, e fala com frustração, após

ver a transformação de um mundo florido e de rios cheios em pisos pedregosos e lugares secos (CUNHA, 1905).

Mas sua obra deixa uma mensagem clara a respeito do mundo sertanejo, diante de tudo que viu e passou; para o escritor, a “civilização avançará nos sertões impelida por essa implacável força motriz da História (...) (CUNHA, 1905, p. V). Diz isso pressupondo a essência daquele lugar, espécie de sentido ontológico, a razão de ser do espaço, partindo da ideia que o sertão precisa ser dominado, controlado, afinal é lugar “sem dono” (CUNHA, 1905, p. 51). O sertão adentra no plano da essência nacional. O lugar cuja representação é a matéria bruta do país, aquilo que ainda precisa ser trabalho, transformado. Nos moldes da escrita euclidiana, surge o prisma do coração da nação (LIMA, 1997). Sendo assim, o sertão é parte fundante desse órgão. A base intelectual da geração de 1870 permitiu que de um lado se fizesse presente a essencialidade do todo; mas, por outro lado há também a perdição; duas variantes de um mesmo elemento: o sertão. Essência e decadência orquestradas na narrativa de Cunha.

A postura de Euclides da Cunha em relação ao sertão é de alguém que quer dominar. Expressa a sensação de necessidade de domar esse espaço complexo, de clima pesado e quente. Apresenta-se aos moldes de um intelectual testemunhando a falta de “civilidade” de um povo e de seu respectivo universo. Restava saber que civilização seria essa, pois ele mesmo reconhece que houve um crime na Campanha de Canudos. Para que será necessária essa civilização? Ela realmente é uma coisa boa, e para quem?

Em um trecho inicial, de *Os Sertões*, ele decide detalhar o espaço, de modo a expressar um cenário indesejável. De acordo com Cunha, aqueles sertões ganham notoriedade por sua evidente diferença, por sua configuração física, natural. Repentinamente, o indivíduo viajante, enveredando-se naquele mundo, percebe:

Quebra-se o encanto de ilusão belíssima. A natureza empobrece-se; despe-se das grandes matas; abdica o fastígio das montanhas; erma-se e deprime-se — transmutando-se nos sertões exsiccados e bárbaros, onde correm rios efêmeros, e destacam-se em chapadas nuas, sucedendo-se, indefinidas, formando o palco desmedido para os quadros dolorosos das secas (CUNHA, 1905, p. 72).

Numa analogia, o jornalista apresenta a simbologia em poucas palavras para o espaço: “O contraste é empolgante. Distantes menos de cinquenta léguas, se apresentam regiões de todo opostas, criando opostas condições a vida. Entra-se, de surpresa, no deserto” (CUNHA, 1905, p. 72). Logo, prescreve-se uma situação impossibilitada de viver. Mas, claro, com exceção de uma força exterior, que faculte a “civilidade” para aquele povo sertanejo. De qualquer maneira, vale a pena apontar o fato de que o jornalista enxerga e posiciona-se. Ele é testemunha. Sua observação, assim como pensavam os gregos antigos, confere verossimilhança à narrativa

(HARTOG, 2013). Ele descreve aquilo que para ele é. Quer traduzir o mundo através de palavras, com categorias. Euclides da Cunha presenciou o sertão. Ele esteve lá, viu e assistiu um conflito.

Em resumo, estes parágrafos tiveram o intuito de mostrar como essa camada temporal e simbólica afeta a representação de sertão na escrita do jornalista carioca. Em outras palavras, a dimensão do sertão em Euclides da Cunha está dotada de uma imensa junção de elementos atreladas a uma estrutura socio-intelectual própria do Oitocentos. Entende-se que essa perspectiva, marcada por um eurocentrismo, direciona a visão colonizadora sobre uma dada noção de sertão. Proponho, então, um retorno às fontes dos sócios do IHGRN, para evidenciar melhor como essa camada simbólica e temporal mais profunda atinge outros âmbitos do discurso dos sertanejos em questão, sobremaneira Meira e Sá.

3.4 Poder e tempo processo

Parti numa tentativa de evidenciar o eurocentrismo dessas passagens. Diante da história brasileira, Euclides da Cunha e os sertanejos do IHGRN compartilham de recursos epistemológicos amparados em um discurso de poder paralelo aos modelos europeus pré-concebidos (SCHWARCZ, 1993). Se o primeiro reflete uma tomada cientificista e racial, Meira e Sá evoca o chamado da emergência política e modernizante para justificar suas ideias; e José Augusto reacende esse pensamento de que o sertão está ali para ser salvo, superado e modernizado. Reconhecer o eurocentrismo das fontes seria um primeiro passo valioso, se o pesquisador quiser criticar a historiografia dos sertões ou recontar outras narrativas (SANTOS, 2019).

Existe neste esquadrinhamento uma multiplicidade de experiências óticas sobre o moderno. O olhar dominante, integrador, monopolizador, que quer impor uma temporalidade, uma maneira de ser, que se associam, de certa maneira, a uma parte da elite intelectual brasileira - o caso de Euclides da Cunha, Meira e Sá e José Augusto. Eles focam nessas intervenções como tentativas de modernizar e de fato enxergam como única alternativa à seca. Caberia perguntar, *en passant*, por que os sertões não conseguem se desvincular do discurso político, que foca numa modernização, seja “civilizatória”, vide Euclides da Cunha, ou do progresso econômico, o caso de Meira e Sá?

Em relação aos sócios do IHGRN, não entro no mérito da discussão a respeito de combater secas e implantar ferrovias, ou seja, pensar o universo sertanejo isolado de seus problemas que

de fato existem. Mas o que interessa, aqui, no caso Augusto/Meira e Sá é criticar os usos de uma representação de sertão pelo poder político vinculados à atuação intelectual. Não é uma demonização da política. Trata-se de uma verificação do discurso político-intelectual, seu lugar social e o uso da história na hora de produzir uma narrativa sobre o sertão e sertanejo, e vale a ressalva que em nenhum dos casos citados há uma separação clara entre política e o âmbito intelectual. O problema todo é como a representação do sertão é feita. Porque há consequências e efeitos para determinados usos de conceitos e do passado.

O sertão para José Augusto é um elemento organizador da nação. É uma peça fundamental dentro dos alicerces nacionais e estaduais. O sertão desorganiza e embaça o projeto nacional de modernidade. Por outro lado, e paradoxalmente, o mundo sertanejo é uma peça fundamental para a organização da “nação” e acaba carecendo de intervenção humana. Esse pensar está em Meira e Sá, que assinala no seu projeto revivido pelo companheiro. No seu escrito de 1912, encontra-se:

Aliás, de há muito, que razões múltiplas - cada qual mais forte e imperiosa - aconselham, no benefício do todo o país, a conveniência, e impõem, mesmo, a necessidade urgente do melhor aparelhamento dessa população animosa - relegada e definhando nos sertões - para os fecundos certames do trabalho e da civilização (MEIRA E SÁ, 1912, p. 54).

E assim como uma peça, ele precisa fazer sentido para o todo, necessita de um encaixe, dentro da visão da elite em questão. As instituições de escrita, como é o caso dos Institutos Históricos e Geográficos além de toda literatura que trata dos sertões, dão esse respaldo para que faça parte de um todo maior e muito mais complexo. Posso entender isso aos moldes de uma comunidade imaginada, na interpretação de Benedict Anderson (ANDERSON, 2008).

Portanto, o sertão não é apenas inventado discursivamente. Na forma em que os sertões se encontram colocados por esses autores, esse universo é posicionado numa dada maneira para produzir significado para alguns homens, vale ressaltar sobretudo os homens do poder, homens públicos, letrados. Diz respeito a uma linguagem tacitamente reconhecida entre eles, utilizada por porta-vozes reconhecidos para falar de tais temas. É uma linguagem dominante que afasta e silencia diversas outras vozes (BOURDIEU, 2007). Há de notar-se que esses discursos estão sendo direcionados para um determinado público, que é a população letrada da época. Quem sabia ler na Era Vargas e nas duas décadas seguintes? Certamente pouquíssimas pessoas. José Augusto e Meira e Sá reconhecem-se como sertanejos. No entanto, muito mais do que isso. Entendem sua participação dentro de uma rede específica, com limites e regras claras como condições de entrada e também intérpretes da realidade política e social dos sertões. Homens com posições sociais legitimadas para entender os anseios do povo. Meira e Sá deixa isso claro:

Entretanto, o que essa população pede não é obra de luxo, de simples comodidade sua, ou de conforto apenas; porém de necessidade premente, de auxílio inadiável, de incentivo à produção e ao trabalho, de desenvolvimento da zona, e mais - de salvação de milhares de vidas, de combate eficaz á temerosa catástrofe das secas. Não, no interesse único e exclusivo da região, e sim - no interesse social, político e econômico de todo o Brasil (MEIRA E SÁ, 1912, p. 55).

A pluralidade de alternativas para o povo tratado pelos autores parece não poder existir. O caminho aparenta ser um processo único de “renovação”. Aliás, é justamente este um dos pressupostos da concepção de modernidade que trabalha Reinhart Koselleck, ou seja, que o tempo ganha um retrato de transição (KOSELLECK, 2006). O historiador alemão argumenta que o tempo não é mais experimentado como começo ou fim, mas como transição. O caráter de recomeço absoluto é totalmente presente (KOSELLECK, 2006). Ideias como “o novo tempo” brotam por todo o lado. Não é à toa a nomeação de “República Velha” feita no contexto da Era Vargas dirigido aos quarenta anos após 1890, baseando-se na intenção clara de legitimação daquele governo em contraponto ao anterior.

Um sertão alegre com alternativas de futuro é impossibilitado, considerando o jogo de palavras do jornalista carioca e dos políticos potiguares que analiso neste trabalho. Nos dois casos, são abolidos os horizontes de expectativas diferentes daquele que deve ser o futuro concebido pelos homens de letras. Percebe-se que nesta interpretação, sem os sertões integrados, não há como ter uma dimensão da modernidade nacional. São tempos que, na ótica desses homens, precisam se encontrar: o tempo do sertão e o tempo da nação. O tempo sertanejo escanteado em relação a um tempo moderno. O “progresso da nação” está à mercê dessa relação direta de temporalidades.

Quer um Euclides da Cunha, quer o caso Augusto/Meira e Sá, eles partem da mesma prerrogativa, de que está em realização um encaminhamento de uma ideia de modernidade para um determinado universo, baseado numa concepção de tempo processo. Em outras palavras, são dotados da noção processual dos acontecimentos, dando uma importância acentuada aos eventos e sua organização (ARENDRT, 2014). Tal visão de processo é uma chave para compreender tanto o ponto de transição colocado por Koselleck, a imposição civilizatória pensada por Euclides da Cunha e, por fim, o tão esperado momento que os sertões serão amados e vistos pela nação, como articulou Meira e Sá, lembrado por José Augusto. O tempo processo parte de um caráter monopolizador da universalidade e significação. Consagra um sentido paralelo ao teleológico. Aliás, esta noção é justamente o abismo que separa profundamente a Antiguidade da Modernidade, de acordo com Hannah Arendt (ARENDRT, 2014).

Pensando esse amálgama sertão-nação visto como necessário para o desenvolvimento, Meira e Sá olha para o desenrolar do país e questiona aqueles que não atribuem valor ao problema apresentado. O sertão do norte é visto como uma das grandes questões, e ser indiferente a isto é inviável. Nas palavras do paraibano:

Duvidar disso?!

Ah! seria, então, duvidar das próprias estatísticas; duvidar dos factos; ignorar, por completo, o que vai pelo Brasil; esquecer a lição de outros países, - o que se dá no Egito, na Índia, no *Far West* Americano; aqui, bem próximo do nosso país, em Tucuman.

Duvidar?! Seria indiferença inominada pelos sofrimentos de 3.000.000 de Brasileiros, pela secular tortura do Norte... (...) (MEIRA E SÁ, 1912, p. 55).

Outrossim, é possível entender a partir das fontes uma tendência em construir os sertões numa perspectiva abatida, arruinada, seca. Vidal e Souza argumenta que o sertão foi caracterizado, a grosso modo, por duas visões contrapostas ao longo de séculos, no contexto brasileiro, a saber, a descrição realista e, por outro lado, a descrição romântica (SOUZA, 1998). A primeira me interessa porque ela vai em direção às narrativas das fontes. Ou seja, é a perspectiva histórica que explora um realce do sertão como problema para a nação, desnudado de qualquer indumentária idílica. Sertões ligados a uma vida difícil, onde o sertanejo é vítima de sofrimento *sui generis* por estar ali, rodeado pelo mundo seco, árduo e escaldante, sem comunicação.

A obra do sócio paraibano deixa nítida a relação entre Euclides da Cunha e ele mesmo, Meira Sá; ambos compartilham a perspectiva física dos sertões, são desérticos, duros para se viver. São um problema, neste caso. Carregam este elemento, por mais que o jornalista carioca fale do sertão baiano em um contexto de conflito, e, por sua vez, os sertanejos abordem uma situação de bem-estar público. Uma das diferenças - posso sugerir como reflexão - é que além do lugar social em que falam e escrevem, talvez esteja no fato de que o caráter sertanejo de José Augusto e Meira e Sá, nascidos no interior, coloquem em conflito o aspecto social, trabalhado por Cunha mediante o elemento da barbárie, determinista, utilizando da interpretação racial; enquanto os dois sertanejos, em contrapartida, por não compartilharem da mesmas premissas, voltem-se com mais intensidade para o lado da modernidade, da integração por meio da ação pública, uma ação governamental, permitindo mudanças pelas vias tecnológicas, por exemplo, a açudagem, viação-férrea, instalação de maior rede elétrica.

Uma pergunta que fica a respeito do texto de José Augusto, ao tratar do sertão através da biografia: mas e os problemas da cidade também não são dignos de nota? Quando o sertão está na ponta de sua pena, e isso se encontra facilmente em outras narrativas, é que a cidade fica no

não-dito. A miséria da cidade grande é silenciada. O litoral, que não é exposto, transparece como ausente das mazelas, de impasses higiênicos, como se a comunicação e todos os habitantes da capital fossem integralizados. O não-dito, referente à cidade, cria uma imagem contrária aos problemas direcionados ao sertanejo, quando, na verdade, compartilha e muito deles. O sertão acaba sendo configurado como um meio sem organização, disperso, sem unidade populacional. Sem dúvida alguma, esse discurso de José Augusto e Meira e Sá, ambos sertanejos, reforça, em outra medida, as palavras de Cunha, isto é, eles são fortes, mas necessitam do Estado para socorrê-los, para colocá-los na linha certa a ser trilhada. Meira e Sá ao falar da população sertaneja, considera que essa gente:

embora rude - forte e boa; tantas vezes desventurada em uma terra, aliás, também singularmente fértil, e outras tantas vezes – heroica - na própria desventura... a lutar... a lutar sempre, constatando, na mesma região, “um trabalho formidável”, e, sem embargo disso, duramente abandonada das nossas administrações (MEIRA E SÁ, 1912, p. 14-15).

As palavras na biografia, retiradas da obra de Meira e Sá, também não dão margem à dúvida: há de socorrer os sertões. Ora, brota o questionamento pertinente para a história dos sertões: até quando falar em sertões que faltam algo, em vez de pensar neles com suas características próprias? Identificando o jogo retórico que coloca o sertão como uma imagem negativa do que não ser, a dúvida paira rapidamente: o que o sertão deve ser? Um modelo semelhante às grandes capitais? Portanto, José Augusto ao rememorar mediante palavras de Meira e Sá, retrata um sertão com determinado rosto, com certa identidade, com características que, considero, faz do sertão um lugar propício para o discurso colonizador, exploratório, capitalista, produtivista, dominante, manifestando uma superioridade de classe por parte do enunciador.

As narrativas indicam o estado que os sertões não podem estar, aquele atual, o qual os letrados observam e narram. Eles precisam ser diferentes. Não acontece, de forma precisa, uma orientação, com base em princípios éticos e justos, de como ele deve trilhar para além da “civilização” e da modernidade. Justamente esse impasse não está tão nítido. O que acontece é, portanto, a estupefação. Por exemplo, o caso de Euclides da Cunha, encontrando-se surpreso que, com o conflito de Canudos, ele não enxergou exatamente uma civilização impondo o progresso aos sertões, mas, na verdade, deparou-se com um crime (CUNHA, 1905). Expectativas arruinadas.

Meira e Sá fincou sua presença no instituto potiguar através de suas ideias na luta pela implantação de ferrovias. Fez isso tanto por seu discurso proferido pelo direito dos limites norte-rio-grandenses quanto pela obra *Ecos do Sertão*. Esta, reservada na biblioteca do IHGRN, ecoa

na década de 60, quando na Sessão de encontro entre os sócios, o desembargador Silvino Bezerra noticia aos demais membros da entrega do livro de Meira e Sá que havia sido emprestado para o engenheiro Hélio Lobo (ATAS DA SESSÃO ORDINARIA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE, REALIZADA A 13 DE OUTUBRO DE 1963, 1965). Assim, percebe-se que o sócio senador e sua obra eram referências para estudo, mesmo praticamente após 50 anos da publicação do livro.

Voltando para o cerne da discussão, trazer tais impasses, como a ausência da cidade e seus problemas na escrita, questionar sobre a construção dos sertões numa forma generalizada, tudo isso está oculto nos textos. A própria expressão “sertões do norte” como utiliza Euclides da Cunha, ao tratar do sertão da Bahia (ou seja, a maximização de escala – parte do Estado para se falar praticamente da metade do Brasil), promove intensidade para um pensamento tão perigoso quanto o determinista, que é o generalizado, ocultando-se as diferenças, os pormenores da cultura, detalhes cuja mera existência derruba interpretações preconceituosas e ideias discriminatórias. Trazer à tona questões assim é justamente abordar o não-dito dessas narrativas, próprias de uma elite que não detém fronteiras muito claras entre os âmbitos político e intelectual. De toda maneira, relacionam-se proporcionando um discurso baseado na mudança dos sertões que ali se encontram. Mas, primeiramente, fazendo questão de enunciar o “atraso” ou o “problema em si” como sinônimo desses espaços.

Em síntese, levando em consideração as particularidades dos dois autores, Euclides da Cunha e José Augusto, o sertão está fazendo a ponte entre estes letrados como objeto de suas análises. O sertão é um dos elos que constitui a elite intelectual brasileira, atribuindo, à vista do nosso caso tratado, um conteúdo discursivo-imagético homogêneo na historiografia. Pequenos detalhes, porém, significativos, são ocultados, deixando uma imagem desértica, de dificuldades. Generalizado, a partir da perspectiva “realista”, pinta-se um sertão como problema para a nação.

De Euclides da Cunha a José Augusto, o sertão carece, tem ausência de algo, e o governo necessita intervir. No primeiro caso, temos a justificativa, em alguma escala, da intervenção do governo, até com base numa previsão, “a civilização é implacável”. No caso José Augusto/Meira e Sá, o que há é ausência do moderno, do progresso, o mesmo que contaminava a interpretação do interior central do Brasil, sobrepondo-se, logo em seguida, com a construção, material e simbólica, de Brasília. A fonte é objetiva: falta comunicação. Sendo assim, a narrativa dos autores prossegue numa compreensão processual do tempo, atrelando aos sertões atributos relacionados ao vazio, justificando, por seguinte, sua situação passiva de um trabalho meramente integrador, seja ele de ordem econômica, tecnológica, social, higiênica, religiosa, enfim, as narrativas podem ser diversas quanto às “soluções” para o problema sertanejo. Que não haja dúvida, esta investigação quis denunciar esse tipo de narrativa.

Referente aos sertões, acredito estar perpetuando-se, através dos homens de letras, determinado discurso explorando muito mais o estado passivo e cru dos sertões do que suas riquezas, ao ponto de adentrar no raciocínio de integração de um projeto nacional, de um “bem” para o coletivo, seja qual for a denominação. É frequente ver ao longo de décadas, no século XX, a utilização do sertão enquanto categoria espacial e social para a denominação do *outro*, para explicar o diferente. Aparenta que o sertão é necessário para compor uma noção complementar do jogo de poder aristocrático intelectual brasileiro.

Nas duas situações, Euclides da Cunha e Meira e Sá, reforçado por José Augusto, tenho a presença do sertão rico em um vazio. Vazio, é claro, na ótica dominante, política e intelectual. Quando o sertão vai *ser* em vez de *não ser*? Até quando o sertão será vítima de intervenções em nome de um “bem maior”? Sertões secos, crus, abatidos ainda serão predominantes na historiografia? Questionamentos assim pretendem deixar a leitora e o leitor atentos para as argumentações que almejam a defesa da tomada de espaços-outros, do mundo do diferente, de mundos periféricos. Argumentos estes que se apresentam em nosso cenário político com facilidade, haja vista a historicidade dessa ideia e de onde ela costuma vir.

Os quatro sócios que apresentaram um discurso movido pela luta contra a seca compartilham da experiência no sertão, seja através de algumas reminiscências, através do passado com os cargos políticos, com o trabalho em instituições voltadas para essas políticas de enfrentamento. Todavia, outros sócios também abordam o sertão em diferentes espacialidades. Reservo um último esforço para falar sobre Luís da Câmara Cascudo, propriamente, e sua obra que toca ao sertão em relação às publicações no IHGRN e também à obra *Viajando os Sertões*. Esta última por motivo de estar alinhada com o trabalho intelectual de conhecer o campo pessoalmente, como fizeram os demais sócios citados.

Câmara Cascudo compartilha do espaço social do IHGRN e tem alguns elementos já analisados neste livro. Não apenas o caráter investigativo, conforme o papel de historiador requisita, mas ele foi participante da arena política. Passou pela Faculdade de Direito do Recife, lugar concentrador das figuras mais importantes do espaço público político do Brasil por longas datas no século XIX e início do XX. Sendo reconhecido desde o Oitocentos por sua marca de pensamento predominante, que era o social-darwinismo de Haeckel e Spencer (SCHWARCZ, 1993). A formação bacharelesca permitiu que os sócios adentrassem de forma plena no mundo governamental.

Não pretendo caracterizar ou buscar encaixar os membros do sodalício em categorias *a priori* do que seria ou não intelectuais. Trabalhos como o do professor Durval Muniz de Albuquerque Júnior detalham os processos do que poderia ser esse sujeito intelectual

(ALBUQUERQUE JUNIOR, 2005). Todavia, não é o meu escopo de análise. O intuito está na caracterização dessa figura do homem da vida pública.

No IHGRN, os sócios são os objetos de pesquisa, isto é, os biografados, aqueles que fazem ou fizeram parte da instituição. Um dos mais caros para os historiadores de nossa abordagem é Augusto Tavares de Lyra. Este último que participou de debates acalorados e obteve um papel muito importante para a Casa da Memória, sobretudo no início do século, quando o debate fundador da Instituição é a questão de Grossos, isto é, uma disputa espacial, visando o estabelecimento dos limites territoriais, entre o RN e o Ceará.

Dito de outra maneira, a mensagem destacada revela que o IHGRN é uma espécie de plataforma polissêmica, complexa e, vale o acréscimo, que possui ligações eminentes com a esfera do governo. A própria relação com o Estado é um forte ponto indicativo do que se está falando. Os institutos históricos e geográficos, ao se discutir o caráter institucional deles, não possuem nada de turvo quanto aos seus objetivos e bases. Por trás desses sócios há uma demanda não apenas social e científica, mas também política.

“Prestar serviços” significa, em outras palavras, o comprometimento com um lugar, com um grupo de pessoas e, indo além, que encontra raízes na política. “Prestar serviços” desnuda uma responsabilidade, uma ética de princípios para ser realizada. Aqui há um problema de sociabilidade. Augusto Tavares de Lyra foi Governador do RN, Nestor Lima foi Procurador Federal do Estado, José Augusto foi Deputado Federal e Governador, Câmara Cascudo recebeu a posição de Terceiro Consultor Geral do Estado, em 1959. Ora, essa partilha de universos significa a evidente homologia entre o campo da política e o campo da ciência, relações que são históricas.

Tal relação faz parte de um universo estritamente reconhecível ao longo do tempo. São bacharéis, articulam-se e dedicam-se à história, à pesquisa, ao trabalho investigativo. Certamente esses requisitos, entre outros, constituem a personalidade do pesquisador do instituto. Mas, para tal, o fator decisivo é a dedicação. Foi provavelmente a figuração imagética que Cascudo fez sobre si mesmo ao pesquisar os sertões. Dedicou-se, no espaço do IHGRN, a trabalhar com este mundo. Um produto feito não somente inclinando-se aos documentos que possibilitavam sua pesquisa sobre o universo sertanejo, mas indo diretamente àquela região. Nas duas variantes, Cascudo apresenta-se como inteirado sobre o tema, manifestando um conhecimento com laços próprios e também sociais.

3.5 Câmara Cascudo: quando os sentidos e a escrita revelam os sertões para Clio

O historiador, jornalista e folclorista Luís da Câmara Cascudo (1898-1986) é de longe um dos principais nomes da atividade intelectual norte-rio-grandense. Com dezenas de obras publicadas, seu conhecimento, conseqüentemente, é vasto, dando margem a uma literatura riquíssima como produto. Sua participação no IHGRN manifesta-se na publicação de vários artigos, biografias, cartas e memórias. Não reservando seus escritos apenas ao litoral, à cidade de Natal, em suma, mas valendo-se da história dos sertões, das intrigantes tramas tecidas no mundo seridoense e além. O instituto era alvo de suas críticas, inicialmente (SALES NETO, 2009). O sodalício, por se trabalhar com comemorações e solenidades envolvendo o nome dos próprios sócios e sujeitos que faziam parte do círculo de letrados, acabou não focando em demasia no registro das figuras, dos nomes considerados importantes para a recordação, na perspectiva de Cascudo. O natalense viu certa fraqueza nesse trabalho de comemoração (SALES NETO, 2009).

Seu ingresso ao IHGRN não foi precoce. Primeiro, ele adentrou no Instituto Histórico do Ceará (1924) e no de Pernambuco (1925) para, então, tornar-se sócio do Instituto potiguar (1927). Em seguida, adquiriu vínculo com o IHGB. Sua produção, sobremaneira as crônicas que me interessam, realiza um enlace entre sertão e viagem. A relação de objeto e prática formulada pelo sócio diz respeito a sua particularidade enquanto pesquisador, mas também a um *modus operandi* proveitoso para essas instituições de produção do conhecimento histórico (CEZAR, 2010). Portanto, cabe a devida análise, especialmente para o historiador dos sertões.

Doravante, dedico-me a esquadrihar dois conjuntos de crônicas publicadas no jornal a República. O primeiro é a série de registros que Cascudo realiza numa viagem, em 1926, com a companhia de Maria de Andrade, pelos sertões nordestinos. A viagem ficou marcada pela ideia de *descobrimento do Brasil*, dando a entender que o sertão seria esse mundo inicial, de origem, onde se conserva muito do passado, de tempos de outrora. Desse trabalho, Cascudo publicou a sua perspectiva, sob o título de *Diário dos 1.104 km* (CASCUDO, 1929). Em seis crônicas, o natalense registra, por onde ele passa, detalhes sobre o cenário que engloba diferentes municípios e a geografia dos referentes locais. O segundo conjunto de crônicas é produto da viagem feita em 1934, resultando em dezoito textos e também em um livro, posteriormente, cujo título é *Viajando o sertão* (CASCUDO, 2009). Mais à frente, cabe ainda a análise de um artigo intitulado *Sertanejo e Amazônia*, publicado em 1974, pela RIHGRN, mas

produzido entre os anos de 1967 a 1969, onde o autor reúne uma série de considerações sobre os sertanejos nordestinos que migraram para a Amazônia (CASCUDO, 1974).

Proponho ver como se configura a narrativa nas crônicas de Cascudo, suas peculiaridades e elementos que sejam pertinentes para a história da historiografia dos sertões, perpassando tais textos, mesmo havendo saltos consideráveis de tempo entre cada um. Esse exercício comparativo pode possibilitar uma reflexão assaz prática quanto à perspectiva que o autor em questão possui do sertão. Para isso, minha ancoragem está nas considerações de Antônio Moraes a respeito da plasticidade do universo sertanejo, num contraponto às ideias de território, espaço, região. Sertão é um conceito que vai além dessas noções, sendo que a vivência, hábito e experiência em determinados lugares torna-os novos sertões. O sertão se faz. Ele está e pode estar em todo o lugar (MORAES, 2003).

3.5.1 Peculiaridades: a dicotomia mítica sertão/sertanejo em movimento

Por vários motivos e pormenores nos escritos cascudianos, entende-se, aqui, que o sertão é deveras complexo. Resulta de uma compreensão e da relação com o sujeito que lhe atravessa, que sente e observa aquele universo. A viagem é uma tática para destrinchar essa complexidade. Sua etnografia visa ampliar os saberes sobre o sertão. A representação que Cascudo faz desse objeto é um misto de sociedades com suas respectivas notas sobre a geografia física. Porque Cascudo não se limita a um sertão específico. Ele quer dar conta do máximo possível, em termos sociais e geográficos.

A viagem que ele faz no Oakland junto a Mario de Andrade registra bem esses detalhes. O caso da travessia pelo RN, cujo diário dos 1.104 quilômetros retoma a ideia do que existe no interior do Estado potiguar e também na Paraíba, mana traços propícios para a análise. Andrade trocava cartas com Câmara Cascudo. Interessou-se pelo olhar do natalense em relação ao universo sertanejo. Poderia ser uma situação positiva fazer um trabalho como aquele em meio a um país que ainda estava para ser conhecido profundamente. A descrição do sócio do IHGRN seria reveladora do Brasil em seus recônditos. Os sertões do Nordeste brasileiro representam, em grande medida, esse universo a ser conhecido. Muito da nação estaria ali, ainda para entrar em contato com o sujeito pesquisador, cientista, dotado da visão técnica, que carrega ao interesse daquele que quer descobrir e explorar.

A missão é extensa. Concentra vários sertões e cidades para visitar. O primeiro local anotado pelo sócio é Macau, no norte potiguar. Pelo caminho, percebe a mata, as cores da paisagem e também a presença do juazeiro, que se faz impávido colosso, incontornável ao olhar do estrangeiro àquelas terras. O juazeiro representa o contraste com a terra. É o anticacto porque ainda tinha muito do verde que a chuva trazia. Ele simboliza o período sertanejo popularmente conhecido como o tempo das chuvas: “o Juazeiro continua pintado de inverno, desmentindo o negro-cinzento do ambiente” (CASCUDO, 1929, p. I). Naquelas terras, o estrato da aceleração, materializado na locomotiva ferroviária, não resistiu. Acabou ruindo. Abandonada, perdeu-se em meio às terras distantes da capital. Nas palavras de Cascudo:

Outro caso engraçadinho é o da paralisação banal nos serviços ferroviários. Em Macau, desde 1917, está uma locomotiva. Levaram-na para lá. E lá ficou, apodrecendo dentro dum mocambo de zinco. Inútil como um bicho morto. Numa só coisa serviu a locomotiva. Um devoto carregou-lhe sineta. Está servindo numa capela, fingindo sino. O resto do esforço abandonado vê se, para direita dos quatro quilômetros do aterro-avenida, em cortes caros e varetas esboroadas (CASCUDO, 1929, p. II).

O que sobra é a indignação do sujeito perante o problema da utilidade. Problema muito particular e próprio do século XIX, isto é, perguntar-se sobre o quão útil é um determinado ente. Experiência de tempo que marca o pensamento em relação ao *fazer* humano. Útil ou não, o que importa é que a locomotiva, cujo objetivo é transportar pessoas e objetos, alinhou-se a uma cadência temporal mais devagar, vagarosa. Ele não se movimenta mais como planejado. A locomotiva ocupa-se, destarte, de registrar o caráter de corrosão do tempo, a finitude. O fruto do tempo marcado pela aceleração acabou desacelerando. Pior que isso, estagnou por completo. Perdeu seu *status* de utilidade para aquela pessoa que tem a referência da temporalidade acelerada em sua mente. É bem provável que para outros sujeitos haja diferentes caminhos para a locomotiva. Por exemplo, a sineta que adentrou para outro espaço, para fazer algo que não estava programado; a lógica local cuidou em atribuir-lhe novo significado ou, se preferir, uma nova utilidade para uma capela. Para além desses detalhes, Cascudo também acrescenta em uma nova parte do diário:

Vamos passando e o Oakland escorrega no barro macio. Os moinhos rareiam. Dizem-me que o motor os substitui. A paisagem holandesa desaparece. É uma perda que dá lucro. Lucro de tempo e de rendimento econômico. De regresso, fico lá fora, fumando. Estalos de bilhar. Luarzinho tímido romantiza a praçuela [sic] da Conceição. Meninas, rapazes, troços de palavras. O sertão está se preciciando [sic] (CASCUDO, 1929, p. III).

Já em outra localidade da viagem, o Oakland enfrenta condições adversas. Cada sertão traz uma experiência diferente da que ele obteve outrora. A paisagem é um termo caro ao autor.

Ela é constituída por Cascudo através de seu registro e sua visão (NEVES, 2005). Margarida Neves argumenta que talvez haja no natalense um desejo muito particular de preservação do vivido (NEVES, 2005). Este desejo está baseado, portanto, no intuito de não deixar o esquecimento tomar de conta, e isso se estende até mesmo sobre o sertão e sua paisagem (SALES NETO, 2009). O elemento paisagístico não sai de cena, até porque o esforço de Cascudo gira em torno de erigir uma dimensão imagética dos sertões. Logo, pormenores das praças, das matas, dos rios e da população que habita o mundo sertanejo adentram nesse rol. Aproximando-se de Martins, região caracterizada pela presença maciça de serras, o autor anota:

Anoitece. De cinco em cinco minutos dão distâncias diferentes. Uma falta absoluta do senso das distâncias. Vento rodador. Céu pintadinho de chumbo. Friozinho traz chuva. Subimos a Serra da Mombança. Cai a chuva. Tempestade na serra. Tempestade clássica. Teatral. Trovão estalante. Relâmpago vivo, largo, clareador. Chuva forte, em retas teimosas, infundável. Vento de lado. Molhamos a roupa e a energia. Derrapagens. Vamos lentamente. Com medo fantasiado de precaução. Ladeiras, aclives, curvas, voltas bruscas. Chuva. Vento. Trovão. Relâmpago. Relâmpago iluminador, num livido ornamental, a trilha sinuosa. Treva muito parecida com aquela da “Caridade Justiça” do finado Guerra Junqueiro. Noite fechada. Escuridão dura que o relâmpago vai furando em lilás instantâneo. Tempestade na serra (CASCUDO, 1929, p. V).

A ideia de paisagem é importante neste momento. Seu trabalho ergue toda uma arquitetura visual, um repertório de imagens dos sertões. Os detalhes que Cascudo traz para o jornal direcionam-se, inclusive, para a produção de saberes sobre o sertão. Esses saberes vinculam-se com a memória e a escrita. A paisagem é socialmente construída e articulada (SCHAMA, 1996). Ele está e fica na memória. Quando Cascudo escreve sobre a paisagem, ele leva seu texto para diferentes dimensões. Essa natureza e seus detalhes não são colocados em narrativa sem um cálculo, sem uma dosagem de articulação de ideias e racionalidade. Elas são narradas a partir de ambições e interesses. A natureza, enquanto categoria, associa-se à ideia de paisagem. E a paisagem é pensada culturalmente. A natureza em si não é visível. Ela é concebida na imaginação, social e discursivamente. Cultura, natureza e paisagem são conceitos que não se desgrudam com facilidade (SCHAMA, 1996). Retirar a cultura da natureza, ou vice-versa, é presumir que haja algo em um estado puro, e isso é retirar o objeto de sua historicidade.

Posteriormente, a viagem adentra o Estado da Paraíba, chegando às cidades de Catolé do Rocha e Brejo do Cruz. Nesse entremeio, as serras se mantêm firmes pelo caminho. Esta última cidade citada, por exemplo, é marcada pelo conjunto de serras que a circula. A geografia, neste ponto, sobressai; é um elemento simbólico, acima de tudo. Cascudo e os demais tomam esse caminho porque é uma maneira de adentrar no Seridó norte-rio-grandense. Este universo não se perde de vista. É valioso para quem quer conhecer o interior nordestino. Torna-se

parte considerável dos sertões potiguares, por aspectos diversos, por exemplo, os culturais, geográficos, demográficos ou artísticos. Sobre o Seridó, a sexta crônica registra o final da viagem. Cascudo diz que “Jardim de Piranha passa dorminhocando dentro da noite. Carreira para São Fernando, que se some, esboroadada e feia, como uma sombra. Às 21h e meia, entramos em Caicó, já clara e acolhedora, iluminada e policiada. Caímos dormindo” (CASCUDO, 1929, p. VI). Caicó apresenta-se como centro sertanejo que é civilizado, espaço onde há elementos para deixar o sujeito moderno com a sensação de segurança. A crônica encerra com justamente esta citação acima, deixando claro que o melhor para este homem da cidade é estar sob o controle das forças policiais, pela iluminação. O símbolo maior recai nos braços da administração pública e o que ela pode ofertar para a população.

Sendo assim, as viagens de Cascudo articulam uma mistura de posição frente ao mundo, ou seja, a postura de investigar, alguém que é interessado pelo desconhecido. Une-se a isso um conjunto de técnicas e práticas, desde a maneira de recordar pelos registros, os detalhes escolhidos para compor o tecido narrativo até ao gênero da escrita. Imiscui nesse todo historiográfico o objeto de interesse, o sertão, que liga diretamente a participação de Cascudo na sua própria escrita, mas também outros trabalhos voltados a tratar a vida brasileira pelos sertões, como é o caso de sua outra viagem ao sertão.

Quanto a obra *Viajando os sertões*, não se trata de tomar o sertão como uma parte do Estado, dentro de uma categoria nacional-regional, ou olhando na forma de um espaço pré-definido, estático, dado da natureza. Há de considerar-se o lado cultural, humano, social, e estas variáveis são bem presentes em toda narrativa. A cada município, o autor presenteia seu leitor com detalhes e informações sobre um universo intrigante, sobretudo para quem vive no litoral. Seu teor etnográfico é saltitante, eminente. Para o pesquisador dos sertões alguns incômodos surgem: para falar dele [o sertão] é preciso de quê? Cascudo necessita estar no sertão para tomá-lo em seu discurso? Como se relaciona os sentidos na narrativa e a verdade, isto é, de que maneira se apresenta o *ver* e o *falar* em Cascudo? Como o sertão é pensado pelo intelectual do IHGRN? Muitas indagações e poucas respostas. Eis algumas pistas.

Na segunda série de crônicas, a primeira palavra utilizada pelo autor é *viajamos*. Ela configura a frase inicial. Tal vocábulo, na verdade, resume todo o trabalho, as descrições, o empenho feito por Cascudo e seus colegas. A obra está em movimento. Basicamente, Cascudo está em expedição no intuito de apreender em saberes o que é o sertão, ou, em alguns momentos, o Seridó potiguar. Concentrando-se em aspectos históricos, elementos ligados ao universo tradicional da região, traz à tona minúcias da religião, arquitetura, a vivência na cidade e povoado sertanejos.

Vale a pena lembrar que viajar é uma prática historiográfica consagrada ao longo dos anos. Nos séculos XVIII e XIX, constituiu boa parte do saber histórico urdido por cronistas, historiadores e cientistas, em geral, que se enveredaram pela busca do saber. Homens como Leopold von Ranke, Chateaubriand, Martius e Spix, ou mesmo as viagens do francês Claude-Lévi Strauss, já no XX, pelo Brasil; no caso brasileiro, Varnhagen, Euclides da Cunha e Manoel Ferreira Nobre (NOBRE, 1971). Enfim, a viagem significou considerável empreendimento para eles, justamente uma forma de desenrolar o conhecimento a respeito de povos, sociedades e a história. A viagem é justamente um campo sem gênero, usado e abusado por diversos agentes, no âmbito militar, histórico, antropológico, filosófico etc. Um mundo de lei e fronteira turvas (CEZAR, 2010).

De certa maneira, argumento que o trabalho de Cascudo não desnuda um sertão, mas vários. O enunciado da própria palavra carrega em si a diferença, a multiplicidade. O documento que coloco sob a lupa é uma evidência da riqueza da noção de sertão em seus múltiplos aspectos e significados.

Para quem se escreve e por quê? Este questionamento pode levar à distintas respostas. Ressalto, aqui, a relação autor-leitor dessa escrita, ou seja, é um texto voltado conscientemente para alguém que irá lê-lo. Ora, está é uma preocupação registrada por Cascudo, que no fundo anota seu contragosto: “por mim, não escreveria nada. Creio que não interessaria a ninguém saber se gostei ou não das terras que visitei. Mas os pedidos foram muitos e em várias localidades. Acabei prometendo e as promessas, digam lá porque eles eram, cumpriam-se...” (CASCUDO, 2009, p. 18). Este excerto torna, a rigor, palpável aquilo que Paul Ricoeur refletia sobre narração, pois o ato de narrar implica, constantemente, em memória e expectativa (RICOEUR, 2010). Memória de sua viagem ao produzir o texto, previsão para com aqueles que ele realizara promessas.

O folclorista depara-se com um sertão do inverno verde e resplandecente (CASCUDO, 2009). Registra encontro com homens voltados ao religioso, lugares e construções com memoráveis características. Encontra-se e insere em seus escritos uma gama de universos sociais. Num dado momento, coloca:

Minha curiosidade acendia-se ao contato dos temas prediletos. Os portões dos cemitérios, todos guardando reminiscências do barroco jesuítico, as lápides fúnebres, ingênuas e doces; a lâmpada maravilhosa da Igreja de Pau dos Ferros, pesado em maciça, de prata de Lisboa, trabalhada em estilo rococó, carinhas de anjos e motivos conchiformes, o turíbulo e sacrário, lindos ambos (CASCUDO, 2009, p. 18).

O que o autor faz senão explorar cada detalhe do universo sertanejo? Veja que o pesquisador aborda, passando por cidades como Açu, Mossoró, Patu, Serra Negra, temas

diversos, desde a religião, arte, arquitetura à cozinha do sertanejo, fazendo do oculto o nítido, trazendo à escrita e à lembrança objetos e práticas sertanejas.

Cascudo faz sua viagem em um veículo. O natalense adentra não mais em um Oakland, como na viagem dos 1.104 quilômetros. Desta vez é um Ford. Apesar da troca de marca, o instrumento de conhecimento continua sendo o mesmo: o carro, máquina símbolo da modernidade, representante do capitalismo, da experiência produtivista da Revolução Industrial. O Ford é a modernidade atravessando o mundo sertanejo (CASCUDO, 2009). O sócio do IHGRN adentra no símbolo do moderno, do progresso, para conhecer o sertão e ergue o sertanejo como representante da força interiorana.

Cascudo tem certo provincianismo. A cultura regional o interessa em demasia. Há referências para diferentes pormenores da história dos sertões, entre eles, Cascudo aborda diversos aspectos da cozinha no sertão: “o sertanejo precisa convencer-se de que deve a sua forma de alimentar-se a justificação de sua resistência física” (CASCUDO, 2009, p. 40). A culinária é uma via de analisar a cultura. O sócio aproveita-se dessa perspectiva e traz elementos da cozinha sertaneja. Fica irritado com o fato, que ele constata, de que o sertanejo está acanhado em relação à sua própria cozinha. Isso seria um sinal de decadência. A carne de sol, a coalhada, o mungunzá, o milho cozido, todos esses pratos deveriam ser símbolos patrióticos. A culinário é meio de expressar a riqueza cultural e sua singularidade, assim como maneira de manifestar seu descontentamento (CASCUDO, 2009).

Quem é o sertanejo para Cascudo? É difícil responder tomando por base unicamente esta obra, pois em cada escrito há situações diferentes e plurais, seguindo bem a linha teórica sobre a vastidão do conceito de *sertão* de que estou acompanhando. Um esforço colocado pelo folclorista é justamente percebido em casos de encontro com pessoas distintas. Tomo como exemplo o caso de José Leão, que ele toca no capítulo *O fazedor de Santos*. Homem de “imaginário primitivo, sereno, resignado, incompreendido, passando fome, trabalhando sem esperança” (CASCUDO, 2009, p. 24-25). Prossegue afirmando: “José Leão, trabalhador sem reclame, escultor sem escola, artista sem nome saúdo-te em nome dos que trabalham com alma e morrem sem glória” (CASCUDO, 2009, p. 25).

Morrer sem glória, desconhecido, sem voz, sem corpo, uma narrativa que escolher traçar o caminho do subalterno, daquele que não consta nos livros oficiais da história, mas pretende salvar na escrita contemporânea a Cascudo, a sua escrita. Assim foram condenados vários trabalhadores nordestinos na construção de Brasília, ou então aqueles que migraram com o apoio do Estado Novo ao Amazonas, a marcha para o oeste brasileira. Os números de mortos tentam dar conta para lembrar o que essas pessoas viveram. Apenas números. A historiografia

não mostra seus corpos, seus nomes, suas alegrias e tristezas, de que ramo familiar pertenciam. Uma consequência de séculos, onde dominantes escrevem sobre outros dominantes para legitimar a fama e os corpos deles mesmos (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2018). Os “grandes homens” só se enxergam os grandes porque pensam o *outro* como marginal e periférico. Quando a(o) pobre sertaneja(o) poderá ter um espaço mais confortável no conhecido altar de Clio? (CONNELL, 2017).

Trazendo à luz figuras assim, mostra-se com afinidade diferentes pessoas e mundos dentro dos sertões. São dois universos se colocando numa determinada relação, Cascudo como homem do litoral, representante do urbano e letrado, e por outro lado temos as figuras sertanejas que ele se deparava. A dúvida paira: são mundos opostos ou se entrecruzam? Bom, de todo modo, uma discussão que pode ser levantada é sobre o requinte etnográfico na escrita cascudiana e sua ligação com acepções evolucionistas que eclodiam na historiografia brasileira desde finais do XIX. Afinal, a escrita brasileira, da primeira metade do XX, aparenta manter algumas solidificações das tramas decorridas a partir dos estudos evolucionistas, amparados no darwinismo-social e até na eugenia (SCHWARCZ, 1993). Cascudo ruma para os sertões e no curto prazo de tempo que ele passa por ali, conclui que há uma ausência de negros. Os sertões seriam, portanto, carentes dessa população. Em nenhum momento ele diz que isso é um problema. Na verdade, o que o sócio faz é trazer uma tese explicativa do seu registro.

Esta narrativa é um esforço de Cascudo para suprimir a presença do preto da história sertaneja. Relembrando o que escreveu e registrou em sua viagem anterior com Mário de Andrade, o mesmo procedimento veio à tona: os textos caracterizavam-se, também, pela falta dos pretos no mundo sertanejo. O que é revelador do pensamento de Cascudo, afinal, nas crônicas, ele utiliza a explicação biológica entre as causas da ausência:

A proporção do mestiço era grande, 37,51, mas denunciava a absorção do melanodermo. Mas se vê que a preponderância é branca e esta decidirá o pigmento do produto. Por uma lei de Mendel é perfeitamente possível uma avó negra para um neto branco. Demais, como notou Roquete Pinto, a ligação já se fez entre o branco e a mulata mestiça, clareando o rebento (CASCUDO, 2009, p. 28).

Essa não é a única narrativa que o autor traz para justificar sua percepção. A explicação para as causas da questão reside, mais enfaticamente, em um ensaio que publica na *Revista Nova*, um veículo de produção intelectual ligado ao movimento modernista paulista. Na quinta crônica, que comenta a pouca presença dos negros, Cascudo relembra sua explicação do artigo e avança comentando que o motivo principal se encontrava na lógica econômica. A economia do Rio Grande [do Norte] embasava-se na criação de gado, seguida pelo engenho e, posteriormente, voltou-se à produção do algodão, o que não tornava necessário o empenho

braçal do escravo: “sei eu que posteriormente, na época, das altas do açúcar, o escravo cresceu entre nós. Mas não se fixou no Sertão” (CASCUDO, 2009, p. 29). Cascudo acrescenta o fator da seca na narrativa. Ela também seria causa dessa falta de pretos no mundo sertanejo. Com a seca de 1877, o mercado dos escravos exportou esses povos para outras regiões brasileiras. O sertão direcionou essas pessoas para Mossoró, e a consequência disso foi a emergência de revoltas, de acordo com o sócio (CASCUDO, 2009). Adiante, o natalense ainda considera: “para o sertão ficou o escravo de confiança, o negro fiel, companheiro de trabalho. Ficou também a mãe-negra, mãe de leite, contadeira [sic] de história de Trancoso e responsável pelo ‘Pavor Cósmico’ de que fala Graça Aranha” (CASCUDO, 2009, p. 30).

Outro ponto que faço referência nessa discussão é o momento de refletir sobre os artistas sertanejos, por parte do autor (CASCUDO, 2009). Para Cascudo, os poetas do sertão não cantam e sentem a natureza. Só interessa a ação, a luta, o movimento, o homem. Pois, “a noção da beleza para ele é a utilidade, o rendimento imediato, pronto e apto a transformar-se em função. (...) A frase irônica de Wilde dizendo que a ‘arte é perfeitamente inútil’ parece ter saído dum comentador sertanejo” (CASCUDO, 2009, p. 43-44). Percebe-se, com clareza, o foco do olhar sobre o sertanejo e a constituição da narrativa quanto a *invenção* do sertão/sertanejo na obra. Ora, justamente não é a natureza o dado maior que movimenta esse entendimento. Pelo contrário, é a religião, é a cozinha, é a relação do poeta com seus afetos e interpretação, são relações sociais (CASCUDO, 2009). O sertão aparece com essa moldura para o folclorista. Contribuindo para o raciocínio, Antonio Moraes considera que, em relação ao sertão, “não são as características do meio natural que lhe conferem originalidade, como o clima, o relevo, ou as formações vegetais” (MORAES, 2003). O sertão, nesses termos, é dizível, discursivo. Transcende a dimensão empírico-espacial, isto é, o conteúdo meramente geográfico, como produto do meio.

3.5.2 Elogio ao sertanejo

Poder-se-ia compreender o trabalho de Cascudo como de interpretação do sertão. Há quem fale em intérpretes do Brasil (BETTIOL; HOHLFELDT, 2011); pois, aqui, cada vez mais Cascudo toma a forma de um leitor dos sertões. O folclorista, aliás, não trata apenas do sertão potiguar, mas considera, em outra oportunidade, já na RIHGRN, um artigo para tratar dos nordestinos em sertões amazonenses. É o caso do texto *Sertanejo e Amazônia*.

Outro momento, diferentes preocupações. Passam, praticamente, três décadas até a produção desse novo texto. Curto, com um tom de aclamação, Câmara Cascudo pensa agora

os nordestinos fora de seu berço, mas fazendo sertão em outros lugares. Não se trata de uma narrativa voltada aos grandes nomes nacionais ou regionais. Não obstante, o que há de se encontrar no próximo documento é um elogio ao nordestino em outros universos, àqueles que, mais uma vez, não tiveram sempre atenção da escrita da história.

Seu trabalho permite enxergar um sertão em movimento que vai além do espaço físico, é o sertanejo nordestino que segue até outros espaços brasileiros, como o amazonense. De tal modo que isso fique encravado na memória do povo. É o que ele propõe inicialmente no artigo, publicado na RIHGRN, revelador de vários elementos para a reflexão sobre o sertão em Cascudo. O autor provoca o leitor asseverando que “não há família nordestina que não lembre um parente sepultado em cemitério amazônico” (CASCUDO, 1974, p. 5).

De olho no contexto em que estava inserido, o folclorista vislumbrava um mundo em constante mudança, arraigado na caótica Europa e suas guerras, mas sobretudo pautado no movimento de busca por outros territórios, incentivados pelo Estado Novo, e mais adiante com as grandes migrações da década de 1960. Esse “êxodo” indica não apenas a ideia estagnada da seca-problema, mas de toda uma orquestra histórica e social que configura os contornos do Brasil. O folclorista pontua:

Quase cem anos abriu-se a porta d'água emigratória, tornando os rios sertanejos afluentes do Rio-Mar. Depois de 1930 é que o azimute da marcha rumou São Paulo na fascinação retributiva das indústrias fabris. Na segunda metade do séc. XIX cada seca nos sertões fazia ouvir a solução única para o homem faminto, sadio, inconformado na miséria cíclica da paisagem de bromélias e cactáceas. Ia para a borracha! Derramaram-se em centenas de milhares pelas regiões do Pará, Amazonas, Acre. Se houvesse chovido no sertão, Plácido de Castro não teria seus guerreiros ágeis, enxutos, incansáveis. A quase totalidade não regressou. Dormia na Morte ou prolongava a vida nas proles de etnias, confusas e resistentes como macambiras (CASCUDO, 1974, p. 5).

O Nordeste, enquanto delimitação físico-político, pode ser bem imóvel. Mas o nordestino, pelo contrário, é deveras móvel. Não faz do espaço geográfico seu lugar natural. Ele anda por todo o Brasil. Não há correntes em seus pés. Dissemina-se pelas entranhas e recônditos de outros sertões. E, claro, em outros sertões não encontra exatamente uma redenção, porém, ganha problemas não existentes de outrora. Troca uma situação por outra, e cada qual com seus prós e contras. Sina da migração. Dor e luta constantes em todos os locais para esse povo, como se fossem predestinados. Percebe-se que o sertão é problemático. A seca o atormenta. Faz do sertão-verde amazonense um escape. Espécie de lugar da salvação. Uma chama de esperança.

A erudição de Cascudo traz a possibilidade de encontrar certa semelhança poética na escrita em autores como Euclides da Cunha, ou seja, traços matizados por características

pertencentes a um mundo com referências literárias, abordando elementos diversificados no enunciar do sertão e do sertanejo. A narrativa tem contornos mais leves. O texto transparece uma reflexão com traços imaginativos mais flexíveis. A escrita do natalense conecta sertões. Vagueia entre lugares e tempos. Cascudo fala com suavidade. O teor poético de seu trabalho é mais visível do que em outros sócios. O sertão, neste ponto, é associado com outros matizes. Esse sertão é fluido e sua plasticidade ecoa por outros universos, inclusive na mente do nordestino que se estabelece no Amazonas. Como consta adiante:

O MUNDO-VERDE, povoado de assombros, aturdiu-o. Adaptação psicológica total. Acreditaria em tudo quanto o **caboco** temia. Cobra Grande, Curupira, Matintaperê, agourando como a Tincua, o agigantado Mapinguari gritador, a onça Maneta, apenas visível no rosto e no ataque mortal, e, em certas zonas, os Anhangas, espectros de animais, como os Zumbis do Nordeste (CASCUDO, 1974, p. 6, grifo do autor).

Com isso, o leitor do texto vai enxergando a construção paulatina de uma relação entre os sertões nordestino e amazonense. Este elo define-se até pelo ato de nomenclatura compartilhado pelo sujeito nordestino. Cascudo lança o lembrete:

Do Ceará em vante os igarapés, tarumãs, plantas comuns, batizam propriedades. No Rio Grande do Norte há o município Barcelona que não recorda Espanha mas um seringal amazônico, onde o padrinho do povoado trabalhara. Existem os distritos cearenses Curupira, Marajó, Ererê, Iara. Quantos nomes os torna-viagem semearam para o testemunho da emigração! (CASCUDO, 1974, p. 7)

Não para por aí, haja vista que a “imagem da Amazônia era uma presença doméstica no âmbito das velhas famílias fundamentais, plantadoras do povoamento” (CASCUDO, 1974, p. 7). Construir um símbolo dessa envergadura, ou seja, a nomeação de elementos sertanejos em diferentes sertões, faz estabelecer um amálgama não percebido. Em outras palavras, manifesta-se, a partir da relação evidenciada pelo folclorista, a existência de uma história até então não reconhecida ou mesmo, quem sabe, ignorada.

As condições climáticas exigiam uma mudança diferenciada, de acordo com Cascudo. Distinta não pelas suas causas, mas por sua forma e simbolismo do destino. O autor considera: “Como uma peregrinação a Meca. Dizia-se apenas o **Norte**, e era bem uma posição fixa no horizonte, inflexível roteiro sedutor do Eldorado, atraindo irresistivelmente o ponteiro da bússola para o **norteamento** habitual” (CASCUDO, 1974, p. 7, grifo do autor). Meca para o muçulmano, Ítaca para o grego antigo, e o sertão para o nordestino; a construção de um lugar natural aparece na narrativa cascudiana apresentando certa configuração flexibilizada. O sertão faz-se em outros lugares também. Talvez essa seja a grande questão por trás do discurso de Cascudo. Porque, no final das contas, o sertão é condicionante das configurações; o sertão é

parte das equações existenciais; ele não é dado, algo natural, ofertado pelo mundo da vida. O sertão “não é um lugar, mas uma condição atribuída a variados e diferenciados lugares” (MORAES, 2003, p. 2).

Meca, Eldorado? Tais expressões de cunho religioso e utópico são símbolos frequentes que circulam o espaço do *outro*, a ponto de traços assim marcarem narrativas desde a colonização (HOLANDA, 2000). O desconhecido, o outro, o espaço ainda não colonizado, foi tomado desde os primeiros navegantes nos relatos com características edênicas, religiosas, mágicas e fantasiosas, dando margem para caracterizações e enunciados diversos, semelhantes ao do potiguar. Após tecer comentários a respeito desse encaminhamento místico/fantasiado sobre o nordestino, Cascudo pontua um rumo ontológico trilhado pelo sertanejo nordestino:

O Povo Sertanejo constituiu o fornecedor emigratório, bandeirantes sem chefes, caçando Borracha e não preando indígenas e farejando ouro no labirinto potamológico da Amazônia. Fora o sertanejo, magro, lacônico, andejo no exercício pastoril, frugal e crédulo; organismo onde o Sol capitalizara reforços miraculosos na química dos hormônios, o elemento fiel à disciplina do apelo das Icamiabas e dos botos em suas inesgotáveis promessas impossíveis. O sertanejo seria o predestinado a procurar Manoa e seu lago orlado de ouro, o clima ajudara-o à contumácia defensiva, à precária suficiência nutritiva, despindo-o dos excessos adiposos, ampliando nos peitorais a capacidade respiratória, fazendo-o alimentar-se de carnes sem sumo, o sal que elas próprias contivessem, peixes d'água doce; o pé infatigável nas caçadas pobres, pau de abelhas ferozes, pesca de açude e poço, enfrentar onça a foice curta (CASCUDO, 1974, p. 8).

Pormenores: pacífico e honesto, conquistador e desinteressado, predestinado, sagaz e, além de tudo, um conquistador. O que não é falado neste excerto é a riqueza que a Amazônia carrega consigo, a variabilidade de histórias que ela aproxima de si. Terras incógnitas ocultam mistérios, mas também, e aqui está o toque colonial desse escrito cascudiano, a possibilidade de riqueza. Muitos autores, desde a colonização até décadas depois, como o próprio Gabriel Soares, afirmavam que enxergavam no recente mundo descoberto serras douradas. O que poderia causar este interesse? O fato de ser um mundo completamente enorme e conhecido precariamente promove essa vontade de explorar. Dizia-se que era através do sertão brasileiro que se poderia encontrar caminhos para “terras prometidas”, inclusive, a própria Manoa que Câmara Cascudo faz referência (HOLANDA, 2000). Ou seja o interior tinha muito mais valor para esses homens que atracavam no litoral. A lição que pode ficar é que aquele detentor da escrita tem o poder de elaborar uma imagem, de representar com dadas características. Falar e escrever sobre o objeto, representa-lo, é um ato de poder.

Vale mais uma reflexão: a partir do que pensa Cascudo sobre o sertanejo migrante, o movimento desse povo é comum à interiorização brasileira, quer dizer, o sertanejo faz parte

justamente do processo de crescer para dentro, que Candice Vidal e Souza pesquisa com afinco. Aqui, ele [o sertanejo] não é parte passiva, mas tomado como “bandeirante”. A antropóloga, partindo da ideia de fronteira, comenta que neste processo “está insistentemente marcada uma direção para onde levar a fronteira: não seguirão as forças de transformação para qualquer sertão. O bom lugar é aquele que se qualifica como sertão vazio, os desertos do Brasil Central, o sertão não utilizado” (VIDAL E SOUZA, 2015, p. 137). Pode-se encaixar aqui, de certa maneira, o caso do sertão amazonense. Imenso e desconhecido em sua totalidade. Aliás, o século XX é tomado por expedições para povoar ou mesmo conhecer este território. Missões como a do Marechal Rondon tomaram enorme importância (LIMA, 1999). Câmara Cascudo pensa o sertanejo, a região, o Amazonas, os sertões e o Brasil. Há uma espécie de transitoriedade entre os brasis. Ela se apresenta na cultura, na memória e no ser humano:

(...) artesanato laborioso, viola, pandeiro, (...) dança de roda, solo e refrão que reuniam a colaboração dos bailarinos (...). Repetiria esse patrimônio no barracão do seringal, unitário e coletivo, dependente e autárquico, refazendo o seu mundo na perpetuidade da memória, catando no Xingu e no Madeira como antara no Crato e no Seridó. Não conhece tédio, morrinha, banzo. Não se suicida como os europeus coloniais. Persignasse ao dormir. Dorme com luz porque o Anjo da Guarda se afasta das trevas (CASCUDO, 1974, p. 8).

O autor não foge da regra. Ele pensa o Brasil, também, através da chave litoral-sertão. Revela o que há por debaixo dos panos midiáticos e historiográficos. Há história do povo sertanejo. Um dos problemas é que ela foi acobertada por orientações historiográficas que não a atribuíam uma certa legitimidade e importância. Basta ver os textos norteadores do bávaro Karl Friedrich von Martius, que orientaram os pesquisadores da história brasileira a pensar com base numa estrutura de cunho europeu. Um outro reflexo disso é a obra de Francisco Varnhagen.

Cascudo tem seus problemas, também. Pensar que a narrativa de Cascudo faz aparecer muitos pontos notáveis tornando-o alguém com uma ótica totalmente diferenciada não é ser completamente crítico. Há de atentar-se que o autor recobre questões importantes, por exemplo, esconde dados históricos como a violência, a enfermidade, a baixa expectativa de vida, entre outros detalhes que fazem toda a diferença (GOMES, 2013).

Lá ficará, amansando o deserto, como dizia Euclides da Cunha, disputando a permanência aos fantasmas do Medo, tradicional, positivando a invasão humana, alargando a geografia do ecúmeno pelo empurrão do peito atrevido. Será um cadáver sem nome mas a picada que o seu facão abriu na mata é o monumento irrecusável da presença dominadora, testemunhando o recuo da floresta selvagem ante a tenacidade anônima do exemplo (CASCUDO, 1974, p. 9).

Neste último excerto, Cascudo assevera a presença massiva do sertanejo. Ele não viajou até o sertão amazonense para *ver e falar*, ao contrário do primeiro caso. Mesmo assim, é firme em questões cruciais. O sertanejo nordestino, sem glória, todavia mesmo após a morte, a evidência de sua passagem estará marcada, testemunhada na luta contra a natureza. Este, aliás, tema para um outro diálogo.

Três textos de Câmara Cascudo. Os dois primeiros numa compilação de escritos, elaborados a partir da viagem ao sertão, e o terceiro publicado na RIHGRN. O que os três trabalhos têm em comum? Abordam o sertão como um universo a ser valorizado e olhado com mais severidade pelo profissional da história. Os sertões caracterizam uma via de entendimento do Brasil. Outro fator é que não se pode perder de vista a ideia de que o sertão não é um dado natural. Muito além disso, ele transcende o natural, por mais que este também faça parte do processo, mas a natureza não é o todo, não determina. Percebe-se através da pena de Cascudo, que o folclorista brinca em levar o sertanejo nordestino entre sertões, o sertão do próprio nordeste, com direito a citar o Seridó, e também os sertões amazonenses. No afã de tentar mostrar a transitoriedade dos elementos sertanejos compartilhados por cima dos quilômetros de distância que separam os universos sociais, Cascudo passa a citar vários pontos a partir da *nomeação*, ou seja, expressões existentes entre os sertões utilizados lá e cá, para nomear cidades, povoados e propriedades.

O sertão de Cascudo toma forma não simplesmente pela relação com a natureza geográfica, mas por todo um processo humano e afetivo com o local, com as histórias contadas nesses âmbitos, e pelas dificuldades que o escritor parece inculcar ao sertanejo. Cascudo apresenta vários caminhos para pensar seus escritos. Utilizei aqui de pequenas gotas de um rio bem mais extenso.

Conclusão



O incômodo que orientou esta análise foi entender quais representações da noção de sertão são feitas pelos sócios do IHGRN. Tendo em vista as múltiplas experiências, particularidades na formação de cada sujeito que compõe o corpo de pesquisadores do Instituto, as representações seguem uma posição relativa a quem fala, ao contexto que o sujeito está inserido. Como o recorte estipulado atravessa as duas metades do século XX, a historiografia do Instituto revela diferentes usos das representações. Tentei mostrar e argumentar que esses usos variam conforme os interesses e projetos dos sujeitos que, ali, passaram. Em um primeiro momento foi apontado que o IHGRN pode ser visto como uma esfera do campo intelectual norte-rio-grandense que manifesta interesse historiográfico, particular, cultural e de sociabilidade. Apontei a forte presença da tradição retórica, que faz parte da composição historiográfica dessa miríade de sujeitos. Analisei também que no meio dos estudos potiguares essa esfera intelectual promoveu a formulação da escrita da história pautada num grupo masculino, hegemônico na sua produção e também nos sujeitos investigados, homenageados e celebrados.

O olhar lançado para os sócios foi coletivo, ou seja, a lupa passou não apenas por um confrade, mas por aqueles que considero ser mais elementares nesse momento, quer dizer, os mais importantes em relação à fabricação do conceito de sertão nas publicações da Revista. Argumentei que há duas grandes caracterizações da noção de sertão no desenrolar do século XX, em relação à RIHGRN. A primeira é a total confusão entre o universo sertanejo e o do semiárido, a paisagem desértica, seca que se faz mal-estar para o profissional da política e membro do Instituto. Essa angústia ocorre com aquele sujeito que carregam o discurso contra as secas. Não é à toa que ocuparam cargos governamentais e administrativos no Congresso, no Parlamento. Esse é um sertão que visa ser superado. Há um anseio pela transformação do mundo. Eles, os sócios, não aceitam o sertão, que se referem, como ele é. A representação dos sertões nesse primeiro momento é feita por uma vontade de mudança, de destruição. O sertão é usado narrativamente. O sertão é tomado por diferentes categorias temporais, isto é, passado, presente e também futuro. Torna-se um elemento de experiência e de expectativa. Experiência por causa das secas e dos problemas subsequentes, assim como memória das raízes intelectuais e enaltecidas. Expectativa em relação à superação de problemas e da continuidade de uma certa glória intelectual, sobremaneira, seridoense.

O sertão seja representado por Eloy de Souza ou em Câmara Cascudo, habitado por homens cuja imagética é feita pelo caractere da virtude, pela riqueza de sua vontade de viver, pela rejeição do mundo como ele é - do sertão representado como desértico e antívida. Esse sertanejo não se contenta com aquele mundo. Ele está criticando o que está presente diante de seus olhos.

A segunda grande representação do sertão é um universo caracterizado aos moldes de um berço dos intelectuais, como se fosse um lugar fértil na produção dos sujeitos voltados aos cargos públicos; levando para fora os intelectuais que superaram condições adversas, árduas e que mesmo assim entraram no mundo do poder da elite. Essa representação que é carregada de atributos retóricos e simbólicos, arquitetada mormente pela rede de sócios seridoenses, cujo representante maior é José Augusto. Esse sertão está associado com o clamor político, com a construção de vedetes do quadro de profissionais da política potiguar. O IHGRN fabrica a expressão “grandes nomes” e faz de pano de fundo dessas cenas, muitas vezes, o sertão. Vide os casos de Juvenal Lamartine e Amaro Cavalcanti. Esta segunda grande representação faz do sertão produtor dos intelectuais, pois ele apresenta como favorável para isso, vide a construção mnemônica e simbólica da cadeira de gramática Latina, por parte de José Augusto. Este último arquiteta o Seridó pautado em uma bolha intelectual, com bases elitistas e oligárquicas. Inclusive, atuou fazendo a defesa da figura do coronel seridoense. Esse *seridocentrismo* formula um sertão cujo progresso aparentemente já está instalado.

Às vezes com um olhar mais sociológico, outras vezes pela ótica psicanalítica, levantei questões para pensar as representações da noção de sertão que esses sócios viabilizam, as quais voltam-se à configuração do sertão enquanto seca. Entre os diferentes sujeitos que constituem o corpo de sócios, destaco entre eles um grupo específico que se relaciona com os discursos da IOCS. São eles: José Augusto, Felipe Guerra, Francisco de Salles Meira e Sá e Eloy de Souza. O sertão a partir daí é visto como um problema para o sujeito da política. É preciso reconhecer que o IHGRN não faz papel paladino ou de um grande defensor do discurso das Obras Contra as Secas do Norte. Este são quatro sócios no meio de tantos outros, além da riqueza historiográfica que o sertão se faz presente. Cascudo traz outros sertões para além da figuração árida, da caatinga. Sua pegada mais etnográfica traz à lembrança elementos que formulam o cotidiano do sertanejo, além de descrever aspectos da vida como um todo. Autores como Veríssimo de Melo trabalham com religiosidade e devoção popular, fora os sujeitos das elites locais, que não envolve necessariamente as secas.

Entre os elementos historiográficos que atravessam os discursos sobre os sertões, destaco o recurso à ideia de *povo sertanejo*, fazendo da figura do sócio do IHGRN uma espécie de intérprete do que deve ser feito no sertão. Ele apresenta-se como guia do coletivo. Como alguém consagrado. Aqui, intelectual e político se confundem mais do que nunca. Digno de nota ressaltar a questão da legitimidade social para se falar em relação ao mundo como alguém consagrado até pares; e o Instituto cumpre esse papel em atribuir autonomia aos discursos, propagando-os, fazendo circular ideias.

Neste texto, procurei analisar as representações da noção de sertão trazendo à mesa fontes que constroem e compartilham de elementos constituidores de um sertão cristalizado, estigmatizado pela seca, mas tendo como segmento posterior a consagração intelectual. Como essas duas dimensões conseguiram coabitar em uma mesma narrativa? É preciso pensar na composição historiográfica e nos traços topográficos do texto, nos interesses e objetivos sociais, na teatralização do poder que sustenta as *grandes* figuras, os *grandes* nomes a partir de contextos onde o sertão se faz presente. Penso que o estudo sobre as representações intelectuais do sertão traz novas leituras, novas possibilidades de crítica, reflexões que visam desconstruir de velhas estereotípias, preconceitos e construir algo novo por cima; trata-se de direcionar a crítica às visões que fazem espaço e sujeito desvalorizados.

Ora, o que os historiadores podem fazer a respeito das representações do sertão que fazem dele algo estático, parado no tempo, com uma figuração solidificada? Considero, por fim, a importância da construção de valores por parte do historiador. Sua narrativa cria imagens, cria norteamento para além da comunidade dos profissionais da história. Historiadores também representam com sua escrita. Tentei, nessas poucas páginas, mostrar que para além do esforço político em salvar a região de tragédias climáticas, há nesse conjunto de elementos a performance, a utilização da história e da noção de sertão para fins simbólicos. Quanto às fontes que abordei nesta pesquisa, ainda tem muito para se fazer, ainda há necessidade de crítica em diálogo com outras áreas do conhecimento.

Referências Bibliográficas

Fontes:

ALBUQUERQUE, Floriano Cavalcanti de. Amaro Cavalcanti: o homem e o jurista. In: **RIHGRN**. Natal. Volume 54, 1961, p. 66-73.

AUGUSTO, José. A cadeira de Gramática Latina da Vila do Príncipe. In: **RIHGRN**. Natal. Volume 35-37, 1941.

_____. Almino Afonso. In: **RIHGRN**. Natal. Volume 54, 1961, pp. 12-19.

_____. Meira e Sá. In: **RIHGRN**. Natal. Volume 55, 1965, pp. 33-42.

_____. O Rio Grande do Norte no Senado da República. In: **RIHGRN**. Natal. Volume 53, 1960, pp. 5-20.

ATAS DA SESSÃO ORDINARIA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE, REALIZADA A 13 DE OUTUBRO DE 1963. In: **RIHGRN**. Natal, volume 55, 1965.

BARBOSA, Januário da Cunha. Programa. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Tomo II, 1840, pp. 3-19.

CÂMARA, Adauto Raposo. O túmulo de Nísia Floresta. In: **RIHGRN**. Natal. Volume 45-47, 1950, pp. 159-166.

CARTA DE PERO VAZ DE CAMINHA. Ministério Da Cultura. **Fundação Biblioteca Nacional**. Departamento Nacional do Livro, s/d.

CASCUDO, Luís da Câmara. Diário dos 1.104 km. **A República**, Natal, Acervo Documental Ludovicus - Instituto Câmara Cascudo, 1929.

CASCUDO, Luís da Câmara. Sertanejo e Amazônia. In: **RIHGRN**, vol. 59-61, Natal, 1974, p. 5-9.

CASCUDO, Luís da Câmara. Tavares de Lyra. In: **RIHGRN**. Natal. Volume 52, 1959, pp. 9-11.

CASTELO BRANCO, J. M. B. Augusto Tavares de Lyra. In: **RIHGRN**. Natal. Volume 52, 1959, pp. 12-23.

DIVERSOS Juízos da Imprensa. In: **RIHGRN**. Natal. Volume 44-47, 1948, p. 41-47.

DIVERSOS Juízos da Imprensa. In: **RIHGRN**. Natal. Volume 48-49, 1952, p. 265-267.

ESTATUTOS DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE. In: **RIHGRN**. Natal, Volume 1, n. 1, 1903, pp. 09-23.

GALVÃO, Hélio. Tavares de Lira, o historiador. In: **RIHGRN**. Natal. Volume 52, 1959, pp. 75-80.

GANDAVO, Pero de Magalhães. **Tratado da Terra do Brasil: história da província Santa Cruz, a que vulgarmente chamamos Brasil**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2008.

LIMA, Nestor. Amaro Cavalcanti. In: **RIHGRN**. Natal. Volume 45-47, 1948-1950, pp. 87-131.

_____. As cinco sedes do Instituto. In: **RIHGRN**. Natal. Volume 35-37, 1941, p. 18-30.

_____. Municípios do Rio Grande do Norte: à guisa de defesa. In: **RIHGRN**. Natal. Volume 35-37, 1940, p. 181-185.

_____. Relatório da presidência do Instituto Histórico. In: **RIHGRN**. Natal. Volume 45-47, 1950, pp. 171-175.

_____. O Centenário da cidade de Assú. In: **RIHGRN**. Natal. Volume 44-47, 1948, p. 111-118.

_____. O jubileu de Ouro do Instituto Histórico. In: **RIHGRN**. Natal. Volume 50, 1953, p. 19-40.

LYRA, Augusto Tavares de. Recordando dias Idos. In: **RIHGRN**. Natal. Volume 48-49, 1952, p. 11-26.

LYRA, Carlos Tavares de. Tavares de Lyra na intimidade. In: **RIHGRN**. Natal. Volume 52, 1959, pp. 24-27.

MELO, Aldo Fernandes de. Apresentação. In: **RIHGRN**. Natal. Volume 52, 1959, pp. 5-7.

MELO, Manoel Rodrigues de. Uma carta do Dr. Eloy de Souza. In: **RIHGRN**. Natal. Volume 52, 1959, pp. 48-52

PETROVICH, Enélio Lima. Inauguração de uma placa. In: **RIHGRN**. Rio de Janeiro, Pongentti. Volumes 56-58, 1971, p. 49-50.

REDAÇÃO. Gov. Dinarte de M. Mariz. In: **RIHGRN**. Natal. Volume 52, 1959, pp. 28-29.

REDAÇÃO. Instituto Histórico e a sua sede própria e definitiva In: **RIHGRN**. Natal. Volume 35-37, 1941, p. 5-18.

REDAÇÃO. Ministro Augusto T. de Lyra. In.: **RIHGRN**. Natal. Volume 52, 1959, pp. 7-9.

REDAÇÃO. Necrologia: Dr. Eloy de Souza. In: **RIHGRN**. Natal. Volume 53, 1960, p. 153-155.

REDAÇÃO. O 1º cinquentenário do Instituto Histórico Geográfico. In: **RIHGRN**. Natal. Volume 48-49, 1952, pp. 6-7.

SOUZA, Eloy de. Secas e cabotagem nacional. In: **RIHGRN**. Natal. Volume 10, n. 2, 1915, pp. 5-77.

Livros examinados:

AUGUSTO. José. **O Rio Grande do Norte no Senado da República**. Natal, RN: EDUFRN – Editora da UFRN, 2008.

AUGUSTO, José. **Seridó**. Brasília, Senado Federal: Centro Gráfico, 1980.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Viajando o sertão**. 4. ed. São Paulo: Global, 2009.

LYRA, Carlos Tavares de. **Tavares de Lyra: uma vida em linha reta**. Natal, RN, Fundação José Augusto, 1973.

MELO, Manoel Rodrigues de. Introdução. In: AUGUSTO, José. **Seridó**. Brasília, Senado Federal: Centro Gráfico, 1980,

PEREIRA, Nilo. **José Augusto B. de Medeiros: um democrata**. Natal: Fundação José Augusto, 1982.

PETROVICH, Enélio Lima. **Os arquitetos da história do Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro, Pongentti, 1971,

SOUZA, Eloy de. **Cartas de um sertanejo**. Brasília: O Autor, 1983.

SOUZA, Eloy de. **Memórias**. 2. ed. Natal; Senado Federal: DF, 2008.

SOUZA, Eloy de. **O calvário das secas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL; Natal: Fundação José Augusto, 1983.

Bibliografia Geral:

ABREU, Capistrano de. **Capítulos de história colonial: 1500-1800**. 7. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Publifolha, 2000.

ABREU, Regina de. **O enigma de Os Sertões**. Rio de Janeiro: Funarte: Rocco, 1998,

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. De amadores a desapaixonados: eruditos e intelectuais como distintas figuras de sujeito do conhecimento no Ocidente contemporâneo. **Trajetos**. Revista de História UF’C. Fortaleza, vol. 3, n°6, 2005.

_____. **Preconceito contra a origem geográfica e de lugar: as fronteiras da discórdia.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. Vede sertão, verdes sertões: cinema, fotografia e literatura na construção de outras paisagens nordestinas. **Fênix** – Revista de Estudos Culturais, Uberlândia, v. 13, ano XIII, n. 1, p. 1-27, jan./jun., 2016.

ALONSO, Ângela. **Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil império.** São Paulo: Paz e Terra, 2002.

AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: CPDOC/FGV; Ed. FGV, v. 8, n. 15, p. 145-152, jan./jul., 1995.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARAÚJO, Valdei Lopes de. **A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira 1813-1845.** São Paulo: Aderaldo & RothSchild, 2008.

ARAÚJO, Valdei Lopes de. Sobre a permanência do topos história magistra vitae. In: NICOLAZZI, Fernando; MOLLO, Helena Miranda; ARAUJO, Valdei Lopes de (Orgs.). **Aprender com a história? o passado e o futuro de uma questão.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, pp. 131-147.

ARENDT, Hannah. **As origens do totalitarismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. **Entre o passado e o futuro.** São Paulo: Perspectiva, 2014.

_____. **O que é política?** 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

ARRUDA, Gilmar. Cidades e sertões. **Projeto História**, São Paulo 19 de nov., pp. 121-144, 1999.

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. São Paulo: Abril Cultural, (Coleção Os Pensadores), 1978, pp. 181-354.

BARROS FILHO, Clóvis de. **Comunicação do eu: ética e solidão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

BARROS, José D'Assunção. Fontes Históricas: revisitando alguns aspectos primordiais para a Pesquisa Histórica. **Mouseion**, n. 12, mai-ago, 2012.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BENJAMIN, Walter. **O anjo da história**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

BETTIOL, Maria Regina; HOHLFELDT, Antônio (Orgs.). **Euclides da Cunha, intérprete do Brasil: o diário de um povo esquecido**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.

BLOCH, Ernst. **O princípio esperança**. Rio de Janeiro: EdUERJ: Contraponto, 2005.

BONALDO, Rodrigo Bragio. **Comemorações e efemérides: ensaio episódico sobre a história de dois paralelos**. Porto Alegre, UFRGS, Tese de Doutorado, 2014.

BONATO, Tiago. **O olhar, a descrição: a construção do sertão do Nordeste brasileiro nos relatos de viagem do final do período colonial (1783- 1822)**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

_____. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998. pp. 183-191.

_____. **Campo de poder, campo intelectual: itinerário de un concepto**. Editorial Montessor. Colección Jungla Simbólica, 2002.

_____. **Meditações Pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. **O poder simbólico**. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. **Questões de sociologia**. Lisboa, Edições Fim de Século, 2003.

_____. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas, SP: Papyrus. 1996.

BUENO, Almir de Carvalho. **Visões de República: ideias e práticas políticas no Rio Grande do Norte (1880-1895)**. Natal: EDUFRN, 2002.

CATROGA, Fernando. **Memória, História e Historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. 3. ed. - Rio de Janeiro: Forense, 2011.

CERTEAU, Michel de. **História e psicanálise: entre a ciência e a ficção**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

CEZAR, Temístocles. Entre antigos e modernos: a escrita da história em Chateaubriand. Ensaio sobre historiografia e relatos de viagem. **Almanack Braziliense**. São Paulo, nº11, mai., pp. 26-33, 2010.

_____. Fustel de Coulanges. In: MALERBA, Jurandir (Org.) **Lições de história: o caminho da ciência no longo século XIX**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, pp. 307-322.

_____. Lição sobre a escrita da história. **Historiografia e nação no Brasil do século XIX. Diálogos** (Maringá), Maringá - Paraná, v. 8, pp. 11-29, 2004.

_____. **Ser historiador no século XIX**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

CIRNE, Maria Elza Bezerra. **Sertão, Seridó, Sentidos**. Do autor, 2014.

CONNELL, Rawyen. Usando a teoria do sul: descolonizando o pensamento social na teoria, na pesquisa e na prática. **Epistemologias do Sul**, Foz do Iguaçu/PR, 1 (1), p. 87-109, 2017.

CONNEL, Robert. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Estudos feministas**, Florianópolis, 2(1): p. 241-282, janeiro-abril, 2013.

COSTA, Bruno Balbino Aires da. “**A casa da memória norte-rio-grandense**”: O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte e a construção do lugar do Rio Grande do Norte na memória nacional (1902-1927). Porto Alegre, 589 f., 2017.

COSTA, Bruno Balbino Aires da. A formação bacharelesca dos norte-rio-grandenses na Faculdade de Direito de Olinda. In: NICOLAU, Magno (org.) **Leituras diversas: crônicas, ensaios e contos**. Vol.2. João Pessoa: Ideia, 2014.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. 3. ed. Rio de Janeiro – São Paulo, Laemmert & C., 1905.

ENDERS, Armelle. **Os vultos da nação: fábrica de heróis e formação dos brasileiros**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

FABIAN, Johannes. **O Tempo e o Outro: como a antropologia estabelece seu objeto**. Petrópolis: Vozes, 2013.

FALCON, Francisco. História e poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FERNANDES, Saul. **O (in)imaginável elefante mal-ajambrado: a questão de limites entre o Ceará e o Rio Grande do Norte e o exame da formação espacial e identitária norte-rio-grandense na Primeira república**. Natal, UFRN/CCHLA, 154f., 2012.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Editora Nau, 2005.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. **Ordem do discurso**. 20. ed. Edições Loyola, São Paulo, Brasil, 2010.

FREIXO, André de Lemos. Um arquiteto da historiografia brasileira: história e historiadores em José Honório Rodrigues. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 31, n. 62, pp. 143-172, 2011.

FREUD, Sigmund. **O mal-estar na civilização**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2011.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 51. ed. São Paulo: Global, 2006.

GARCIA CANCLINI, Néstor. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar, escrever, esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2006.

GAY, Peter. **Freud para historiadores**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

GOMES, Ângela Maria de Castro. **A República, a História e o IHGB**. Belo Horizonte, MG. Argvmentvm, 2009.

GOMES, Ângela Maria de Castro (Org.). **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

GOMES, Ângela Maria de Castro. **História e historiadores**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.

GOMES, José Bezerra. **Os brutos**. 2. ed. Natal: UFRN. Fundação José Augusto, 1981.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **Historiografia e nação no Brasil: 1838-1857**. Rio de Janeiro: EdUERJ, Edições ANPUH, 2011.

GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. Nação e Civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 1, 1988, pp. 5-27.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Usos da história: refletindo sobre identidade e sentido. **História em Revista**, Pelotas, v. 6, dezembro, 2000.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. **Debaixo da imediata proteção imperial**: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). 2. ed. São Paulo: Annablume, 2011.

HARTOG, François. **Evidência da história**: o que os historiadores veem. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

_____. **O espelho de Heródoto**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

_____. O tempo desorientado. Tempo e história: como escrever a história da França. **Anos 90**, Porto Alegre, n. 7, jul., pp. 7-28, 1997.

_____. **Os antigos, o passado e o presente**. Brasília, Editora: Universidade de Brasília, 2003.

_____. **Regimes de historicidade**: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

HOBBSAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOLANDA, Sergio Buarque de. **Visão do paraíso**: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. São Paulo: Brasiliense. Publifolha, 2000

JANCSÓ, István; PIMENTA, João. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da identidade nacional brasileira). In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). **Viagem incompleta**. A experiência brasileira (1500-2000). Formação: histórias. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000, p. 129-175.

KAVÁFIS, Konstantinos. **Poemas**. Tradução de João Paulo Paes. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

KEHL, Maria Rita. **Sobre ética e psicanálise**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

KLINGER, Diana. Os Intelectuais e o Estado: a experiência do Peronismo e do Estado Novo. In: **Itinerários**, Araraquara, 22, 2004.

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo**: estudos sobre história. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2014.

_____. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

_____. **O conceito de história**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

KRAMER, Lloyd S. Literatura, crítica e imaginação histórica: o desafio literário de Hayden White e Dominick LaCapra. In: HUNT, Lynn. **A Nova História cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

LIMA, Luiz Costa. **Terra ignota**: a construção de Os Sertões. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

LIMA, Nísia Trindade. **Um sertão chamado Brasil**: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ, UCAM, 1999.

LORIGA, Sabina. **O pequeno x**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. **Outras famílias do Seridó**: genealogias mestiças no sertão do Rio Grande do Norte (séculos XVIII-XIX). Recife. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, 2013.

MACÊDO, Muirakytan K. de. **A penúltima versão do Seridó**: uma história do regionalismo seridoense. Natal; Campina Grande: EDUFRN; EDUEPB, 2012.

MACIEL, Francisco Ramon de Matos. “Um Suíço e sua Ferroviária em Santa Luzia de Mossoró”: território, natureza, e progresso no final dos Oitocentos (1875-1876). **Anais do V Encontro Estadual de História**. CERES-UFRN, Caicó-RN. Natal, RN: EDUFRN, 2012.

MÄDER, Maria Elisa Noronha de Sá. **Civilização e Barbárie**: a representação da nação nos textos de Sarmiento e do Visconde do Uruguai. Niterói – Rio de Janeiro, Tese de Doutorado, Universidade Federal Fluminense, 235 f., 2006.

MÄDER, Maria Elisa. Civilização, barbárie e as representações espaciais da nação nas Américas no século XIX. **História Unisinos**, São Leopoldo, v. 12, n. 3, p. 262-270, 2008.

MARTIUS, Karl Friedrich von. Como se deve escrever a história do Brasil. In: **RIHGB**, Tomo 6, 1844, pp. 381-403.

MATA, Sérgio da. Historiografia, normatividade, orientação: sobre o substrato moral do conhecimento histórico. In: NICOLAZZI, Fernando; MOLLO, Helena Miranda; ARAUJO, Valdeci Lopes de (Orgs.). **Aprender com a história?** o passado e o futuro de uma questão. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p. 59-77.

MEDEIROS NETA, Olívia Morais de. **Ser(Tão) Seridó em suas cartografias espaciais**. Natal, RN, Dissertação, 120f., 2007.

MENEZES, Karla. O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte: um perfil de sua historiografia entre 1902 e 1907. **Caderno de história**. Natal, v. 3/4, n. 2/1, Jul./Dez. 1996; Jan./Jun., 1997.

MOLLO, Helena Miranda. A ciência e o passado: construção da modernidade no oitocentos. In: ARAUJO, Valdeci Lopes de (et. al.). **A dinâmica do historicismo**: revisitando a historiografia moderna. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2008, pp. 169-179.

MORAES, Antônio Carlos Robert. O Sertão, um “outro” geográfico. **Terra Brasilis**, 4-5, 2003. URL: <<http://terrabrasilis.revues.org/341>>

NAXARA, Marcia Regina Capelari. Ciência, técnica e história no século XIX: fragmentos e perspectivas de Brasil. In: ARAUJO, Valdeci Lopes de (et. al.). **A dinâmica do historicismo**: revisitando a historiografia moderna. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2008, pp. 181-194.

NEVES, Erivaldo Fagundes. Sertão como recorte espacial e como imaginário cultural. **Politeia**, Vitória da Conquista, v. 3, n. 1, p. 153-162, 2003.

NEVES, Frederico de Castro. O discurso oculto dos retirantes das secas. **Raízes**, v.33, n.2, jul-dez, pp. 67-81, 2013.

NEVES, Margarida de Souza. Viajando o Sertão: Luis da Câmara Cascudo e o solo da tradição. In: CHALHOUB, Sidney (Org.). **A História em Coisas Miúdas**: capítulos de história social da crônica no Brasil. Campinas: UNICAMP, 2005, pp. 237-262.

NICOLAZZI, Fernando. O tempo do sertão, o sertão no tempo: antigos, modernos, selvagens. Leitura de Os sertões. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 17, n. 31, p. 261-285, jul. 2010.

NICOLAZZI, Fernando. Representação e distância: Naturalismo, linguagem e alteridade na escrita de Os Sertões. In: CLORET, Ana Rosa; NICOLAZZI, Fernando; PEREIRA, Mateus. **Contribuições à história da historiografia luso-brasileira**. São Paulo: Hucitec/Belo Horizonte: FAPEMIG, 2013, pp. 243-283.

NICOLAZZI, Fernando. Sobre a distância em Os Sertões: o olhar, o tempo, a representação. In: _____. **Um estilo de história: a viagem, a memória, o ensaio: sobre Casa-grande e senzala e a representação do passado**. São Paulo: Editora Unesp, 2011, p. 189-269.

OHARA, João Rodolfo Munhoz. Ética, escrita e leitura da história: os problemas da expectativa e da confiança. **Revista de História**. São Paulo, n.178, pp. 01-28, 2019.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. A natureza na interpretação do oeste: sertão e fronteira no pensamento brasileiro. In: SILVA, Sandro Dutra e; SÁ, Dominichi Miranda de; SÁ, Magali Romero (Orgs.). **Vastos sertões: história e natureza na ciência e na literatura**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2015

OLIVEIRA, Maria da Glória de; ARAUJO, Valdei (Orgs.). **Disputas pelo Passado: História e historiadores no Império do Brasil**. Ouro Preto: Edufop/PPGHIS, 2012.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. **Escrever vidas, narrar a história**: a biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. Os sons do silêncio: interpelações feministas decoloniais à história da historiografia. **História da Historiografia**, v. 11, n. 28, set-dez, pp. 104-140, 2018.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PEIXOTO, Renato Amado. Espacialidades e estratégias de produção identitária no Rio Grande do Norte no início do século XX. **Revista de História Regional**, v. 15, p. 169-193, 2010.

PEREIRA, Ana Carolina Barbosa. Precisamos falar sobre o lugar epistêmico na Teoria da História. **Tempo e Argumento**. Florianópolis, v. 10, n. 24, abr/jun., pp. 88-114, 2018.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1965.

PETROVICH, Enélio Lima. **Homenagens: Saudações Acadêmicas**. Natal, 2008.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. Buenos Aires. **CLACSO**, Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais, 2005, pp. 117-142.

RANGEL, Marcelo de Mello; ARAÚJO, Valdeí Lopes de. Teoria e história da historiografia: do giro linguístico ao giro ético-político. **História da Historiografia**. Ouro Preto, n. 17, abril, 2015.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

RICOEUR, Paul. **Da ética a moral**. LusoSofia. Universidade da Beira Interior Covilhã, 2011, pp. 03-10.

RODRIGUES, José Honório. **Teoria da história do Brasil: introdução metodológica**. 4. ed. São Paulo, Ed. Nacional, 1978.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

SAID, Edward W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SALES NETO, Francisco Firmino. **Luís Natal ou Câmara Cascudo: o autor da cidade e o espaço como autoria.** Natal, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes -Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Dissertação, 2009

SANTOS, Evandro. Ensaio sobre diversidade historiográfica: como escrever (e reconhecer) histórias dos sertões a partir de novas e “velhas” epistemologias. **SÆCULUM** - Revista de História [v. 24, n. 41]. João Pessoa, p. 441-452, jul./dez. 2019.

SANTOS, Evandro. **Ensaio sobre uma ética historiográfica no Brasil oitocentista: Adolfo Varnhagen, o historiador no tempo.** Porto Alegre. UFRGS. (Tese de doutorado), f. 186, 2014.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e Memória.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930).** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro.** São Paulo: companhia das Letras, 2019.

SILVA, Ítala Mayara de Castro. **Eloy de Souza e o Nordeste: construção discursiva do espaço dos Estados sevidados pela seca na Primeira República brasileira.** UFRN-CCHLA, Natal, RN, 2018.

SILVA, Sandro Dutra e; SÁ, Dominichi Miranda de; SÁ, Magali Romero (Orgs.). **Vastos sertões: história e natureza na ciência e na literatura.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2015.

SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). **Identidade e diferença.** Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2000.

SILVEIRA, Pedro Telles da. **O cego e o coxo: crítica e retórica nas dissertações históricas da Academia Brasileira dos Esquecidos (1724-1725).** ICHS-UFOP, dissertação, 235f., 2012.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. **Por uma história política.** 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, pp. 231-271.

SHAKESPEARE, William. **Hamlet, Rei Lear, MacBeth**. Tradução: Barbara Heliodora. São Paulo: Abril, 2010.

SPIELMANN, Ellen. “**Alteridade**” desde Sartre até Bhaba: um surf para a história do conceito. *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, n. 5, p. 19-28, 2000.

TODOROV, Tzvetan. **A Conquista da América**: a questão do outro. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

TODOROV, Tzvetan. **Nós e os outros**: a reflexão francesa sobre a diversidade humana. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

TURIN, Rodrigo. História da historiografia e memória disciplinar: reflexões sobre um gênero. **História da historiografia**, Ouro Preto, n. 13, dez., pp. 78-95, 2013.

TURIN, Rodrigo. Uma nobre, difícil e útil empresa: o ethos do historiador oitocentista. **História da Historiografia**, n°2, março, pp. 12-28, 2009.

VIDAL E SOUZA, Candice. **A pátria geográfica**: sertão e litoral no pensamento social brasileiro. 2.ed. Goiânia: Editora UFG, 2015.

VIDAL E SOUZA, Candice. Fronteira no pensamento social brasileiro: o sertão nacionalizado. **Sociedade e cultura**, Goiânia, v. 1, n. 1, p. 55-61, jan./jun. 1998.